Topoi. Revista de História
Volume 13, Número 25 | Julho-Dezembro 2012

4 **Apresentação**

Documento

6 Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social — trinta anos
Considerations about the Graduate Program on Social History – 30th Anniversary
Francisco José Calazans Falcon, José Murilo de Carvalho e Marieta de Moraes Ferreira

Artigos

25 Reparação e desamparo: o exercício da justiça através das notificações (Mariana, Minas Gerais, 1711-1888)
Reparation and Helplessness: the Exercise of Justice through Notifications (Mariana, Minas Gerais, 1711-1888)
Álvaro de Araujo Antunes
Marco Antonio Silveira

45 "Eliminar os indesejáveis": uma lógica de ação para o policiamento dos argelinos em Paris (1944-1962)
"Eliminating the Undesirable": A Rational for Action on Policing Algerians in Paris (1944-1962)
Emmanuel Blanchard

54 Aspectos econômicos em uma sociedade agrária (Rio Pardo, século XIX): evidências na composição da riqueza local
Economic Relations within an Agrarian Society in the Province of Minas Gerais (Rio Pardo, 19th Century)
Edneila Rodrigues Chaves

77 "Tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar": perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828)
"Has been serving in governance, and has all the qualities to continue": Social Profile of Officers in the Municipal Council of Porto Alegre (1767-1828)
Adriano Comissoli

94 Brasil anos 1990: teleficção e ditadura — entre memórias e história
Brazil in the 1990s: television fiction and dictatorship — between memories and history
Roberto Abdala Junior

112 Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás
Colonial Government, Distance and Waiting Time in the Mines and Captaincy of Goiás
Fernando Lobo Lemes

130 A narrativa histórica entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate
The Historical Narrative between Life and Text: Notes on a Wide Debate
Douglas Attila Marcelino

147 De corpo e alma na margem: Catolicismo, santidade e medicina no Norte de Portugal (c. 1900 — c. 1950)
Body and Soul on the Edge: Catholicism, Sainthood, and Medicine in Northern Portugal (c. 1900 – c.1950)
Tiago Pires Marques

168 A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no rio da Prata do século XVIII
The Trans-Imperial Career of Don Manuel Cipriano de Melo (Rio de la Plata c. 1760-c. 1813)
Fabrício Prado

185 **Entrevista**
História, crime e cultura de massa
History, Crime and Mass Culture
Entrevista com Dominique Kalifa

193 **Tradução**
Quentin Skinner: a história da política e a política da história
Quentin Skinner: The History of Politics and the Politics of History
J. G. A. Pocock

Resenhas

207 As capitais no palco: teatro e sociedade na Europa oitocentista
Capitals on Stage: European Theater and Society in the 1800's
Fernando Santos Berçot

211 Os difíceis caminhos percorridos pela Lei de Anistia no Brasil, do estudo de caso ao contexto nacional
The Difficult Trajectory of the Amnesty Law in Brazil, from a Case Study to the National Context
Isabel Bilhão

214 Costurar o passado
Stitching the Past
Carlos Ziller Camenietzki

218 Trajetória individual, imaginação e narrativa — três questões provocadoras e sugestivas em *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*
Individual Trajectory, Imagination, and Narrative — Three Provocative and Suggestive Issues in How Shakespeare Became Shakespeare
Henrique Buarque de Gusmão

223 Uma sombra sobre o discurso ocidental
A Shadow over the Western Discourse
Jean Hébrard

228 O uso político dos cadáveres na França da primeira metade do século XIX
Political Use of Corpses in 1800-1850's France
Isabel Lustosa

231 **Sobre os autores**

236 **Nominata de pareceristas *ad hoc* 2012**

238 **Informações editoriais relativas ao ano de 2012**

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Reitor: Carlos Antônio Levi da Conceição
Instituto de História
Diretor: Fábio de Souza Lessa
Programa de Pós-Graduação em História Social
Coordenadora: Monica Grin
Vice-coordenadora: Andréa Casa Nova Maia

Topoi. Revista de História
Volume 13, Número 25
Julho-Dezembro 2012
ISSN 2237-101X

Comitê Editorial
Antonio Carlos Jucá de Sampaio
João Luís Ribeiro Fragoso
José Murilo de Carvalho
Lise Fernanda Sedrez
Maria Aparecida Rezende Mota

Editor de Resenhas
Felipe Charbel

Secretaria de Redação
Isabel Cristina Leite
Simone Cristina de Faria

Preparação: Ronald Polito
Revisão: Marco Antonio Corrêa
Paginação: Luciana Inhan

Conselho Editorial
Alberto da Costa e Silva — Academia Brasileira de Letras (ABL); Ministério das Relações Exteriores/ Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
Andrea Daher — Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de História (IH), Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
Caio Boschi — Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas), Belo Horizonte (MG), Brasil.
Ciro Flamarion Cardoso — Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, Niterói (RJ), Brasil.
Eduardo Viveiros de Castro — Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
Evaldo Cabral de Mello — Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
Francisco Bethencourt — Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, França.
Francisco José Calazans Falcon — Universidade Salgado de Oliveira (Universo), Programa de Pós-graduação em História, São Gonçalo (RJ), Brasil.

Ilmar Rohloff de Mattos — Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Departamento de História, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
Jacques Revel — École de Haute Études en Sciences Sociales (EHESS)/Centre de Recherches Historiques (CRH), Paris, França.
João Adolfo Hansen — Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Letras, São Paulo (SP), Brasil.
João José Reis — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Departamento de História, Salvador (BA), Brasil.
José Carlos Chiaramonte — Universidade de Buenos Aires (UBA)/Instituto Ravignani, Buenos Aires, Argentina.
Maria Helena Pereira Toledo Machado — Universidade de São Paulo (USP), Departamento de História, São Paulo (SP), Brasil.
Maria Stella Martins Bresciani — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Departamento de História, Campinas (SP), Brasil.
Peter Burke — University of Cambridge, Cambridge, Inglaterra.
Renato Janine Ribeiro — Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Filosofia, São Paulo (SP), Brasil.
Ronaldo Vainfas — Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, Niterói (RJ), Brasil.
Silvia Hunold Lara — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Departamento de História, Campinas (SP), Brasil.
Silvia Regina Ferraz Petersen — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de História, Porto Alegre (RS), Brasil.
Stuart B. Schwartz — Yale University, Department of History, New Haven, Connecticut, Estados Unidos da América.

Topoi. Revista de História agradece aos membros do Conselho Editorial, aos nossos pareceristas *ad hoc* que colaboraram com o presente número e, em especial, ao professor Guilherme Pereira das Neves (UFF), pela cessão do artigo traduzido, e ao professor Marcos Bretas.

Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social — trinta anos

RESUMO

Em julho de 2012, em celebração dos trinta anos de criação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Comitê Editorial de *Topoi* solicitou a Francisco Falcon que escrevesse uma narrativa acerca das origens e do desenvolvimento do programa. Esse texto foi, a seguir, enviado a José Murilo de Carvalho e Marieta de Moraes Ferreira, que por sua vez desenvolveram suas próprias reflexões a partir das questões propostas por Francisco Falcon. Publicamos aqui este diálogo entre três professores que não só participaram da construção do PPGHIS, mas que ajudaram a desenvolver os estudos de pós-graduação em história no Brasil.

Palavras-chave: história da educação; universidades; historiografia; memória.

ABSTRACT

In July 2012, in celebration of the 30th anniversary of the Graduate Program in Social History of the Federal University of Rio de Janeiro, *Topoi*'s Editorial Committee asked Francisco Falcon to write a short narrative about the origins and development of the program. This text was then sent to José Murilo de Carvalho and Marieta de Moraes Ferreira, who wrote their own reflexive memories drawing from the themes proposed by Francisco Falcon. We publish here this conversation among three scholars who not only took part in the building of PPGHIS, but who also helped to develop History graduate studies throughout Brazil.

Keywords: history of education; university; historiography; memory.

O Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ — um ensaio de história e memória

Francisco José Calazans Falcon
Universidade Salgado de Oliveira
São Gonçalo, RJ, Brasil
prof@franciscofalcon.com.br

Primeira parte: A Faculdade Nacional de Filosofia e a Fundação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Alguns esclarecimentos prévios

Este não é um estudo sobre a história da História na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), ou no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) que a sucedeu a partir de 1967.[1] Nosso objeto de estudo é o Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), as circunstâncias da sua criação e as principais características que marcaram o seu desenvolvimento até o final do século XX.

Todavia, estamos convencidos de que esta história tem suas raízes mais profundas na trajetória do Curso de Graduação em História e nos acontecimentos dramáticos e decisivos que marcaram a história da FNFi ao longo das décadas de 1950 e 1960, sobretudo a última, assim como na influência que tiveram, nessa mesma época, os debates políticos e os movimentos sociais em nível nacional, as discussões intelectuais então em andamento, a mobilização em favor da reforma universitária, e a organização dos docentes e discentes em história.

Por outro lado, este é também um ensaio baseado na nossa memória, ou seja, nas lembranças de muitas de nossas experiências e vivências durante as várias décadas abrangidas por esta narrativa.

Em relação ao mundo acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, nossas lembranças mais antigas remontam aos anos de 1949 a 1951, quando fizemos o colegial no Curso Científico do Colégio de Aplicação da FNFi. Foi então que começamos a pensar seriamente na possibilidade de uma vida acadêmica, no estudo da história e da geografia, numa futura graduação na Faculdade Nacional de Filosofia. Naqueles *tempos mágicos*, como chamei aqueles anos em recente tentativa de ensaio autobiográfico, foram decisivos o estímulo e a orientação de alguns mestres inesquecíveis, a começar pela professora Marina S. Paulo de Vasconcellos.

De 1952 a 1955 cursamos a graduação da licenciatura e bacharelado em história e geografia. Habituamo-nos então à ideia de um curso voltado especificamente à formação de professores para o ensino ginasial e colegial. Não se colocava então o problema da pesquisa, nem tampouco o de um nível de estudos pós-graduados. O importante era ler, ler muito, dominar a bibliografia atualizada e a historiografia dos principais temas. Foi de acordo com tais pressupostos que aceitamos convite da professora Maria

[1] FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 139-161. Este artigo é parte de um importante projeto de pesquisa da autora acerca das origens dos cursos das faculdades de filosofia, inclusive do papel de mestres franceses e da influência das circunstâncias políticas e ideológicas.

Yedda Leite Linhares, da cadeira de História Moderna e Contemporânea, para com ela trabalharmos, a partir de março de 1956, como auxiliar de ensino não remunerado.

Das nossas experiências docentes a partir de então, sobretudo as maneiras como eram cumpridas as obrigações docentes nas disciplinas de História Moderna e História Contemporânea, assim como na de História Econômica Geral para o curso de geografia, resultaram dois trabalhos já publicados[2] que documentam e interpretam as atividades da cadeira de História Moderna e Contemporânea, de 1956 a 1968.

Antecedentes da pós-graduação

Pensamos que seria um tanto sem sentido ignorarmos dois aspectos fundamentais dos anos de 1956 a 1968, marcos históricos daquela mesma época na qual desenvolvíamos nosso trabalho docente na FNFi: o processo histórico brasileiro, de um lado, e a dinâmica interna da cadeira de História Moderna e Contemporânea, do outro.

O processo histórico brasileiro foi por nós analisado quanto às suas principais características e tendências em dois textos distintos,[3] nos quais adotamos como critério político-cronológico a distinção entre os anos de 1958-1964 e de 1964-1968-1969.

O final do governo JK, o governo de Jânio Quadros e a crise institucional que se seguiu à sua renuncia, em agosto de 196l, a crise que cercou a sucessão de João Goulart como presidente da República, primeiro em regime parlamentarista e, pouco tempo depois, em regime presidencialista, eis as principais referências que balizam, no plano político, aquele primeiro período, entre 1958 e 1964. Do nosso ponto de vista bem mais restrito, ancorado nas questões da vida universitária, merecem ser aqui lembrados alguns pontos destinados ou não a repercussões fundamentais a longo prazo.

A. O debate sobre a questão da reforma universitária

Retomamos aqui alguns dos marcos mais significativos desse debate porque não só ele viria a atingir a própria sobrevivência das faculdades de filosofia, como também pelo fato de que ele interessa profundamente à questão-chave desta parte do nosso trabalho: a questão da institucionalização da pós-graduação.[4]

---

[2] FALCON, Francisco José Calazans. A cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa históricas na FNFi-UB. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 111-134; MATTOS, Ilmar Rohloff de. História e historiografia nos anos 50 e 60 do ponto de vista da cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNFilosofia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. *Escritos sobre história e educação*. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001. p. 599-612. Esses estudos, bem como aqueles das coletâneas em que estão inseridos, constituem fontes preciosas para o conhecimento das características teórico-metodológicas, em termos de ensino, pesquisa e definições temáticas de um setor dos mais representativos do ensino de graduação e pós-graduação na antiga FNFi e no atual IFCS.

[3] FALCON, Francisco J. Calazans. Historiografia e ensino de história em tempos de crise — 1959/1960 — 1968/1969. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo et al. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante*: Estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2008. p. 37-62; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. L'historiographie brésilienne contemporaine (1958-1969). In: CROUZET, F.; ROLLAND, Denis. *Pour l'histoire du Brésil. Mélanges offerts à K. de Queirós Mattoso*. Paris: L'Harmatan, 2000. p. 93-108.

[4] Em meio a uma enorme quantidade de jornais da época por nós colecionados, publicações do antigo Conselho Federal de Educação, diversos livros e artigos, demos preferência à tese de concurso ao cargo de professor titular do Departamento de Teoria e Prática de Administração Escolar apresentada pelo professor Jésus de Alvarenga Bastos à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1980, intitulada *Pós-Graduação no Brasil: institucionalização e situação atual*. Entendemos que o texto dessa tese está muito bem organizado, com bastante clareza e abrangência, e oferece ao leitor um panorama preciso do tema em pauta.

A luta pela construção de uma autêntica universidade no Brasil remonta, pelo menos, aos anos 1920. Contra uma tradição já anacrônica de escolas isoladas, de cunho bacharelesco e profissionalizante, arregimentaram-se importantes educadores, a partir de 1924, na Associação Brasileira de Educação. Em 1932, logo após a Reforma Francisco Campos,[5] o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional pronunciou-se em prol de uma universidade moderna, capaz de associar ensino e pesquisa. Há muito, no Brasil, os institutos de pesquisa avançada desenvolviam-se como instituições isoladas, distantes da ideia de universidade.

Apenas em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo,[6] e, em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal,[7] surgiram nossas primeiras universidades modernas: ênfase na formação básica e nos estudos humanísticos, associando ensino e pesquisa e tendo nas respectivas Faculdades de Filosofia seu principal polo de referência.

A partir de 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial e o início da redemocratização no Brasil, diversas iniciativas vieram marcar a emergência de novas maneiras de pensar a universidade, a pesquisa e a pós-graduação. Em 1946, a então Universidade do Brasil (UB) introduziu o doutorado na Faculdade de Filosofia, ao mesmo tempo que em seu estatuto, aprovado naquele mesmo ano, o artigo 71 incluía o termo *pós-graduação* para designar uma nova modalidade de cursos superiores.[8]

Fundada em 1948, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) logo assumiu uma posição de liderança em prol de mudanças radicais e urgentes na estrutura e funcionamento das universidades. Enquanto correntes mais pragmáticas reivindicavam a criação de novos e mais modernos cursos de especialização e aperfeiçoamento a fim de atender às demandas de um mercado profissional em expansão, ganhava força na SBPC a chamada corrente *nacionalista*, com uma visão *humboldtiana* da universidade, ou seja, da institucionalização da pesquisa e do ensino pós-graduado na própria universidade.

Em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e, alguns meses mais tarde, foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atual Fundação Capes. Agentes principais do processo de criação dessas novas agências de fomento, Alvaro Alberto e Anisio Teixeira, respectivamente, criaram as bases de uma estrutura cuja expansão se tornaria fundamental, nos anos vindouros, para o fomento à pesquisa e a formação e aperfeiçoamento dos docentes pesquisadores ligados às universidades e institutos de pesquisa.

Ao longo da década de 1950, sobretudo na era do *desenvolvimentismo* de JK, surgiram algumas iniciativas voltadas para a criação de institutos autônomos de pesquisa, inclusive na área das ciências humanas. No entanto, os debates principais estiveram então concentrados nas discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), afinal sancionada em dezembro de 1961, e sobre a criação da Universidade de Brasília, criada nesse mesmo mês. A LDBEN estabeleceu finalmente a oferta de cursos de pós-graduação nos estabelecimentos de ensino superior. Na Universidade

[5] Nas páginas 8 e 9, aqui referidas, o autor traça uma síntese dos antecedentes históricos da pós-graduação entre nós, em estreita associação com os marcos principais da criação do nosso sistema universitário.

[6] BASTOS, Jésus de Alvarenga, *Pós-Graduação no Brasil*, op. cit. p. 9. Breve referência à estada da chamada *missão francesa* na USP, nos anos 1930, um dos temas mais interessantes da história da história no Brasil e que vem sendo retomado de novas perspectivas nos últimos anos.

[7] PAIM, Antônio. *A UDF e a ideia de universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. À página 31 o autor pôs em relevo o fato de que o ano letivo de 1936, na UDF, foi aberto com diversas conferências de membros da Missão Universitária Francesa; CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*: o ensino superior da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; UFC, 1980. p. 245-247.

[8] O art. 9º da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que criou a Universidade de Brasília, fixou a pós-graduação entre as atribuições dos Institutos Centrais e das Faculdades profissionais.

de Brasília, a pós-graduação consta como uma das atribuições dos Institutos Centrais e das Faculdades Profissionais.[9]

Cursos de mestrado e doutorado foram criados nos inícios dos anos 1960 em várias instituições isoladas de ensino superior, de tal modo que em 1965 contavam-se já no país cerca de vinte mestrados e dez doutorados.[10] Poucas universidades, predomínio de instituições isoladas. Tudo levava a crer então que um leque de possibilidades e experiências inovadoras estava ao alcance das instituições universitárias, uma vez que eram bastante variados os modelos e as propostas então em discussão. Entretanto, há um divisor de águas que não poderíamos ignorar: o golpe militar de 31 de março de 1964. A partir da instalação do regime autoritário não haveria mais o que discutir.

Em 1965, o Parecer nº 977/65, de autoria de Newton Sucupira, atendendo a uma solicitação do ministro da Educação ao presidente do Conselho Federal de Educação (CFE), definiu de uma vez por todas o que deveria ser a pós-graduação, fixando-lhe natureza e objetivos. Tinha origem então o discurso sobre a institucionalização da pós-graduação, inserida no relatório do Grupo de Trabalho incumbido de preparar a Reforma Universitária pelo Decreto-Lei nº 62.937 de 2 de julho de 1968.

Entre 1964 e 1968 foram encaminhadas as decisões referentes às principais questões então presentes no ensino superior: a do modelo de universidade, a da natureza e estrutura dos cursos de pós-graduação, e a do controle político-ideológico sobre os corpos docentes e discentes.

A primeira dessas questões teve como pano de fundo a influência norte-americana, consubstanciada no "Plano Atcon" e nas medidas para controlar as atividades estudantis constantes do "Relatório da Comissão Meira Mattos".

São dessa mesma época as medidas tomadas pelo governo para reestruturar os currículos do ensino médio, da 5ª à 8ª séries, e simplificar ou acelerar a formação de docentes para esse nível de ensino.

Assim, em boa parte como decorrência da influência do chamado *Ponto IV* dos acordos com os Estados Unidos (MEC-Usaid), no âmbito da *Aliança para o Progresso*, foi criada uma nova disciplina intitulada de Estudos Sociais, que deveria reunir as disciplinas de História e Geografia, assim como as chamadas *licenciaturas curtas*. Implantou-se, ainda, uma nova disciplina, Educação Moral e Cívica, tendo como contrapartida, em nível superior, a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Programas especiais, como o Premen, foram implantados a fim de agilizar o processo de formação de docentes necessários às novas diretrizes do ensino médio.

Nos Anais dos simpósios nacionais organizados pela Anpuh no final dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970 há inúmeros debates e pronunciamentos dos docentes de História contra a introdução de Estudos Sociais e a implantação das chamadas *licenciaturas curtas*.

Estes temas já contam com uma extensa bibliografia e seria um tanto sem sentido entrarmos agora nessa discussão acerca das influências norte-americanas no processo de reforma da universidade brasileira.[11]

---

[9] "A ideia da pós-graduação como tarefa normal e permanente da universidade, constituindo sistema de cursos regulares que visam o aprofundamento da formação recebida na graduação e conduzem a graus acadêmicos, foi objetivada, pela primeira vez no Brasil, no projeto da Universidade de Brasília. Esse tipo de pós-graduação corresponde à própria concepção da nova universidade, projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno". SUCUPIRA, Newton. *Antecedentes e primórdios da pós-graduação*. s.n.t. 19 p. Mimeografado, apud BASTOS, Jésus de Alvarenga. *Pós-graduação no Brasil*, op. cit. p. 9-10.

[10] "A pós-graduação analisada sob os aspectos legais mereceu da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20-12-1961) novas formulação conforme consta de seu artigo 69." BASTOS, Jésus de Alvarenga. *Pós-graduação no Brasil*, op. cit. p. 11.

[11] COUTINHO, Afrânio. *Universidade, instituição crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995; FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977; FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975; SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade*

A segunda questão refere-se à adoção/imposição de um modelo único de pós-graduação, num estilo tipicamente *iluminista* e que representou, na prática, o esquecimento/ocultamento das condições que levaram à supressão de todos os demais caminhos *historicamente possíveis*. Também aqui se trata de um tema que já tivemos oportunidade de analisar sob dois enfoques: a pós-graduação como objeto histórico e a pós-graduação hoje.[12] Por ora, talvez o que mais importa seja termos sempre em vista a genealogia dessa pós-graduação que aí está, devidamente *institucionalizada*.

A descrição sumária da implantação da pós-graduação entre nós, ou a sua *institucionalização*, talvez não nos permita perceber, de uma perspectiva crítica, o quanto o encerramento dos debates e a definição autoritária de um modelo único de pós-graduação suprimiram, na prática, todo um leque de possibilidades. Praticamente ausentes as instâncias acadêmicas docentes e discentes, coube aos espíritos *iluminados* suprimir as diferenças e eliminar de fato os "futuros possíveis", para utilizarmos um conceito fundamental de Walter Benjamin. Das possibilidades ignoradas ou apagadas surgiu o mito das origens da pós-graduação como algo uniforme, consensual e historicamente necessário.

O controle político-ideológico sobre professores e alunos das universidades foi talvez a face mais ostensiva e violenta da imposição do poder autoritário sobre as atividades acadêmicas e intelectuais. Sobre tal assunto existe hoje uma extensa bibliografia. Naquilo que ele nos interessa mais diretamente, faremos algumas referências ao tratarmos da nossa memória dos *anos de chumbo*.[13]

B. Memória de historiador

Nossa memória dos anos 1960, no âmbito de nossas atividades docentes na FNFi, junto à cadeira de História Moderna e Contemporânea, aparece sempre constituída de lembranças as mais variadas. Uma constante é a lembrança do 31 de março de 1964 como um divisor de águas. Antes dessa data, vivíamos na expectativa de grandes mudanças, em meio a um clima de intensa agitação política e acadêmica. A UNE, empenhada na luta pela reforma universitária, promoveu agitados congressos em 1961, 1962, e 1963.[14] A Faculdade Nacional de Filosofia transformou-se num autêntico caldeirão de lutas e enfrentamentos político-ideológicos, quer entre seus alunos, quer entre a maioria do corpo docente.[15]

Professores e estudantes de história também se mobilizaram. Os estudantes de cursos de graduação em história de algumas universidades do Sudeste criaram Centros de Estudos de História e reuniram-se em vários congressos, com o objetivo de discutir o ensino de história então dominante em

científica no Brasil. São Paulo: Editora Nacional; Finep, 1979; GRUPO DE TRABALHO PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA. Relatório final. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 50, n. 111, p. 119-175, 1968.

[12] FALCON, Francisco J. Calazans. Depoimento: a pós-graduação como objeto histórico. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 118- 133, 1999-2000. Trata-se de um texto no qual desenvolvemos uma análise dos chamados *vícios de origem* do atual sistema de pós-graduação bem como suas implicações específicas para os programas da área de história, problemas que só fizeram se agravar nestes últimos doze anos.

[13] Convém ainda salientar, como afirma Schwartzman (*Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit.), que: "os novos programas de pós-graduação foram também prejudicados pelo clima político depois de 1968. Entre 1969 e 1970 várias dezenas dentre os mais talentosos cientistas brasileiros foram afastados compulsoriamente de suas posições de ensino e pesquisa, sendo levados, em muitos casos, a deixar o país... A ocorrência destas punições políticas no momento em que os novos programas de pós-graduação se criavam colocou-os sob justificável suspeita para grande parte da comunidade científica e universitária do país e fez com que muitos deles se vissem despojados de suas lideranças intelectuais quando elas seriam, supostamente, mais necessárias" (p. 298), apud BASTOS, Jésus de Alvarenga, *Pós-Graduação no Brasil*, op. cit. p. 34.

[14] FAVERO, Maria de Lourdes de A. *Da universidade modernizada à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991. Da mesma autora foram publicados na *Série Estudos* do Proedes/UFRJ cerca de cinco trabalhos sobre diversos aspectos da universidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica e atual.

[15] ARMONY, Miguel. *A Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

seus métodos e orientação teórico-metodológicas. Nesse panorama de mobilização e reivindicações, destacou-se a publicação, entre 1958 e 1963, do *Boletim de História* pelos alunos de História da FNFi.[16] As principais reivindicações de então eram a atualização curricular, a modernização de métodos docentes, a atualização bibliográfica com a inclusão de autores nacionais e estrangeiros de campos teóricos variados ou mais de acordo com as novas tendências historiográficas vindas principalmente da França.

O movimento dos professores de história teve como marco fundador a realização em 1961, pela Faculdade de Letras de Marília (São Paulo), de um encontro destinado à discussão do currículo de história fixado pelo Conselho Federal de Educação. Tal evento, posteriormente denominado de I Simpósio dos Professores Universitários de História, culminou na criação da Associação dos Professores Universitários de História (Apuh), mais tarde transformada em Anpuh. Os Simpósios da Anpuh foram realizados com certa regularidade: 1962, 1965, 1967, 1969, 1971... Contando com a presença de numerosas plateias de estudantes de história, esses eventos caracterizaram-se por discussões sobre temáticas específicas, às quais se acrescentaram, depois, problemas de didática da história e o arrolamento de fontes históricas.[17]

Na esfera específica da cadeira de História Moderna e Contemporânea estes foram anos de grandes avanços e de muitas expectativas. No final dos anos 1950, a partir do estreitamento de nossas relações com os professores da cadeira de História Moderna e Contemporânea da USP, iniciado em 1958, resolvemos redefinir nossas prioridades e objetivos: priorizar os cursos e leituras sobre história da África e organizar um projeto de pesquisa razoavelmente amplo, de modo a dele participarem professores e alunos. O tema escolhido foi "O Atlântico luso-afro-brasileiro no séc. XVIII", com ênfase nas pesquisas sobre o movimento mercantil nos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. A partir de 1961, com recursos concedidos pelo Conselho de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), demos início às nossas pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao lado do ensino, desenvolvia-se agora a pesquisa, uma vez que havia também bolsas para certo número de monitores de pesquisa do corpo discente.

No segundo semestre de 1963, atendendo a convite de alguns alunos e ex-alunos, concordamos em assessorar o trabalho de um grupo de estudantes de história que estavam então no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), elaborando, sob a direção do professor general Nelson Werneck Sodré, o projeto de uma "História nova do Brasil", dividida em vários pequenos volumes temáticos. Infelizmente, porém, a publicação dos cinco primeiros volumes ocorreu quase às vésperas do golpe militar de 31 de março de 1964. À irritação provocada entre os setores mais conservadores da historiografia brasileira pelas abordagens típicas dos volumes da "História nova" veio somar-se então, a partir de abril, a repressão *aos subversivos*, entre os quais, é claro, se contavam os "historiadores do Iseb".[18] Aqui lembramos esse episódio apenas com o intuito de compor com mais exatidão as diferentes nuances daqueles anos.

Após o 31 de março de 1964, nossas lembranças são múltiplas e um tanto contraditórias. De fato, o *dia seguinte* foi de completo caos. Retornamos à FNFi, eu e o professor Hugo Weis, mais de uma semana depois, e encontramos nosso pequeno gabinete, no quinto andar, revirado e saqueado, após a invasão do prédio da Faculdade Nacional de Filosofia, no dia 31 de março, por tropas da Aeronáutica.

[16] PEREIRA, Daniel Mesquita. *Boletim de História. Uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia — 1958/1963*. Dissertação (mestrado) — Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

[17] FALCON, Francisco J. Calazans. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções de pesquisa. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 13-68; GLEZER, Raquel. Memória e história. A Fundação da Anpuh. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2011. Anais Eletrônicos. Conferências.

[18] SANTOS, Joel Rufino et al. *História nova do Brasil. 1963-1993*. São Paulo: Loyola, 1993.

A cadeira de História Moderna e Contemporânea estava em crise: a professora Maria Yedda, escondida em lugar desconhecido, fugindo à perseguição implacável de Eremildo Luiz Vianna e seus auxiliares, agora donos da Rádio do Ministério de Educação e Cultura, só retornaria à Faculdade alguns meses mais tarde. Replanejamos os cursos, mantivemos a bibliografia fixada anteriormente, avaliamos com quem poderíamos contar, inclusive da UFF, e conseguimos levar adiante os cursos das disciplinas subordinadas à cadeira de História Moderna e Contemporânea.

A partir de 1965 as coisas foram readquirindo alguma normalidade, apesar dos vários IPMs envolvendo a professora Maria Yedda. Mesmo assim éramos otimistas. O projeto de pesquisa fora para o espaço, mas continuamos a pesquisar por nossa conta, nós, os docentes da cadeira. No meu caso, por exemplo, eram os primeiros passos da futura tese de doutorado (livre-docência) sobre o mercantilismo no tempo do marquês de Pombal. Passamos a contar com a participação do professor Ciro Flamarion Cardoso, da professora Berenice de Oliveira Cavalcante e de outros ex-alunos. Infelizmente, Arthur Bernardes Weiss veio a falecer no final de janeiro de 1965. O professor Fernando Sgarbi Lima continuou a colaborar com a cadeira e assim pudemos prosseguir nossas atividades sem maiores perturbações.

Passado o susto, o movimento estudantil começou a reorganizar-se, sobretudo com passeatas cada vez mais concorridas pelas ruas do Rio. Era a época de uma intensa mobilização de protesto através de eventos culturais; os festivais da MPB, os espetáculos teatrais etc. Nós também, sob o incentivo da professora Yedda, realizamos nosso protesto através de uma espécie de *tertúlias* intelectuais, aos sábados, em 1967, na casa da professora Yedda, para discutirmos, em grupo, temas que estavam na ordem do dia e também alguns autores cujas obras começavam a se tornar novos e importantes desafios intelectuais: Michel Foucault, Louis Althusser, Nikos Poulantzas, Jacques Rancière, entre outros. Em 1968 teve início um programa de leituras e debates de textos de Marx.

Já mencionamos de que forma o governo militar equacionou a questão da Reforma Universitária e a da pós-graduação. Precisamos somente, para concluir esta parte de nosso trabalho, abordar ainda dois pontos: a Reforma da Universidade do Brasil e as vicissitudes do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais em 1967.

Ainda em 1963 tinham sido aprovadas, pelo Conselho Universitário da Universidade do Brasil, "Diretrizes para reforma da Universidade do Brasil" resultantes do trabalho desenvolvido desde 1962, pelo Escritório de Planejamento da Reforma da Universidade do Brasil (Eprub), posteriormente submetido à Comissão de Reforma, a qual elaborou o documento que contém aquelas diretrizes. Começava então a se implementar o chamado *Plano Kafuri*, do qual resultaram, em março de 1967, os textos básicos da reforma da antiga Universidade do Brasil. Em 29 de julho de 1965, o Conselho Universitário da UB pronunciou-se com veemência contra a medida anunciada pelo governo de uniformização da denominação das universidades e escolas técnicas federais. O protesto não impediu que em 20 de agosto do mesmo ano fosse sancionada a Lei nº 4.759, dispondo que "as Universidades e Escolas Técnicas Federais da União, vinculadas ao MEC, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado". Em 5 de novembro de 1965, a Lei nº 4.831 dispôs sobre as denominações das universidades federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, subordinadas ao MEC, e que passariam a denominar-se, respectivamente, UFRJ e UFF.

Em 1967, dois decretos-leis instituíram o sistema departamental e criaram o IFCS. Em 28 de novembro de 1968 a Lei nº 5.540 extinguiu a cátedra nas instituições de ensino superior brasileiras, ao passo que em 11 de fevereiro de 1969 o Decreto-Lei nº 464 instituía a Reforma Universitária. Nesta mesma data, o Parecer nº 77/69 fixou normas para o credenciamento dos cursos de pós-graduação, aprovado pelo CFE.

O IFCS foi criado em 13 de março de 1967, pelo Decreto-Lei nº 60.455, sendo designado como seu diretor *pro tempore* o professor Djacir Menezes. A transferência dos cursos de História, Ciências Sociais

e Filosofia processou-se no segundo semestre de 1967. De acordo com o Plano de Reestruturação da UFRJ, a Faculdade Nacional de Filosofia deixou de existir, substituída por vários institutos. Os cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia foram reunidos no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e transferidos para o prédio da rua Marquês de Olinda, em Botafogo, onde até então funcionara o Instituto de Ciências Sociais. Teve início então, no segundo semestre de 1967, a difícil tarefa de organizar o novo Instituto, a começar pela discussão de seu Estatuto e Regimento Geral. Dado o clima político então dominante no Rio de Janeiro, as divergências ideológicas entre docentes e também entre alunos traduziam-se em constantes provocações, ameaças, inclusive práticas terroristas, como foi a explosão de um petardo junto a uma árvore na parte da frente do Instituto (notícia do *Jornal do Brasil*, em 4 de outubro de 1968: "Bomba caseira explode de madrugada no jardim do Instituto de Filosofia"). Coube à professora Marina São Paulo Vasconcellos dirigir com muita coragem e determinação os rumos do IFCS durante esses meses difíceis. Não faltaram provocações jornalísticas da direita denunciando a presença e a ação de *agentes subversivos* entre os alunos e professores do IFCS. Em 3 de setembro de 1968, o jornal *O Globo* noticiou: "Terror cultural na filosofia", "Professor da UFRJ denuncia terror cultural". Notas desse tipo repetiram-se nos dias seguintes, e no dia 10 de setembro as acusações se estendiam à geografia: "Terror Cultural: alunos humilham e expulsam catedrática", mantendo-se o noticiário ao longo de vários dias. Diante desses fatos, a diretora do IFCS, professora Marina São Paulo Vasconcellos, designou uma comissão de apuração para averiguar a real natureza e procedência de fatos veiculados pela imprensa, ouvindo as partes interessadas. Sob a presidência da professora Eulália Maria L. Lobo, nós e a professora Stella Amorim ouvimos durante várias semanas tanto os professores citados quanto os alunos das diversas turmas envolvidos nas denúncias. Nosso relatório final, contrário à veracidade das denúncias veiculadas pela imprensa, só foi concluído às vésperas da edição do AI-5, em dezembro de 1968.

Nosso pedido de afastamento do país fora aprovado no dia 17 de outubro. Com o AI-5, a emissão do nosso passaporte pelo Itamaraty foi vetada, incluída numa longa lista de proibições. Passamos os meses seguintes, de dezembro a março, negociando com as autoridades policiais e militares a expedição de um passaporte comum. Finalmente, no final de março de 1969, conseguimos viajar para Lisboa, com uma bolsa de estudos concedida pelo Instituto para a Alta Cultura, órgão do governo português. Em maio, já em Lisboa, lemos em jornais brasileiros as notícias sobre cassações e aposentadorias de inúmeros colegas e amigos, a começar por Maria Yedda, Hugo Weis e Eulália Lobo. No final de junho, quando atracou em Lisboa o navio em que Maria Yedda e José Linhares viajavam para a França, passamos um dia matando saudades. Somente anos depois iríamos nos reencontrar. Na verdade, a cadeira de História Moderna e Contemporânea deixara de existir.

Segunda parte: Caminhos e descaminhos da construção de uma Pós-Graduação em História

A década de 1970: "Os anos de chumbo"

Retornamos ao IFCS em dezembro de 1969, quando já estava instalado em sua nova sede, no prédio da antiga Escola Politécnica, no largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro. Relembrar aqueles anos é algo um tanto difícil já que foi uma época durante a qual fizemos o possível para ficar o mais longe ou o menor tempo possível nas dependências do IFCS.

Nossa narrativa desdobra-se novamente, a partir de agora, em dois níveis: o documental e o pessoal ou memorialístico.

O *nível documental* apoia-se nas informações numerosas e variadas reunidas pelos integrantes da comissão organizadora das comemorações dos setenta anos do curso de História da Universidade do Brasil (1939-2009); "Memória e celebrações dos setenta anos do curso de História da Universidade do Brasil", trabalho realizado sob a coordenação do professor doutor José Murilo de Carvalho. A documentação assim reunida é constituída de vários *anexos* e nos oferece uma quantidade expressiva de dados sobre os mais diversos aspectos do curso de História, como, no Anexo I, sobre as reuniões da Congregação do IFCS. Na impossibilidade total em que nos encontramos de analisar os vários anexos que constituem a documentação reunida pela Comissão dos 70 Anos, sublinharemos apenas as observações constantes do Anexo 3: "a passagem da 17ª reunião da Congregação do IFCS para a 18ª guarda algumas peculiaridades que merecem ser relatadas". Segundo o citado documento, "A ordenação das atas segue sem problemas até a 15ª reunião, realizada em outubro de 1968. Daí até a 22ª reunião (novembro de 1970), e somente neste intervalo, as folhas das atas estavam dispostas no livro numa ordem completamente aleatória. *Coincidentemente ou não, durante este período ocorrem importantes mudanças em relação ao corpo docente, à estrutura administrativa do IFCS no que diz respeito à sua Direção e seu quadro de funcionários e também em seus regulamentos* (grifo nosso). A numeração das atas segue até a 17ª reunião, de fevereiro de 1969. Cronologicamente, não há uma ata número 18. A reunião posterior à 17ª foi realizada em setembro de 1970 — uma reunião para eleição de uma lista sêxtupla para indicação dos nomes à escolha do presidente da República para direção do IFCS. *Não sabemos o que de fato aconteceu entre fevereiro de 1969 e setembro de 1970* (grifo nosso)":

— Até a 17ª reunião, a direção do IFCS era ocupada por Marina São Paulo de Vasconcellos. Depois, não é possível saber, pela análise das atas, o que aconteceu entre fevereiro de 1969 e setembro de 1970 que tenha ocasionado a mudança dos parâmetros de escolha da direção do IFCS;

— O corpo docente que integra a 17ª reunião é completamente diferente do grupo de professores que participam desta reunião em setembro de 1970 para a votação de uma lista sêxtupla. Seja como for, esta seria a partir de então a *situação* dominante no Departamento de História.

É preciso termos em mente que vivíamos um período extremamente delicado do ponto de vista político-institucional. Além disso, de acordo com depoimentos de professores que faziam parte do IFCS na época, esse seria o período de maior turbulência para o funcionamento das atividades acadêmicas no IFCS. Nós aqui apenas afloramos a superfície dos acontecimentos. Há ainda muita coisa a analisar.[19]

Mas voltemos à nossa memória e suas lembranças.

Recordar os anos 1970 significa algo assim como mergulhar em águas escuras e sujas de uma época que bem gostaríamos que jamais houvesse acontecido. Difícil esquecer aqueles anos, triste e complicado relembrá-los. Circunstâncias e experiências pessoais se misturam a acontecimentos mais gerais e vivências institucionais.[20]

Ao retornarmos ao IFCS, em começos de 1970, pouco depois da sua mudança para o velho prédio da antiga Escola Politécnica no largo de São Francisco, seu diretor era o professor Eduardo Prado de Mendonça, e o chefe do Departamento de História, o professor Eremildo Viana.

Na primeira reunião do Departamento de História a que comparecemos, em 1970, percebemos sem muito esforço o quanto o quadro docente havia se modificado em consequência das cassações e

[19] O Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), da UFRJ, possui uma documentação muito importante sobre a antiga Faculdade Nacional de Filosofia, quer sob a forma de documentos arquivados, quer em termos de publicações. São várias "Séries" e seu estudo e análise acrescentariam certamente muitos dados a esta nossa exposição.

[20] WERNECK DA SILVA, J. L. *A deformação da história, ou Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Este livro faz parte de uma coleção intitulada "Brasil: os anos de autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas". Em *A deformação da história* o professor José Luiz Werneck da Silva baseou-se em numerosos depoimentos de intelectuais fluminenses, em sua maioria professores e historiadores. Também: MOURA CASTRO, Cláudio. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

aposentadorias compulsórias de 1969. Sentíamo-nos, nós e o professor José Luiz Werneck da Silva, como sobreviventes pré-históricos.

De 1970 a 1978 vivemos num clima de insegurança, receio e vigilância. Houve alunos que simplesmente sumiram; nossas aulas eram ostensivamente vigiadas por funcionários da limpeza; nosso nome foi vetado para uma formatura. Procuramos manter, na medida do possível, uma espécie de *low profile*. Foi um tempo durante o qual tive o prazer de lecionar para algumas turmas excelentes, com alunos não raro fora de série, e, apesar de tudo, continuei a usar a bibliografia com autores marxistas nos cursos de História Moderna e Contemporânea, mesmo sabendo da presença de *espiões*. Lecionei também a História dos Países Ibéricos. Aproveitei também, não o nego, de todos os recursos legais para licenciar-me durante vários períodos: licença-prêmio e licença sem vencimentos.

Minha atenção principal estava então voltada para a elaboração da tese de livre-docência, afinal concluída em 1975 e defendida na UFF em 1976. Já nessa época, a professora Maria Yedda retornara ao Brasil e começara a coordenar o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, no Horto, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura e da Fundação Getulio Vargas. Tivemos oportunidade de participar de algumas atividades desse Programa, especialmente a pesquisa sobre a "História político-administrativa da agricultura brasileira", coordenada pela professora Eulália Lobo, assim como do Seminário Internacional realizado em 1978.

Enquanto isso, fora criado, em 1970, no IFCS, um Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em História, referido então, por alguns de nossos colegas, como Curso de Mestrado. A consulta que fizemos ao material sobre esse curso, existente na já citada documentação reunida pelo Projeto "Memória e celebrações dos setenta anos do Curso de História da Universidade do Brasil", permitiu-nos perceber a existência de muitos *diários de classe* anuais, trabalhos realizados pelos alunos para disciplinas oferecidas pelo Curso de Aperfeiçoamento, assim como os nomes das disciplinas e seus respectivos docentes. Tais cursos foram regulamentados pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) em 1971. Tratava-se de um curso heterogêneo, cuja grade curricular era bastante aleatória. Existem trabalhos produzidos pelos alunos de Aperfeiçoamento, mas não existem dissertações defendidas antes da reformulação e criação efetiva do Curso de Mestrado em 1979-1980.

Afinal, o Curso de Mestrado em História

No final dos anos 1970, mais exatamente em 1978-1979, chegamos, enfim, à saída do longo túnel. Eleita para a Chefia do Departamento de História, a professora Philomena Gebran lançou-se com determinação à tarefa de reestruturar o Curso de História e o funcionamento do nosso Departamento. A participação estudantil voltou a ser um elemento importante nas deliberações e decisões. Começa também o processo de rediscussão e regulamentação do Curso de Aperfeiçoamento com o objetivo de estruturar e regulamentar um autêntico Curso de Mestrado. Em 1979, com a Lei de Anistia, o Boletim Especial das Associações Docentes do Rio de Janeiro publica a lista de docentes da UFRJ atingidos por atos de exceção. Dela constam os nomes de antigos professores da FNFi/IFCS, alguns, infelizmente, já falecidos. Em junho de 1979, uma manifestação pela reintegração dos professores cassados foi promovida pela Associação de Docentes da UFRJ.

O Curso de Mestrado, no processo de reformulação do antigo Curso de Aperfeiçoamento, foi dividido em duas áreas de concentração: História do Brasil e História Antiga (Roma) e Medieval. A professora Eulália L. Lobo assumiu a coordenação da pós-graduação e deu início ao processo de seu credenciamento, cuidando também, com muita dedicação e competência, da biblioteca setorial.

Após uma visita realizada por uma comissão da Capes, o Curso de Mestrado foi finalmente reconhecido e credenciado em 1982.

A fase do mestrado

Com as mudanças implementadas a partir de 1978-1979, já agora respirando os ares benfazejos da anistia, multiplicaram-se as matrículas no mestrado e a oferta de disciplinas pelos docentes. Oferecemos vários cursos, até o final de 1983, no âmbito da história das ideias, com ênfase nas leituras e debates sobre as relações entre história e linguagem.

Segundo o "Catálogo de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 1980-1996", organizado pela professora Miridan Britto Knox Falci, até 1984 foram aprovadas catorze dissertações de mestrado, das quais participamos das bancas examinadoras de duas delas. A professora Maria Yedda começava já a favorecer, como orientadora, estudos sobre pequenas propriedades fundiárias e formas de exploração da mão de obra no campo, enfocando sobretudo as relações não capitalistas. De tal perspectiva, constitui hoje um marco a dissertação de João Luís Ribeiro Fragoso: *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*, defendida em 1983.

Durante o ano de 1984 estivemos no exterior, em Lisboa, com bolsa de pós-doutorado da Capes, realizando pesquisas em arquivos portugueses sobre a Intendência Geral de Polícia à época de d. Maria I, e sobre os periódicos portugueses a partir da *Revolução Vintista* (1820). Durante esse período foram aprovadas quatro dissertações de mestrado.

Em 1985 e 1986 voltamos ao trabalho no curso de mestrado, tomando parte em algumas bancas de dissertação. Oferecemos alguns cursos semestrais no campo das questões relativas às práticas discursivas e suas relações com as ideologias. Entretanto, este foi um período dos mais complicados, pois, múltiplos compromissos tornaram então muito escassa a nossa presença no ICHF. Mesmo assim, pudemos orientar as dissertações de Laurinda de Miranda Barbosa e de José Luiz de Oliveira.

Os compromissos acima referidos envolviam a participação em comitê do CNPq, em comissões da Capes e, sobretudo, as tarefas do cargo de pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFF, de 1986 a 1990.

Julgamos importante lembrar aqui a realização do I Encontro de Professores de História do Rio de Janeiro, entre 26 e 30 de setembro de 1983, pelo Departamento de História do IFCS (UFRJ). Nessa ocasião, foram apresentados vários textos originais, tanto sobre o ensino de graduação como o de pós-graduação, bem como a respectiva inter-relação. Infelizmente, até onde pudemos averiguar, os textos, inclusive o nosso, não chegaram a ser publicados.

No Catálogo de dissertações organizado pela professora Miridan Knox Falci, o volume de trabalhos defendidos é impressionante, indo da página 51 à 139, de 1990 a 1995, num total de 98 dissertações.

A fase do doutorado

Ao retornarmos ao IFCS, em dezembro de 1990, após nos aposentarmos na UFF, as expectativas convergiam no sentido da criação do Curso de Doutorado em História. A Coordenação do Programa de Pós-Graduação nomeou uma comissão departamental com a incumbência de propor e discutir a organização de um Curso de Doutorado, inclusive o respectivo regulamento. Deveria também ser estudada e encaminhada uma reestruturação do Curso de Mestrado. Ficamos com o encargo de relator dos debates e propostas e com a missão de redigir os documentos finais.

Tivemos então numerosas reuniões durante as quais se processaram discussões longas e agitadas, fruto das muitas divergências teóricas e pessoais então existentes, de tal maneira que o processo só foi concluído em 1992: autorização do CEPG em reunião de 10 de abril de 1992 e Edital da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, de 15 de junho de 1992. A principal novidade desse edital residia na forma então adotada para o *exame de seleção*: "será realizado dentro das normas e dos critérios estabelecidos individualmente pelos docentes devidamente autorizados pelo Colegiado, que aprovou também o número de vagas oferecidas e a indicação da área proposta pelos referidos docentes, constantes da relação anexa". O exame, prosseguia o mesmo edital, deveria ser realizado pelos docentes examinadores individualmente, tendo caráter classificatório e eliminatório. Foram definidas duas áreas temáticas: Sociedade e Cultura, e Sociedade e Política; cada examinador poderia escolher, como critério de seleção, duas ou três formas possíveis: entrevista, análise de projeto de tese, análise de memorial. Na prática, apenas houve uma examinadora que elegeu as três formas, enquanto todos os demais optaram pela entrevista e análise do projeto de tese.

Na verdade, pensávamos então, muitos de nós, no sistema tradicionalmente vigente na USP. Entretanto, conforme se pôs em prática o novo sistema de seleção e admissão ao doutorado, verificou-se que era muito difícil estabelecer certa coerência entre os comportamentos dos diversos docentes em termos de critérios acadêmicos explícitos quanto à aceitação de candidatos ao doutorado. Instalou-se um crescente mal-estar entre muitos docentes, sobretudo a partir do funcionamento da Comissão de Bolsas, com a verificação de que os critérios de seleção ao doutorado tendiam a estar muito ligados àqueles estabelecidos para a concessão de bolsas. Assim, em 13 de maio de 1994, a Comissão de Bolsas resolveu submeter ao Colegiado cerca de seis propostas que, na verdade, tendiam a modificar radicalmente algumas das características iniciais do Curso de Doutorado: rediscutir os futuros critérios de seleção ao doutorado; respeito às normas vigentes que proíbem conceder bolsas a doutorandos que trabalhem na própria Universidade; criar uma Comissão Acadêmica de Avaliação Periódica (anual) dos doutorandos para efeito de distribuição de bolsas, a ser instalada até 15 de julho de 1994.

Dando sequência às propostas aprovadas em maio, o novo coordenador, professor Afonso Carlos Marques dos Santos, apresentou, em 15 de agosto, um Projeto de Resolução que dava "nova redação aos Artigos 41 e 43 do Regulamento Específico do Programa" e suprimia "o parágrafo único do mesmo artigo". Em resumo, a seleção de candidatos ao doutorado passava a ser atribuição de uma Comissão Examinadora, aprovada pelo Colegiado, e constituída por cinco docentes permanentes do Programa. Tal proposta foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História Social na reunião plenária de 5 de setembro de 1994. Em 14 de setembro do mesmo ano foi publicado o Edital do Exame de Seleção ao Doutorado, previsto para o mês de dezembro de 1994. No mesmo edital estavam mencionadas as provas: língua estrangeira, prova escrita, exame de projeto e entrevista. Em suma, abandonava-se o sistema de seleção por orientador e estabelecia-se outro, talvez mais tradicional, semelhante ao do mestrado. Permaneceu apenas, da antiga concepção, a exigência do exame e homologação prévia, por uma comissão docente, dos processos de inscrição na seleção, tendo em vista a análise dos respectivos projetos de tese.

Os anos 1990

Os anos 1990 foram dos mais movimentados no Programa de Pós-Graduação em História Social. A implantação do doutorado, a entrada de novos docentes, a elaboração das primeiras teses de doutorado, tudo isso dinamizou bastante nosso cotidiano. Foi também o início de um período de querelas e rivalidades pessoais ou teóricas. Recordo-me da formação de grupos e de disputas algumas vezes veementes

durante as reuniões do Colegiado. Lecionei nessa época os primeiros seminários de pesquisa para os alunos de doutorado e pude assim participar de algumas teses bastante originais, além daquelas sob minha orientação direta.

Aposentei-me em meados de 1995, muito a contragosto, forçado, como tantos outros colegas, pelo clima de terror então implantado pelo MEC em termos de ameaças aos direitos dos aposentados do serviço público num futuro próximo. Continuei, porém, ainda por vários anos a manter contato com muitos dos doutorandos, orientei e participei de muitas das bancas de doutoramento do final dos anos 1990 e de começos do novo século. O mesmo poderia lembrar a respeito de nossa participação em diversas bancas de concurso público para seleção de novos docentes.

Cabe não esquecer, ainda, os diversos eventos organizados pelo Departamento de História e dos quais participamos. Assim, apenas para exemplificar, o "III Encontro Regional de História", patrocinado pelo Núcleo do Rio de Janeiro, da Anpuh, sobre Revolução e História e realizado em outubro de 1988, no IFCS; a participação no Seminário Internacional sobre a Inquisição, em 1987; assim como em eventos patrocinados pelo CNPq, em 1988 (Seminário sobre a Abolição da escravidão) e em 1989 (Seminário sobre a Proclamação da República).

Fatos posteriores e lacunas que permanecem

O presente estudo/relato termina na verdade com a nossa saída da atividade docente no IFCS. Ficam assim diversas lacunas a preencher:

— As dissertações e teses posteriores a 1996;

— Os muitos eventos, comemorativos ou não, organizados no IFCS nos últimos dezessete anos;

— Os rumos do Programa de Pós-Graduação em História Social, sobretudo o reconhecimento, em 2004, do Programa de Pós-Graduação em História Comparada;

— O lançamento, no ano 2000, da *Topoi: Revista de História*, recentemente selecionada pela Capes como uma das mais representativas do setor no país.

Por último, nossas desculpas ao leitor pelas dimensões que este texto alcançou, embora, ainda assim, muitas coisas tenham sido deixadas de lado, principalmente aquelas reflexões que fatalmente resultam da leitura de vários passos da nossa narrativa.

Niterói, setembro de 2012

PPGHIS, uma experiência

José Murilo de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
josemurilodecarvalho@gmail.com

Memórias em sequência

Não tenho muito que dizer sobre o texto do professor Francisco Falcon porque, para meu desapontamento, não convivemos no PPGHIS. Concorri ao cargo de professor titular para o então Departamento de História da UFRJ em 1997. Logo a seguir, entrei para o Programa de Pós-Graduação em História Social. O professor Falcon aposentara-se dois anos antes. Ele viveu os anos difíceis de formação do programa, Mestrado e Doutorado. Quando entrei, o Mestrado já funcionava há 15 anos, o Doutorado há cinco. Nossas memórias não se superpõem. Antes, a minha dá sequência à dele. Para mim, a experiência foi diferente das que tive anteriormente. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fui um dos fundadores do Mestrado e Doutorado; no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), ajudei a criar o Doutorado. Ao entrar para a UFRJ encontrei Mestrado e Doutorado já de pé. O que posso fazer, então, nesses comentários é emendar minha memória na do professor Falcon e trazer a narrativa até 2009, quando a UFRJ me aposentou. Apesar dos riscos envolvidos na operação, opto por registrar com candura minha experiência no PPGHIS que agora celebra seus trinta anos.

Tempo de estranhamento

A primeira impressão que tive foi quase de choque. Voltava, depois de dezenove anos, a lecionar na graduação. Enfrentar de novo, em salas desconfortáveis, grandes turmas de alunos, cuja postura destoava radicalmente daquela de meus tempos na UFMG, não foi fácil. Imagino a surpresa (e talvez a hilaridade) de colegas e alunos quando pedi um microfone para me conseguir fazer ouvir na sala 200. Devo ter sido também julgado um tanto maluco quando disse a alunos faltosos ou impontuais que o ensino público não era gratuito, era pago pelos contribuintes, inclusive pelos pais deles, e que, portanto, assim como os professores tinham obrigação de ensinar, eles tinham o dever de estudar. Aos poucos, no entanto, reconciliei-me com a graduação ao ponto de, ao final, lhe dar preferência em relação à pós-graduação. Certamente, a maior gratificação que tive na UFRJ foi receber a lista de mais de quinhentas assinaturas pedindo minha emerência encabeçada por alunos da graduação.

Quanto aos colegas, desconhecia quase todos, à exceção de alguns que conhecera como alunos no Iuperj ou como colegas na Casa de Rui Barbosa e no Cpdoc. Ao longo dos anos, desenvolvi boas relações com quase todos, sobretudo com os da área de Brasil.

Na pós-graduação, continuei a ensinar pensamento social e político brasileiro, prática que iniciara na UFMG e continuara no Iuperj, em parte como reação ao forte cosmopolitismo desses programas. Em parte também porque pensamento político em geral não era tema muito valorizado em ambiente ainda marcado pelo marxismo.

Outra surpresa que me aguardava foi a orientação intelectual predominante no Programa. Formado em Ciência Política, minha obra, desde antes da tese de doutoramento, voltara-se para a história política. O deslizamento para história fortalecera-se durante minha estada no Instituto de Estudos Avançados de Princeton (1980-1981) e nos anos de pesquisador na Casa de Rui Barbosa (1986 a 1997). Em minha visão de então, que mantenho até hoje, o estatuto epistemológico da história difere substancialmente do das ciências sociais. Foi com surpresa que me deparei com exigências para os concursos de Mestrado e Doutorado idênticas às que ajudara a formular na UFMG e no Iuperj. Lá estavam os marcos teórico-metodológicos, as definições conceituais, as hipóteses, e não só como exigência para a seleção, mas também para a feitura das dissertações e teses. Predominava e, que eu saiba, ainda predomina, sem ser unânime, a visão da história como ciência e não como parte das Humanidades. E não se tratava da *Scienza nuova* de Vico. Nesse ponto, ao longo de todo o período que passei no PPGHIS, nem mudou o programa, nem mudei eu, sem que a diferença, no entanto, tivesse causado qualquer desconforto nas relações com os colegas, talvez apenas alguma confusão na cabeça dos alunos. Diversidade é sempre benéfica.

Tempo de procela

Superado o estranhamento inicial, vieram dois anos, 2000 e 2002, de grandes dificuldades. A professora Francisca Azevedo, substituta, na coordenação do Programa, do professor Afonso Carlos, que assumira a coordenação do Fórum de Ciência e Cultura, buscava aprimorar as práticas administrativas. Talvez por ser novo na Casa e pela experiência anterior, insistiu em que a sucedesse no posto para continuar o trabalho. Aceitei a contragosto, por não morrer de amores por administração. Razões externas e internas tumultuaram os dois anos do mandato. De fora, havia a política restritiva do governo em relação ao financiamento das universidades federais. A consequência disso foram dois anos de greves de professores e funcionários que obrigavam o coordenador a se desdobrar na luta pela manutenção das aulas na pós-graduação e a funcionar como secretário do Programa. Mas o mais doloroso foi a crise interna que culminou na saída de vários professores, reagrupados logo depois no Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Ao tentar intermediar a disputa, fiado no fato de não ter participado das disputas internas anteriores à minha chegada, percebi que não havia como conciliar os dois partidos, tão fortes eram as animosidades recíprocas. Restava-me buscar o mal menor, que era conseguir um divórcio que pelo menos preservasse os direitos dos alunos. Foi o que se verificou, deixando, no entanto, em mim sensação amarga de derrota.

Tempo de trabalho

Passada a tempestade, vieram tempos mais amenos, tanto fora como dentro, com menos greves e menos conflitos. Testemunhei nesses anos avanços importantes no Programa. Listo apenas os que me parecem mais relevantes.

Em 2000 foi criada a *Topoi*. Embora achasse o nome grego pretensioso (assim como o são *Phoînix*, *Clio* e semelhantes), vi a revista firmar-se entre as melhores do país e tomar, recentemente, a corajosa decisão de se tornar eletrônica. Os grupos de pesquisa, chamados, à maneira das ciências exatas e biológicas, de laboratórios, consolidaram-se e alguns deles se tornaram referência nacional e internacional. Aumentaram os contatos internacionais. Nesse departamento, saliento a realização de seminários com participação de pesquisadores estrangeiros em que a troca intelectual se dá em mão dupla e de maneira

igualitária, em contraste com a velha prática colonizada de buscar lá fora a "teoria" para interpretar os dados de cá dentro. Finalmente, a incorporação de novos pesquisadores rejuvenesceu o quadro docente e diversificou suas competências.

Tempo de futuro

Os avanços foram reais, como o demonstra a classificação atual do Programa pela Capes. É crucial que se mantenha o dinamismo e se enfrentem novos desafios, tanto no plano do ensino como da pesquisa. Cada um de nós terá sua lista de prioridades. Cito algumas apenas a título de ilustração. Creio ser importante buscar meios de contribuir para a melhoria do ensino de história no nível médio para termos melhores candidatos ao Programa. Isso exigiria maior flexibilidade na estrutura do ensino. Acho também que a internacionalização do Programa deveria desdobrar-se no sentido da atração de alunos estrangeiros e do estudo de outros países, invertendo a lógica do brasilianismo. Impõe-se o estudo dos países hispânicos, assim como da China e da Índia. O intercâmbio internacional de professores deveria adotar a mão dupla. A visibilidade nacional do Programa, essencial para atrair bons alunos, deveria ser ampliada com novas iniciativas, tanto de professores como de alunos, à semelhança do que fazem outros programas.

São algumas divagações emerenciais que me ocorrem.

Relendo memórias

Marieta de Moraes Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
marieta@fgv.br

O texto do professor Falcon pode nos conduzir a duas leituras sobre a trajetória do PPGHIS: a primeira permite acompanhar o testemunho de um ator e personagem que, através do relato de memória — marcado pela emoção e seletividade, características típicas desse tipo de depoimento —, recupera suas vivências nas lutas sobre as tentativas de empreender a profissionalização no campo da história. A segunda leitura do texto nos conduz a rever, com um olhar mais analítico e crítico, o itinerário da pós-graduação no Brasil, em geral, e no IFCS/UFRJ, em particular.

Como ex-aluno e, depois, professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Francisco Falcon foi testemunha e personagem de destaque da mesma trajetória. Criado em 1939, o curso de História da Universidade do Brasil representou um momento importante do processo de profissionalização do ensino de história em âmbito nacional. Paulatinamente, o campo dos estudos históricos estava deixando de ser ocupado por profissionais liberais para formar professores especializados. No entanto, até 1964, as mudanças, inovações ou permanências do curso estavam direcionadas para a formação de professores da educação básica. Embora tenha havido tentativas de elaboração de projetos para a criação de cursos de pós-graduação, as iniciativas não lograram sucesso.

Com o golpe militar de 1964, um novo momento se iniciou. Em 1965, a aprovação do Parecer nº 977/65, de autoria de Newton Sucupira, definiu a natureza e os objetivos dos programas nacionais de pós-graduação. Nos anos seguintes foram encaminhadas as decisões referentes às principais questões relativas ao ensino superior, sendo preparadas as medidas necessárias para concretização da Reforma Universitária de 1968 e a institucionalização efetiva da pós-graduação.

Os debates e os preparativos em torno da reforma universitária, mais uma vez, iriam colocar a Universidade do Brasil e a Faculdade Nacional de Filosofia como um campo de experiência do que viria a acontecer com todas as demais escolas localizadas nos diferentes estados que se transformariam em universidades federais. A despeito das resistências contra a uniformização da denominação das universidades e escolas técnicas federais, medida anunciada pelo governo em novembro de 1965, as universidades federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, subordinadas ao MEC, passariam a ser denominadas, respectivamente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse contexto, a FNFi foi desmembrada em novos institutos, entre eles o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que passaria a abrigar o curso de História, dando lugar para mudanças expressivas no campo do ensino e da pesquisa dos estudos históricos.

A despeito das enormes perdas trazidas pelo regime militar com as cassações e perseguições a alunos e professores, começava a se delinear um novo modelo de curso de História, em que a pós-graduação e as atividades de pesquisa passavam lentamente a ocupar um lugar-chave. Ainda que com grandes dificuldades, em virtude das perdas sofridas, dos afastamentos compulsórios dos mais qualificados professores dos seus postos de trabalho — pois não é simples arregimentar um grupo expressivo de professores

com experiência para estruturar um curso de mestrado —, abriam-se caminhos para definição de um novo formato do curso de História, com investimentos expressivos para estruturar a pós-graduação.[1]

Apesar das resistências ao novo modelo trazido pela reforma universitária e dos conflitos permanentes entre alunos, professores e autoridades do MEC, em 1970, foi implantado um curso de especialização em História, na UFRJ. Seu percurso foi conturbado com grandes dificuldades para sua legitimação, mas finalmente essa primeira iniciativa foi reconhecida como o mestrado em história social, em 1982.

Com a abertura política, o retorno da democracia no país e a volta dos professores cassados, o processo de expansão da pós-graduação ganhou uma nova dimensão. Nesse novo contexto, os estudos históricos avançaram em direção a uma maior institucionalização, com a possibilidade de desenvolvimento de novos temas para investigação e de formação de novos quadros especializados na pesquisa e no ensino universitário, fortalecendo o processo de consolidação da pós-graduação. No caso particular do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), os anos 1990 foram especialmente importantes com o ingresso de uma nova geração de professores, o que permitiu uma reestruturação do curso de mestrado e a implantação, em 1992, do doutorado. Nos anos seguintes, o PPGHIS ingressaria numa nova fase, com um aumento expressivo da sua produção científica e sua inserção no rol dos programas de excelência na área de História.

A proposta do texto do professor Falcon não é só recuperar os itinerários percorridos pelo PPGHIS, mas destacar, com uma perspectiva crítica, que a implantação da pós-graduação foi marcada por muitas controvérsias. Nesse sentido, o encerramento dos debates e a definição autoritária de um modelo único de pós-graduação suprimiram outras possibilidades e projetos. Mas ainda assim avanços importantes foram alcançados.

Através da trajetória do professor Francisco Falcon é possível percorrer os caminhos dos processos de institucionalização do ensino universitário e de formação dos profissionais de história. Suas memórias nos mostram as diferentes conjunturas, os embates, os projetos, os conflitos, as divergências e os esforços para que o campo dos estudos históricos fosse progressivamente ocupado por profissionais com formação adequada. A leitura do seu texto nos permite ainda acompanhar as mudanças que tiveram lugar no território nada pacífico da área, com a progressiva transformação de seus cursos, de essencialmente formadores de docentes para a educação básica em direção a um novo perfil com ênfase maior para a pesquisa e a pós-graduação. Essa contribuição certamente tem um valor comemorativo neste momento do aniversário do PPGHIS, mas também oferece subsídios para pesquisas futuras.

[1] FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). *Capes, 50 anos*. Brasília: Capes, 2002.

Reparação e desamparo: o exercício da justiça através das notificações (Mariana, Minas Gerais, 1711-1888)

Álvaro de Araujo Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto, MG, Brasil
alvoantunes@gmail.com

Marco Antonio Silveira
Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto, MG, Brasil
mantoniosilveira@yahoo.com.br

RESUMO
Este artigo visa apresentar alguns resultados derivados da pesquisa de 783 autos de notificação, custodiados pelo Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS), em Mariana (MG). Os dados trabalhados, atinentes ao período de 1711 a 1888, foram obtidos através do uso de variáveis estabelecidas numa ficha de coleta em formato eletrônico. Através dos resultados já obtidos, é possível apontar hipóteses sobre o funcionamento da Justiça no termo de Mariana.
Palavras-chave: notificações; Minas Gerais; Justiça.

ABSTRACT
This paper aims to present some results derived from a research on 783 notification acts that are kept by Arquivo Histórico da Casa Setecentista, in Mariana, Minas Gerais. The data, referring to the period 1711-1888, were obtained through the adoption of variables established in an electronic form. Through the results already reached, it is possible to point out some hypotheses about the inner workings of Justice in the Mariana region.
Keywords: notifications; Minas Gerais; Justice.

Artigo recebido em 18 de junho de 2012 e aceito em 20 de setembro de 2012.

O problema da institucionalização da sociedade mineira tem sido discutido com afinco nos últimos anos. Embora antiga, a preocupação com os modos pelos quais os costumes e as instituições — especialmente as estatais — se fixaram em Minas ganhou novo alento com o impacto da obra de António Manuel Hespanha no Brasil. Hespanha, movido pelo objetivo de compreender a especificidade do Estado luso do Antigo Regime, esquadrinhou o território do Reino avaliando em que medida, no século XVII, determinados dispositivos de governo eram capazes de promover a monopolização dos poderes nas mãos da Coroa. Essa "arqueologia" empreendida pelo autor, como se sabe, ratificou a ideia de que seria anacrônico falar em centralização ou em absolutismo para o período, dadas as limitações financeiras e do aparato administrativo do Estado. Nesse sentido, estratégias políticas marcadas pela negociação com forças concorrentes e com poderosos locais, definidoras de uma doutrina corporativa e prudencial do poder, teriam se implementado como a forma mais adequada e eficaz de legitimar a presença e a atuação da Coroa.[1] A representação do Reino como corpo místico corresponderia, assim, a um conjunto de práticas capazes de, pelo menos parcialmente, domesticar os poderes concorrentes por meio de táticas de cooptação e da produção de uma identidade comum.

O modelo explicativo elaborado por Hespanha tem sido largamente apropriado pela historiografia brasileira dedicada ao estudo da colonização da América portuguesa. Se a Coroa encontrava tamanha dificuldade para se impor sobre o próprio território luso, o que não dizer das extensas áreas que compreendiam o Império? O conjunto de doutrinas e práticas conformadoras do modelo corporativo, mais do que explicar o funcionamento do Estado na Europa do Antigo Regime, passou a ser adotado como chave para o entendimento de como os portugueses conseguiram articular e manter um império tão vasto, a despeito das limitações técnicas da época.[2] Tais reflexões tornaram ainda mais complexos os debates sobre a natureza das relações que articulavam metrópole e colônia. Ao esforço historiográfico, incitado havia décadas, de caracterizar os mecanismos administrativos e econômicos de exploração colonial, bem como de apreciar seu alcance e sua eficácia, somaram-se as análises sobre a existência de vínculos de interesse mantidos entre partes diversas do Império português e sobre as estratégias políticas e ideológicas que, através da cooptação e da produção de identidades imperiais, repunham constantemente a autoridade da Coroa.[3]

A apropriação do trabalho de Hespanha nos estudos sobre a América portuguesa não tem ocorrido sem problemas. Aventou-se que o foco sobre as identidades imperiais, articuladas em torno de disposições políticas típicas de uma estrutura corporativa e de Antigo Regime, poderia implicar, no limite, a secundarização da especificidade dos contextos locais e dos conflitos entre a metrópole portuguesa e suas colônias. Nesse sentido, o esforço de se salientar a emergência de estratégias de negociação entre os diversos níveis de poder tenderia a obliterar o papel ordenador do Estado, bem como o impacto da escravidão e da transferência de recursos para a Europa. Segundo essa perspectiva, a distorção seria ainda mais notável no século XVIII, quando a América portuguesa teria assistido à imposição, mesmo que oscilante, de estruturas e mecanismos de controle da exploração aurífera.[4]

---

[1] HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994. Na mesma linha, CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998; "Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 45-68. Numa perspectiva parcialmente distinta e voltada para o século XVIII, MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder*. Lisboa: ICS, 2003.

[2] Por exemplo, BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar*, op. cit.

[3] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972; NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*. São Paulo: Hucitec, 1999.

[4] Antonio Manuel Hespanha tratará de críticas dessa natureza ao comentar as observações tecidas por Laura de Mello e

No que diz respeito ao caso de Minas Gerais, as contribuições trazidas por Hespanha se inseriram num contexto mais amplo de discussão sobre o caráter do Estado e da sociedade que se constituíram no decorrer do século XVIII. A preocupação com a temática antecede a recepção do historiador português, remetendo aos próprios governantes da capitania, que, no século XVIII, apresentaram um inventário de preocupações políticas relativas a essa importante região do império. De uma forma geral, dois elementos sempre se destacaram nos estudos concernentes à colonização de Minas: sua importância na produção de formas urbanas e estatais na América portuguesa, de um lado, e, de outro, a extensão das atitudes rebeldes e contestatórias. Focando a criação de vilas, a expansão institucional, a vinda de funcionários régios e o peso do aparelho fiscal, diversos historiadores sublinharam a força dos expedientes burocráticos na sociedade mineira, sem, no entanto, perder de vista o clima de instabilidade, revolta e tensão que a perpassava.[5]

Na historiografia dedicada às Minas foram muitas as pesquisas que destacaram a instabilidade, o conflito e a rebeldia como aspectos cruciais da vida social. O artigo clássico que Sérgio Buarque de Holanda publicou na década de 1960 caracterizou as Minas Gerais setecentistas como uma sociedade em "ebulição íntima", uma "estrutura movediça que se desmancha, em partes, e se recompõe continuamente, ao sabor das contingências imprevisíveis" — enunciado que caberia não apenas às primeiras décadas do século XVIII, mas ao conjunto da centúria, a despeito de, segundo o autor, a "aparência de estratificação" e a "ordenação forçada" terem com o tempo substituído o "tumulto inicial".[6]

Na década seguinte, retomando a obra de Sérgio Buarque e as reflexões da historiografia marxista dedicada ao estudo da colonização do Brasil, Laura de Mello e Souza descreveu as Minas como uma sociedade definida pela instabilidade e pela tensão social, expressas na existência de uma ameaçadora camada de marginalizados.[7] Mais recentemente, os trabalhos de Carla Anastasia e Adriana Romeiro constituem outros exemplos de investigação historiográfica que tende a descrever a sociedade mineira setecentista destacando seus elementos de contestação e subversão. A despeito das diferenças de enfoque, para as autoras, cujos estudos se dedicam fundamentalmente à primeira metade da centúria, as diversas formas de usurpação das instituições e dos dispositivos estatais por parte dos poderosos locais geravam nas Minas um quadro permeado pela imprevisibilidade social.[8]

As reflexões de Hespanha levaram à retomada de alguns dos temas já amplamente discutidos pelos historiadores voltados ao estudo das Minas, estimulando ainda o aprofundamento de questões tais como o papel das câmaras municipais na negociação dos interesses locais, o desempenho de magistra-

---

Souza. SOUZA, Laura de Melo. *O sol e a sombra*: política e administração do Império português no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. HESPANHA, Antonio Manuel. Depois do Leviatã. *Almanack Brasiliense*, n. 5, maio 2007.

[5] Por exemplo, e apesar das diferenças que os separam, IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 100, p. 257-273, out./dez. 1974; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986; *Norma e conflito*. São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras; Ed. da UFMG, 1999; BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986; FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde*. São Paulo: Annablume, 1996; FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *Barrocas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[6] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: _____ (Ed.). *A época colonial — administração, economia, sociedade.* Rio de Janeiro: Difel, 1982. v. II, p. 259-310. (História geral da civilização brasileira).

[7] SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Sobre a caracterização das Minas como uma sociedade perpassada pela instabilidade. Ver também SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.

[8] ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998; *A geografia do crime*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005; ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008. Também sobre as primeiras décadas de ocupação das Minas, mas numa perspectiva diferente, CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros*. Tese (doutorado em história) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Sobre o exercício da justiça na capitania de Minas Gerais na segunda metade do XVIII, e especialmente sobre as práticas faccionais dos advogados, ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces*. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; PPGH/UFMG, 2004; ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat justitia*: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). Tese (doutorado em história) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

dos e governadores e a incorporação de potentados às estruturas burocráticas. Estudos recentes sobre a Comarca de Vila Rica, por exemplo, têm recuperado o perfil dos agentes jurídicos e administrativos locais em diferentes instâncias, focalizando desde juízes ordinários até oficiais de vintena.[9] Mesmo os temas mais diretamente ligados ao problema da contestação passaram a ser tratados sob a ótica da doutrina corporativa e da formação de uma identidade imperial.[10]

Nesse contexto, também o tema do desenvolvimento dos mercados regionais tornou-se central nas análises historiográficas. Pesquisas sobre a diversidade produtiva e a multiplicidade dos circuitos comerciais dentro e fora das Minas retomaram e adensaram muitas das proposições formuladas pelo trabalho pioneiro de Mafalda Zemella.[11] Tais pesquisas levaram os historiadores a refletir mais atentamente a respeito do grau de ordenação e de integração da sociedade mineira setecentista, colocando-se em xeque a tese de que as Minas haviam se caracterizado essencialmente pela instabilidade. À luz das questões formuladas por Hespanha e por outros estudiosos, tornou-se imperativo, por exemplo, avaliar a existência e a abrangência, já no século XVIII, de um movimento *avant la lettre* de "interiorização da metrópole", ancorado na integração dos interesses mercantis das Minas com aqueles sediados no Rio de Janeiro e em outras partes do Império português.[12]

Outro aspecto das recentes discussões está na tendência de superação das barreiras artificiais que têm separado a segunda metade do século XVIII das primeiras décadas do XIX. O tema da interiorização da metrópole já havia suscitado na historiografia mineira um importante estudo sobre as relações entre a formação do setor dedicado ao abastecimento no Sul de Minas e a constituição do grupo liberal moderado no Primeiro Império — abordagem que, com diferenças de enfoque, tem sido retomada mais recentemente.[13] Consolidaram-se posteriormente investigações que, valendo-se das listas nominativas, entre outros tipos de fonte, possibilitaram caracterizar as Minas oitocentistas como uma sociedade escravista — apesar do peso expressivo da população livre e liberta — e fundada num rol diversificado de atividades econômicas. A hipótese de que à decadência da mineração se seguiu um quadro de irreversível degradação econômica foi definitivamente superada e cedeu lugar à imagem de uma "acomodação evolutiva" calcada principalmente no setor agropecuário — ainda que as controvérsias sobre a natureza e as causas desses rearranjos permaneçam intensas.[14]

---

[9] LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local*: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Dissertação (mestrado em história) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003; PIRES, Maria do Carmo. *"Em testemunho da verdade"*: juízes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808). Tese (doutorado em história) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005; GOUVEIA, Maria de Fátima. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto. Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 120-140, jan. 2004. Para a região de Mariana, TERMO de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: Ed. da Ufop, 1988. v. 1; 2004. v. 2.

[10] FIGUEIREDO, Luciano Raposo. O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p. 197-254; ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de d. João V*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; e FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[11] ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*, op. cit.; MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. *La societé ouropretaine selon les inventaires "post-mortem" (1740-1770)*. Tese (doutorado em história) — Universidade Paris VI, Paris, 1985; FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; Edunb, 1993; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

[12] FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*, op. cit.; *Diálogos oceânicos*, op. cit.

[13] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979; SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. Tese (doutorado em história) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002; SILVA, Ana Rosa Cloclet. Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro. In IANCSÒ, István (Org.). *Independência do Brasil*: história e historiografia. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2005. p. 551-555.

[14] MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence*. Tese (doutorado em história) — Vanderbilt University, 1980; SLENES,

Esse perfil econômico e demográfico que a historiografia traçou para a sociedade mineira do século XIX encontra-se fortemente associado às preocupações com a formação do Estado nacional. Se a chegada da Corte ao Brasil em 1808 implicou a expansão das instituições de justiça típicas do Antigo Regime, após a Independência de 1822, e de modo especial na década de 1830, ocorreram mudanças estruturais significativas articuladas à apropriação das concepções liberais e da ideia de constituição. Autoridades do período, como Manuel Inácio de Mello e Souza, presidente da província mineira entre 1831 e 1833, preocuparam-se em criticar, partindo das novas noções, o exercício da justiça do período colonial, destacando sua ineficiência, bem como sua incapacidade de resolver conflitos de modo satisfatório em meio às consequências advindas dos embates jurisdicionais, da privatização dos postos, do choque entre diversas fontes legais e do impacto do direito costumeiro.[15] Críticas dessa natureza resultaram na separação, no âmbito municipal, entre funções administrativas e judiciais, deixando as câmaras de responsabilizarem-se pelas últimas. Nesse cenário, foram criados os postos de juiz de paz — que assumia em certa medida deveres anteriormente cabíveis aos juízes de vintenas —, de juiz municipal e, na esfera das comarcas, de juiz de direito. Mais tarde, surgiram os delegados e subdelegados, cargos que estavam no cerne de um debate complexo sobre as relações entre as dimensões judicial e policial.

Todas essas alterações, além de se apresentarem como tentativas de superar o modelo antigo mediante a consolidação de um paradigma fundado na racionalidade hierárquica e na orientação projetiva do direito positivo, imiscuíram-se também nos embates relativos à maneira pela qual se daria a distribuição dos poderes entre os níveis distrital, municipal, regional e nacional. Nesse sentido, a historiografia buscou entender de que modo se dera a gestação de um projeto conservador calcado em concepções centralizadoras do exercício da política e da administração. Ilmar Rohlof de Mattos, por exemplo, discutiu a ação e os procedimentos saquaremas visando expandir a capacidade regulatória do Estado.[16] Por sua vez, José Murilo de Carvalho analisou a cúpula do governo imperial apontando suas características e identidades, as quais, para além dos rótulos partidários, diriam respeito ao impacto da formação universitária. Nos termos do autor, "a homogenidade ideológica e de treinamento" adquirida nos bancos da Universidade Coimbra "é que iria reduzir os conflitos intraelite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política".[17] Mais recentemente, no entanto, Miriam Dolhnikoff, investigando o funcionamento de instituições provinciais, colocou em xeque a tese da vitória do modelo centralizador sob o argumento de que a necessidade de constantes negociações entre os diversos níveis de poder resultou na gestação de um pacto de caráter federativo. A autora, assim, destacou o papel das elites na manutenção da ordem através da promoção de constantes rearranjos políticos e institucionais entre o núcleo do governo sediado no Rio de Janeiro e suas bases políticas provinciais. Entre as disposições reguladoras e as forças políticas divergentes, a história da construção do Estado brasileiro teria sido "a história da tensão entre a unidade e a autonomia".[18]

No Brasil, o Estado procurava impor-se por meio do controle territorial e fronteiriço, da aplicação de leis abrangentes, da fixação de impostos e do fortalecimento das estruturas de controle, com destaque para as forças militares e para as estruturas técnico-administrativas. As mobilizações sociais do período, contudo, revelam a outra face de um império amarrado às tradições monárquicas e escravistas, bem

Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH*, Unicamp, n. 17, 2005; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (doutorado em história) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

[15] SOUZA, Manuel Inácio de Mello e. A administração da justiça em Minas Gerais (1827). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 3, 1898, p. 55-22.

[16] MATTOS, Ilmar Rohlof de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 183.

[17] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 21.

[18] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. São Paulo: Globo, 2005. p. 11.

como suscetível à opinião pública e às forças políticas centrífugas potencialmente fragmentadoras da unidade nacional. Entre a perspectiva de uma nação brasileira assentada na racionalidade e na autoridade do Estado imperial, de um lado, e, de outro, aquela que valoriza o povo e as elites imersos em forças de dispersão e coesão, a historiografia brasileira buscou problematizar a tessitura entre Estado e nação.

Toda a discussão acerca da formação do Estado nacional tem resultado numa reavaliação do funcionamento das instâncias jurídicas e administrativas durante o Império brasileiro. Pesquisadores de São João del-Rei serviram-se do tratamento quantitativo de fontes cartorárias para dimensionar a eficácia das instâncias judiciais na referida região. Relendo criticamente a bibliografia que compreendeu a atuação dos agentes estatais como submissa aos interesses privados, tais estudiosos têm sugerido que, ao acolherem e mediarem contendas cotidianas, os tribunais viram sua autoridade reforçada pelas camadas pobres ou remediadas. Desse modo, as reformas efetuadas no decorrer do século XIX, geradoras de avanços tanto quantitativos quanto qualitativos, teriam produzido para o período um quadro bastante distinto daquele experimentado nas primeiras décadas dos Setecentos.[19]

Em linhas gerais, pode-se dizer que, nos últimos anos, parte expressiva dos estudos relativos à história de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX pautou-se por um enfoque voltado para a busca de elementos identificados com processos de ordenamento e integração social. Análises sobre a constituição de mercados, o funcionamento da Justiça ou a formação de identidades políticas, embora complexas e variadas, têm muitas vezes apresentado como eixo comum a preocupação de resgatar a importância de estruturas institucionais e costumeiras na organização da vida social. Essa tendência, de um lado, deve-se a certa profissionalização da história no Brasil, fenômeno que implicou o alargamento dos diversos campos de pesquisa, bem como sua sofisticação temática e metodológica. De outro, é o resultado da própria historicidade que caracteriza o trabalho do historiador, uma vez que as profundas mudanças ocorridas no mundo nas décadas de 1980 e 1990 se desdobraram na crítica aos paradigmas vigentes até então. Seja como for, tais contribuições, pelo menos no que diz respeito ao estudo da sociedade mineira, não se apresentam, via de regra, como leituras excludentes ou simplistas. Ao resgatarem aspectos geralmente negligenciados, têm, pelo contrário, apontado para a formulação de modelos explicativos mais complexos e capazes de conjugar elementos de ordenação e de subversão social.

Assim, compreender a natureza e a extensão do arcabouço institucional engendrado em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX, bem como o significado das diversas formas pelas quais os dispositivos jurídicos e administrativos foram apropriados socialmente, consistem hoje em objetivos cruciais da historiografia. A análise de como a Coroa portuguesa e o Estado brasileiro promoveram a expansão de suas estruturas administrativas cooptando e domesticando os poderosos locais, ou de como estes últimos foram capazes de apropriá-las em benefício de suas próprias estratégias faccionais, é um dos caminhos possíveis de investigação. Outra alternativa, a que se pretende desenvolver aqui, implica avaliar o alcance das estruturas jurídicas junto às camadas intermediárias da população com o intuito de recuperar tanto as tensões e formas de sociabilidade experimentada por vizinhos e parentes, quanto a dinâmica do funcionamento cotidiano da Justiça. Para a realização de ambos os objetivos, as notificações têm muito a oferecer.

As notificações como fonte

Graças às suas peculiaridades e às importantes informações que oferecem, fontes documentais de caráter judicial, tais como processos-crime, inventários e testamentos, revelam-se aparatos decisivos para

[19] VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*. Bauru (SP): Edusc, 2004.

os historiadores. As notificações, de sua parte, consistiam num instrumento jurídico através do qual um ou mais indivíduos eram citados para comparecer em juízo e responder a uma determinada demanda, queixa ou reclamação.[20] Nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, elas cobrem o extenso período que vai da constituição das primeiras câmaras, em 1711, até o final do período imperial, em 1888, contemplando objetivos variados: dar contas de inventários e tutelas, assumir testamentarias, efetuar despejos de casas e terras, resolver conflitos de vizinhança, concluir obras, coibir invasões, exibir documentos, fazer entrega de bens, dissolver sociedades, impor a assinatura de termos de bem viver etc.[21]

Cada notificação correspondia a uma série de trâmites padronizados. Normalmente, o notificante apresentava ao juiz uma petição na qual expunha sua demanda ou queixa. O julgador, ao recebê-la, despachava ordenando que se citasse a parte. Atrás da petição, registrando data e local, o oficial responsável informava ter citado o notificado para comparecer ao tribunal. No dia da primeira audiência, o escrivão fazia a autuação, instruindo sobre os dados fundamentais do auto. A partir de então, iniciava-se o procedimento propriamente dito, cuja extensão e complexidade variavam de acordo com a causa em questão, o empenho das partes envolvidas e a eficiência dos agentes judiciais. Embora em boa parte dos casos a presença do notificado em juízo sanasse a causa de sua citação, em muitos casos a notificação desdobrava-se em litígios mais complexos, assumindo a forma de libelos cíveis ou de outros tipos de processo. De um modo ou de outro, as notificações permitem que se recupere e se sistematize um sem-número de informações relevantes sobre o perfil dos litigantes e o funcionamento da Justiça. Por serem comumente objetivas, elas atraíam um público específico, caracterizado por indivíduos que geralmente almejavam resolver, com alguma celeridade, conflitos familiares e vicinais. Por esse motivo constituem um importante instrumento para a avaliação do alcance e da eficácia dos dispositivos jurídicos instituídos nos períodos colonial e imperial.

Embora todo tipo de procedimento judicial desperte o interesse do pesquisador, as notificações remetem a aspectos ainda pouco estudados pela historiografia. Querelas e devassas têm sido utilizadas pelos historiadores que procuram compreender mais profundamente a natureza das tensões sociais nas Minas, bem como os atributos da criminalidade.[22] Contudo, embora contribuam decisivamente para a análise da formação dos costumes, tais investigações criminais, por suas próprias características, tendem a relegar a segundo plano as formas arraigadas de arranjo comunitário. Outras séries documentais trazem dados decisivos sobre algumas dessas formas, mas permanecem limitadas quanto à sua variedade. Inventários e testamentos, por exemplo, ao retratarem momentos específicos da configuração de propriedades e de laços comunitários, são de modo geral insuficientes na recuperação de parte de sua dinâmica e complexidade.[23] Os libelos cíveis, por sua vez, quando extensos e atinentes a disputas in-

[20] O presente artigo traz alguns dados do projeto "Notificações de Mariana e Ouro Preto (1711-1888): banco de dados e inventário analítico". O projeto recebeu apoio da Fapemig e foi coordenado pelos professores Álvaro de Araujo Antunes e Marco Antonio Silveira. Atualmente, Silveira desenvolve com o apoio do CNPq uma análise das notificações em perspectiva comparada.

[21] Para uma investigação mais profunda sobre as notificações, ver COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. *As tramas do poder*: as notificações e a prática da justiça nas Minas setecentistas. Dissertação (mestrado em história) — Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

[22] A querela consistia numa investigação criminal originada pela denúncia de um ou mais ofendidos. Correspondia, na verdade, a uma primeira fase de investigação, baseada na escuta de algumas poucas testemunhas, podendo redundar, em caso de pronúncia, na instauração de um libelo-crime, processo aprofundado no qual o réu seria livrado ou condenado. A devassa, por sua vez, consistia numa investigação criminal que não se originava da denúncia de um ou mais ofendidos, mas, sim, da obrigação *ex-oficio* que o juiz tinha de conhecer dos casos que lhe eram noticiados. Normalmente, após a escuta de trinta testemunhas, havendo pronunciado, dava-se início ao libelo-crime. Na prática, portanto, querelas e devassas correspondiam à fase de investigação que posteriormente foi atribuída aos delegados de polícia.

[23] Como se sabe, os testamentos implicavam a descrição relativamente sumária dos bens e das vontades de legação de uma determinada pessoa, tendo como fundamento a legislação vigente. Nesse sentido, visavam legalizar a transferência do patrimônio de uma geração a outra por ocasião dos falecimentos. Os inventários, por seu turno, consistiam na listagem e

trincadas, tornam possível a reconstituição verticalizada das comunidades neles envolvidas.[24] Tendem, porém, a concernir apenas a disputas patrimoniais de maior fôlego. As notificações, assim, parecem preencher uma lacuna analítica na medida em que expressam tanto a variedade dos arranjos comunitários, quanto a dinâmica que permeava os conflitos e sua resolução. Entre esses conflitos, pelo menos no caso de Mariana, merecem ser mencionados os que diziam respeito à posse ou ocupação de imóveis. Em boa medida, a história das disputas cotidianas pela propriedade privada nas Minas ainda está por ser feita.

Neste sentido, foram consultadas e processadas 783 notificações do 1º e 2º ofícios, todas sob a guarda do Arquivo Histórico da Casa Setecentistas (AHCS), na cidade de Mariana. As informações obtidas nessa primeira etapa, depois de quantificadas, cruzadas e analisadas, indicam alguns resultados interessantes. Do total de autos, 41,9% foram gerados no século XVIII, enquanto 57,5% se referem ao século XIX. A distribuição dos autos por cinco períodos, conforme indicado na tabela 1, demonstra que sua produção se concentrou nas fases 1751-1808 e 1809-1830, esta última atingindo uma média bastante elevada de notificações por ano quando cotejada com as demais. Há de se destacar que o número de autos para o primeiro período é quase o dobro do estabelecido para os dois últimos. Conquanto a perda de documentos ocorra em decorrência de inúmeros fatores, é comum que, em arquivos cartorários, os mais recentes superem em quantidade os mais antigos. Apesar disso, talvez não seja excessivamente arriscado sugerir, como hipótese, que o conjunto analisado apresenta certa coerência: evoluindo segundo uma curva de produção que atingiu seu pico por volta da época da Independência, teria sofrido, desde então, um forte movimento descendente. Isso se explicaria por dois fatores, pelo menos: por um lado, a expansão das estruturas jurídicas, que, como se sabe, ganhou alento com a transferência da Corte para o Brasil em 1808 e com as tentativas de organização do Estado nacional no Brasil; por outro, os possíveis impactos das mudanças institucionais e legais ocorridas na década de 1830. É possível que as notificações, tendo servido como instrumento relativamente eficaz durante a constituição e a vigência do modelo jurídico administrativo do Antigo Regime, perdessem importância após as reformas que esvaziaram os poderes camarários e locais. Assim, a concentração do uso desse tipo de auto no período 1809-1830 se explicaria pelo vigor da expansão do antigo modelo antes de seu desmantelamento.

Tabela 1
Distribuição dos autos por períodos e médias anuais

Período	Nº de autos	%	Média anual
1711-1750	147	18,8	3,68
1751-1808	250	31,9	4,24
1809-1830	304	38,9	13,22
1831-1850	42	5,3	2,00
1851-1888	40	5,0	1,02
1711-1888	783	100,0	4,39

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.

avaliação dos bens de um defunto ou de alguém desprovido da capacidade de administrá-los, visando o cumprimento dos títulos estabelecidos nos testamentos e a distribuição adequada da herança e do patrimônio.

[24] Os libelos cíveis eram ações centradas em matérias variadas, geralmente de caráter patrimonial. Constituíam-se, em linhas gerais, pela exposição articulada de motivos, feita tanto por autor quanto por réu, pela anexação de documentos, pelas razões dos advogados das partes e pela sentença final.

Seja como for, os dados contidos nas notificações mostram-se promissores no que se refere à investigação de como as estruturas de Justiça funcionavam em Minas Gerais. Isso porque permitem avaliar em que medida certos grupos sociais podiam contar com os diversos tribunais na resolução de seus conflitos.

Notificantes e notificados

A recuperação do perfil social dos grupos que acessavam a Justiça é prejudicada pelo número bastante expressivo de casos de ausência de informação. Qualquer tentativa de dimensionar com mais rigor a condição e a qualidade de notificantes e notificados parece fadada ao fracasso. Não seria adequado atribuir a ausência de informação a qualquer fenômeno social identificado ao silenciamento de categorias, pois o problema abrange não somente o século XIX, mas também o XVIII, período em que o uso generalizado de referências de condição e qualidade é incontestável. A falta de tais informações deriva provavelmente da natureza da fonte: enquanto em certos processos judiciais a descrição de uma testemunha precisava ser mais ou menos completa, visto que suas características interferiam na própria qualificação do depoimento, nas notificações esse procedimento não era previsto, nem essencial.

Ainda assim, foi possível identificar uma pequena quantidade de referências a negros, indígenas, mestiços e forros. Quando justapostas ao fato de as notificações abarcarem proprietários em geral, tais incidências sugerem (e apenas sugerem) que esses casos são exceções, pois as notificações foram majoritariamente utilizadas por indivíduos brancos e livres. Porém, ainda que escassa, a referência à condição de indivíduos forros (14) e quartados (7), por exemplo, indica que a mobilidade social teria reflexos no acesso à justiça. Chama a atenção, também, a presença de alguns carijós (14), dado que deve ser relacionado com o fato de vários dos documentos em questão terem resultado de demandas em áreas de fronteira.

De acordo com a pesquisa, os agentes sociais que mais ocuparam os espaços da justiça durante o período analisado eram do sexo masculino. Os totais contidos na tabela 2 ultrapassam o teto de 783 (número das notificações trabalhadas) porque cada auto poderia envolver mais de um notificante ou notificado. Esses totais seriam ainda maiores se muitas das notificações não se originassem da iniciativa do próprio juízo — daí, aliás, a ocorrência de mais dados sobre o sexo dos notificados (901) do que dos notificantes (576). Contudo, a preponderância masculina é evidente: 84,9% destes e 79,5% daqueles.

Tabela 2
Distribuição dos autos de notificação segundo o gênero (termo de Mariana, 1711-1888)

G/P	A	B	C	D	E	F
Notificantes						
Homem	136	174	137	26	27	489
Mulher	2	35	35	4	3	87
Notificados						
Homem	148	242	298	29	32	716
Mulher	13	44	103	19	09	185

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.
G/P: Gênero/Período
A: 1711-1750; B: 1751-1808; C: 1809-1830; D: 1831-1850; E: 1851-1888; F: 1711-1888.

Em relação à questão do gênero, vale a pena destacar dois pontos. De um lado, a brusca queda na relação homem/mulher na passagem do primeiro para o segundo período — de 68,0 (136/2) para 4,9 (174/35) entre notificantes e de 11,3 (148/13) para 5,5 (242/44) entre notificados. Tais informações corroboram preconceitos relativos ao papel das mulheres nas sociedades do período, em especial os que marcavam as donas e donzelas com a pecha da exposição pública, mas demonstram também que elas não estiveram ausentes dos conflitos judiciais. Aparentemente, houve mesmo alguma expansão de sua presença nos autos no século XIX. As mulheres procuravam utilizar os espaços jurídicos como locais de reivindicação e resolução de problemas e conflitos entre vizinhos e parentes. Ainda mais significativo é o fato de que a participação das mulheres entre os notificados alcança números mais expressivos, equivalendo a 20,5% do total.

Tais dados fazem sentido quando se recorda que a partir da metade do século XVIII a presença feminina e a estruturação familiar se acentuaram. Não é de estranhar, pois, que, em autos voltados preferencialemente ao encaminhamento de problemas de herança, a presença das mulheres seja bastante relevante. Afinal, cabiam a muitas delas, na condição de mães e viúvas, a administração de bens e a criação de filhos menores. Dessa maneira, se os dados sugerem que as notificações abarcavam fundamentalmente livres e brancos, sugerem também algum peso das mulheres na posse da propriedade privada.

Em linhas gerais, as informações referentes aos usos sociais das notificações fornecem pistas importantes sobre o perfil dos indivíduos nelas envolvidos: proprietários de bens, comumente sediados na cidade ou em seus arredores. O auto de notificação, nesse sentido, foi utilizado como meio através do qual se procurava salvaguardar o acesso e a posse de terras e bens herdados. Os campos diretamente vinculados ao perfil dos envolvidos tendem a corroborar essa hipótese, apesar de se mostrarem decepcionantes em alguns aspectos.

Usos da justiça

Na análise das notificações, a pesquisa no AHCS valeu-se de um catálogo antigo escrito à mão, do qual consta, além dos nomes de notificante e notificado, a atribuição a cada auto de um título com vista a resumir seu conteúdo. Sua sistematização permite que se perceba claramente que tipo de uso os habitantes do termo de Mariana faziam dos meios jurídicos oferecidos pelas notificações. A quantificação das entradas do catálogo reforça a ideia de que, embora se prestassem ao tratamento de assuntos variados, as notificações foram associadas, por ordem decrescente, a três tipos gerais de demandas: as que se referiam a testamentos, inventários, heranças e tutelas; as que abrangiam conflitos de propriedade; e as que diziam respeito a transações e créditos. Da totalidade de 783 autos, como indica a tabela 3, os mencionados tipos abarcaram respectivamente 336 (42,9%), 143 (18,3%) e 62 (7,9%) casos — números que atigem 69,2% do conjunto, mas de todo modo subestimados, uma vez que a investigação verticalizada dos autos restantes certamente os majoraria.

Tabela 3
Tipos gerais de demandas das notificações (1711-1888)

Tipos gerais de demanda	%
Testamentos, inventários, heranças e tutelas	42,9
Conflitos de propriedade	18,3
Transações e créditos	7,9
Total parcial	69,2
Outros	30,8
Total	100,0

Fonte: Notificações (1711-1888); Catálogo das notificações, AHCS.

A incidência desses temas indica que indivíduos pertencentes às camadas intermediárias tiveram papel importante no uso das notificações.[25] Tal preponderância pode ser distinguida nos conflitos derivados de créditos e dívidas, o que pode ser ilustrado pela petição seguinte:

> Diz Francisco de Aguiar Lima e companheira que, além do que lhe deve por um crédito e fora dele Simão Peixoto de Magalhães, preso na cadeia desta dita [vila] a requerimento do suplicante, por não dar segurança à importância do dito crédito, está [adstrito], na forma de sua obrigação e rol que junto oferece, dar contas o suplicado [da parte] que tem cobrado das 1392 oitavas e [ilegível] vinténs de ouro a que se obrigou, e o [quanto] ainda devem as pessoas declaradas no dito rol; e para efeito de dar as ditas contas no termo de oito dias, a que se lhe assinarão na primeira audiência de Vossa Mercê, o pretende fazer notificar com a cominação de que, não as oferecendo em juízo no dito termo, sustar pelas que o suplicante apresentar em sua contumácia.[26]

As questões de dívida, no fundo, compunham um tipo geral de demanda cujo cerne estava na disputa pela propriedade. Quando associadas aos casos envolvendo bens de órfãos e contas de inventários e testamentarias, circunscrevem o campo decisivo do embate em torno da transmissão e da manutenção da riqueza. Conflitos envolvendo despejos de casa e terrenos, limites de propriedades, conclusão, embargos e demolições de obras, e cartas de alforria, apesar de suas especificidades, não se excluem de tal circunscrição.

Destaque-se, no entanto, que boa parte de embates dessa natureza, principalmente no século XIX, abarca áreas mais rurais e distantes do termo de Mariana, expressando, assim, a dinâmica da economia mineira após o declínio da mineração. A invasão de pequenas propriedades de plantações por animais é um exemplo disso. Mas tão importante quanto a constatação da existência de diversos autos concernentes às atividades agropastoris e de subsistência é o fato de que alguns deles remetem ao sul do termo e à região da Zona da Mata. As estruturas agrárias desempenharam um papel peculiar na ocupação de tais fronteiras, acarretando o surgimento de pequenas e médias propriedades nessas regiões. A justiça, por vezes, foi acionada para solucionar impasses resultantes da delimitação imprecisa das propriedades. Uma petição desse tipo, embora relativa à região mais próxima da sede, expressa o problema:

> Diz João Francisco Pereira, morador no Brumado, do juízo desta vila, que ele é senhor e possuidor de uma roça sita na mesma paragem [ilegível] na qual planta, há tempo de doze anos, mantimentos e tudo o mais que se lhe oferece; e nela tinha no presente ano plantado dois alqueires e meio de milho; e como Sebastião Álvares Caldas, morador na mesma paragem de [ilegível] acima, com o seu gado vacum, que traz sem pastor algum, lhe tem destruído não somente o milho que tinha plantado, mas também bananal e outras mais plantas e outrossim, conforme o [direito], está obrigado o suplicado a ressarcir o dano que o seu gado der (...) por cuja razão o quer fazer citar (...).[27]

O problema da dinâmica fundiária deve ser, todavia, analisado com cautela. A expansão territorial verificada desde o início da colonização na região da Vila de Nossa Senhora do Carmo explica a ocor-

[25] O termo "camadas intermediárias" é genérico e, por isso mesmo, insuficiente. No entanto, é utilizado neste artigo para designar grupos e indivíduos que tinham acesso a formas de propriedade, fossem terras ou escravos, distinguindo-se, por um lado, dos setores efetivamente abastados e, por outro, daqueles desprovidos de bens. Embora seja difícil circunscrever empiricamente, através das notificações, os limites das "camadas intermediárias", a recorrência com que os autos se referem a testamentos, inventários e dívidas sinaliza a atuação neles de pequenos e médios proprietários.

[26] AHCS, 2º ofício, códice 178, auto 4.414, ano 1743, fl. 3. Optou-se por atualizar a grafia e a pontuação dos documentos citados.

[27] AHCS, 2º ofício, códice 171, auto 4.158, ano 1730.

rência de autos cujos contendores não habitavam seu principal núcleo urbano. Porém, as notificações sugerem que o acesso às formas jurídicas esteve condicionado à maior ou menor proximidade em relação à cabeça do termo. A tabela 4, forjada segundo os dados referentes ao local de citação, demonstra claramente o efeito da expansão territorial. A escolha desse aspecto para a análise da distribuição espacial das notificações tem a ver com os procedimentos que norteavam o uso dos autos. Quando não era o próprio Juízo que dava início ao processo, este se originava de petição feita por um determinado requerente. O despacho do juiz, então, acarretava a citação da parte, como já foi apresentado. Embora determinadas circunstâncias fizessem com que, por vezes, o oficial responsável citasse o notificado na própria cidade, era comum que isso ocorresse no lugar de sua morada. A citação, portanto, oferece um bom termômetro para a investigação do local da contenda.

Tabela 4
Distribuição espacial das notificações (1711-1888) em %

P/L	Mariana	Termo	N/C	Relação
1711-1750	50,7	26,7	22,6	1,9
1751-1808	41,7	38,2	20,1	1,1
1809-1830	30,3	35,8	33,9	0,8
1831-1850	35,7	30,9	33,4	1,1
1851-1888	30,0	27,5	42,5	1,1
1711-1888	32,0	40,1	27,9	1,1

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.
P: Período; L: Localização

Quando se comparam as linhas dos períodos 1711-1750 e 1751-1808, nas quais são achados índices parecidos de ausência de informações (22,6% e 20,1%), observa-se o traçado de curvas opostas: de declínio para a cidade, de ascensão para o termo. A partir de 1809, o equilíbrio no número de casos de cidade e termo mantém-se, apesar de algumas oscilações. Entretanto, quando se lembra que a ocupação de novas áreas se deu de modo mais ou menos constante durante os séculos XVIII e XIX, esse equilíbrio pode ser apenas aparente. Se a decadência da mineração provocou uma migração interna, principalmente de homens jovens e maduros, no sentido das áreas rurais, a equivalência dos índices (41,7% e 38,2% em 1711-1750; 30,3% e 35,8% em 1809-1830) tende a expressar, na verdade, menos possibilidades de acesso a formas jurídicas nas regiões mais afastadas da Cidade Mariana. O aumento do índice de ausência de informações no período 1809-1888 (33,9%, 33,4% e 42,5%) é algo difícil de explicar, podendo advir, por exemplo, de falhas arbitrárias de registro. Mas se for válido o argumento de que quanto maior a proximidade e a familiaridade em relação à sede do termo, menor a preocupação do oficial com o registro, a hipótese indicada acima ganha ainda mais força.

Os litígios pela disputa de bens tornaram-se mais intensos no século XIX, principalmente os que se referiam a contas de inventários, testamentarias e tutorias de menores. Os tutores eram intimados a dar conta dos rendimentos e das despesas da herança dos órfãos menores. Os números sofrem alguma distorção resultante dos dados relativos aos anos de 1819 e 1820, período em que Agostinho Marques Perdigão Malheiros, pai do famoso abolicionista, entregou-se, por questões ainda desconhecidas, à tarefa de encaminhar uma centena de casos atinentes a heranças e tutelas. Um exemplo disso aparece na seguinte petição:

> Diz Rosa Maria da Silva, tutora dos órfãos seus filhos legítimos, herdeiros do ajudante Manuel Álvares de Sousa, que foi citada para dar contas do rendimento e despesa respectiva, a qual apresenta e requer a Vossa

> Senhoria se digne mandar que junto aos autos sigam os termos do estilo, copiada a procuração, e sendo [assim] se tome termo [ilegível] nos procuradores que se designar.[28]

Os requerimentos que deram origem às notificações são, nesse sentido, instrumentos bastante pertinentes para a recuperação da dinâmica patrimonial. Uma das lacunas ainda não exploradas devidamente pela historiografia refere-se ao entendimento da complexa atividade que regulava, através de expedientes costumeiros e jurídicos, a transmissão vertical e horizontal de bens.

> Dizem Matias Correia Dias e Domingos José de Lima, por cabeça de sua mulher Ana Maria Doroteia, filhos e herdeiros de Alexandre Roiz de Oliveira e sua mulher Ana Cardoso da Fonseca, que, sendo falecidos seus pais há anos bastantes e ficando na posse de todos os bens seu irmão e cunhado Ângelo Inocêncio Roiz, nascidos no Arraial de S. Caetano, não tem o mesmo até o presente inventariado os bens do casal, querendo somente desfrutá-los: por cuja causa querem os Suplicantes fazer citar ao Suplicado para no termo de oito dias, a pena de sequestro e ser lançado do inventário, e ainda de prisão, dar a inventário todos os bens hereditários que ficaram pelos falecimentos dos pais comuns.[29]

A multiplicidade das regras de direito e dos acertos comunitários que procuravam circunscrever os patrimônios foi responsável por situações muitas vezes bastante tensas e confusas. De modo geral, é possível dizer que vigorava nas Minas, principalmente no século XVIII, um fenômeno que pode ser caracterizado como "sobreposição possessória", isto é, um quadro patrimonial em que as intrincadas disputas de bens entre indivíduos, grupos ou gerações tornavam difícil estabelecer com certeza a quem pertencia determinada propriedade privada.[30] Para além das complexidades atinentes ao direito e ao costume, esse fenômeno derivou em grande medida de certa precariedade material. Muito embora as atividades de mercado e os padrões de consumo tenham alcançado êxito em Minas Gerais, os róis de bens listados em inventários e testamentos indicam a pobreza de muitos dos moradores e a rusticidade da vida material.

Juízos e julgadores

Em relação à atuação dos julgadores, os dados refletem as mudanças ocorridas nas estruturas jurídico-administrativas na primeira metade do século XIX. Trata-se, portanto, de um importante instrumento para avaliar as implicações, flutuações, mudanças e continuidades do gerenciamento da Justiça em Minas Gerais ao longo do período em questão. Outrossim, os dados sobre os julgadores permitem conhecer os níveis de formação dos mesmos, bem como a maior ou menor presença de uma justiça letrada em Mariana.

Em todo o período analisado, como mostra a tabela 5, a maior parte dos trâmites foi conduzida pelo juiz de fora, responsável, quando somadas as rubricas correspondentes (juiz de fora, juiz de fora e de órfãos, e juiz de fora e provedor dos defuntos e ausentes), por 72,8% dos autos iniciados por titulares (297 casos entre 408) e por 37,9% do total geral (297 entre 783).[31] Esses resultados, contudo, embutem uma deformação, pois sabe-se que as mudanças efetuadas nas décadas de 1820 e 1830, em especial

[28] AHCS, 2º ofício, códice 175, auto 4.290, ano 1819, fl. 4.
[29] Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS), 2º ofício, códice 174, auto 4255, ano 1825.
[30] Sobre as "sobreposições possessórias", ver SILVEIRA, Marco Antonio. *Fama pública*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, em particular o cap. "Os bens da viúva: patrimônio, troca e magia".
[31] Sobre os juízes de fora de Mariana, ver SOUZA, Débora Cazelato. *Administração e poder local*: a Câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777). Dissertação (mestrado em história) — Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

Tabela 5
Função dos julgadores (1711-1888)

Julgadores		
Juiz das justificações, casamentos e resíduos	1	
Juiz de fora	164	
Juiz de fora e de órfãos	131	
Juiz de fora e provedor dos defuntos ausentes	2	
Juiz de órfãos	11	
Juiz de paz	2	
Juiz municipal	12	
Juiz municipal e órfãos	26	
Juiz municipal e orfãos da provedoria	1	
Juiz municipal, de órfãos e provedor das capelas	1	
Juiz ordinário	18	
Promotor do juízo	1	
Provedor	1	
Provedor dos defuntos e ausentes	20	
Provedor dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos	15	
Total	408	52,1%
Por comissão*	248	31,7%
Pela ordenação**	83	10,6%
Substituto/suplente/interino***	14	1,8%
N/C****	28	3,6%
Não identificado	2	0,2%
Total geral	783	100,0%

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.

*Rubricas da categoria "Por Comissão": advogado, advogado de comissão, advogado dos auditórios, advogado nos auditórios e juiz pela Ordenação, comissário, juiz comissionado, juiz de comissão, julgador de comissão.

**Rubricas da categoria "Pela Ordenação": juiz de fora e órfãos pela Ordenação, juiz de fora pela Ordenação, juiz de órfãos pela Ordenação, juiz pela Ordenação, juiz pela Ordenação e de órfãos, vereador mais velho e juiz pela Ordenação.

***Rubricas da categoria "Substituto/suplente/interino": juiz municipal e provedor suplente em exercício; juiz municipal suplente; juiz municipal, de órfaos e provedor suplente; primeiro substituto do juiz municipal e órfaos; primeiro suplente do juiz municipal; provedor interino dos defuntos e ausentes; segundo substituto do juiz de órfaos; segundo substituto do juiz municipal de órfãos; segundo substituto do juiz municipal e órfãos; segundo vereador e mais velho juiz pela Ordenação; substituto do juiz municipal (oficial da Ordem da Rosa).

****Não consta.

as do Código do Processo Criminal, de 1832, não só retiraram das câmaras municipais suas funções judiciais, como também extinguiram o posto de juiz de fora. Assim, a alta porcentagem concernente aos julgadores forâneos do século XIX deriva de certa concentração do conjunto dos autos oitocentistas, *grosso modo*, nos anos de 1810 a 1830. De fato, como se viu acima, o longo período que abrange as décadas de 1830 a 1880 corresponde a apenas um décimo do total dos autos.

Os 4,4% de juízes ordinários que atuaram em notificações iniciadas por titulates (18 entre 408) remetem à fase anterior a 1730, quando foi estabelecido um juiz de fora em Mariana. Quando às porcentagens de juiz ordinário e de juiz de fora são acrescidas as do juiz municipal em suas várias rubricas (juiz municipal; juiz municipal e órfãos; juiz municipal e órfãos da Provedoria; juiz municipal, de ór-

fãos e provedor das capelas), cargo que incorporou suas funções e atingiu 9,8% do total (40 entre 408), percebe-se que as notificações foram instrumentos utilizados preferencialmente na primeira instância judicial. Essa hipótese é corroborada pela constatação de que os diversos tipos de julgadores aptos a substituir os titulares assinalados — comissionados, advogados e juízes pela Ordenação — alcançam, juntos, cifras também significativas. A distribuição dos autos pelos juízos em que tramitaram ajuda a entender melhor os dados da tabela 6.

Tabela 6
Distribuição nas notificações por instância julgadora em % (1711-1888)

P/I	Ordinário	Órfãos	Provedoria	Outros	NC
1711-1750	77,3	20,0	1,3	---	0,7
1751-1808	62,2	15,0	22,4	0,4	---
1809-1830	44,8	36,5	18,7	---	---
1831-1850	42,9	40,5	9,5	7,1	---
1851-1888	10,0	22,5	57,5	10,0	---
1711-1888	54,3	26,4	18,1	1,0	0,9

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.
P: Período; I: Instância julgadora

Quando cotejadas as tabelas 5 e 6, são expressivas as diferenças entre os índices de juízes de órfãos e Juízo de Órfãos, entre juízes ordinários e Juízo Ordinário, bem como entre provedores e Provedoria dos Defuntos e Ausentes, com ampla vantagem para os três últimos itens de comparação. No que concerne à jurisdição ordinária, a distorção é parcialmente explicada pelo peso de julgadores por comissão ou Ordenação. A esse ponto deve ser acrescido que os juízes de fora, como presidentes das câmaras municipais, atuavam oficialmente na circunscrição ordinária. Em outras palavras, os autos tramitados no Juízo Ordinário foram conduzidos por diferentes tipos de julgadores: juízes ordinários (até a década de 1730), juízes de fora, juízes municipais (desde a década de 1830), juízes pela Ordenação e comissionados. No que diz respeito ao Juízo de Órfãos, basta lembrar que suas funções eram acumuladas pelos julgadores forâneos. O mesmo ocorria em relação à Provedoria.

Outro aspecto importante sobre o perfil dos julgadores refere-se à sua qualificação por meio de títulos e patentes. Informes dessa natureza permitem que se definam melhor os grupos sociais em que estavam inseridos os juízes.

Como pode ser observado acima, as categorias de desembargador e doutor, juntas, atingem 74,8%, havendo ampla preponderância dos primeiros. Esse dado coaduna-se com o da tabela 6 na medida em que os principais julgadores, sendo juízes de fora ou advogados comissionados, tinham de ostentar pelo menos a titulação de doutor em direito. A forte presença de juízes diplomados nos autos sugere que parte expressiva de feitos e instrumentos judiciais fora encaminhada por magistrados conhecedores das leis, e não por leigos. É preciso, contudo, observar que tal aspecto, por si só, não era garantia de um exercício mais eficiente da justiça, já que muitos dos autos podiam ser atravessados pelas relações clientelistas ou perderem-se por falta de despacho. A presença de julgadores com formação acadêmica em circunscrições tão vastas, ocupados ainda em funções diversas, compõe o quadro ambíguo do exercício da justiça em Minas.

Em 18,6% dos casos, os juízes eram leigos e portavam patente militar. O peso dos capitães nesse conjunto, correspondente à metade do total, não é de se estranhar visto que os juízes ordinários elegiam-se entre os homens bons, de cuja caracterização fazia parte a ostentação de boas patentes.

Tabela 7
Títulos e patentes dos julgadores dos autos de notificação (termo de Mariana, 1711-1888)

Título ou patente	%
Doutor	60,7
Desembargador	14,1
Advogado	1,1
Capitão	9,2
Coronel	2,4
Sargento	4,3
Tenente	2,0
Alferes	0,7
Cirurgião-mor	0,7
Outros	0,8
NC*	4,0
Total	100,0

* Não consta.
Fonte: AHCS.

Além disso, entre os juízes por ordenação, isto é, os vereadores mais velhos a quem cabia substituir os ordinários na sua ausência, valia o mesmo princípio. Há de se ressaltar, por essas mesmas razões, que a situação de Mariana era decerto específica na capitania de Minas Gerais em decorrência da presença do juiz de fora já na década de 1730. Provavelmente, nas demais câmaras mineiras, onde vigoraram os juízes ordinários por todo o século XVIII — sendo Campanha, no sul de Minas Gerais, uma exceção tardia —, o número de juízes letrados tenha sido menor. De uma maneira ou de outra, os trâmites nos tribunais dependeram do convívio próximo entre julgadores leigos e formados, até porque muitos destes eram indicados por aqueles para substituí-los em audiências.[32] Uma análise mais pormenorizada dos autos de notificação demonstra como o mesmo instrumento passava, nas diversas audiências, pelas mãos de juízes diferentes, havendo, às vezes, um número grande de julgadores atuando num mesmo auto ou processo. Uma vez que parte dos doutores apontados na tabela 7 eram advogados comissionados, uma questão crucial consiste em saber que tipo de relação se mantinha entre os juízes letrados e os principais escritórios de advogados locais.[33]

Outro aspecto importante ainda por elucidar diz respeito ao oficial de citação, um agente decisivo para o exercício cotidiano da justiça. Era ele quem estabelecia o vínculo entre o juízo e o notificando ao intimá-lo a comparecer nas audiências definidas. Que a atuação desses e outros oficiais estava longe de ser neutra mostram as referências esparsas relativas à cobrança de peitas junto aos interessados. O esboço do perfil dos oficiais de citação da Mariana dos séculos XVIII e XIX auxiliaria no entendimento da articulação de instâncias variadas de caráter policial e judicial, bem como permitiria que se avaliasse se e como os instrumentos legais chegavam às partes mais distantes e recônditas do termo.

[32] Carmem Silvia Lemos apurou que, num total de 122 devassas, 82 (67,20%) foram procedidas por juízes ordinários não letrados, mas somente dez deles, ou seja, 8,19%, não fizeram uso explícito de um assessor letrado. LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local*: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808), op. cit. p. 68-71.
[33] ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat justitia*: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). Tese (doutorado em história) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Tabela 8
Função dos oficiais de citação (termo de Mariana, 1711-1888)

Função	%
Escrivão	31,1
Tabelião	4,5
Alcaide	3,5
Meirinho	5,2
Oficial de justiça	2,0
Juiz de paz	0,1
Juiz de vintena	9,0
Juiz de fora	0,1
Padre	0,1
NC*	44,4
Total	100,0

* Não consta.
Fonte: AHCS.

A quantidade expressiva de casos para os quais não há informação disponível deve-se geralmente ao fato de o oficial assinar o nome, mas não indicar seu ofício. Somente uma investigação mais cuidadosa permitiria sanar em parte essa deficiência. Entre os dados conhecidos, chamam a atenção não apenas o destaque alcançado pelo escrivão, mas também a constatação de que, quando a porcentagem de suas citações é somada à de tabelião e alcaide, chega-se a 39,1% do total. Tais informes propõem que parte significativa das citações era feita nas próprias dependências do tribunal ou em suas cercanias. O único oficial exclusivamente relacionado aos distritos e arraiais, o juiz de vintena, atinge apenas a quantia de 9,0%. Como se viu antes, havia significativa tendência de encaminhamento de autos relativos à cidade em detrimento daqueles relativos ao termo É o que sugere também a tabela 9.

Tabela 9
Local de citação (termo de Mariana, 1711-1888)

Função	%
Mariana	72,9
São Caetano	5,1
Furquim	4,2
Bento Rodrigues	1,9
Antônio Pereira	1,6
Sumidouro	1,9
Brumado	1,1
Catas Altas	4,6
Inficionado	2,8
Bacalhau	1,6
Chopotó	2,3
Total	100,0

Fonte: AHCS.

Em 72,9% dos casos, as citações foram realizadas na própria Cidade Mariana. Se esse número é acrescido dos relativos às localidades mais próximas da sede do termo, torna-se patente que a distância influenciava de modo decisivo no exercício da justiça. Ainda que se formule uma hipótese distinta — a de que os juízes mandavam citar o notificado por terem notícia de sua vinda à sede —, é difícil crer que a distância em relação ao tribunal não produzisse algum tipo de exclusão.

Sentenças e interrupções

Como foi descrito acima, a notificação era um instrumento jurídico através do qual se chamava a juízo uma determinada parte para que efetuasse certo procedimento, muitas vezes tão corriqueiro quanto aceitar uma testamentaria. Por isso, boa quantidade dos autos não previa sentenças. Em algumas ocasiões, quando, por exemplo, o notificado devia apresentar em juízo contas de testamentaria, estas últimas, depois de avaliadas e aceitas, eram julgadas por sentença. Todavia, dúvidas ou recusas referentes à origem da notificação podiam transformá-la em processos de outra natureza, como os libelos cíveis, que se estendiam por muito tempo. Essas observações sobre a natureza das notificações são importantes para que se compreendam os limites dos dados atinentes à existência de sentenças ou à interrupção dos autos. Nos feitos que previam sentenças, o processo, evidentemente, ou era com elas finalizado, ou não. Em outros casos, embora os autos não demandassem sentença, podiam ser finalizados ou permanecer interrompidos por qualquer razão. Havia ainda situações nas quais a interrupção resultava do acordo entre as partes, comumente não registrado nos autos. Por esses motivos, é arriscado estabelecer afirmações categóricas acerca da relação entre a porcentagem de finalização dos autos e a eficácia da Justiça.

Quando são considerados finalizados os autos que apresentam sentenças, seu número alcança pouco mais de um terço do total. Porém, o peso dos feitos inconclusos foi provavelmente menor, pois o critério adotado acaba por ignorar os desfechos informais, bem como o fato de que muitas notificações dispensavam sentenças. Ainda assim, deve-se repetir, os dados indicam falhas no exercício cotidiano da justiça. É bastante crível que parte significativa das queixas da população formuladas junto aos meios jurídicos tenha acabado sem solução ou engavetada. Ressalte-se, contudo, que, em certas ocasiões, os moradores acionavam a Justiça para encaminhar seus impasses, podendo em seguida buscar uma solução através de acordos informais. Nesse sentido, recorrer ao campo jurídico implicaria uma estratégia para intimidar a parte oposta com o intuito de forçá-la a negociar e evitar gastos judiciais.

No montante de autos finalizados, as sentenças poderiam ser favoráveis ao notificante ou ao notificado, geralmente transformados, no caso de desdobramento das notificações em processos efetivos, em autor e réu. Em algumas circunstâncias, ambas as partes ganhavam e perdiam — ou, em outras palavras, tinham suas demandas reconhecidas parcialmente, sendo, mesmo assim, condenadas em algo.

As porcentagens da tabela 10, por sua vez, sugerem que, caso os autos seguissem até os trâmites finais, grande quantidade dos reclamantes alcançava seus objetivos. Embora haja consultas preliminares nesse sentido, seria necessário, porém, avaliar minuciosamente se há alguma relação entre a duração dos feitos e a obtenção de sentenças favoráveis. O cruzamento de ambas as variáveis tenderia, segundo as sondagens iniciais, a mostrar que o alcance da sentença esteve diretamente relacionado à longa duração dos pleitos e, consequentemente, à tendência de que envolvessem indivíduos de posse. Se assim for, os dados das tabelas 10 e 11 reforçariam a hipótese de uma apropriação mais positiva dos instrumentos jurídicos por parte de gente rica ou remediada.

Todavia, essa hipótese também deve ser relativizada quando se verifica, através da tabela 11, que a duração da maioria dos autos não ultrapassou um ano.

Tabela 10
Sentenças favoráveis a notificantes/autores e notificados/réus (1711-1888)

P/A e R	A	%	R	%	A/R	%	N/C	%
1711-1750	36	24,5	8	5,4	1	0,7	102	69,3
1751-1808	35	14,0	20	8,0	4	1,6	191	76,4
1809-1830	74	24,3	20	6,6	11	3,6	199	65,5
1831-1850	5	11,9	2	4,8	1	2,4	34	80,9
1850-1888	6	15,0	2	5,0	1	0,9	31	77,5
1711-1888	154	19,5	51	6,5	17	2,2	561	71,6

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.
P/A e R: Período/Autor e Réu
A: Sentença favorável ao notificante/autor; R: Setença favorável ao notificado/réu; A/R: Sentença favorável ao notificante/autor e ao notificado/réu; N/C: Não consta.

Tabela 11
Porcentagem de notificações distribuídas segundo duração e períodos (1711-1888)

Duração/Período	A	B	C	D	E	F
Até 5 dias	18,7	18,5	13,5	28,6	5,0	16,7
Até 10 dias	25,3	25,6	15,5	31,0	5,0	20,9
Até 30 dias	44,0	35,8	22,9	47,6	17,5	32,6
Até 60 dias	59,3	48,0	34,2	54,8	32,5	44,7
Até 90 dias	64,7	55,9	40,6	61,9	32,5	51,1
Até 180 dias	81,3	64,6	55,2	73,8	40,0	63,5
Até 1 ano	90,7	76,0	71,9	83,3	62,5	77,0
Até 2 anos	97,3	85,4	85,5	90,5	70,0	87,1
Ate 3 anos	99,3	90,2	88,7	95,2	77,5	90,8
Até 4 anos	99,3	92,5	91,6	95,2	87,5	93,2
Até 5 anos	100,0	93,7	92,6	95,2	90,0	94,3
Até 10 anos	---	97,2	98,7	100,0	97,5	98,5
Até 20 anos	---	98,8	99,7	---	100,0	99,5
Até 40 anos	---	99,6	100,0	---	---	99,9

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS.
A: 1711-1750; B: 1751-1808; C: 1809-1830; D: 1831-1850; E: 1851-1888; F: 1711-1888.

Em boa medida, a duração relativamente curta dos autos resulta da própria natureza das notificações, voltadas para o encaminhamento de problemas objetivos tais como a apresentação de contas de tutela ou a justificação do levantamento de uma parede ou cerca. Mas esse mesmo fator é um forte indicativo de que, se, por um lado, as notificações desdobravam-se em outros tipos de processo, reproduzindo, dessa maneira, os padrões excludentes da dinâmica judicial dos séculos XVIII e XIX, por outro, elas efetivamente abriam-se à resolução expedita de assuntos de interesse mais amplo, especialmente alguns daqueles relacionados à transmissão da herança e ao controle da propriedade.

Contudo, a tabela 11 ainda informa que, após 90 dias de seu início, praticamente metade das notificações continuava em andamento; o mesmo ocorreu com mais de um terço delas após 180 dias, e com quase um quarto após um ano. Articulando-se as informações das tabelas 10 e 11, talvez seja adequado propor que, descontados os casos de resolução expedita e os que implicaram interrupções, as notifica-

ções envolveram um número minoritário, mas não desprezível, de contendas cujo desdobramento se estendeu por certo tempo, trazendo, porém, alguma satisfação aos autores.

Conclusões

Como indicam os exemplos, as notificações consistem num tipo de fonte que tem a vantagem de expressar toda uma dinâmica social que dificilmente é contemplada por inventários e testamentos. Esse aspecto é marcadamente importante quando se retoma a discussão acima referida sobre o grau de institucionalização da sociedade mineira em face das flutuações conjunturais, de tempo e espaço. Se as petições sugerem que formas de mediação de conflitos foram sendo gestadas no decorrer do tempo através da confecção de costumes ou do recurso à Justiça, mostram também que as Minas eram uma sociedade trespassada pela disputa encarniçada em torno da aquisição e circunscrição da propriedade privada. Dessa maneira, em que pese a contribuição dos estudos que reconstituem a existência de mercados e de camadas intermediárias estabelecidas, somente a investigação minuciosa da dinâmica patrimonial é capaz de fornecer respostas mais criteriosas sobre a efetiva extensão da economia e sobre o que seu funcionamento significava em termos de estabilidade ou luta social. Do mesmo modo, questões dessa espécie demandam ainda a análise sobre a formação, entre vizinhos e parentes, de uma consciência de privacidade, visto que várias notificações abordam diretamente o problema da preservação da intimidade familiar.

Apesar do estado ainda preliminar do tratamento dos dados, eles permitem adiantar algumas tendências importantes. A existência de recursos jurídicos acessíveis à parte das camadas pobres e remediadas é uma delas. A própria sobrevivência de um grande número de notificações e o fato de envolverem questões caras aos moradores comuns de Mariana demonstram esse aspecto. A presença de mulheres como notificantes e notificadas, ampliada no século XIX, sugere que o sentimento de justiça não se limitou aos homens. Uma vez que as questões concernentes aos bens — expressas não apenas na posse de terras e casas, mas ainda nas dívidas, testamentarias, inventários e tutorias — abrangiam também mulheres, sua atuação junto aos tribunais foi se tornando mais importante.

A atuação dos juízes de fora, por sua vez, parece apontar para uma tendência contraditória. Se, por um lado, sua presença no julgamento de mais de um terço dos processos ratifica o peso dos magistrados enviados pela Coroa no exercício da justiça local, a forte atuação de comissionados (sejam doutores, advogados ou patenteados) indica a incapacidade de os julgadores forâneos darem conta do excesso de demandas típico de suas funções. Esse último ponto pode representar a fragilidade das instâncias julgadoras, mais abertas à dinâmica clientelista local.

Outro limite aparece na ampla predominância de citações feitas aos moradores da Cidade Mariana, em contraposição àquelas envolvendo os distritos. Tal discrepância, como foi assinalada, certamente relaciona-se não apenas com as diferenças na composição demográfica do termo como um todo, mas também com a variável da proximidade ou distância dos tribunais. Da mesma forma, o número majoritário de processos interrompidos, incrementado no século XIX, tende a corroborar a ideia de que o acesso às instâncias judiciais não implicava necessariamente o acesso à reparação legal. Ainda que parte das interrupções possa ser entendida pela existência de acordos entre as partes, esse fator, por si só, não é capaz de explicar o peso das porcentagens alcançadas. Quando se comparam tais fragilidades com o sucesso obtido pela maioria dos notificantes cujos processos foram finalizados, e com certa brevidade no andamento das ações (em torno de três quartos delas durando um ano ou menos), conclui-se que os tribunais, embora se abrissem para as camadas pobres e remediadas, oferecendo-lhes formas rápidas de reparação, não eram, todavia, capazes de satisfazer de modo eficiente as demandas sociais delas advindas. Tudo indica que permanecia uma significativa sensação de desamparo.

“Eliminar os indesejáveis”: uma lógica de ação para o policiamento dos argelinos em Paris (1944-1962)

Emmanuel Blanchard
Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines (UVSQ)
Saint-Quentin-en-Yvelines, França
blanchard@cesdip.fr

RESUMO
O artigo trata da relação estabelecida entre imigrantes argelinos na França com o Estado e, sobretudo, com a polícia. Durante os primeiros anos da década de 1940 houve igualdade de direitos entre os “muçulmanos” (argelinos) e os “europeus” (franceses). Cidadãos de pleno direito a partir do momento em que entravam na França, argelinos gozavam de liberdade de circulação entre as duas margens do Mediterrâneo e podiam se instalar livremente na metrópole. Contudo, a partir da guerra de libertação da Argélia houve um aumento da imigração para a França, o que gerou protestos entre os franceses. Do fim da Segunda Guerra Mundial até o término da guerra de independência argelina, a hierarquia policial resistiu ao “mito da igualdade dos direitos”. Impotente diante do fluxo imigratório, a polícia executava uma política de confronto aos “indesejáveis”, qualificativo utilizado para designar as populações argelinas estigmatizadas, cuja presença no espaço público era percebida como um problema.
Palavras-chave: polícia; imigração; relações coloniais; Argélia; França.

ABSTRACT
The article deals with the relationship between Algerian immigrants, the French State, and particularly the Police. In the first years of the 1940’s, there was equality of rights between “Muslims” (Algerians) and “Europeans” (the French). Acquiring full citizenship at the moment they entered France, Algerians enjoyed travelling freedom between the two edges of the Mediterranean. However, the liberation war in Algeria triggered an increase in immigration to France, generating protests among the French. From the end of II World War to the end of the independence war in Algeria, Police hierarchy resisted to the “myth of rights’ equality”. Impotent to deal with the immigration flow, Police implemented a confrontation policy with the “undesirable,” i.e., the stigmatized Algerian population in France, whose presence in the public space was perceived as a problem.
Keywords: police; immigration; colonial relationships; Algeria; France.

[2] Tradução do francês de Raquel Campos.
Artigo recebido em 10 de maio de 2012 e aceito em 19 de outubro de 2012.

> *A solução mais simples — que consistiria em internar todos os FMA comprometidos ou suspeitos — não é nem materialmente viável, nem politicamente recomendável.*
> Prefeitura de Polícia, relatório de 29 de julho de 1957, APP HA 65.

De 1944 a 1962, os imigrantes argelinos na França não estavam submetidos ao controle migratório. Entre 1944 e 1947, um conjunto de textos organizara o reconhecimento da cidadania francesa dos colonizados da Argélia e a igualdade de direitos entre os "muçulmanos" e os "europeus".[1] Nos departamentos da Argélia, as regras eleitorais — um "colégio duplo" que conferia um peso dez vezes maior ao voto dos "europeus" que ao dos "muçulmanos" — limitaram singularmente o alcance dessas disposições, mas elas tiveram consequências muito importantes para os candidatos à emigração. Cidadãos de pleno direito a partir do momento em que entravam na França, eles gozavam de inteira liberdade de circulação entre as duas margens do Mediterrâneo e podiam se instalar livremente na metrópole. Os serviços policiais especializados, inspirados naqueles que funcionavam nos departamentos argelinos e que, desde a metade dos anos 1920, tratavam-nos como "indígenas", haviam sido suprimidos durante a Liberação.

Conjugadas à redução dos custos do transporte, essas reformas e esses novos direitos deram um alcance inédito à emigração, a partir do final de 1946. As chegadas tornaram-se então maciças — com um saldo migratório médio anual de cerca de 20 mil pessoas entre 1947 e 1962. Apesar de estarem entre os migrantes que os especialistas não desejavam ver instalados na França,[2] os argelinos se tornaram, depois dos italianos, a maior comunidade no país (cerca de 350 mil pessoas em 1962).

Essa "imigração imposta"[3] pelo contexto colonial não demorou a gerar protestos. Do fim da Segunda Guerra Mundial até o término da guerra de independência argelina, a hierarquia policial não cansou de lutar contra esse "mito da igualdade dos direitos".[4] Ela exigia medidas que lhe permitissem controlar, prender e expulsar os argelinos, sem entrave jurídico nem controle do Poder Judiciário. A partir da metade dos anos 1950 — e sobretudo a partir de 1958 — as repercussões metropolitanas da guerra de independência argelina permitiram que a Prefeitura de Polícia fosse ouvida e obtivesse ganho de causa em algumas questões.

Restringir a circulação, uma constante do controle policial dos argelinos

A liberdade de circulação, concedida no âmbito da defesa do império colonial, veio opor-se aos princípios da ordem pública na metrópole, como eram interpretados pelas forças da ordem. O processo de "pauperização"[5] de muitos migrantes argelinos, tornados vagabundos, e o uso do crime como forma de subsistência por alguns entre eles alimentaram assim a onda de recriminações dos cidadãos e as

[1] BLEVIS, Laure. Les avatars de la citoyenneté en Algérie coloniale ou les paradoxes d'une catégorisation. *Droit et société*, n. 48, p. 557-580, 2001.
[2] WEIL, Patrick. *La France et ses étrangers.* L'aventure d'une politique de l'immigration, 1938-1991. Paris: Calmann-Lévy, 1991. p. 54-59.
[3] Georges Mauco formulou essa distinção entre "imigração desejada" e "imigração imposta", às vésperas da Segunda Guerra Mundial, para distinguir os "trabalhadores dos refugiados". WEIL, Patrick. Georges Mauco, expert en immigration: ethnoracisme et antisémitisme fielleux. In: TAGUIEFF, Pierre-André (Dir.). *L'antisémitisme de plume, 1940-1944*. Études et documents. Paris: Berg International Éditeurs, 1999. p. 267-276.
[4] Agendas de Roger Léonard, prefeito de polícia (1947-1951), 24 de novembro de 1948. Archives de Sciences Po, assento RL 1.
[5] TILLION, Germaine. *Algérie 1957*. Paris: Minuit, 1957. p. 40-41.

campanhas de imprensa qualificadas de "racistas" pelos raros defensores dos argelinos.[6] Elas reforçaram estereótipos coloniais que o novo ordenamento jurídico e político era incapaz de enfraquecer. Diante da recusa das autoridades políticas de rediscutir a liberdade de circulação, a hierarquia policial tentou restringi-la por meio de diversos artifícios, muitos dos quais já haviam sido postos em prática no entreguerras. A obrigação de fazer exames médicos e de se vacinar, de reunir uma caução equivalente às eventuais taxas de repatriamento e de possuir um documento de identidade uniforme, com fotografia, foi assim evocada como um meio de evitar a partida dos mais pobres. A necessidade de não infringir a Constituição, de levar em consideração os representantes políticos dos "franceses muçulmanos da Argélia", as concorrências e a inércia administrativas fizeram com que, antes do início da guerra de independência argelina, nenhuma disposição tivesse realmente restringido essa liberdade de circulação.

Impossibilitada de controlar a imigração argelina, a polícia tentou limitar suas possibilidades de circulação na metrópole por meio de dois artifícios: a organização de sua mínima visibilidade no espaço público e a tentativa de fazê-los retornar para a Argélia. Para isso, ela recorreu amplamente ao repertório de ações da polícia dos "indesejáveis":[7] esse qualificativo era comumente utilizado para designar as populações estigmatizadas, cuja presença no espaço público era percebida como um problema. Fora de qualquer quadro jurídico, estabeleceram-se, então, métodos de ação que nada tinham de inéditos. De prisões em massa a internações nas instalações da polícia, de fichamentos a deportações, de controles de identidade a detenções administrativas, os argelinos partilhavam a sorte dos outros "cidadãos diminuídos"[8] (prostitutas, vadios, homossexuais...) e de um subproletariado nacional cujo controle constituiu durante muito tempo o essencial do trabalho da polícia.[9] Seu estatuto protegia-os, entretanto, de medidas como a expulsão ou a deportação, que ameaçavam os estrangeiros que infringissem a ordem pública ou não satisfizessem as expectativas dos empregadores. Os argelinos não tiveram tampouco que conhecer as provações das longas internações administrativas. Essas privações da liberdade por iniciativa exclusiva da polícia eram, contudo, praticadas na mais absoluta ilegalidade, em relação a outros cidadãos nacionais, como os vadios conduzidos à Maison Départamentale de Nanterre (uma espécie de hospital prisão para os "sem-teto") ou as prostitutas hospitalizadas mediante coação na antiga prisão Saint-Lazare. Os representantes dos "franceses muçulmanos da Argélia" no parlamento e seus diversos apoios políticos (especialmente dentro do Partido Comunista) eram então suficientemente ouvidos para que esse tipo de medida não lhes fosse aplicada. A hierarquia policial não deixou, contudo, de se referir a uma internação administrativa, que ela desejava impor, mas que não se tornou realidade senão alguns anos mais tarde.

Não obstante esses limites impostos à arbitrariedade policial, os argelinos estavam longe de ser objeto de um tratamento preferencial. Eles eram frequentemente detidos para averiguação — tanto nos finais de semana, a fim de evitar que a visibilidade desses trabalhadores que viviam na sombra não indispusesse os outros transeuntes parisienses,[10] como quando ocorriam convocações para mobilização do Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD), a fachada legal do Partido do Povo Argelino, independentista. A repressão das manifestações nacionalistas indica precisamente a que ponto

[6] Eram particularmente os comunistas que denunciavam os jornais "racistas". *L'Algérie en France*, jornal do Partido Comunista Francês (PCF), esteve à frente dessas denúncias.
[7] BLANCHARD, Emmanuel. L'encadrement des algériens de Paris (1944-1954), entre contraintes juridiques et arbitraire policier. *Crime, histoire & sociétés*, v. 11, n. 1, p. 5-25, 2007.
[8] A expressão "cidadãos diminuídos" era utilizada com frequência por representantes do PCF para qualificar os argelinos da metrópole. Ver, sobretudo, as intervenções dos deputados do PCF nos conselhos de Paris e do Sena: *Bulletin Municipal Officiel-Conseil Municipal*, p. 342, 18 jul. 1947; *Bulletin Municipal Officiel-Conseil Général*, p. 170, 20 mar. 1953.
[9] ROBERT, Philippe. *Le citoyen, le crime, l'État*. Genebra: Droz, 1999. p. 23-35.
[10] BOGART, Léo. Les algériens en France, adaptation réussie et non réussie. In: INED. *Français et immigrés.* Paris: PUF-Ined, 1954. p. 48.

a violência policial em relação aos colonizados não estava restrita aos territórios ultramarinos.[11] O fato é que o "cheque em cinza"[12] concedido nessa época pelo poder político a uma polícia responsável pela manutenção da ordem social e colonial, mesmo ao custo de violações da legalidade, não era uma carta branca: alguns contrapesos limitavam a arbitrariedade policial. Eles diminuíram consideravelmente quando as repercussões metropolitanas da guerra da Argélia se fizeram sentir.

Desejos policiais satisfeitos graças à guerra

A partir de 1955, a Prefeitura de Polícia de Paris viu assim ser aceita a maioria de suas reivindicações que haviam se chocado, nos anos anteriores, com a oposição do Ministério do Interior e, de modo geral, do poder político.

Os argelinos foram assim progressivamente fichados e registrados. O arquivo dos "Norte-africanos" — parcialmente destruído, em 1940, para que não caísse nas mãos do ocupante alemão — não havia sido substituído na Liberação. Para preencher essa lacuna, a Prefeitura de Polícia realizou, sob pretexto de pesquisas sociais e recenseamentos, inúmeras operações que visavam a um melhor conhecimento dos "meios norte-africanos". A partir de agosto de 1953, um novo serviço, supostamente dedicado a combater a delinquência de rua — a Brigada das agressões e violências (BAV)[13] —, multiplicou as batidas policiais, às vezes com o apoio de fotógrafos, a fim de produzir um novo arquivo. Ele permaneceu muito incompleto, uma vez que a Prefeitura de Polícia não dispunha de nenhuma prerrogativa legal que obrigasse todos os argelinos a contatá-la. Com o início da guerra, essa dimensão limitada da identificação tornou-se uma desvantagem que os benefícios políticos esperados de um relativo respeito dos textos com valor constitucional, que definiam o estatuto dos argelinos, já não podiam contrabalançar. É à luz disso que devem principalmente ser analisadas medidas como a criação da carteira nacional de identidade, em outubro de 1955. Em março de 1956, quando foi instituído o novo regime de circulação entre as duas margens do Mediterrâneo,[14] a carteira nacional de identidade tornou-se obrigatória para obter uma autorização de viagem. Esses textos legislativos não podiam ser integralmente aplicados devido, sobretudo, a restrições administrativas e burocráticas, como a imperfeição do registro civil na Argélia, a insuficiência dos efetivos policiais... Eles objetivavam principalmente obrigar os argelinos a se fazerem conhecidos dos serviços policiais. A partir de 1958, a Prefeitura de Polícia e a Segurança Nacional reconheceram expressamente que o registro da totalidade dos argelinos era um objetivo prioritário. Pela primeira vez, essa ambição foi acompanhada do estabelecimento de um aparelho militar-policial, os Serviços de Assistência Técnica aos Franceses Muçulmanos da Argélia (SAT-FMA),[15] que pretendiam subordinar toda ação social aos imperativos de manutenção da ordem e da "guerra contrarrevolucionária".

---

[11] De 1937 a 1962, os únicos manifestantes mortos em Paris pelas forças da ordem foram argelinos (28 de maio de 1952, 14 de julho de 1953). A essas sete vítimas parisienses devem ser somadas aquelas (ao menos três) que foram mortas na província, particularmente em maio de 1952. TARTAKOWSKY, Danielle. *Les manifestations de rue en France.* Paris: Fayard, 1997. p. 633-635.

[12] Tomamos esse conceito emprestado do criminologista canadense Jean-Paul Broder, que o utiliza para situações nas quais os poderes públicos permitem que a polícia exerça livremente suas modalidades de repressão, mesmo extralegais, desde que não surjam controvérsias políticas.

[13] BLANCHARD, Emmanuel. Police judiciaire et pratiques d'exception pendant la guerre d'Algérie. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 90, p. 9-41, avr./juin 2006.

[14] A partir dessa data a livre circulação é suprimida e torna-se necessário obter uma autorização de viagem, emitida nas delegacias de polícia, para ir à Argélia.

[15] Sobre os serviços de assistência técnica aos FMA (SAT-FMA), cujos funcionários e métodos foram importados da Argélia: HOUSE, Jim; MACMASTER, Neil. *Paris 1961:* algerians, state terror and post-colonial memories. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 66-77.

As forças da ordem obtiveram sucesso também em termos de controle da circulação, de possibilidades de confinamento e de meios de deportar os "indesejáveis". Em setembro de 1958 e em outubro de 1961, a promulgação de toques de recolher restritos apenas aos "trabalhadores argelinos" foi, sem dúvida, a medida mais emblemática dessa reviravolta na relação de forças entre a polícia e os órgãos políticos e jurídicos que deveriam controlá-la.[16] A polícia parisiense obteve, com violação do direito — tratava-se de uma discriminação inconstitucional —, algumas das prerrogativas em termos de restrição da liberdade de ir e vir reclamadas por ela havia muitos anos. Para além das proibições de sair à rua durante a noite, ela objetivava também paralisar o tráfego de automóveis por meio de controles constantes dos veículos e das possibilidades de apreendê-los sem ordem judicial.

No mesmo sentido de restrição da liberdade de ir e vir dos "suspeitos", as autoridades da Prefeitura recorreram também ao confinamento domiciliar: os indivíduos visados deveriam se apresentar semanalmente nas delegacias de suas localidades para receberem um visto em seus carnês de confinamento. As autoridades policiais sabiam que essa medida era pouco eficaz, preferindo-lhe as novas possibilidades de internação. Em 1957-1958, dois textos autorizaram a internação administrativa na metrópole — internação praticada na Argélia desde abril de 1955, após ter sido decretado estado de emergência. A lei de 26 de julho de 1957 estendeu à metrópole uma parte dos poderes especiais adotados para a Argélia em 16 de março de 1956. Ela abriu a possibilidade de confinar toda pessoa condenada com base nas "leis sobre os grupos de combate e milícias privadas". Esse confinamento, que se concretizava por meio da internação em um dos quatro "centros de confinamento vigiados" (CArs),*[17] abertos na esteira desse movimento, estava portanto condicionado a uma condenação judicial anterior. Ela permitiu ao Ministério do Interior deter irrestritamente os "indivíduos perigosos" libertados da prisão e gerou o reaparecimento de campos de internação (os últimos, fechados em 1946, haviam abrigado pessoas acusadas de colaboração durante a Segunda Guerra Mundial) no território metropolitano. Embora reclamados pela polícia, eles eram percebidos como verdadeiras escolas de quadros nacionalistas (o que eram, efetivamente), e até mesmo "campos de repouso",[18] segundo Michel Debré, primeiro-ministro bastante atento às modalidades de uma repressão que ele considerava insuficiente.

A despeito desses novos poderes, a polícia não se conformava com permanecer dependente do Poder Judiciário. O ministro da Justiça, Edmond Michelet, foi regularmente contestado pelo chefe de governo, que no verão de 1961 obteve sua substituição por Bernard Chenot, adepto integral da política de desconsiderar os direitos das pessoas. Uma portaria de outubro de 1958 permitiu também que uma parte dos casos fosse julgada por tribunais militares, estabelecendo um modo de se contornar sistematicamente todas as autoridades judiciárias. O "laxismo" destas últimas, regularmente denunciado em tempos de paz, parecia insuportável para a hierarquia policial no momento em que a unidade e a integridade nacionais eram ameaçadas por uma "rebelião". A nomeação de Maurice Papon para a direção da Prefeitura de Polícia, em março de 1958, foi um dos fatores que permitiram que novos meios lhe fossem concedidos. Um de seus projetos inspirou fortemente a portaria de 7 de outubro de 1958, que dava às autoridades policiais e administrativas novos poderes de internação. Essas disposições ampliavam consideravelmente o escopo dos indivíduos suscetíveis de sofrer uma medida de confinamento: todas as "pessoas perigosas para a segurança pública, devido à ajuda material, direta ou indireta, que dão aos rebeldes dos departamentos argelinos" estavam sujeitas a ela.

[16] THENAULT, Sylvie. Les couvre-feux en région parisienne pendant la guerre d'Algérie. *Politix*, n. 84, p. 67-85, 2008.
*No original, Centres de Assignation à Résidence Surveillés. (N.T.).
[17] THENAULT, Sylvie. Personnel et internés dans les camps d'internement de la guerre d'Algérie. Entre stéréotypes coloniaux et combat pour l'indépendance. *Politix*, n. 69, p. 63-81, mar. 2005.
[18] Carta do primeiro-ministro, Michel Debré, a Edmond Michelet, ministro da Justiça, 4 dez. 1959, D DE 22, arquivos de Sciences Po.

Precisões posteriores confirmaram, contudo, que apenas os "franceses muçulmanos da Argélia" eram visados por essas medidas privativas de liberdade cuja promulgação era grandemente facilitada. A portaria previa, com efeito, que um simples decreto da Prefeitura, assinado com base em relatórios dos RG,* era suficiente para conduzir indivíduos que deviam ser "vigiados" para estabelecimentos penitenciários ou "centros de triagem"[19] abertos em departamentos em que a "colônia norte-africana" estava fortemente estabelecida. Havia apenas um verdadeiro limite aos poderes exorbitantes das autoridades policiais: a internação prefeitoral normalmente não podia ultrapassar quinze dias. Ela podia, entretanto, ser prorrogada, através de um decreto ministerial de confinamento, por tempo indeterminado. Este último era tomado com base apenas em relatórios policiais. A polícia não viu, aliás, seus poderes muito reduzidos pela criação da Comissão de Verificação das Medidas de Segurança Pública, prevista no artigo 3º da portaria de 7 de outubro de 1958. Embora alguns de seus avisos transmitidos ao ministro do Interior tenham produzido efeito, ela não exerceu senão um vago controle *a posteriori* e um papel consultivo. Seu poder foi tão reduzido quanto o da Comissão de Salvaguarda dos Direitos e Liberdades Individuais, encarregada de investigar as torturas e desaparecimentos na Argélia.[20]

Ao final da vigência do decreto prefeitoral de confinamento, os indivíduos submetidos a um decreto ministerial eram transferidos para um dos quatro Cars da metrópole.[21] Diante do desejo policial de deter o máximo de indivíduos, as dificuldades de coordenação entre múltiplos ministérios (Justiça, Interior, Defesa),[22] o custo dessa política e a falta de respeito aos prazos de assinatura pelo ministro do Interior foram os únicos limites à utilização dos confinamentos "sem duração predeterminada". Essas considerações levaram Émile Pelletier, ministro do Interior, a relembrar, em outubro de 1958:

> Está fora de questão neste momento — embora ela possa parecer um meio cômodo de se livrar de todos os elementos FSNA* [franceses de origem norte-africana] considerados perigosos — recorrer a uma política maciça de internação, devido à capacidade ainda muito reduzida, tanto na metrópole quanto na Argélia, dos centros de alojamento destinados a recebê-los.[23]

Esse dispositivo foi, entretanto, plenamente montado nos anos seguintes. Durante quase três anos, ele dominou as veleidades de enviar os "suspeitos" para além do Mediterrâneo.

---

* RG é a abreviatura de *Renseignements Généraux* (Informações Gerais), serviço de informação francês cujo nome oficial era Direction Centrale des Renseignements Généraux. (N.T.)

[19] Os "centros de triagem" eram lugares de detenção e às vezes de interrogatório dos indivíduos confinados pelos prefeitos por um período de quinze dias. Denominados também de "centros de trânsito" ou "centros de identificação", na maioria das vezes caracterizados por um simples endereço, de modo a ocultar sua verdadeira utilidade, eles eram geralmente localizados no interior das delegacias ou de outros prédios da polícia.

[20] Sobre essas comissões, ver: BRANCHE, Raphaëlle. La commission de sauvegarde pendant la guerre d'Algérie: chronique d'un échec annoncé. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 61, p. 14-29, 1999. E da mesma autora: La seconde commission de sauvegarde des droits et libertés individuels. In: AFHJ. *La justice en Algérie 1830-1962.* La Documentation Française, 2005, p. 237-246.

[21] THENAULT, Sylvie (Dir.). Vadenay, Saint-Maurice l'Ardoise, Thol, le Larzac. L'internement en France pendant la guerre d'indépendance algérienne [dossier]. *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, n. 92, p. 1-72, oct./déc. 2008.

[22] A gendarmaria era encarregada das transferências dos confinados dos centros de triagem para os CARS.

* *Français de souche nord-africaine*. (N.T.)

[23] Circular nº 577 do Ministério do Interior referente à aplicação da portaria de 7 de outubro de 1958. Circular enviada a todos os prefeitos em 15 de outubro de 1958.

Argélia, terra de banimento

Os repatriamentos para os departamentos argelinos eram o outro horizonte do trabalho policial. Desde o final dos anos 1940, as disposições relativas à expulsão de vadios para seus departamentos ou países de origem foram invocadas e utilizadas como um meio de se livrar de alguns "ociosos". As disposições regulamentares nessa matéria foram modificadas repetidamente, no intuito de ampliar as categorias de indivíduos afetados pelos dispositivos controlados por diferentes ministérios. Para os argelinos, cidadãos franceses, esse retorno só deveria ser possível se eles expressassem seu desejo de maneira explícita. A Prefeitura de Polícia tentava, no entanto, aplicar-lhes as disposições relativas aos estrangeiros, pois estes podiam ser repatriados a contragosto. Se repatriamentos forçados foram efetivamente praticados, eles tiveram, entretanto, um alcance restrito, devido principalmente a questões de divisão dos custos financeiros — as comunas e departamentos argelinos deviam contribuir com as taxas e normalmente não estavam inclinados a fazê-lo. Tais disposições conheceram, contudo, algum sucesso, visto que o número de repatriamentos decuplicou entre 1950 e 1954, atingindo um total de 6.500 só neste ano.[24] Mas eles não aumentaram muito ao longo da guerra da Argélia. Seu número era limitado devido à implicação de diferentes ministérios e ao custo do pagamento do transporte. Quando pareceu necessário demonstrar que o poder sabia ser duro com os nacionalistas, centenas de "expulsões para o aduar de origem" foram realizadas sem que qualquer disposição jurídica fosse invocada. Foi o que ocorreu após os conflitos da *Goutte d'Or* em agosto de 1955[25] e após as manifestações de outubro de 1961.

A portaria de 7 de outubro de 1958 abria, assim, a possibilidade de recorrer ao "afastamento, espécie de banimento administrativo".[26] Se, tradicionalmente, essa última medida só era eficaz para transformar os "proibidos de permanecer" que a desrespeitavam em informantes policiais, o "afastamento" abria caminho para novas partidas forçadas para a Argélia. As proibições incidiam mais frequentemente apenas para a região parisiense, mas podiam ser estendidas a todo o território francês.

De modo geral, por problemas orçamentários, esses proibidos de permanecer não foram levados de volta para a Argélia. Por outro lado, os pedidos de autorização de viagem eram às vezes utilizados para favorecer a "eliminação" de indivíduos fichados na categoria "muito perigosos". Esse procedimento respondia à necessidade de limitar os custos da repressão, visto que os interessados financiavam suas próprias viagens. Quando pediam para voltar à Argélia e protocolavam seus dossiês nas delegacias de suas localidades, a autorização de viagem lhes era concedida e identificada com um número com a menção do departamento de residência na metrópole. Esse sinal permitia a prisão no momento da chegada à Argélia. Quando tudo funcionava corretamente, a pessoa em questão havia assim pago sua viagem para um campo argelino no qual ela se descobria confinada. Esse procedimento permaneceu em vigor entre agosto de 1957 e abril de 1959. Alguns "incidentes lamentáveis" encerraram essa experiência: ocorreu, por exemplo, que indivíduos assinalados fossem e voltassem sem serem perturbados ou que pessoas fossem presas, sem razão, quando de seu desembarque na Argélia. Em seguida, "a não ser por fortes razões humanitárias", tratadas em nível ministerial, os pedidos de saída do território francês não foram mais concedidos aos fichados Z.[27]

Na Argélia, as autoridades locais, embora dotadas de poderes de polícia ampliados e reforçados pelos efetivos do exército, não tinham interesse em que os mais aguerridos militantes frontistas fossem concentrados em seu território, mesmo presos em campos — que se mostravam verdadeiras escolas de formação de quadros do FLN. Ao passo que, ao longo de vários anos, elas foram amplamente acusadas

[24] Arquivos Nacionais (NA) F1A 5134.
[25] DUBOIS, André-Louis; SERGENT, Pierre. *Le malentendu algérien. 12 ans après.* Paris: Fayard, 1972. p. 106-107.
[26] Circular de 15 de outubro de 1958, op. cit.
[27] Telegramas secretos do ministro do Interior, 7 de janeiro e 28 de abril de 1959, Arquivos da Prefeitura de Polícia (APP), HA 8.

de incentivar a emigração para a metrópole dos "maus elementos" dos quais queriam se livrar, elas tiveram, por sua vez, que se confrontar com chegadas indesejáveis. Essas lutas de influência entre administrações metropolitanas e argelinas integram as razões que explicam o fato de que, durante toda a guerra da Argélia, os circuitos da repressão administrativa e jurídica tenham conhecido diversas inflexões.

Permanências e evoluções dos circuitos repressivos[28]

No início da guerra de independência, esses circuitos terminavam quase sistematicamente além do Mediterrâneo. Para as forças da ordem, a Argélia era, com efeito, a saída natural para reprimir a vinda de "indesejáveis" que não deveriam ter deixado seus departamentos de origem. Acima de tudo, os meios jurídicos de repressão eram ali mais amplos que os meros expedientes do Código penal e do Código de instrução criminal, aos quais as forças da ordem metropolitanas deveriam se conformar. A cooperação com juízes da Argélia permitia contornar esses limites. A partir de 1957, foram lançadas operações em plano nacional, com o objetivo de processar na justiça argelina militantes do FLN da metrópole, com base no delito de atentado contra a segurança exterior do Estado e em suas ligações (financeiras, especialmente) com uma organização cujos delitos além do Mediterrâneo eram objeto de processos judiciais. Detidos com base em cartas rogatórias expedidas por juízes de Argel, militantes parisienses foram assim transferidos para a Argélia. Alguns desses acusados foram aí presos, outros tiveram seus processos extintos por falta de justa causa e foram confinados em um dos campos já abertos, mas a maioria não demorou a voltar para a metrópole. A fragilidade dos elementos jurídicos que embasavam seus processos em um tribunal argelino, as sucessivas liberações de campos superlotados, as reticências das autoridades dos departamentos argelinos em acolher esses suspeitos jogaram a favor dos retornos. O relativo fracasso de uma exportação da repressão em âmbito colonial incitou as autoridades policiais a pleitear um reforço de suas prerrogativas e das possibilidades de repressão administrativa e judicial na metrópole.

As repetidas prorrogações dos prazos de prisão temporária e das possibilidades de inspeção — principalmente noturna — sem controle de um juiz de instrução vieram reforçar consideravelmente o arsenal da polícia.[29] Graças a alíneas da portaria de 7 de outubro de 1958 relativas à internação administrativa, as forças da ordem foram cada vez mais liberadas de qualquer controle e efeito judicial. Para as autoridades policiais, o encarceramento nos campos funcionava, com efeito, como sanção ideal. Essa falta de instruções e processos judiciais permitia que os casos conduzidos com absoluto desrespeito dos procedimentos legais se traduzissem, não obstante, em prisão dos principais acusados. Somente os processos para os quais as regras formais haviam sido minimamente levadas em consideração e provas de pertencimento ao FLN ou de participação em crimes comuns (violências, extorsão...) haviam sido reunidas foram levados a tribunais judiciários. Desde 8 de outubro de 1958, uma portaria havia, com efeito, ampliado a possibilidade de instaurar processos na justiça militar metropolitana. Esta intervinha praticamente apenas na etapa do julgamento e, a partir de 1960, a instrução foi totalmente deixada nas mãos do poder policial.[30] Embora as autoridades policiais esperassem maior severidade dos Tribunais Permanentes das Forças Armadas (TPFA), suas expectativas foram, em parte, frustradas. Apesar de apenas os casos mais graves terem sido conduzidos aos TPFA, estes nem sempre se consideravam competentes e suas sentenças não eram, em

[28] Essa parte do texto é baseada no exame dos arquivos da repressão aos nacionalistas argelinos em Seine-et-Oise, conservados nos Arquivos departamentais de Yvelines. AD 78 1W 511 a 1W 547.

[29] BOITTIAUX, Stéphane. *La Procédure de répression des infractions terroristes depuis le 30 octobre 1954*. Thèse (droit) — Université de Paris, Paris, 1962.

[30] Portaria 60-520 de 3 de junho de 1960. Sobre esse tema, ver: BERLIERE, Jean-Marc. Policiers et pouvoir politique en période de crise: la guerre d'Algérie (1958-1962). In: BERLIERE, J.-M. et al. (Dir.). *Être policier*: les métiers de police(s) XVIIIe.-XXe. siècle. Rennes: PUR, 2008. p. 523-541.

média, muito diferentes das dos tribunais civis.[31] O caráter sumário dessa justiça não deixava, entretanto, de preocupar os defensores dos direitos humanos: acontecia de, em apenas uma tarde, os juízes militares condenarem à morte vários réus.[32] Esses julgamentos expeditos incitavam a Prefeitura de Polícia a solicitar que um número cada vez maior de casos pudesse ser diretamente julgado nesses tribunais militares.[33]

O suposto laxismo da justiça, que estava na origem dessas inovações jurídicas e da expansão inédita dos poderes policiais, estava entretanto longe de ser demonstrado. Ao longo de toda guerra da Argélia, em média mais de 10 mil argelinos foram detidos em prisões metropolitanas, as quais não teriam podido suportar um novo aumento da população carcerária.[34] Talvez tenha sido por isso, ou porque não desejavam se afastar de seu estrito mandato profissional e não incomodar o governo, que os juízes nunca se interessaram pelas condições da internação administrativa. Em média, esses confinamentos em campos atingiram cerca de 5 mil pessoas apenas nos Cars,[35] ou seja, novamente o total de vagas disponíveis. Quanto ao número de pessoas detidas em centros de triagem, ele é desconhecido; e a duração da internação era bem mais dependente das instalações disponíveis e das possibilidades de confinamento nos Cars do que do limite de quinze dias imposto pelos textos reguladores.[36]

Essas dificuldades logísticas e, mais ainda, as acusações levantadas contra os militantes afastados dos grandes centros urbanos, suspeitos de propagar a influência do FLN em cidades ou nas áreas rurais em que estavam confinados, levaram a polícia a retomar as estratégias de deportação. O caráter inelutável da independência argelina fez com que deixassem de se colocar os problemas políticos causados pelo envio para além do Mediterrâneo dos "terroristas" detidos na metrópole. A partir de 1961, interessava apenas a "eliminação dos indesejáveis" cuja presença na França não era bem-vinda. A sequência de prisões realizadas depois de 17 de outubro de 1961[37] é sintomática dessa evolução: para além da internação de cerca de 15 mil manifestantes em campos improvisados, como o Centro de Identificação de Vincennes, o Palais des Sports, o estádio de Coubertin, o Parque de Exposições, nos quais inúmeras violências foram cometidas, nenhuma medida legal — por prisão — ou administrativa — por confinamento — foi aplicada. Em algumas semanas, mais de 1.500 argelinos foram então "expulsos para seu aduar de origem".[38] O caráter excepcional dessas manifestações e de sua repressão permitiu colocar em prática aquilo que as forças policiais exigiam havia anos: expulsar, sem outra forma de processo, os "franceses muçulmanos da Argélia", cuja cidadania nunca se preservara das medidas policiais praticadas no mundo colonial ou daquelas aplicadas aos estrangeiros da metrópole.

---

[31] Relatório do gabinete do Ministério do Interior aos diretores da Prefeitura de Polícia e da Segurança Nacional, 18 de maio de 1960, APP HA 65.

[32] Entrevista com Henri Leclerc (advogado, colaborador de Yves Dechezelle e Pierre Stiebe, entre 1956 e 1959), Paris, 19 de maio de 2005. Ele menciona aqui o TPFA do Cherche-Midi, em Paris.

[33] Para exemplos de divisões e disputas de competência entre jurisdições civis e militares, ver: DEPERCHIN, Annie; LECOMPTE, Arnaud. Les crimes commis par les algériens en métropole devant la cour d'assises du Nord, 1954-1962. In: AFHJ. *La justice en Algérie 1830-1962*, op. cit. p. 257-270.

[34] Dados disponíveis nas atas das reuniões dos CTAM (1958-1962), NA F1A 5014. Esses cômputos misturam presos comuns e presos políticos. No final de 1962, um pouco mais de 3 mil argelinos permaneciam presos na metrópole.

[35] Nas atas dos CTAM essa rubrica só apareceu no final de 1959, quando o número de internados atingiu seu pico (5.700) para se estabilizar, em seguida, em um pouco menos de 5 mil, declinando depois rapidamente no quarto trimestre de 1961.

[36] Os registros policiais dos internados no quartel Noailles em Versailles (centro de triagem para o Seine-et-Oise) mostram que alguns entre eles ali permaneciam além da duração legal, mas raramente mais do que alguns dias, devido à superpopulação. A partir de 1959, com a abertura do Centro de identificação de Vincennes (CIV), a Prefeitura de Polícia passou a dispor de melhores recursos e alguns internados permaneceram detidos por vários meses. Entrevista com Saad Abssi (Gennevilliers, 3 de outubro de 2007), que permaneceu por dois meses no CIV, no início de 1960.

[37] Nesse dia, várias dezenas de argelinos que se manifestavam pacificamente contra a instauração de um toque de recolher aplicado exclusivamente à população proveniente da Argélia foram mortos sob os golpes e balas da polícia parisiense. Essa repressão foi objeto de uma verdadeira "mentira de Estado". HOUSE, Jim; MACMASTER, Neil. *Paris 1961*, op. cit.

[38] AMIRI, Linda. *La bataille de la France*: la guerre d'Algérie en métropole. Paris: Robert Laffont, 2004. p. 167-170.

Aspectos econômicos em uma sociedade agrária (Rio Pardo, século XIX): evidências na composição da riqueza local*

Edneila Rodrigues Chaves
Universidade Federal Fluminense
Niterói, RJ, Brasil
edneila21@hotmail.com

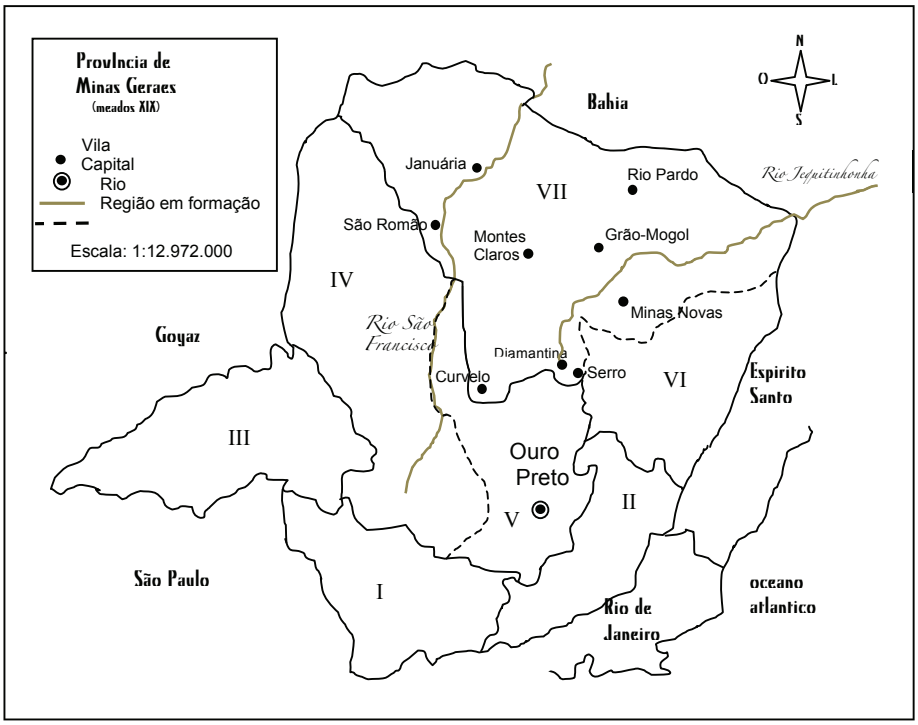
RESUMO
O artigo analisa aspectos econômicos da sociedade de Rio Pardo, identificados com base nos setores econômicos e em elementos da riqueza local. As fontes constituem uma série de 401 processos de inventário *post-mortem*. Constata-se uma economia de base agrária e de sistema escravista, caracterizada por relações de produção não capitalistas. As principais atividades econômicas eram a agricultura e a pecuária. A diversificação de atividades era proporcionada pela presença do setor de atividades artesanais e do mercantil. São observadas conjunturas locais, regional, provincial e em âmbito do Império do Brasil, que auxiliam na compreensão da conformação da economia local, bem como das alterações ocorridas, sem, contudo, sinalizarem mudanças estruturais no período.
Palavras-chave: sistema escravista; pecuária; agricultura; transações de crédito.

ABSTRACT
This paper analyses the economic aspects of the Rio Pardo society, identified through economic sectors and elements of local wealth. Sources are a series of 401 of *post-mortem* inventory processes. It was basically an agrarian economy characterized by slave system and non-capitalist production relations. The main economic activities were agriculture and cattle ranching. The diversification of activities came from artisans and merchants. The paper studies local, provincial, regional, and national circumstances, in the context of the Empire of Brazil, which help to understand the shaping of local economy. Changes in these factors, though, did not lead to deep structural transformations in the economy of the period.
Keywords: slave system; livestock; agriculture; credit transactions.

* Artigo recebido em 17 de julho de 2012 e aceito em 2 de outubro de 2012.

O termo da vila de Rio Pardo se localizava na região Norte da província de Minas Gerais, que se caracterizou pela diferenciação regional. Sua população passou por expressivo crescimento no século XIX, até mesmo agregando a maior concentração de escravos do país. As regiões Centro e Sul abarcavam maior densidade populacional e estavam inseridas na economia de abastecimento interno, em conexão comercial com áreas escravistas e agroexportadoras do Império. A região Norte tinha densidade populacional considerável, com formas de produção predominantemente voltadas para o autoconsumo (figura 1).

Figura 1
Mapa da província de Minas Gerais por regiões (século XIX)



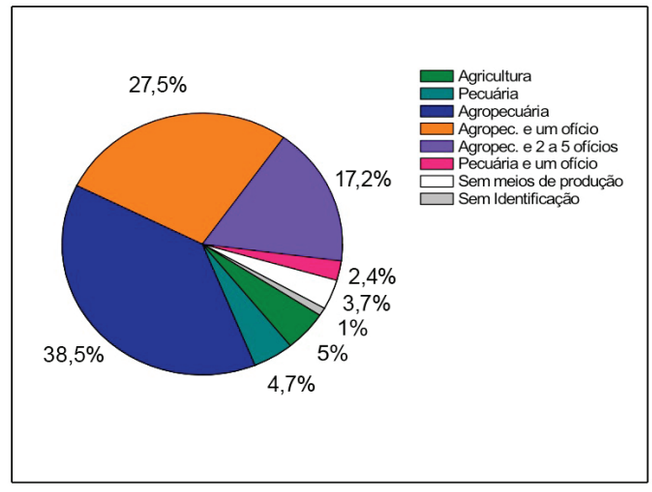
Divisão regional com três agrupamentos. Regiões "estáveis" (V: Centro, I: Sul e VII: Norte), "em formação" (III: Triângulo e II: Mata) e de formação "incompleta" (VI: Leste e IV: Oeste).
Fonte: CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (1833-1872)*. Tese (doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 117.

Aspectos econômicos da sociedade de Rio Pardo para o período de 1833-1872 são analisados com base em setores que conformavam a estrutura econômica e nos bens principais que compunham a riqueza local. Foi utilizada uma série de 401 processos de inventário *post-mortem* para verificar a composição da riqueza de unidades domésticas de proprietários que tiveram bens inventariados.[1] A análise se ancora em conjunturas local, regional, provincial, bem como em conjunturas gerais para o Império do Brasil. No que se refere aos setores econômicos, eles foram classificados com base nos meios de

[1] O número de processos (401) corresponde ao total de documentos conservados pelo Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas (AFCRPM) para o período de 1833-1872. O estudo da riqueza de sociedades com base em processos de inventários *post-mortem* é corrente em trabalhos de cunho historiográfico e econômico.

produção de unidades domésticas (terras, animais, instrumentos agrícolas e instrumentos de atividade artesanal).[2] Para a caracterização do setor comercial foram observados os seguintes elementos: estoque de produtos, presença de animais de carga e produção agrícola. Identificam-se quatro setores: agrário, de ofícios artesanais, de comércio e de sem meios de produção (gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição de unidades domésticas por categorias econômicas, Rio Pardo (1833-1872)



O número de unidades domésticas é 401.
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*. Rio Pardo (1833-1872).
Acervo do AFCRPM.

Constata-se expressiva predominância do setor agrário (95%) na estrutura econômica dessa sociedade. As atividades do setor de ofícios artesanais (47%) eram desenvolvidas de forma complementar à agropecuária, em uma diversificação de atividades econômicas nas unidades domésticas. O setor de comércio (5%) era também complementar ao setor principal. Assim, boa parte dos proprietários que atuaram no comércio (70%) possuía unidades domésticas com a maior diversificação de atividades, destacando-se entre os proprietários mais ricos. Já o setor de sem meios de produção se referia às unidades que não possuíam nenhum dos meios de produção relacionados (3%).[3] O recurso à mão de obra adicional, no caso, escrava, demarcou o nível de produção nas unidades domésticas. Por isso, foram definidos dois subperíodos para balizar a análise dos aspectos econômicos da sociedade.

1. Periodização

O primeiro subperíodo, 1833-1852, inicia-se com a instalação da vila de Rio Pardo e vai até o fim do tráfico internacional. O subsequente, 1853-1872, caracterizou-se pela transição gradual do regime de

[2] Sobre sistemas econômicos e meios de produção, CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 39-42.
[3] Verifica-se coerência dos dados de processos de inventário sobre setores econômicos quando confrontados com os de Lista nominativa (1840) e Recenseamento (1872), referentes a dados de ocupação de grupo social mais amplo (CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (1833-1872)*. Tese (doutorado em história) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012).

trabalho escravista para o livre. Nesse tempo, o sistema escravista teve seus dois pilares principais destruídos: o tráfico internacional, abolido em 1850, e o princípio da perpetuidade, com a Lei do Ventre Livre (1871). A partir do início da década de 1870, inaugurou-se outra conjuntura de desfecho para o fim da escravidão.[4]

A periodização definida teve em vista o acesso à propriedade escrava por parte de proprietários em Rio Pardo, marcada pela elevação de preços em nível nacional. O aumento de preços de escravos foi verificado localmente também, ainda que em uma economia sem dependência do trabalho cativo e menos ainda do tráfico internacional. Quanto à conjuntura de preços, o primeiro subperíodo (1833-1852) tem seu início marcado pela pressão inglesa para o fim do tráfico internacional. Isso teve papel importante na elevação do preço da mão de obra escrava e na entrada de cativos.[5] Já o segundo subperíodo (1853-1872) insere-se em um contexto após o fim do tráfico internacional, quando os preços dos escravos alcançaram preços mais elevados.

Para o período, o interstício de maior aumento dos preços de escravos foi entre 1851 e 1861, correspondendo à década seguinte ao fim do tráfico internacional. Entretanto, os preços aumentaram em mercados escravos nas Américas, independentemente da presença do tráfico. Tal foi o caso dos Estados Unidos e de Cuba, verificando-se tendências de aumento de preços na década de 1850 para os três maiores sistemas escravistas das Américas.[6]

O aumento dos preços de escravos nessa década no Brasil foi resultado do fim do tráfico internacional. Mas as tendências paralelas de aumento de preços observadas em outros mercados americanos indicam que havia outras razões para sua elevação no Brasil. É provável que os preços tenham subido em razão da demanda europeia por produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e na lucratividade da mão de obra escrava. A elevação da demanda por essa mão de obra provocou-lhe o aumento de preço, que se refletia no aumento das demandas da produtividade e das mercadorias.[7] Logo, no Brasil, o tráfico internacional foi interrompido em uma conjuntura de demanda maior pela mão de obra escrava para a produção direcionada ao mercado internacional, como ao mercado interno. Os dois fatores, juntos, contribuíram para o aumento expressivo dos preços de escravos.

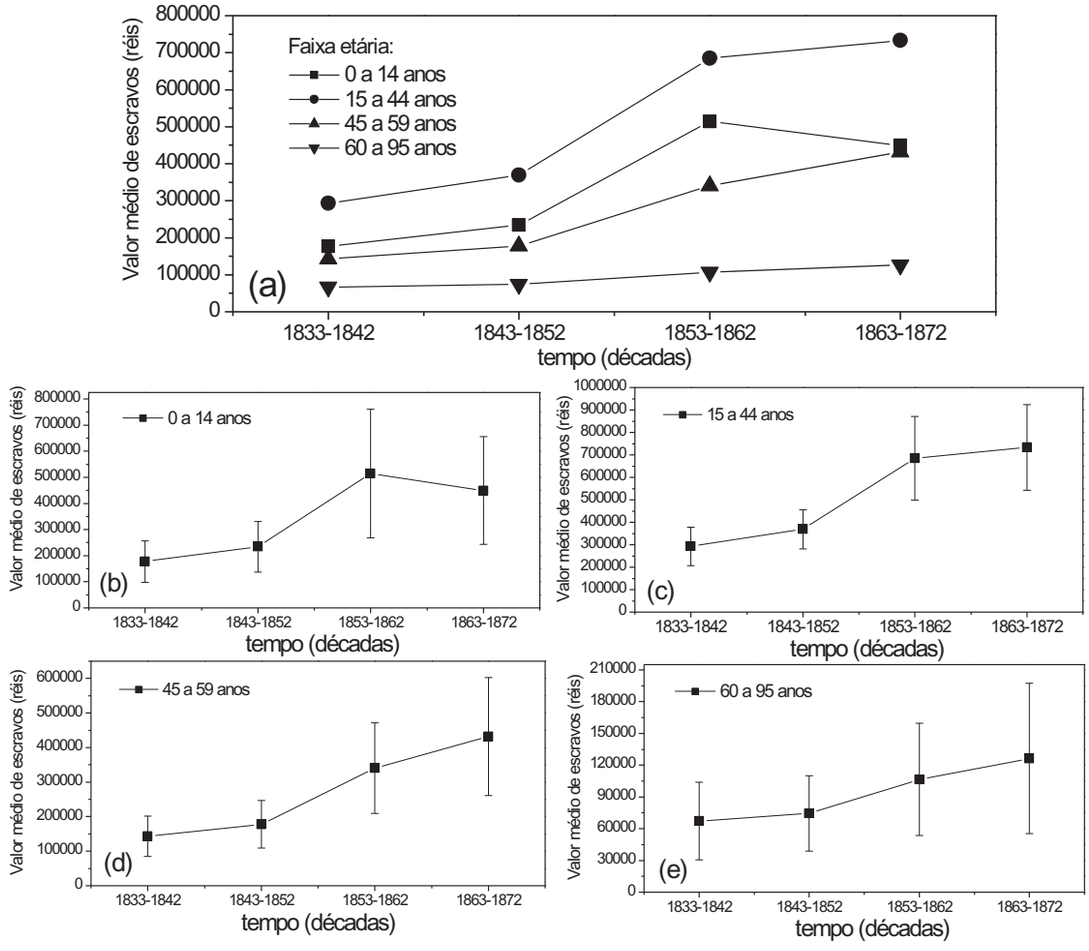
Os preços de escravos subiram e o comércio no mercado interno passou a atender atividades mais produtivas e rentáveis, como a cafeeira. As áreas de cafeicultura se concentravam nas regiões ao centro-sul, que passaram a absorver grande quantidade de cativos de outras regiões do país. No caso de Minas Gerais, a região cafeeira da Mata recebeu mais cativos do comércio interno da própria província do que originários de outras províncias.[8] Em Montes Claros, por exemplo, ocorreu comércio de escravos intraprovincial, de onde eram conduzidos escravos para a região da Mata.[9]

Os efeitos da conjuntura nacional e inter-regional de elevação de preços e de redistribuição da mão de obra escrava provocaram também elevação de preços em Rio Pardo. Os preços de escravos sofreram aumento em todas as faixas de idade. Na década de 1850, o mesmo movimento de aumento dos preços de escravos constatado em nível nacional, e mesmo internacional, é observado para lá, com a ocorrência de elevação contínua dos preços (gráfico 2). Assim, o aumento dos preços em contexto mais amplo teve desdobramentos imediatos localmente. Tratava-se de processo em cadeia,

[4] GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11-25.
[5] FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: São Paulo Cia. das Letras, 1997. p. 43-44; MAMIGONIAN, Beatriz. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1, cap. 6, p. 207-233.
[6] BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*. Bauru: Edusc, 2004. p. 249-251.
[7] Ibid., p. 252-258.
[8] LIBBY, Douglas; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000. p. 62-63.
[9] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*. Dissertação (mestrado em história) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 76-78.

constatando-se sua grande abrangência ao agregar localidades distantes dos centros ligados ao tráfico internacional e de menor dependência por esse regime de trabalho. Tal era o caso de Rio Pardo.

Gráfico 2
Valor médio de escravos, segundo faixa etária, Rio Pardo (1833-1872)



O gráfico A apresenta o comportamento dos preços em quatro faixas etárias. Os gráficos B, C, D e E mostram a variação do valor médio de escravos em única faixa etária, acompanhada das barras de desvios dos preços.
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

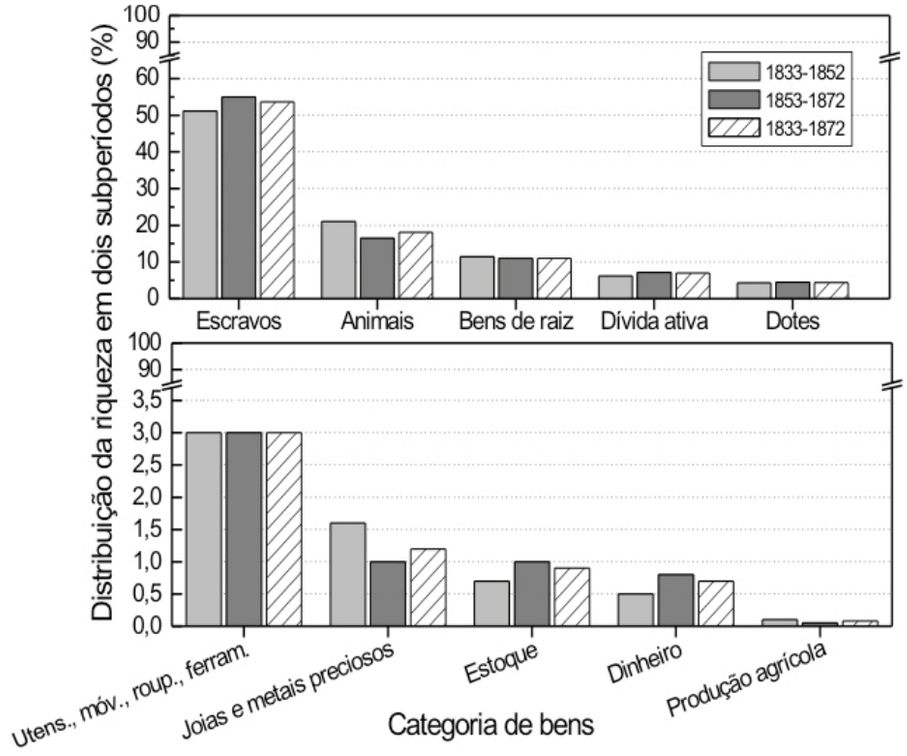
A propriedade escrava era um dos principais referenciais de riqueza nessa sociedade. Indicativo disso eram o elevado preço do escravo e a estreita relação entre utilização de mão de obra cativa e nível de produção das unidades domésticas. Na composição da riqueza local, o bem escravo teve maior taxa de representatividade, seguido de animais, bens de raiz e dívidas ativas. Estes bens constituem elementos importantes para a caracterização do sistema econômico.

2 Aspectos econômicos na composição da riqueza local

2.1 Composição da riqueza e bens principais

Os três primeiros bens que se destacaram na composição da riqueza de proprietários em Rio Pardo foram escravos, animais e bens de raiz (gráfico 3).[10] Terras e produção pecuária como principais riquezas reiteram a vigência de sistema econômico de base agrária. Seu regime de trabalho incluía a mão de obra escrava, fundado em relações de produção não capitalistas.[11]

Gráfico 3
Distribuição da riqueza, por categoria de bens em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



Valores em réis:
1833-1852: 446:590$881
1853-1872: 853:778$270
1833-1872: 1.300:369$151
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

[10] Os valores dos bens são tratados como valor nominal e correlacionados em valores percentuais, a fim de não comprometê-los com um eventual processo inflacionário que pode ter ocorrido no tempo observado.
[11] CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

No Brasil da primeira metade do século XIX, o sistema agrário estava fundado em formas históricas de produção. Os processos de produção da agricultura de alimentos e de desenvolvimento da pecuária eram caracterizados por baixa densidade demográfica e disponibilidade de matas virgens. Isso favorecia o sistema de exploração de solo extensivo. Os principais meios de produção eram a mão de obra e a terra, ficando em segundo plano as técnicas e os instrumentos de trabalho.[12] Constata-se duplo processo de expansão da fronteira agrícola, sob a vigência do trabalho escravo. Um foi constituído pela agricultura comercial especulativa e exportadora (expansão da fronteira econômica). O outro, vinculado à produção para o autoconsumo (expansão de fronteira demográfica).[13]

Os traços desse sistema agrário que se constituiu historicamente em largas áreas do Brasil são observados também em Rio Pardo. O sistema de produção que lá vigorava tinha como principais meios de produção a terra e a mão de obra, com recurso ao trabalho escravo. Seu território foi ocupado inicialmente pelo movimento da expansão da fronteira pecuária e de buscas por riquezas minerais. Depois, o crescimento demográfico foi promovido pela expansão espontânea da fronteira agrícola. Em Minas Gerais, ocorreu maior índice de crescimento demográfico entre o período de 1833-1872 na região ao norte da província, onde circunscrevia Rio Pardo. Isso se deveu à existência de terras devolutas para a criação de animais e para o desenvolvimento da agricultura. O fato atraía migrantes de outras partes da província, onde a aquisição da terra já era limitada.[14]

Retomando a composição da riqueza em sua conformação no tempo, as três categorias de bens mais representativas (escravos, animais e bens de raiz) mantiveram a mesma ordem de importância nos dois subperíodos, bem como a quarta categoria (dívidas ativas). Ao longo do tempo analisado não houve mudanças econômicas significativas que provocassem alteração na alocação de recursos por parte de proprietários. Observa-se que ocorreu elevação da taxa de participação de escravos e diminuição do peso de animais (gráfico 3). A participação maior da propriedade escrava na composição da riqueza no segundo tempo reflete elevação de preço. Para Campanha (1832-1865), situada ao sul da província, o aumento do valor percentual de escravos na composição das fortunas de 4% é semelhante ao verificado para Rio Pardo, que tinha economia distinta.[15]

Quanto à categoria animais, sua redução de participação no conjunto da riqueza pode estar relacionada com o aumento da representatividade de escravos, em decorrência da redistribuição da riqueza nas outras categorias de bens. Mas há outro dado a esclarecer essa diminuição: no tempo, a produção pecuária, tratada adiante, reduziu 9,4%, influindo diretamente na queda da participação de animais (gráfico 3).

Já os bens de raiz sofreram ligeira diminuição de participação na riqueza. O processo comum seria o aumento de participação desta categoria de bem, dado o movimento mais geral de elevação de preços de terras a partir de 1850. Com a Lei de Terras de 1850, determinou-se a ocupação da terra devoluta somente por meio de compra. Ao desagregar bens de raiz em imóveis rurais e casas nos arraiais e na vila, verifica-se valorização dos imóveis rurais, ainda que não tenha ocorrido aumento de participação da categoria no conjunto da riqueza.

Observa-se aumento de alocação de recursos em casas localizadas em arraiais e na vila e a consequente redução de aplicação em imóveis rurais. Isso se deveu ao crescimento populacional verificado para o termo de Rio Pardo. Houve aumento do número de casas nas sedes dos distritos e da vila, promovendo

[12] FRAGOSO, João. *Sistema agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Dissertação (mestrado em história) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. p. 15-16.
[13] CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2009. p. 21-22.
[14] BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*, op. cit. p. 170-171.
[15] ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 73-74.

valorização desses imóveis. Se os investimentos em imóveis rurais decaíram 3,3% em favor de casas em arraiais e na vila, que subiram igual número percentual no conjunto dos bens de raiz, outro movimento se constatou no que refere à riqueza total: enquanto os imóveis rurais decaíram 0,9% na participação da riqueza, as casas subiram 0,4%. Como a participação das casas subiu menos em relação à redução de participação dos imóveis rurais, os números apontam para maior valorização destes últimos (tabela 1).

Tabela 1
Bens de raiz, por participação na composição da riqueza e por subperíodo (em réis) — Rio Pardo (1833-1872)

BENS DE RAIZ	1833-52			1853-72		
	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total
	N. ab.	N. %	N. %	N. ab.	N. %	N. %
Imóveis rurais	46:371$055	90,3	10,4	80:258$632	87	9,5
Casas – arraiais/vila	4:960$749	9,7	1,1	12:525$801	13	1,5
Total	**51:331$804**	**100**	**11,5**	**92:784$433**	**100**	**11**

Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Não se verifica valorização fundiária em níveis consideráveis por algumas razões. Primeiro, por causa do processo de apropriação fundiária, decorrente da expansão espontânea da fronteira agrícola. Segundo, pelo acesso estável à terra, com desconcentração fundiária no tempo considerado. Terceiro, porque se tratava de uma economia de baixo grau de mercantilização, não promovendo o aumento de preço das terras. De fato, não houve maior valorização fundiária, decorrente da institucionalização do comércio de terras após 1850. Em Rio Pardo, não foi a terra que constituiu elemento principal para a obtenção de maiores níveis de produção, e sim a propriedade escrava.[16] É para esta que se verifica significativa elevação de preços em nível nacional, com desdobramentos semelhantes em esfera local.

A propriedade fundiária, entretanto, tinha sua expressão como segundo meio de produção mais importante no sistema produtivo. Os proprietários que tinham maiores níveis de produção em suas unidades domésticas possuíam maior volume de mão de obra escrava e eram os que tinham mais terras. Quanto ao aumento da representatividade das casas nos bens de raiz, ainda que se observe crescimento populacional, o termo de Rio Pardo tinha baixos níveis de urbanização, tal como sua região Norte. Isso quando se compara a regiões mais urbanizadas da província, como a região Central e a região Sul. Mesmo tendo ocorrido aumento na taxa de participação das casas, a expressiva predominância em bens de raiz era de imóveis rurais, que para o período equivalia a 88%. Assim, os fatores ponderados auxiliam a compreender a permanência de bens de raiz com a mesma taxa de representatividade na composição da riqueza.

Por fim, dívidas ativas, que era a quarta categoria de bem de maior representatividade. No primeiro subperíodo, ela correspondeu a 6% e, no segundo, a 7%. O fornecimento de crédito e o comércio compunham o setor mercantil, que era pouco expressivo na estrutura econômica (5%). Isso porque as formas de produção da sociedade eram predominantemente voltadas para o autoconsumo. Quanto às

[16] Hebe Mattos faz esta constatação para Capivary, que se tratava de uma economia comercial escravista. Conforme a autora, a propriedade da terra por si só não diferenciava socialmente os proprietários, e sim a dimensão da exploração agrícola e da escravaria. CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história*, op. cit. p. 40.

práticas creditícias, elas eram caracterizadas por formas mais antigas de relações econômicas, fundadas em relações pessoais, constitutivas de sociedades não capitalistas.

O aumento da taxa de participação das dívidas ativas, ainda que pouco expressivo, é compreensível à luz de conjuntura local, bem como nacional. No primeiro caso, insere-se crescimento de população, crescimento de comércio e aumento de níveis de urbanização,[17] com mais oferta de serviços. No segundo, a regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial de 1850.[18] Esse código regulou as relações de créditos mercantis, garantido legalmente sua existência, com base em elementos de comprovação, (art. 122), bem como garantindo as condições de cobrança (arts. 376 e 377). Assim, instituíram-se garantias de caráter legal para os credores. Isso se somou às garantias já asseguradas pelas relações interpessoais, inaugurando um elemento novo e externo a esse caráter de relações sociais.

Com variações internas, as quatro principais categorias de bens (escravos, animais, bens de raiz e dívidas ativas) permaneceram na mesma posição de importância entre os bens que compunham a riqueza ao longo do tempo. Os bens que se destacaram elucidam traços característicos da economia local. Se não foram constatadas mudanças de âmbito estrutural na configuração da economia, observam-se, por sua vez, alterações em âmbito da disponibilidade de mão de obra escrava, da produção pecuária e do fornecimento de crédito. Elas podem ser entendidas à luz de conjunturas quer circunscritas, quer mais amplas. Segue-se caracterização destes bens e suas alterações conjunturais para melhor compreensão dos aspectos econômicos desta sociedade.

2.1.1 Propriedade escrava

A propriedade escrava era o principal bem na composição da riqueza local. As características do sistema escravista e a conformação demográfica do segmento escravo estavam relacionadas com o recurso que se fazia da mão de obra compulsória, como com sua reposição. Rio Pardo se inseria na região Norte da província. Nela, as características econômicas de produção apresentavam menor demanda por essa mão de obra em relação a outras regiões. Na população local da década de 1830, o segmento escravo correspondia a 24% e em 1872, 13%. O segmento reduziu sua taxa de participação na população total, mas houve crescimento de 219%.[19] A taxa de participação do segmento escravo na população total é, portanto, o primeiro elemento a caracterizar o sistema escravista que lá vigorava.

Um segundo elemento na caracterização desse sistema era a estrutura da posse de escravos. Tratando-se de uma sociedade nacional escravista, a propriedade escrava em Rio Pardo era bastante difundida. Verifica-se que 79% de indivíduos tinham escravos entre os bens inventariados.[20] No que se refere ao perfil de proprietários, a maioria (63%) possuía pequenas posses, seguida de um grupo menor detentor de posses médias (6-20). Um número reduzido deles contava com posses grandes e muito grandes em suas unidades domésticas (gráfico 4).

---

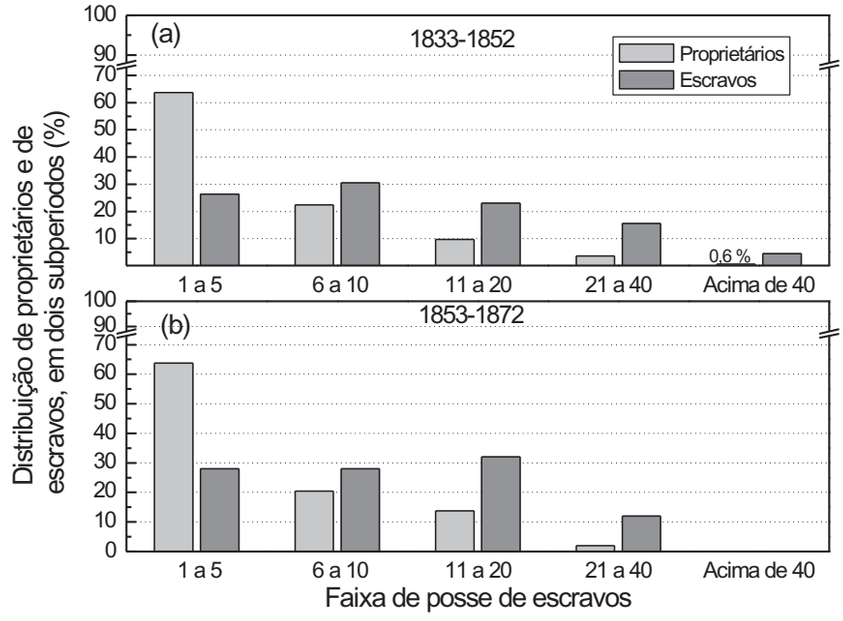
[17] RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. *História econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 7-45, 2004. p. 16-37. Os autores analisam a estrutura urbana da província na década de 1830 e em 1872, definindo três níveis de centralidade. Verificam-se o número e as categorias de ocupações para 143 localidades, com base nas informações das listas nominativas da década de 1830 e do recenseamento de 1872. Dada a estrutura ocupacional de Rio Pardo da década de 1830, o termo não se inseriu em nenhum nível de urbanização. Já em 1872, as categorias ocupacionais existentes habilitaram o termo para o nível médio de urbanização em âmbito provincial.

[18] BRASIL. Lei de 25 de junho de 1850. *Coleção das leis do Imperio do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. p. 57-239. Disponível em: <www2.camara.gov.br/atividade-legislativa>.

[19] CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (1833-1872)*, op. cit. p. 121-128.

[20] A distribuição da propriedade escrava é observada por meio da classificação das posses em cinco faixas: menores (1-5), médias inferiores (6-10), médias superiores (11-20), grandes (21-40) e muito grandes (acima de 40).

Gráfico 4
Distribuição de proprietários e de escravos, por faixas de posses de escravos em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



No primeiro subperíodo, 38 indivíduos com bens inventariados (18,7%) não tinham escravos. Para o segundo, o número correspondente é 46 (23,2%).

Nº de proprietários e de escravos:

1833-1852: 165 proprietários e 980 escravos

1853-1872: 152 proprietários e 881 escravos

Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

No tempo, o número percentual de proprietários de pequenas posses se manteve (63%). A alteração é constatada entre os que possuíam posses médias, posses grandes e muito grandes. O subgrupo de proprietários de posses médias tornou-se ligeiramente maior e o de posses grandes reduziu. Já a posse muito grande, que era exceção, existiu apenas no primeiro tempo. A mudança no perfil de proprietários está relacionada com a retração da mão de obra, refletindo a concentração de escravos por faixas de posse. A tendência foi de diminuição do número de proprietários e do tamanho das posses. Em primeiro nível, ocorreu um leve aumento do número percentual de escravos nas pequenas posses e sua diminuição nas posses médias inferiores (6-10). Em segundo, houve aumento do número deles nas posses médias superiores (11-20) e redução nas posses grandes (21-40), não existindo mais posses muito grandes (gráfico 4).

Não obstante a redução do tamanho de posses, a tendência foi de concentração social da propriedade. Se, no primeiro tempo, a maior parte dos escravos estava na faixa de 6-10 (30,5%), no segundo, a maior concentração deles se verifica na faixa de 11-20 (32%). Logo, no que se refere à distribuição dos proprietários por tamanho de posses, o sistema escravista em Rio Pardo tinha estrutura de posses desconcentrada. Já quanto à distribuição dos escravos por tamanho de posses, observa-se que ao longo do tempo ocorreu ligeira concentração da propriedade em posses maiores. Um dos fatores que provocaram essa concentração foi o preço de escravos, que estava mais alto no segundo subperíodo. Assim, diminuiu-se o poder de compra dessa mão de obra por parte de proprietários menos abastados.

Quanto aos padrões de posse de escravos, trabalhos historiográficos pioneiros relativizam a antiga tese da predominância de grandes propriedades no regime escravista brasileiro, apontando para a difu-

são da propriedade escrava.[21] Em Minas Gerais, na região aurífera no início do século XIX, observa-se predominância de proprietários de escravos com pequenas posses.[22] Já para a província na década de 1830, constata-se que o maior subgrupo de proprietários (28%) possuía pequenas posses, tendo sido raras as grandes posses (50-100). Padrões de posse em Minas na década de 1830 assemelhavam-se aos verificados para a Bahia (1816-1817) e para São Paulo (1804). Assim, as grandes posses de escravos eram exceção no Brasil. Seu padrão de posses se assemelhava mais aos das regiões não açucareiras do sul dos Estados Unidos, caracterizadas por uma diversificação econômica, tal como em Minas, do que aos padrões estabelecidos no Caribe, cuja economia era marcada pela monocultura especializada.[23]

As pequenas e médias posses eram comuns na estrutura de posses em Minas. Mas, elas eram proporcionalmente mais numerosas em regiões e localidades com economias sem expressão provincial e, consequentemente, com menor demanda pelo trabalho escravo. Em regiões e localidades com economias direcionadas para mercados de abastecimento eram maiores os números percentuais de escravos em posses grandes e muito grandes. Isso porque em maior número de unidades domésticas desenvolveram-se atividades econômicas em níveis expressivos com maior dependência do trabalho escravo.[24]

Por fim, o terceiro elemento na caracterização do sistema escravista. Trata-se da conformação demográfica do segmento cativo, que estava associada à estrutura econômica produtiva e à demanda de utilização da mão de obra compulsória de determinada economia. Para a província de Minas, constatou-se heterogeneidade na estrutura demográfica do segmento, que refletia a diferenciação econômica regional.[25] Em Rio Pardo, como verificado, era baixa a taxa de participação do segmento escravo na população em relação a outras localidades de características econômicas distintas.

No que se refere aos aspectos demográficos deste segmento, observam-se os quesitos sexo, idade e origem para uma caracterização em linhas gerais. Quanto a sua composição segundo o sexo, verifica-se uma razão de sexos ligeiramente equilibrada (1,11). A desproporção entre os sexos a favor dos homens indicava a capacidade de uma dada sociedade de importar escravos africanos, evidenciando seu nível de inserção no tráfico internacional.[26] Não era o caso de Rio Pardo. A expressiva maioria dos escravos de lá era de origem brasileira, com apenas 8,9% de africanos (gráfico 5).

Localidades inseridas em regiões com produção mercantil de expressividade provincial dependiam, em maior grau, da mão de obra escrava, principalmente via comércio internacional. Era o caso do termo de Mariana (região central). Lá havia uma produção mercantil de artigos diversificados, com demanda maior para a mão de obra escrava. Entre 1830 e 1840, os escravos africanos representavam 36% do segmento.[27] Uma participação de africanos, portanto, três vezes maior que em Rio Pardo para o período.

---

[21] SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 356-376; CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história*, op. cit. p. 35.

[22] LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. *Minas colonial*: economia e sociedade. São Paulo: Fipe; Pioneira, 1982. p. 31-56.

[23] LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 97-104. Sobre os dados para a Bahia, SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983; para São Paulo, ver LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 211-221, 1983.

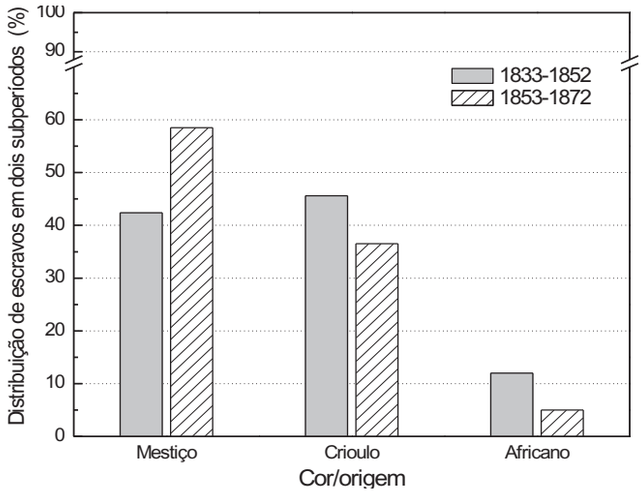
[24] Sobre a diferenciação regional na estrutura de posses, PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 136-138; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. p. 50-53.

[25] Entre outros trabalhos, LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, op. cit.; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, op. cit.; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes, op. cit.

[26] LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, op. cit. p. 56-57.

[27] ALMEIDA, Carla Maria. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*. Dissertação (mestrado em história) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. p. 114.

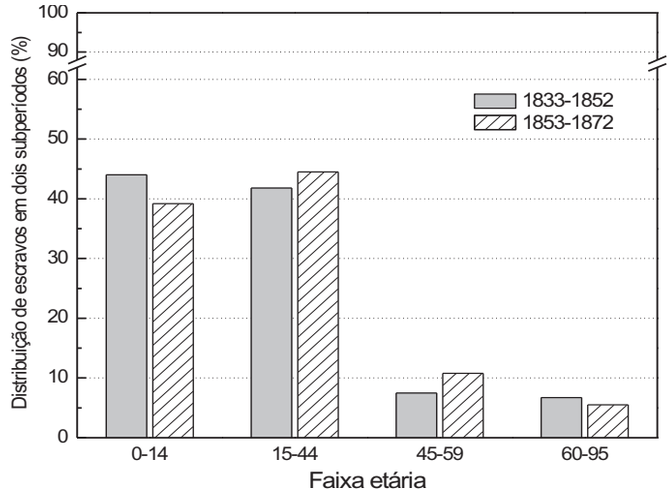
Gráfico 5
Distribuição de escravos por cor/origem em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



Nº de escravos:
1833-1852: 348 mestiços, 373 crioulos e 98 africanos
1853-1872: 393 mestiços, 246 crioulos e 34 africanos
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

A participação de africanos no segmento, que já era pequena, decaiu ao longo do tempo (de 12% para 5%). A predominância era de escravos nascidos no Brasil, os crioulos e os mestiços. Os primeiros eram de ascendência exclusivamente africana. Quanto aos mestiços, o termo se referia aos miscigenados: cabras, pardos, mistos, mulatos e mestiços. Com o decréscimo da participação de escravos africanos, a representatividade de crioulos reduziu-se, aumentando a de escravos miscigenados (gráfico 5). A enorme presença de escravos brasileiros no segmento cativo, a pequena participação de escravos africanos, seguida de sua redução, o decréscimo da taxa de razão de sexos e a grande proporção de crianças indicam que a reposição dessa mão de obra ocorreu quase exclusivamente via reprodução interna (gráfico 6).

Gráfico 6
Distribuição de escravos por faixa etária em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



Nº de escravos:
1833-1852: 935
1853-1872: 857
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

As evidências de que Minas durante o século XIX possuiu elevada população escrava — 15% a 25% do segmento em âmbito nacional entre 1819 e 1872 — fundamentam diferentes proposições sobre os mecanismos de reposição ou ampliação da mão de obra escrava. Uma argumentação é que o crescimento do segmento ocorreu essencialmente por meio do tráfico internacional até 1850.[28] Outra proposição defende que a reprodução endógena respondia pela maior parte da reposição ou crescimento desse segmento.[29] Ambas as formas diferenciadas de repor ou ampliar a mão de obra escrava na província são "estritamente corretas, embora incompletas de compreender uma mesma realidade".[30]

O regime de trabalho escravista em Minas foi caracterizado pela diferenciação econômica regional. Isso demarcou configurações distintas para o segmento, inclusive no quesito de sua reposição ou ampliação. Tal como em Rio Pardo, para Montes Claros (região Norte) as evidências são de que a reprodução interna teve expressiva importância no crescimento da mão de obra cativa.[31] Para Barbacena (região da Mata), a importação de escravos foi importante para a formação de grandes posses de escravos lá verificadas.[32] Já em Paracatu (região Oeste), as duas formas de manutenção da mão de obra escrava coexistiram (figura 1).[33]

2.1.2 Animais

Os animais tinham o segundo maior peso na composição da riqueza, com a atividade pastoril presente em 90% das unidades (gráfico 1). Isso confirma a importância desta atividade no território, iniciada com a expansão da fronteira pecuária. Em Rio Pardo, seguiu-se tendência de sua região pecuarista, os sertões do norte,[34] com a criação predominante do gado bovino em processo de reprodução de forma extensiva.

Em nível geral, o rebanho reduziu em 9,4%, reiterando a queda de participação da categoria animais na composição da riqueza local (gráfico 3). Apontamentos em fins dos anos de 1820 e de 1830 informavam sobre um tempo de "continuadas secas", que provocaram diminuição do rebanho bovino.[35] A falta de chuva, marcando longos períodos de seca, levou à redução do gado nas propriedades, diminuindo o número de fazendas com grandes quantidades de cabeças e a concentração do rebanho.

Quanto à distribuição dos três maiores rebanhos, apenas para o gado muar registrou-se crescimento. O aumento da taxa de representatividade de 1% para 4% demonstra difusão de animais de carga utilizados para transporte de produtos comercializados (gráfico 7). Isso é indicativo do crescimento do setor comercial, evidenciado também no aumento de participação das categorias de bens a ele vinculadas — dívidas ativas, estoque, dinheiro (gráfico 3).

---

[28] MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1994. (Texto para discussão n. 70)

[29] LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH*, Campinas, n. 10, 1983; BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*, op. cit.

[30] PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes, op. cit. p. 55.

[31] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, op. cit. p. 84-124.

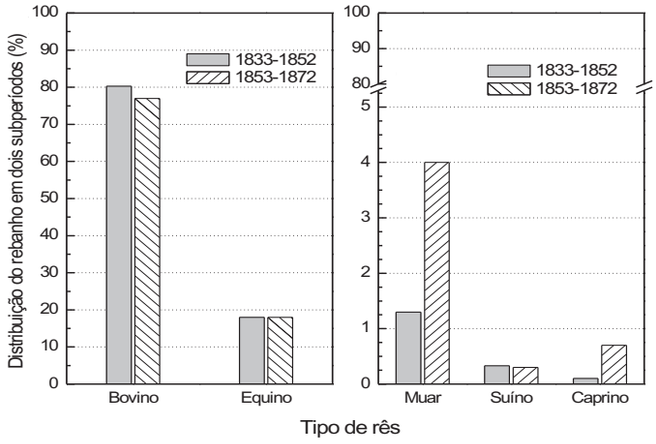
[32] SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais*, op. cit. p. 91, 242-243.

[33] PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, 1995.

[34] Prado Júnior identifica três grandes regiões de pecuária da época colonial: os sertões do norte, as planícies do sul e a parte meridional de Minas Gerais (PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 192-198).

[35] OFÍCIO do fiscal do distrito do Rio Pardo. Rio Pardo, 29 dez. 1829. Acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Minas Novas (ACMMN); OFÍCIO da Câmara Municipal de Rio Pardo. Rio Pardo, 11 jan. 1837. Acervo do APM. PP 1.33, cx. 222, doc. 30.

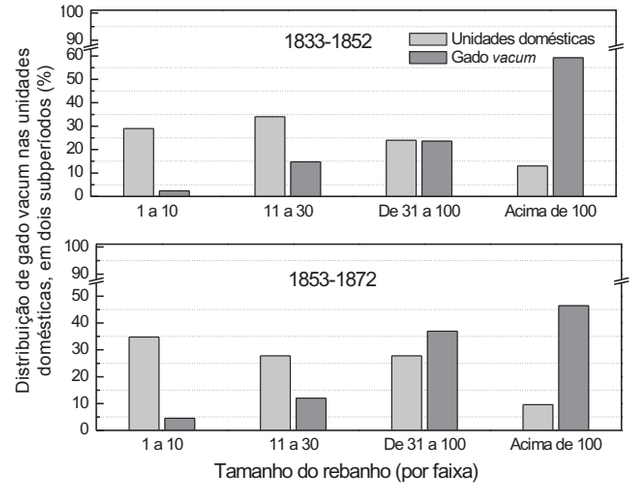
Gráfico 7
Distribuição do rebanho, por tipo de rês em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



Nº de cabeças:
1833-1852: 9.872
1853-1872: 8.943
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Para o gado bovino, verifica-se o nível de concentração nas propriedades, que é indicativo do grau de mercantilização da produção. Sua distribuição é observada em quatro faixas: 1 a 10 (pequena), 11 a 30 (média), 31 a 100 (grande) e acima de 100 (muito grande). Não se verificam grandes alterações no tempo para a concentração nas propriedades nem para o tipo de proprietário. Para as faixas grandes e muito grandes, os números são os mesmos nos dois subperíodos: 83% do rebanho se concentravam nelas, correspondendo a 37% de proprietários. Constata-se que o rebanho era mais concentrado no primeiro tempo e era também maior (gráfico 8).

Gráfico 8
Distribuição de gado vacum nas unidades domésticas, por faixa de tamanho em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



Nº de unidades e de cabeças:
1833-1852: 159 unidades e 7.933 cabeças
1853-1872: 158 unidades e 6.895 cabeças
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872).
Acervo do AFCRPM.

Boa parte do gado estava reunida nos grandes rebanhos e concentrada nas mãos de menor número de proprietários. Sua concentração nos rebanhos grandes e muito grandes indica que parte considerável da produção era direcionada à comercialização. Vendia-se tanto para o comércio local de abate como para boiadeiros forasteiros.[36] Os criadores de grandes quantidades de cabeças buscavam um mercado externo, já que a demanda local poderia ser atendida pelos criadores de rebanhos mais modestos.

O gado bovino de Rio Pardo, tal como das regiões ao norte e ao nordeste da província, era direcionado ao mercado do centro provincial e ao da Bahia. Esse gado se incluía entre as principais exportações pela recebedoria de Rio Pardo.[37] Nessas regiões, o comércio de gado gerava baixos rendimentos aos criadores, visto que o comércio era intermediado por atravessadores.[38] Já a comarca do Rio das Mortes, que tinha seu setor agropecuário destinado ao mercado de abastecimento, atendia ao mercado da corte e às áreas cafeeiras fluminense e paulista.[39] A pecuária era uma das atividades que inseria a região na pujante economia mercantil de abastecimento e o gado bovino foi um dos principais gêneros exportados ao longo do século XIX.[40]

Na província, os maiores lucros do comércio pecuarista provinham do Rio de Janeiro. Os bovinos das fazendas mineiras conduzidos ao Rio de Janeiro eram das bacias dos rios Grande e São Francisco, do oeste, do noroeste, do Triângulo. O preço do gado vacum nas feiras dos sertões chegava a quadruplicar nas feiras fluminenses. Parte pouco significativa do gado bovino mineiro também era destinada ao comércio na Bahia, via postos fiscais de Rio Pardo, ao norte, e São Sebastião do Salto Grande, ao nordeste.[41] No caso da região ao norte, a criação do gado vacum era comercializada, principalmente, com a Bahia, cuja atividade era considerada de baixos rendimentos e sem expressividade na pauta de exportações da província.[42]

Se comparados os números médios de animais de pecuaristas em Rio Pardo com os de São João del-Rei, verificam-se criadores de maior porte na primeira localidade. Considerando proprietários de Rio Pardo que possuíam acima de cem cabeças de gado vacum (1833-1852), o número médio de animais era de 223. Já para São João (1831-1850), o número médio era de 146.[43] Em Baependi (1859), o barão Junqueira possuía um rebanho de 358 cabeças de gado vacum, o que o qualificava como grande pecuarista. O tamanho desse rebanho se aproximava do padrão das propriedades de porte semelhante no termo de Campanha.[44] Já em Rio Pardo (1859), o proprietário Ribeiro tinha 405 cabeças de gado bovino, rebanho maior que os encontrados para as localidades referidas.[45] Lembrando que elas contavam com um expressivo setor mercantil agropecuário, diferentemente de Rio Pardo.

Em Rio Pardo, portanto, a atividade pecuária era bastante expressiva. Todavia, a localidade não estava inserida em circuito comercial em proporção à de outras localidades, como das regiões Central e Sul. O padrão de grandes pecuaristas de Rio Pardo não diferia dos padrões dos de São João del-

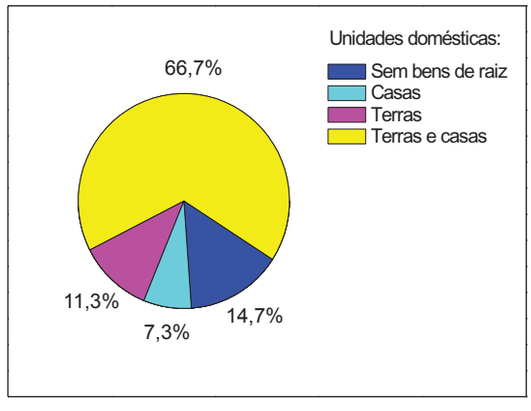
[36] OFÍCIO do fiscal do distrito do Rio Pardo Salvador Cardoso de Sá. Rio Pardo, 2 jul. 1831. Acervo do ACMMN.
[37] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província*: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. Dissertação (mestrado em economia) — Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2006. p. 170. Sobre exportações mineiras pelas recebedorias nas fronteiras, ver a mesma obra.
[38] PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, op. cit. p. 118-120.
[39] Além dos autores já citados que tratam do assunto, cf. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*s. São Paulo: Hucitec, 1999; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.
[40] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província*, op. cit. p. 82.
[41] Ibidem, p. 124-126.
[42] PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, op. cit. p. 117-120; RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província*, op. cit. p. 124.
[43] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 146.
[44] ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*, op. cit. p. 124, 222-223.
[45] PROCESSO de inventário *post-mortem* de João Lourenço Ribeiro. Rio Pardo, 1859. Acervo do AFCRPM.

-Rei e dos de Campanha, superando-os. Entretanto, a produção era escoada por boiadeiros sertanejos, que a encaminhavam, principalmente, para o mercado da Bahia, sem expressividade provincial. Diferentemente, localidades do centro-sul estavam inseridas nos dois processos: de criação e de comercialização lucrativa do gado. O comércio interprovincial de gado bovino era desenvolvido especialmente com o Rio de Janeiro e com São Paulo. Foi na região ao sul da província que se articulou o comércio externo e localidades tornaram-se entrepostos de outras regiões da província, concentrando parte do lucro da produção gerada nas demais regiões produtoras.[46]

2.1.3 Terra e produção agrícola

Quanto aos bens de raiz, eles correspondiam à terceira categoria de bem mais representativa na composição da riqueza. Nela estão relacionados os imóveis (terras e casas). Os imóveis rurais, incluindo as terras e as respectivas casas, constituíam maioria (88%). No grupo de proprietários, 78% deles possuíam terras (gráfico 9). No caso, era pequena a parcela que estava destituída do principal meio de produção em uma sociedade eminentemente agrária.

Gráfico 9
Distribuição de unidades domésticas por bens de raiz, Rio Pardo (1833-1872)



O número de unidades é 401.
Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872).
Acervo do AFCRPM.

Verificou-se estabilidade do acesso à terra para Rio Pardo e para a província mineira também. No período de 1831-1840, apenas 7% da força de trabalho livre masculina eram de assalariados.[47] Ainda assim, havia disponibilidade de terras para a maioria dos trabalhadores. Isso por se tratar de uma província cuja forma de produção predominante era a agricultura para o autoconsumo. A presença de uma fronteira aberta, caracterizada pela abundância de terras, e a mobilidade espacial permitiam acesso estável das famílias à terra e à sua reprodução. Esse processo verificado em Minas inseriu-se no processo de expansão da fronteira agrícola e resultou em uma expansão demográfica espontânea, em busca da reprodução das condições de vida material.

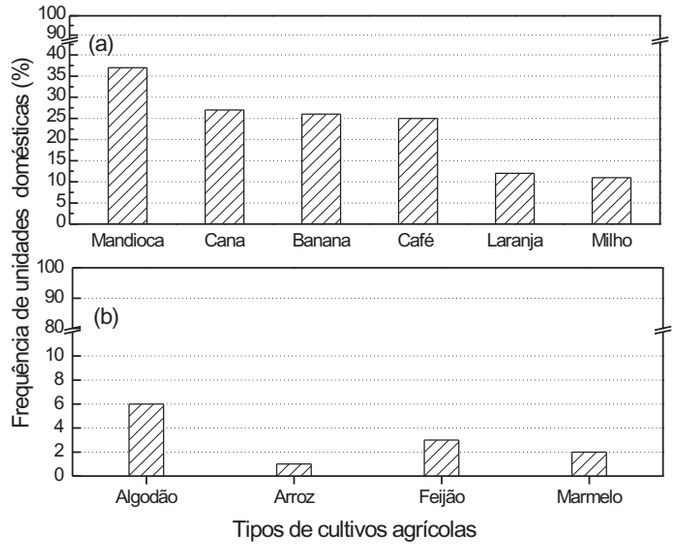
Se a criação de gado bovino em boa medida era comercializada, o mesmo não ocorria com a

[46] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província*, op. cit. p. 244.
[47] LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, op. cit. p. 91.

produção agrícola. A inexpressiva participação das plantações na riqueza demonstra que a produção de alimentos era predominantemente direcionada ao consumo doméstico (gráfico 3). Como a pecuária, a agricultura era uma atividade largamente difundida.[48] A agricultura e a pecuária eram também as principais atividades econômicas para a maioria das localidades da província.[49] Tratava-se de uma economia com proeminente setor mercantil agropecuário de abastecimento. No entanto, o setor predominante era o da produção de autoconsumo, com excedentes comercializados em pequena escala.

Em Rio Pardo, plantavam-se grãos, tubérculos, frutas, cana-de-açúcar e algodão. A mandioca foi o cultivo mais frequente, tendo sido base da alimentação local. A farinha de mandioca era beneficiada em tenda, com roda de ralar mandioca, prensa e forno. A roda de ralar mandioca era um dos instrumentos de beneficiamento agrícola mais difundidos nas unidades domésticas, seguida do engenho e do alambique. A cana-de-açúcar era também um produto bastante cultivado. Ela era beneficiada, fabricando-se rapadura, açúcar e aguardente (gráfico 10).

Gráfico 10
Frequência de unidades domésticas por cultivos agrícolas, Rio Pardo (1833-1872)



O número de frequência é 114.

Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872).
Acervo do AFCRPM.

Além dos gêneros alimentícios, outro produto cultivado era o algodão, matéria-prima utilizada nos ofícios do setor têxtil, como fiação, tecelagem, renda e costura. Os ofícios relacionados às atividades têxteis eram mais representativos. Os instrumentos de beneficiamento do algodão eram descaroçador de algodão, roda de fiar, pente de tecer e tear. A roda de fiar era o mais comum. Além do cultivo do

[48] Consideram-se unidades produtivas que atuavam na agricultura não somente as que tinham terra, mas também aquelas que, mesmo sem terra, tinham instrumentos de trabalho agrícola. Daí a diferença de percentual entre as unidades que possuíam terra (78%) e as que desenvolviam agricultura (88%).
[49] RELATÓRIO do presidente da província de Minas Gerais, 1854 apud FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 106-107.

algodão para o beneficiamento doméstico, o produto era também comercializado. A comercialização do algodão já ocorria em tempos mais antigos. Em Rio Pardo, ainda arraial, havia muitas plantações de algodão, cuja produção era comercializada na Bahia.[50]

A agricultura de alimentos era quase exclusivamente destinada ao consumo doméstico. Entre os produtos identificados para comercialização (sal, fumo, rapadura, algodão, tecido, ferragens, aguardente, cachaça, café, capim), apenas rapadura e café são da categoria de gêneros alimentícios. Não há informação para o tamanho das áreas cultivadas. Pelos baixos valores que elas recebiam, certamente eram de dimensões modestas, limitando-se a atender ao autoconsumo. Contudo, é identificada produção agrícola excedente em unidades produtivas de maior porte, em cômodos de armazenamento de alimentos, cuja parcela excedente era certamente comercializada localmente ou em outros mercados.

Os instrumentos de trabalho agrícola eram machado, cavador, cavadeira, alavanca, foice e enxada. Eles eram rústicos, de baixo custo e eram utilizados tanto em unidades de pequeno porte de produção como de grande porte. A diferenciação era demarcada pela variação e pela quantidade.[51] A prática agrícola consistia em derrubar matas e capoeiras, dispensando poucos cuidados à plantação. A forma de produção agrícola era extensiva.[52] Os recursos técnicos eram rudimentares e caracterizavam-se como meios de produção secundários.

Um traço característico desse sistema de produção era a baixa densidade demográfica e a disponibilidade de matas virgens, que favorecia a exploração do solo de forma extensiva. Com técnica rudimentar, o fomento da agricultura dependia de novas aquisições de mão de obra e de terras. Em Rio Pardo, isso é elucidado na observação dos bens mais significativos da riqueza. As unidades domésticas que dispunham de mais mão de obra escrava tinham porte de produção maior. A mão de obra escrava e a terra correspondiam, respectivamente, à primeira e à terceira categorias de bens mais importantes, enquanto os instrumentos de trabalho tinham participação inexpressiva (gráfico 3).

Logo, as atividades agropecuárias eram predominantes na estrutura econômica. Havia diversificação econômica de atividades, que era proporcionada pela presença dos setores de ofícios artesanais e mercantil. A agricultura era destinada ao autoconsumo, com eventual comercialização de excedentes. Quanto à pecuária, o nível de comercialização era muito maior do que o da agricultura. Mas, eram mais comuns unidades que possuíam pequenos e médios rebanhos de gado bovino, destinados às necessidades domésticas. Já o recurso à mão de obra escrava influiu diretamente no nível de produção e de diversificação econômica.

2.1.4 Dívidas ativas

A representatividade das dívidas ativas no conjunto da riqueza (7%) indicava expressão menor do crédito em relação a outras localidades de maior acumulação mercantil.[53] Ainda que na quarta posição,

[50] MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981. v. 1, p. 196.

[51] No estudo sobre o sistema agrário de Paraíba do Sul, Fragoso identifica esses mesmos instrumentos de trabalho agrícola, com exceção da alavanca. FRAGOSO, João. *Sistema agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*, op. cit. p. 28.

[52] Essa prática agrícola, que remete desde aos tempos de colônia, era comum também em Portugal. MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve económico*: 1600-1773. Lisboa: Estampa, 1993. p. 135-136.

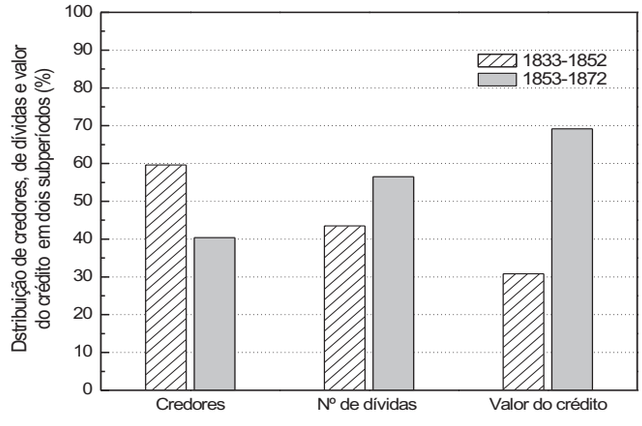
[53] Sobre o assunto para outras localidades, ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*, op. cit.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons*: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822). Tese (doutorado em história) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op. cit.; MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX*, op. cit.

a participação das dívidas ativas era pequena, dado o peso bastante expressivo das três principais categorias de bens: escravos, 53%, animais, 18%, e bens de raiz, 11% (gráfico 3).

No período abordado, a participação das dívidas ativas cresceu de 6% para 7%, mantendo-se na quarta posição. A oferta de crédito foi maior no segundo subperíodo, concentrando-se nas mãos de um grupo menor de credores. O maior número de dívidas também foi registrado para o segundo subperíodo, com valores mais altos. A ocorrência de aumento de crédito reitera o gradativo crescimento do setor comercial, que abarcou 47% das operações creditícias (gráfico 11).

No que se refere aos valores das dívidas ativas, verifica-se predominância de pequenas dívidas com valores abaixo de 50$000.[54] No tempo, essa predominância permaneceu, mas as mesmas diminuíram sua representatividade. Isso refletiu o aumento das dívidas com valores entre 100$000 e 499$000. Já as dívidas das duas faixas de valores mais altos dobraram sua participação, mas tinham pouca expressividade no conjunto. O fato retrata o próprio processo de fornecimento do crédito. A participação do crédito cresceu na composição da riqueza e ele se concentrou mais no segundo subperíodo. Assim, a tendência foi diminuir o número das dívidas de pequenos valores, subindo a participação das dívidas das três maiores faixas (gráfico 12). Essas alterações na configuração do crédito evidenciavam conjunturas locais de crescimento da população e do setor de comércio, de aumento na oferta de serviços, bem como conjuntura nacional de regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial de 1850.

Gráfico 11
Distribuição de credores, de dívidas ativas e valor do crédito em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



O número de credores é 151, de dívidas, 1.431, e o valor do crédito, 90:148$386.

Valor médio do crédito:

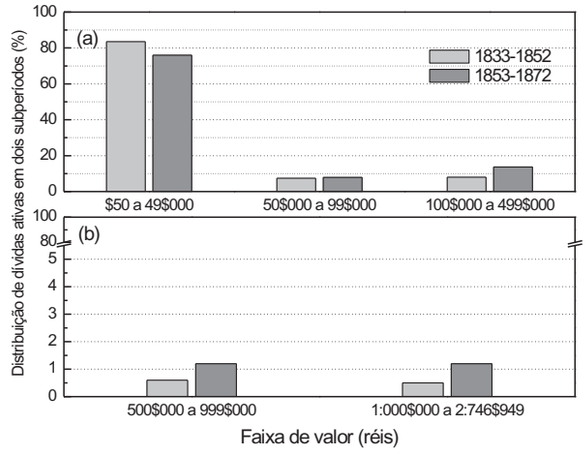
1833-1852: 44$587

1853-1872: 66$808

Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

[54] Foram definidos três níveis de dívidas ativas em cinco faixas de valores: pequenas dívidas, faixa inferior de $50 a 49$000 e faixa superior de 50$000 a 99$000; dívidas médias, faixa inferior de 100$000 a 499$000 e faixa superior de 500$000 a 999$000; dívidas grandes, faixa de 1:000$000 a 2:746$000.

Gráfico 12
Distribuição de dívidas ativas, por faixas de valor em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)



O número de dívidas é 1.430.

Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

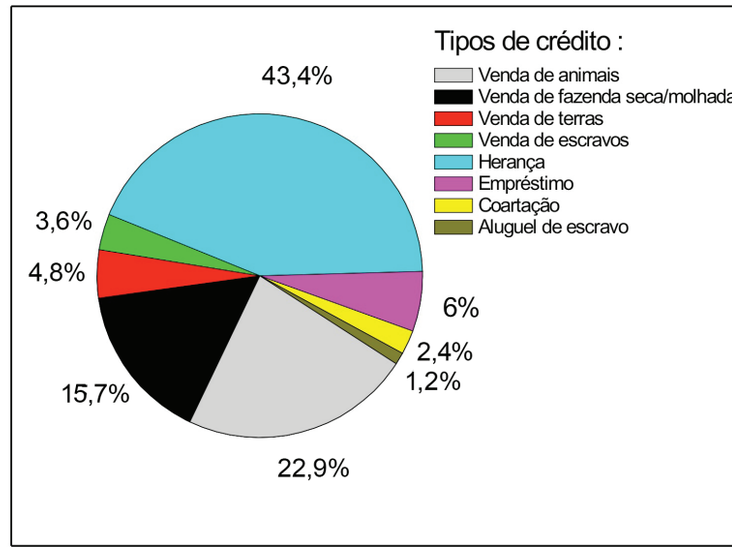
As práticas creditícias estavam difundidas entre a população. Recorria-se ao pagamento a prazo para atendimento às necessidades cotidianas, predominantemente em dívidas de baixo valor.[55] A maior parte dos créditos (47%) atendeu ao comércio, em operações de financiamento ao consumo e à produção.[56] Tratando-se de uma sociedade de sistema de produção de base agrária, os proprietários faziam novas aquisições de terra e de mão de obra escrava por meio de crédito. Assim, o financiamento proporcionava a ampliação de empreendimentos agrícolas. Comprar terra em um sistema que funcionava com a exploração do solo de forma extensiva, bem como adquirir escravos cuja mão de obra elevava o nível da produção significavam ampliar os principais meios de produção desse sistema e, por conseguinte, fomentar a produção.

Quanto à comercialização de animais, o gado se destacou entre produtos e bens relacionados nas operações de crédito. No total das transações com o gado muar, equino e bovino, as referentes a esse último corresponderam a 74%. Assim, os dados reafirmam as inferências feitas sobre a pecuária. A principal produção local comercializada era a de gado bovino (gráfico 13).

[55] Santos demonstra, para a comarca do Rio das Velhas (século XVIII), o predomínio de pequenas dívidas ativas. Do total das dívidas, 73% eram referentes a valores abaixo de 100$000. Ainda que se tratasse de uma temporalidade anterior e de localidades de economias distintas da de Rio Pardo, verificou-se em Minas a permanência no tempo do recurso ao crédito predominantemente para atender às necessidades cotidianas da população. SANTOS, Raphael Freitas. *"Devo que pagarei"*. Dissertação (mestrado em história) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. p. 102-104; SANTOS, Raphael Freitas. O ouro e a palavra. In: CARRARA, Angelo Alves. *À vista ou a prazo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 81.

[56] Há informação sobre as transações que originaram os créditos para 6% das dívidas.

Gráfico 13
Distribuição de dívidas ativas, por tipos de crédito, Rio Pardo (1833-1872)



O número de créditos é 83. Os créditos relativos à venda de bens ou de produtos representam 47% do total.

Fonte: Processos de inventário *post-mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Outra boa parte dos créditos tinha origem nos processos de partilha de bens entre herdeiros. Em menor medida, o empréstimo em dinheiro era também uma forma de fornecer crédito. As operações envolvendo empréstimos pessoais correspondiam a uma participação pequena no conjunto das dívidas. A representatividade dos empréstimos era coerente em uma economia de baixa monetização. Entre os bens de proprietários, a moeda correspondeu a apenas 0,7% do total da riqueza (gráfico 3). Assim, poucos indivíduos possuíam dinheiro em condições de fazer empréstimos, cuja capacidade financeira contribuía para a liquidez da economia local.

Duas outras práticas creditícias de menor representatividade referiam-se à coartação e ao aluguel de escravos. A coartação consistia em uma modalidade de alforria recorrida por escravos, que tinham condições de pagar pela sua liberdade com rendimentos próprios. Com a ascensão econômica, eles almejavam a ascensão social: da condição de escravos para a de libertos. Na coartação, eles compravam sua carta de manumissão. Quanto ao aluguel de escravos, o proprietário alugava o escravo e recebia o "jornal" correspondente ao trabalho realizado por ele. Em Minas, a prática de alugar cativos remonta ao século XVIII, quando a atividade mineradora exigia mobilidade da mão de obra, devido ao constante surgimento de novas áreas de extração. A prática permaneceu no século XIX. Os dados do censo da década de 1830 e do recenseamento de 1872 demonstram que o sistema de aluguel de cativos expandiu ao longo do século. E foi o setor agrícola o mais beneficiado com a transferência temporária da mão de obra escrava.[57]

As práticas creditícias já eram presentes nas Minas setecentistas em transações comerciais estabelecidas pela população no dia a dia, principalmente nas regiões mais urbanizadas. Em âmbito da colônia, a economia tinha traços pré-industriais, gerando mercado restrito. Havia escassez de moeda circulante, predominando o capital mercantil. O crédito era usado com regularidade, marcando a economia e a sociedade coloniais.[58] O importante papel que a praça do Rio de Janeiro desempenhou na reprodução

[57] LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, op. cit. p. 94-96.
[58] Sobre a questão do crédito e da circulação monetária na economia colonial, cf. ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no*

da economia colonial possibilitou acumulação mercantil e concentração de riqueza pelos já afortunados segmentos mercantis. As operações com o crédito constituíram um dos mecanismos que promoveram essa acumulação, reservando ao capital mercantil residente papel importante na reprodução dessa economia. O segmento mais rico na hierarquia social correspondia a um grupo restrito de negociantes de grosso trato, que tinha supremacia sobre a aristocracia fundiária e escravista.[59]

Nas Minas, as transações mercantis eram marcadas pela dependência do crédito e pelo alto grau de endividamento. A escassez da moeda circulante (dinheiro de cobre e de prata) e a proibição da circulação do ouro em pó, que também circulava como moeda, proporcionaram difusão do sistema de crédito. Havia uma rede de endividamento, que era controlada por comerciantes. Os grandes atacadistas estabelecidos em Minas criaram importantes linhas de crédito interno. O capital comercial era importante fonte de financiamento de pessoas e de comerciantes.[60] Dada a circulação restrita de moedas, o recurso ao crédito era forma comum de se adquirir um produto ou bem, assim como de pagar por um serviço. Para a comarca do Rio das Velhas, por exemplo, verificaram-se várias práticas creditícias desenvolvidas pela população em suas atividades cotidianas.[61]

O setor mercantil se destacou na economia colonial e também na economia da primeira metade do século XIX. Essas economias tinham traços pré-industriais que geravam um mercado restrito, bem como circulação restrita de moeda.[62] No século XIX, esse setor se destacou em localidades que estavam inseridas na economia de agroexportação e de abastecimento interno. Assim, o crédito adquiria maior importância em sociedades cujas atividades econômicas proporcionavam maior acumulação mercantil.[63] Como referido, o crédito em Rio Pardo teve pequena participação na composição da riqueza, em que foi baixo o grau de endividamento local. Isso porque as atividades econômicas lá desenvolvidas não favoreciam acumulação mercantil em níveis consideráveis.

Conclusão

A conformação de uma sociedade agrária em Rio Pardo no século XIX foi decorrente do processo de expansão da fronteira pecuária e da fronteira de agricultura de autoconsumo no Brasil. A economia

---

Comércio Colonial. São Paulo: Ática, 1980; RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e filantropos.* Brasília: UnB, 1981; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op. cit.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Crédito e circulação monetária na colônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, V; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, VI, 2003, CAXAMBU. *Anais...* Caxambu: ABPHE, 2003.

[59] FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op. cit. p. 253-273.

[60] FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*s, op. cit. p. 120-122; SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto.* São Paulo: Hucitec, 1997. p. 99-100; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*, op. cit. p. 33-45; PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII.* São Paulo: Annablume, 1995. p. 176-184; BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 218; FERNANDES, Neusa. *A inquisição em Minas no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2000. p. 135; SANTOS, Raphael Freitas. Dívida e endividamento. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais:* período colonial. Belo Horizonte, Autêntica, 2004. p. 113-115.

[61] SANTOS, Raphael Freitas. *"Devo que pagarei"*, op. cit. p. 109-156; SANTOS, Raphael Freitas. O ouro e a palavra, op. cit. p. 71-89.

[62] FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op. cit. p. 212.

[63] Entre outros estudos para Minas: Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons*, op. cit.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*, op. cit.; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*, op. cit.; ALMICO, Ria de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação.* Tese (doutorado em história) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Para Rio de Janeiro: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op. cit. Para a Bahia: MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

local estava estruturada nas atividades agropecuárias, com presença de atividades artesanais e mercantis. Quanto aos bens principais que compunham a riqueza local — escravos, animais, terras e dívidas ativas —, eles se constituíram em elementos fundamentais para a compreensão de traços característicos dessa economia.

O recurso à mão de obra escrava, como adicional à livre, contribuiu consideravelmente para a elevação dos níveis de produção e de diversificação econômica. Em âmbito tanto local como regional, o sistema econômico apresentava menor demanda por essa mão de obra em relação a outras localidades e regiões da província. Isso determinava conformação diferenciada para o sistema escravista na província, em razão das distintas economias regionais. No caso da localidade, a taxa de participação do segmento escravo na população total era menor; a estrutura de posses era desconcentrada em relação à distribuição dos proprietários por tamanho de posses, mas socialmente concentrada no que se referia à distribuição dos escravos por tamanho de posses; a razão de sexos era equilibrada; e a reposição desta mão de obra ocorreu principalmente por meio de reprodução interna.

A pecuária era atividade econômica mais expressiva. O gado bovino estava concentrado em grandes rebanhos, direcionado à comercialização, bem como concentrado nas mãos de menor número de proprietários, em uma desigual distribuição social da riqueza. Seu comércio era de baixos rendimentos, tal qual em esfera regional. Isso ocorria mesmo com pecuaristas de perfil semelhante ao de localidades que tinham grandes lucros com a atividade. Na província, o gado bovino era um dos principais gêneros exportados e foi na região ao sul que se articulou o lucrativo comércio intraprovincial.

A terra, incluída em bens de raiz, era o meio de produção mais importante. A produção pecuária era direcionada ao consumo doméstico e à comercialização; a produção agrícola, ao autoconsumo. Ambas se constituíam em atividades principais, complementadas pelas atividades de ofícios artesanais e comerciais, em uma diversificação de atividades econômicas.

O setor mercantil tinha expressão reduzida, caracterizado pelo comércio e pelo fornecimento de crédito. Era baixo o grau de endividamento local, mas as práticas creditícias estavam difundidas entre a população. As dívidas ativas foram pouco representativas na riqueza, com níveis baixos de acumulação mercantil. Na economia colonial e do Império, este setor se destacou em localidades inseridas nas atividades de agroexportação e de abastecimento interno.

Elementos econômicos da sociedade não passaram por mudanças estruturais no tempo em questão. Todavia, em termos conjunturais, ocorreram alterações no recurso à mão de obra escrava, no volume de produção pecuária, na difusão das atividades comerciais, bem como no fornecimento de crédito, promovidas por processos históricos circunscritos local, regional e provincialmente, bem como em nível do Império do Brasil.

"Tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar": perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828)*

Adriano Comissoli
Universidade de Passo Fundo
Passo Fundo, RS, Brasil
adrianocomissoli@hotmail.com

RESUMO
O artigo trabalha o perfil social dos oficiais da Câmara de Porto Alegre entre os anos de 1767 e 1828, comparando-o ao das instituições de outras vilas e cidades. Nota-se a crescente participação de homens de negócio nos diversos conselhos de norte a sul da América portuguesa ao longo do século XVIII. Analisa as práticas de recrutamento social que permitem a reprodução deste perfil de vereadores desde o período colonial até o Brasil independente. A comparação com outras vilas permite distinguir entre singularidades locais e características próprias da instituição dentro da monarquia portuguesa.
Palavras-chave: Câmara; elite; "homens bons"; poder local; vereadores.

ABSTRACT
The article examines the social profile of officers in the Municipal Council of Porto Alegre between the years 1767 and 1828, comparing it to the same profile in institutions of other towns and cities. It is noticeable the increasing participation of businessmen in the various councils from North to South in Portuguese America during the eighteenth century. The paper analyzes social recruitment practices that allowed the reproduction of the same profile of councilor from the colonial period to the independent Brazil. Comparison with other towns helps to distinguish the local peculiarities from the characteristics of the institution within the Portuguese monarchy.
Keywords: Municipal Council; elite; "homem bons" ("good men"); local power; aldermen.

* Esta pesquisa contou com apoio da Capes.
Artigo recebido em 26 de janeiro de 2012 e aceito em 17 de setembro de 2012.

As Câmaras da América portuguesa são com frequência descritas como a base do edifício administrativo: ora com elevado grau de autonomia, ora como desdobramento indiscutível do poder monárquico lusitano. Menor destaque, contudo, receberam seus integrantes, de forma que os homens responsáveis pela execução das políticas camarárias permaneceram na sombra dessa instituição até alguns anos. Este artigo se dedica a explorar o perfil de ocupação de uma Câmara específica, a de Porto Alegre, capitania do Rio Grande de São Pedro, tratando de apresentar as características sociais de seus oficiais e compará-las com as de outras localidades da monarquia portuguesa, em especial em terras americanas.

As Câmaras da América portuguesa remontam aos clássicos da historiografia, sendo alvo de considerações por Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Charles Boxer, A. J. R. Russel-Wood, entre outros. Igualmente se beneficiaram do diálogo com a historiografia portuguesa, que permitiu a compreensão do funcionamento da instituição em Portugal. A discussão sobre os critérios de recrutamento social foi especialmente importante ao alimentar novas abordagens sobre os conselhos em diferentes pontos do complexo ultramarino lusitano. No estágio atual dos estudos sobre as instituições de além-mar procura-se respeitar sua capacidade de manter pontos em comum com as congêneres metropolitanas, bem como de adaptar-se a quadros socioculturais diversos.[1]

É esta diversidade sociocultural que nos desafia a conhecer as diferentes realidades nas quais se desenvolveram as Câmaras ultramarinas, obrigando-nos, entre outras coisas, a investigar o perfil social de seus ocupantes. Não obstante, é necessário estar atento para os elementos de ligação entre as diversas Câmaras, sejam as instaladas na América portuguesa, no ultramar como um todo ou entre estas e as do Reino.

A cabeça da república: um conselho de elites

A importância das Câmaras na América portuguesa pode se depreender a partir de sua antiguidade. Enquanto o sistema de capitanias hereditárias, primeiro esforço de ocupação efetiva das terras americanas pelos portugueses, se iniciou em 1534, dois anos antes já havia sido levantado um pelourinho e instituída uma Câmara em São Vicente. A independência do órgão diante do poder régio, por sua vez, se verifica no fato de que os donatários das capitanias gozavam de autoridade para criar vilas com seus conselhos, as quais, embora respondessem à legislação régia, se subordinavam aos capitães-gerais e procuradores dos mesmos donatários.

A progressiva ampliação do poder monárquico — em especial no século XVIII — e a substituição por capitanias régias fez com que as vilas passassem a ser sancionadas pela Coroa. A solicitação de sua criação poderia originar-se dos habitantes de uma localidade, mas o reconhecimento de sua existência passava pela aprovação real direta ou por meio de agentes como os governadores. Quanto à seleção dos indivíduos aptos à governança, esta operava sob critérios legais pouco definidos, permitindo a adaptação a especificidades locais. Havia consenso sobre a reserva dos cargos aos moradores de maior prestígio e fortuna da vila, as "pessoas mais nobres", mas a conotação desses atributos variou amplamente no tempo e no vasto espaço do complexo transoceânico. Em algumas cidades e vilas o sangue português propriamente dito era prioridade, como em Goa, onde os filhos de reinóis eram preferidos aos demais habitantes.[2] Em outras, o pertencimento aos "principais da terra" foi o diferencial necessário — caso de

[1] BICALHO, Maria Fernanda. Prefácio. In: COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2008.

[2] BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965.

Olinda e do Rio de Janeiro no século XVII.[3] Já municipalidades mais conectadas aos circuitos comerciais assistiriam à ascensão dos mercadores sobre os proprietários rurais no século XVIII.

A participação na Câmara evocava atributos de liderança tidos por naturais, entre os quais o pertencimento às famílias e facções de tradicional atuação política, o que pressupunha autoridade garantida pelo tempo.[4] Em Portugal, os homens que giravam nos cargos da Câmara adquiriam uma qualidade de nobreza civil ou política que os diferenciava na prática dos componentes de uma camada popular desfavorecida.[5] Essa fronteira pouco clara, em termos jurídicos, entre o povo e a nobreza era proposital e permitia a interpretação maleável e a incorporação ou exclusão de grupos de acordo com a situação concreta de cada localidade. Os integrantes das Câmaras compartilhavam ou mimetizavam um *éthos* aristocrático, compondo os primeiros degraus da nobreza e certamente diferenciando-se da maior parte da população, à qual se consideravam socialmente superiores.

A nobreza portuguesa possuía apresentação ímpar. Em seu vértice, reduto dos Grandes do Reino, mostrava-se cristalizada, aceitando pouquíssimos ingressos de novas famílias ao longo dos séculos. Em sua base, porém, as fronteiras eram difusas e a aristocracia misturava-se gradualmente com a ordem popular. Dessa maneira, surgiu a curiosa, e não pouco controversa, noção de nobreza civil ou política. Essa nobreza, oposta à nobreza natural, era alcançada pelo exercício de cargos na administração régia e "postos da República", a qual requeria que se vivesse "à lei da nobreza", tratando-se com criados, cavalos, obrando ações de valor, evitando o trabalho com as mãos e a mistura com pessoas de menor valor ou não católicas. Não eram esses nobres políticos nobres de fato, mas galgavam os primeiros degraus desta ordem.[6]

Os ofícios das Câmaras estavam entre os que conferiam nobreza a quem os ocupasse e essa condição era um estímulo às famílias mais abastadas e bem-nascidas das comunidades. Era expressamente proibido que os "mecânicos", isto é, os artesãos e os que viviam "mais do trabalho do corpo, que do espírito" ocupassem os ofícios de maior prestígio nos conselhos, de forma que mesmo a difusa nobreza política se mantinha excludente. Era uma forma de marcar a diferenciação social dos camaristas. Eles se aproximavam vagamente dos nobres de sangue, mas, acima de tudo, construíam-se como grupo por diferenciarem-se das pessoas que viviam do seu próprio trabalho.[7]

O termo "homens bons" para os elegíveis às Câmaras era uma designação propositalmente vaga, que permitia comportar a elite de uma localidade, qualquer que fosse sua composição. Esses homens atendiam a alguns requisitos: ser maior de 25 anos, casado ou emancipado (autônomo ao pátrio poder), católico e sem nenhuma "impureza de sangue", isto é, nenhum tipo de mestiçagem racial. Era necessário que fossem homens de cabedal, o que significava, geralmente, serem proprietários de terra, mas acima de tudo viverem do trabalho alheio. "Esses indivíduos de reconhecida posição social eram coletivamente chamados de **homens bons**, ou mais vagamente, **povo**".[8] Povo, aqui, remete ao povo po-

[3] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*: nobres contra mascates. Pernambuco. 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003; BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[4] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In. HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 4, p. 303-331.

[5] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder*: entre o Antigo Regime e o liberalismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. Maria Fernanda Bicalho aplica esta lógica para o caso do Rio de Janeiro e Evaldo Cabral de Mello para o de Olinda. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*, op. cit.; MELLO, Evaldo Cabral. *A fronda dos mazombos*, op. cit.

[6] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes*: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

[7] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime, op. cit. p. 48-49.

[8] BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 287.

lítico, detentor do privilégio de participar nas eleições para cargos camarários, simultaneamente como eleitores e elegíveis. Essa categoria pouco clara era também designada de "cidadãos", referindo-se aos indivíduos masculinos que segundo as Ordenações Filipinas "costumão andar na governança".[9] Eram, em termos práticos, os encarregados da política local: dispunham da possibilidade de participar da administração e condução da *res publicae*, a coisa pública, ou seja, intervir oficialmente na sociedade. Disso surgiu a observação constante nas listas de elegíveis de que o indivíduo avaliado "tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar"; tratava-se do reconhecimento público da capacitação aos ofícios da Câmara e, portanto, da cidadania. A condição de cidadão (*i.e.*, "homem bom"), portanto, não era vista como um direito, mas como privilégio a ser desfrutado por uma minoria. Uma forma de explicitar diferenças sociais mais do que um modo de atenuá-las.

A ideia de "reconhecida posição social" utilizada por Boxer implica legitimidade e autoridade, provenientes de uma condição que, em Portugal, se aproximava de um tipo de nobreza: o afastamento em face do grupo popular, o qual vivia do trabalho de seu corpo. Para elucidar essa posição social reconhecida (ainda que nebulosa), Nuno Gonçalo Monteiro alude à noção weberiana dos *honoratiores*: administradores honorários que vivem para a política, mas não da política. Tal autonomia, segundo o próprio Weber, provém de uma situação econômica confortável, calcada em negócios particulares, elemento que implica determinado grau de riqueza. Somente uma parcela dos mecanismos administrativos é fornecida, ao administrador honorário, pela associação ao órgão, pois os *honoratiores* já se encontram parcialmente de posse dos dispositivos necessários à atividade política.[10] Calcado nessa referência, Monteiro conclui que as famílias mais antigas e prestigiadas possuíam autoridade natural dentro de sua comunidade, "sedimentada pelo tempo", pela sucessiva ocupação dos cargos da república. Esperava-se dos mais nobres e ricos idoneidade e desinteresse diante da riqueza pública, visto não dependerem dela para sua sobrevivência.[11]

Embora as famílias de *honoratiores* portugueses se dedicassem aos ofícios camarários, Monteiro alerta que é preciso cuidado ao afirmar uma tendência oligárquica das mesmas sobre os conselhos municipais. Versando sobre as Câmaras de Portugal continental, afiança que a presença reiterada nos conselhos não era simplesmente expressão da força e autonomia das lideranças locais, mas resultado de uma ação tutelada pelo poder monárquico. O reconhecimento dos "principais da terra" e a reserva dos cargos camarários aos mesmos se alicerçavam na capacitação proveniente da autoridade "natural" desses mandatários locais. A oligarquização dos conselhos mostrava-se necessária à boa administração local, como complemento do poder central, mais do que em oposição ao mesmo. A ideia de uma oligarquia municipal transforma em grupo social uma circunscrição que é tão somente ocupacional e institucional, sendo necessários estudos sobre a composição efetiva dos ocupantes para compreender as relações e apresentações dos mesmos ante a sociedade.[12]

Esta povoação, a que muitos chamam vila: a Câmara em Porto Alegre

> Esta povoação, a que muitos chamão Villa, e nos papeis públicos se diz — nesta denominada villa de Porto Alegre — é onde reside o governador do Rio Grande; a Junta da Fazenda Real, o Provedor da mesma Real

[9] ORDENAÇÕES Filipinas, ou Ordenação de Leis do Reino de Portugal (1603), Livro Primeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. p. 149, § 28, nota 3; p. 155, § 6, nota 1.

[10] WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 233.

[11] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades, op. cit. p. 325.

[12] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão, In: VIEIRA, Alberto. *O município no mundo português.* Funchal: Ceha; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998. p. 80.

> Fazenda; a Camara; o Juiz Ordinario; o juiz dos Orfãos; e todos os mais officiaes que constituem o Corpo civil; além da tropa que alli reside a arbítrio do Governador; tendo também armazéns reaes e marinha.[13]

A descrição acima apresenta o panorama de Porto Alegre no último quarto do século XVIII e na primeira década do XIX, quando a localidade apresentava uma condição jurídica curiosa. Era a capital da capitania do Rio Grande de São Pedro e abrigava os poderes ligados ao monarca português e também à Câmara, mas não era oficialmente vila. Oficialmente, a vila era a povoação do Rio Grande, distante cerca de três centenas de quilômetros. A incongruência era fruto do contexto de guerra, no qual portugueses e espanhóis se enfrentavam pelo domínio do extremo sul da América, elemento que estimulava a adoção de soluções pragmáticas de formas mais recorrentes do que já era comum no universo luso.

No Rio Grande de São Pedro o desenvolvimento camarário foi atravessado pelos conflitos de fronteira do Setecentos e Oitocentos. A primeira Câmara da região fora criada na vila de Rio Grande em 1751, mas, devido a uma ofensiva espanhola que tomou a localidade, se deslocara para a freguesia de Viamão no ano de 1763 e para a de Porto Alegre dez anos depois. Esta última passou a abrigar também o palácio do governador e a provedoria da fazenda, tornando-se a nova capital. Embora a Câmara se sediasse em Porto Alegre desde 1773, a instituição permanecia oficialmente como a Câmara da vila do Rio Grande de São Pedro.

A constatação obriga a um esclarecimento. Embora deslocada de sua sede original, a Câmara permanecia sendo a Câmara da vila do Rio Grande de São Pedro. Prova disso é o fato de que em mais de uma ocasião os membros da instituição se referem à mesma como "Câmara do Rio Grande de São Pedro que se encontra nesta povoação de Porto Alegre". É mais correto interpretar que não existia uma Câmara de Porto Alegre em data anterior a 1809, mas sim uma Câmara *em* Porto Alegre e esta era a do Rio Grande de São Pedro. A situação prática e a posterior conversão dessa Câmara na de Porto Alegre, porém, nos autorizam a denominá-la como Câmara de Porto Alegre, em alusão ao seu sítio de funcionamento e ao fato de que a administração portuguesa mostrou-se mais interessada no efetivo funcionamento da instituição do que no esclarecimento daquilo que hoje nos parece uma aberração jurisdicional.

Em Porto Alegre, ainda que não fosse vila criada, o conselho manteve seu funcionamento com seus dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador eleitos anualmente pelo sistema de pelouros. Os pelouros eram parte de intricado sistema de eleições indiretas. As eleições para os cargos de oficiais da Câmara eram trienais e dividiam-se em três etapas. Na primeira, participava o conjunto dos "homens bons", que apontavam seis eleitores, os quais se agrupavam em três duplas. Cada dupla redigia uma lista com os nomes de seis "homens bons", que deveriam ocupar os cargos nos anos seguintes. As três listas produzidas eram fechadas em bolas de cera (os pelouros) e guardadas dentro de um cofre. No final de cada ano, um menino de até sete anos aleatoriamente escolhido retirava um dos pelouros, que era então aberto e tinha sua lista revelada. Os nomes contidos na lista eram os dos ocupantes dos postos camaristas do ano seguinte, chamados oficiais de pelouro. Eventualmente, quando um indivíduo não assumia por qualquer motivo, nomeava-se um substituto, chamado oficial de barrete.[14]

Em 1809 uma Provisão Régia criou quatro vilas no Continente de São Pedro e alterou a disposição da instância administrativa, pois a capitania contava somente uma vila e Câmara. Porto Alegre e Rio Grande tiveram seus estatutos corrigidos, agora cada uma era legalmente vila com sua própria Câmara.[15] As duas novas vilas eram a de Rio Pardo, que incluía todo o território dos Sete Povos das Missões

[13] BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 219, 3º trim. 1858.
[14] BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics*, op. cit.
[15] "Ainda que as câmaras só pudessem existir em localidade com estatuto de vila; a invasão espanhola à Vila do Rio Grande

até as margens do rio Uruguai, e a de Santo Antônio da Patrulha. A criação das novas vilas atendia necessidades há muito apontadas pelas autoridades da capitania: aumentar o número de agentes administrativos locais, em especial de juízes ordinários, e reservar a cada um deles uma área e população mais delimitadas. Paralelamente, aumentava-se o espaço de expressão política da população de maior riqueza e prestígio, visto que por meio das Câmaras desfrutavam da possibilidade de comunicar-se oficialmente com os poderes do centro, graças à prerrogativa de escrever diretamente ao monarca lusitano.

A regulamentação do estatuto de Porto Alegre reservou novidades. Sua área de atuação foi bastante reduzida, referindo-se agora às freguesias de N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre, N. Sra. da Conceição de Viamão, Sr. Bom Jesus do Triunfo e N. Sra. da Aldeia dos Anjos. Até então a Câmara localizada em Porto Alegre era oficialmente responsável pela administração de todo o Rio Grande de São Pedro, visto que, por ser a única vila, seu termo coincidia com a extensão total da capitania. Embora deixasse de gerenciar importantes receitas, oriundas do arremate dos açougues das freguesias que cessaram de lhe responder, era-lhe retirado o difícil fardo de administrar a justiça em regiões distantes. Além de Porto Alegre, cabia à instituição administrar todas as freguesias da capitania, que totalizavam catorze no ano de 1780. De fato, a carta de criação da vila do Rio Grande limitava "o seu termo com o da vila da Laguna, pela costa do mar, e com o da vila de Curitiba pelo sertão, e serra acima", englobando um vasto território, que na prática dificilmente seria fiscalizado.[16]

Outra mudança tornava a dimensão jurisdicional mais prática e profissionalizava o conselho, pois tomava posse seu primeiro juiz de fora, magistrado formado em direito. A existência deste profissional das leis eliminava a necessidade dos juízes ordinários sem formação superior, que a partir de 1810 não mais foram selecionados para a capital. O juiz de fora passou a substituir os juízes ordinários não apenas no contencioso legal, mas também na presidência das sessões da Câmara. O sistema eletivo também se alterou, pois os nomes listados passaram a ser enviados para a Corte, nessa altura localizada no Rio de Janeiro, onde eram selecionados os oficiais de cada ano. A medida, em parte, cerceava a autonomia camarária, mas como a elaboração das listas cabia aos próprios "homens bons" locais, garantia-se ampla influência no momento da escolha de seus integrantes.[17]

Se no século XVIII a Câmara localizada em Porto Alegre demonstrou vitalidade em intervir em assuntos que diziam respeito ao conjunto da monarquia, como o governo da capitania, o combate ao contrabando de gado e a defesa militar, entre 1808 e 1820 ela restringiu-se à atuação mais local, cuidando dos implementos e manutenção da vila. Não obstante, desempenhava dois papéis de relevo. No conselho tomavam juramento de posse os governadores, juízes de fora e ouvidores da comarca (este a partir de 1812), fato que influía no reconhecimento da autoridade desses oficiais. Também pela Câmara se manifestou a elite local quando dos eventos que agitaram o Brasil oitocentista e do órgão partiram as cartas de boas-vindas à família real portuguesa em 1808, as parabenizações pelos nascimentos dos príncipes e os vivas pela coroação de dom João VI. Mantinha sua posição de porta-voz da localidade e de elo entre o monarca e seus súditos. Era responsável por organizar os festejos em tais ocasiões, o que em última instância significava trazer a realeza ao seio da população por meio das missas e das iluminações de vários dias ou das procissões nas quais circulavam retratos da família real.[18]

---

e as transferências da Câmara para Viamão e Porto Alegre demonstram que a existência desse órgão era desvinculado àquela vila específica." MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro:* a administração pública no período colonial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; Corag, 2000. p. 55.

[16] ANRJ. Provisão mandando criar a vila do Rio Grande, 17 de julho de 1747, códice 952, v. 34, fl. 17.

[17] Em Goa os vice-reis seguidamente queixavam-se de que as listas para oficiais eram organizadas de modo a reduzir a possibilidade de intervenção nas eleições. Tais queixas perduraram até o ano de 1810, demonstrando a vitalidade da prática e do atrito entre as instâncias. BOXER, Charles. *Portuguese society*, op. cit. p. 16-17.

[18] "O retrato era um *dispositivo* que trazia para dentro de uma localidade, por mais distante que fosse do Rio de Janeiro, o próprio imperador; funcionava como uma duplicação de sua *persona*, sem roubar-lhe a alma, sem esvaziar-lhe a substância."

O processo emancipatório brasileiro ofereceu destaque à Câmara de Porto Alegre, visto que a opinião política da elite local se expressou pela instituição, a exemplo de outras localidades da América portuguesa. As cartas de apoio ou repúdio a movimentos pró e contra a independência influenciaram o desenrolar dos eventos no extremo sul, como quando os cidadãos solicitaram a permanência do governador João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun, mesmo que ele demonstrasse mais tarde ser francamente contrário à separação entre Brasil e Portugal.[19] As eleições para deputados das Cortes, para a Junta de Governo (1822) ou para a Assembleia Constituinte (1823) se processaram sob incumbência camarista. Após a agitação inicial, a Câmara foi gradativamente perdendo importância no cenário político, em parte pelo surgimento de novas formas de mediação política mais efetivas e próximas ao poder central, como o Senado nacional, a Câmara de Deputados, o Conselho Geral da Província e mais tarde a Assembleia Legislativa Provincial.

A lei de 1º de outubro de 1828 reorganizou as Câmaras brasileiras, mantendo sua característica de base da administração, mas subordinando-as aos Conselhos Gerais das Províncias, responsáveis por fiscalizar as posturas municipais. Os conselhos municipais perderam sua jurisdição contenciosa, restringindo-se à administração, e deixaram de poder aforar ou vender seus bens sem autorização do presidente da Província. Os contratos eram celebrados por decisão própria, mas tinham de ser confirmados pelo presidente e pelo ministro do Império e as contas vistoriadas pelo Conselho Geral. Em resumo, passaram a ter sua ação vigiada por outros órgãos aos quais nunca estiveram subordinados. Se, por um lado, a lei cerceou a atuação camarária, por outro, eliminou uma série de inconsistências jurisdicionais e esclareceu atribuições. Simultaneamente criava-se o cargo de juiz de paz, o qual assumia as atribuições de justiça que a Câmara possuía e se responsabilizava pela qualificação dos elegíveis à instituição municipal. Na prática, transferiam-se não apenas tarefas e atribuições, mas o papel da manutenção das autonomias locais, as quais deixavam de atender a interesses puramente localistas para integrar-se ao âmbito provincial.[20]

A ocupação dos ofícios na Câmara de Porto Alegre

Vejamos de quem se tratavam os oficiais de vereança da Câmara e qual sua caracterização social. Foram contabilizados 166 oficiais efetivos entre os anos de 1767 e 1828. O ano inicial se refere ao primeiro registro localizado para a instituição, não havendo registros de nomeação e posse anteriores. O intervalo encerra no ano da lei que reorganizou os conselhos municipais, já brasileiros, aumentando seu número de componentes e a duração de seus mandatos. Considerei oficiais efetivos todos os eleitos por pelouro ou por barrete que chegaram a tomar posse de seu ofício, mesmo que não viessem a cumprir o mandato integral de um ano. Por outro lado, não foram considerados em nenhum de meus cálculos os "homens bons" que ocuparam a Câmara como substitutos temporários, visto que os mesmos, apesar de assinarem os termos de vereanças, não eram registrados nos livros de posse. Tais substitutos eventuais eram chamados para compor sessões específicas da Câmara sem tomar parte da mesma por mais tempo que a vereança determinada. O total de cargos efetivos de cada "homem bom" inclui indicações por pelouro e por barrete, mas desconta as isenções aventadas pelos indivíduos.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p. 258.

[19] COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade*: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Tese (doutorado em história social) — Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

[20] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

Os cargos de juiz ordinário, vereador e procurador disponíveis entre 1767 e 1828 totalizam 334 vagas. Entre 1767 e 1809 havia seis ofícios eletivos, que baixaram para quatro em 1810, quando o juiz de fora suprimiu a existência dos dois postos de juízes ordinários. Este total, distribuído entre os 166 nomes que os ocuparam, resulta na média de 2,01 ofícios para cada "homem bom". É um número alto quando comparado com outras vilas. Em Minas Gerais a média ficou em 1,41 para Vila Rica, 1,45 para São João del-Rei e 1,48 para a vila do Ribeirão do Carmo.[21] Em São Paulo, entre 1765 e 1802, a proporção de 228 cargos para 139 sujeitos incide em média de 1,64.[22] Os valores mineiros, entretanto, consideraram todos os eleitos por pelouros, não descontando os que se isentavam. A avaliação para Porto Alegre me leva a concluir que a diferença é pequena, mas que aumentaria um pouco a concentração de ofícios. Ainda assim, acredito que não rivalizassem com os dois ofícios por pessoa da vila em estudo. A distribuição real dos ofícios, entretanto, era bastante desigual.

Tabela 1
Ocupação efetiva dos ofícios camarários em Porto Alegre (1767-1828)

Nº de participações	Nº de indivíduos	%
1	76	45,8
2	34	20,5
3	27	16,3
4	16	9,6
5	6	3,6
6	4	2,4
7	2	1,2
8	1	0,6
Total	166	100

Fonte: AHPAMV. Livros 1, 2 e 3 de registro de nomeação e posse.

Como mostra a tabela 1, a maioria dos envolvidos na Câmara participava uma ou duas vezes. Se considerarmos os que participaram de uma a três vezes, temos 82,6% dos oficiais do período, uma maioria esmagadora. A mesma alta rotatividade é observada em outros conselhos. Em Curitiba, os ocupantes das três primeiras faixas somam 88% dos participantes de 1693 a 1828. Em São Paulo são 91% (1765 a 1802). Nas vilas mineiras, a ocupação entre uma e três participações variou de 95,5 a 97% dos investigados (tabela 2). Embora em Porto Alegre os que participem até três vezes sejam percentualmente menos expressivos do que nas demais vilas, o panorama é semelhante, com muitos sujeitos integrando poucas vezes a instituição e um grupo diminuto concentrando maior continuidade.

Restam 17,4% dos oficiais que tomaram posse quatro vezes ou mais, e somente três sujeitos monopolizam as duas faixas de maior participação: Bernardo José Pereira, José Francisco da Silveira Casado e Antônio José Martins Bastos. Sozinhos ocuparam 6,5% dos 334 ofícios disponíveis. Os 29 homens com participação superior a três ocasiões desempenharam 116 ofícios, ou 34,7% do total. Se consideramos somente este grupo, a média de ingressos na Câmara sulina duplica para quatro por pessoa.

[21] FIORAVANTE, Fernanda. Os homens bons das Minas do Ouro: discussão metodológica e análise do padrão de ocupação dos ofícios camarários, 1711-1750. In. SIMPÓSIO IMPÉRIOS E LUGARES NO BRASIL, III, 2010, Mariana. *Anais...* Mariana: Dehis/Ufop, 2010. p. 3. Anais eletrônicos.

[22] CÂMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder*: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802). Dissertação (mestrado em história) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 67.

O padrão apresentado para a América portuguesa, portanto, é o de restrição do acesso aos cargos, ou seja, quanto maior o número de participações, menor o número de homens envolvidos.

Tabela 2
Ocupação dos ofícios camarários para as Câmaras de São Paulo, Curitiba e Vila Rica (em valores percentuais)

Nº de participações	São Paulo (1765-1802)	Curitiba (1693-1828)	Vila Rica (1711-1736)
1	58,62	56	64,54
2	22,07	24	20,91
3	10,34	8	11,82
4	4,83	4	1,82
5	--	4	0,91
6	--	2	--
7	--	1	--
8	--	2	--
Não identificado	4,14	--	--

Fontes: CÂMARA, Leandro Calbente. Administração colonial e poder, op. cit.; SILVA, Isis Messias da. Pelouros e barretes: juízes e vereadores da Câmara Municipal de Curitiba — século XVIII. Monografia (conclusão de curso em história) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. p. 34; FIORAVANTE, Fernanda. Os homens bons das Minas do Ouro, op. cit.

Note-se a diferença entre Porto Alegre e as Câmaras mineiras, paulista e curitibana. Nestas o percentual de "homens bons" que participa entre quatro e oito vezes é significativamente menor do que na primeira. Em Curitiba são 13%. Em São Paulo, apenas 4,83%. Para os conselhos mineiros devemos considerar o intervalo de tempo mais restrito, mas mesmo assim os que superam as três participações variam entre 3% e 4,5%. Os números apontam o progressivo afunilamento das participações, mas em Porto Alegre houve maior abertura do que nas demais Câmaras. Em Minas e em São Paulo menos pessoas compunham a instituição reiteradas vezes. Os números nos permitem concluir que era mais comum a participação repetida no conselho meridional do que em seus congêneres mais ao norte.

Trabalhos sobre Câmaras reinóis enfatizaram a formação de oligarquias, considerando esse fenômeno ligado à frequência de ocupação dos cargos. Embora fosse comum a alta rotatividade nas vereanças, apenas poucos indivíduos eram eleitos mais de uma ou duas vezes. Na Câmara de Amarante, norte de Portugal, de 178 indivíduos capacitados aos ofícios camarários, somente 72 chegaram a ser eleitos, ou seja, apenas 40% dos habilitados. Destes, 56 foram indicados ao cargo de vereador, e apenas 22 deles monopolizaram 37% do total de mandatos, verificando-se uma forte concentração em poucos nomes.[23] No município de Portimão, onde Luís Vidigal considerou que somente os nomes que figuram nas listas de elegíveis por quatro ou mais vezes podem ser considerados membros influentes da oligarquia local, "só uma pequena parte chega, de fato, a influir de modo determinante no governo local: trata-se daqueles que são escolhidos como Eleitores, os que votarão para as Pautas dos elencos camarários".[24] Para estes investigadores, a oligarquização depende diretamente do número individualmente desempenhado por cada "homem bom".

[23] CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério. As elites do norte de Portugal na administração municipal (1750-1834). In: VIEIRA, Alberto. *O município no mundo português*, op. cit. p. 97-98.
[24] VIDIGAL, Luis. No microcosmo social português: uma aproximação comparativa a anatomia das oligarquias camarárias no fim do antigo regime político (1750-1830). In: VIEIRA, Alberto. *O município no mundo português*, op. cit. p. 124.

Nuno Monteiro alerta que o uso da expressão "oligarquias municipais" uniformiza um número amplo de experiências diversas. O vocábulo "tende a conferir uma identidade social própria a uma simples categoria institucional. Ou seja, infere a existência de uma elite social a partir da identificação de uma elite política".[25] Por fim, lembra que a oligarquização dos conselhos, quando verificada, não foi tanto uma demonstração de força dos potentados locais, mas um fenômeno amplamente incentivado pela Coroa lusa como forma de criar grupos dirigentes locais bem definidos, cujo âmbito de atuação era local.

Tais grupos podem ser identificados segundo cortes familiares, mais do que sociais. Em Curitiba os descendentes de duas famílias, os Carrasco dos Reis e os Leme, respondem por 37% dos ocupantes das vereanças entre 1693 e 1723.[26] Em Porto Alegre, igualmente, encontramos grupos familiares de participação constante na Câmara. Manuel Bento da Rocha e seus cunhados totalizam 23 participações entre os anos de 1767 e 1808, distribuídas em 17 dos 42 anos deste intervalo (40%). O grupo de sete homens dispunha frequentemente de um representante no conselho, chegando algumas vezes a ocupar três dos seis ofícios de um mesmo ano e exercer um virtual monopólio.

É curioso notar que o grupo de Manuel Bento da Rocha, com sua alta frequência no conselho, apresentasse somente um indivíduo nascido no termo da vila. O sistema de funcionamento das Câmaras portuguesas privilegiava os nascidos em sua jurisdição, mas não terá sido essa a tendência na "assim chamada vila de Porto Alegre".

Tabela 3
Naturalidade dos oficiais camarários em Porto Alegre (1767-1828)

Naturalidade	Nº de indivíduos	%
Portugal	70	42,2
Rio de Janeiro	8	4,8
Santa Catarina	6	3,6
Colônia do Sacramento	6	3,6
Açores	5	3,0
Minas Gerais	3	1,8
Pernambuco	2	1,2
São Paulo	1	0,6
Rio Grande de São Pedro	6	3,6
Não identificado	59	35,6
Total	166	100

Fontes: AHCMPA. Livros de registro de matrimônio e de batismo das freguesias de Porto Alegre, Viamão e Rio Pardo, 28 Autos de Justificação de Matrimônio, testamentos. ANJR. Cadernos de informadores de 1814 e 1818. APERS. 52 processos de inventários *post mortem*. CARVALHO, Mario Teixeira. Nobiliário sul-riograndense. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 1937.

[25] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX), op. cit. p. 81.
[26] JORGE, Valesca Xavier Moura. Família e poder: um estudo sobre a sociabilidade na Curitiba setecentista. In: ANAIS DA Va JORNADA SETECENTISTA, 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba. p. 11. Anais eletrônicos.

A tabela 3 permite duas conclusões. A primeira é a grande presença de nascidos em Portugal continental, isto é, no Reino. Eles são mais de 40% e nenhuma outra naturalidade se aproxima de sua expressividade. A segunda é a baixa participação de nascidos no Rio Grande de São Pedro, apenas 3,6%. O número chama atenção quando notamos que a Colônia do Sacramento ou a vizinha Santa Catarina contribuíram com o mesmo montante e que os nascidos no Rio de Janeiro se fizeram mais presentes do que os naturais da terra. Essa constatação nos dirige a concluir que a renovação de oficiais da Câmara da vila de Porto Alegre dependia mais de sujeitos oriundos de outras regiões do que de filhos de camaristas já instalados na região.

Helen Osório respalda a expressividade dos reinóis na Câmara de Porto Alegre. Em 1814 eles eram 67,3% dos elegíveis, número que subiu para 73,1% em 1818.[27] Mostra-se bastante factível que dentro do número de "homens bons" cuja naturalidade não identifiquei exista um alto índice de oriundos do Reino, ou ainda que esse número tenha crescido com o passar dos anos. Se considerarmos somente o intervalo 1808-1828, é possível identificar 53% de nascidos em Portugal entre os oficiais efetivos. Estou seguro em afirmar que a Câmara do Rio Grande de São Pedro no século XVIII e até o final do primeiro terço do XIX configurava-se como um conselho de reinóis. Tal realidade inviabiliza a construção de uma legitimação do poder que argumente a antiguidade das famílias na terra, visto tratar-se de recém-chegados. A Câmara sulista difere das instituições de Olinda ou do Rio de Janeiro, nas quais os cargos eram regularmente ocupados pelos descendentes dos primeiros povoadores/conquistadores, autoproclamados "nobreza da terra".[28]

A ocupação do Rio Grande de São Pedro diferia da de outras partes da América lusa, refletindo uma configuração diversa nos ocupantes da Câmara.

> A ocupação tardia, durante a primeira metade do século XVIII, não permitira que se verificasse um processo semelhante de configuração da elite política no Continente do Rio Grande. (...) [Os oficias camaristas] eram na sua maioria reinóis e não descendentes de uma suposta nobreza da terra que remontaria aos primórdios da conquista. Trata-se, portanto, de uma elite política local completamente distinta daquela existente em regiões de povoamento mais antigo, como nos casos do Rio de Janeiro, Salvador ou Olinda.[29]

Concordo que a ocupação tardia da região é em parte responsável pelo alto número de portugueses natos no conselho. O órgão era ocupado por migrantes do Reino muito mais do que por nascidos no Continente de São Pedro. Não obstante, os dados indicam a continuidade da alta presença de lusos na Câmara porto-alegrense para dentro do século XIX. Essa permanência implica a continuidade do fluxo de migrantes para o Rio Grande de São Pedro, assim como o ingresso na Câmara, provavelmente para adquirir *status* social. Podemos induzir que a elite local nativa optava por outras arenas de expressão política, dada sua baixa representatividade numérica na instituição.

A predominância reinol parece ter sido exclusiva de Porto Alegre. Em Recife, de 1710 a 1822, os naturais do Reino eram 28,66% do total contra 42,02% de nascidos na América portuguesa.[30]

---

[27] OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América*: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (doutorado em história) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. p. 254.

[28] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit.; FRAGOSO, João Luís. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro séculos XVI e XVII. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-122, jan./dez. 2000.

[29] KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa — século XVIII. Tese (doutorado em história) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 277.

[30] SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder real en el Brasil colonial*: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822). Tese (doutorado em história) — Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007.

Em Olinda, sua vizinha, a supremacia seiscentista de nascidos no Novo Mundo foi abalada em 1703 quando se permitiu que os "estrangeiros" pudessem concorrer aos cargos eletivos. Entretanto, com a criação da Câmara de Recife em 1711, para a qual se dirigiram os mascates, o conselho olindense voltou a abrigar uma maioria de naturais da terra, uma açucarocracia decadente. No Rio de Janeiro os reinóis exigiram a participação no conselho, mas foram rechaçados com base em um edital de 1611, que restringia o espaço político aos mais nobres da terra. O crescimento da importância econômica dos negociantes nascidos em outras partes, entretanto, tornou incontornável permitir-lhes ingressar na Câmara. Seu número cresceu no início do setecentos, mas as gerações que os seguiram já eram nascidas em terras americanas, de modo que no final do século e início do XIX os naturais da terra, agora ligados ao comércio, se mantinham maioria.

Tabela 4
Local de nascença/batismo dos oficiais da Câmara de Porto Alegre originários de Portugal (1767-1828)

Naturalidade	Quantidade	%
Sem especificação	7	10,00
Arcebispado de Braga	22	31,40
Cidade de Braga	1	1,40
Barcelos	4	5,70
Cabeceiras de Bastos	2	2,85
Guimarães	8	11,40
Bispado do Porto	9	12,80
Cidade do Porto	6	8,50
Arcebispado de Lisboa	2	2,85
Lisboa	1	1,40
Mondim de Bastos	1	1,00
Vila de Penamaior	1	1,40
Peniche	1	1,40
Vila de Arouca	1	1,40
Bispado de Leiria	1	1,40
Bispado de Penafiel	1	1,40
Bispado do Lamego	1	1,40
Bispado de Castelo Branco	1	1,40
Total	70	99,1

Fonte: ver tabela 3.

A expressividade numérica de reinóis se explica em parte pelo acentuado crescimento da população da capitania no início do oitocentos. Entre 1780 e 1822 a população subiu de cerca de 18 mil para 106 mil habitantes, apresentando taxa de crescimento anual de 4,32%. Um crescimento tão incisivo só se faria possível pela chegada de novos moradores oriundos de outras partes da monarquia portuguesa. Uma dessas regiões era o norte de Portugal. A tabela 4 explora a origem dos setenta oficiais reinóis da Câmara.

Os nascidos no norte do Reino totalizam 3/4 dos portugueses no conselho porto-alegrense. Em Recife, de 88 portugueses do Reino, 30% eram minhotos, aos quais se somam 14% de oriundos do Douro e 5% do Trás-os-Montes.[31] A maioria dos portugueses presentes nas duas Câmaras era do norte

[31] Ibidem.

da península Ibérica. Esse dado reflete movimento migratório mais amplo, praticado por 1,5 mil portugueses a cada ano. Eram tantos que deixavam o Reino que, ainda que os números oscilassem com as conjunturas, o fluxo migratório se tornara uma constante estrutural desde o início da expansão para além-mar.[32] A maioria provinha do Minho, onde um quarto da população portuguesa se espremia em 1/12 do território do Reino.[33] Ali a fusão entre família tronco e pequena propriedade rural instituiu um sistema de transmissão de heranças indivisível, dentro do qual os filhos não herdeiros tinham opções bem delimitadas. Eles podiam aderir ao celibato definitivo da vida religiosa; podiam se submeter ao chefe da família, fosse pai, irmão ou tio, como mão de obra subordinada. As pequenas frações de terra da região montanhosa limitavam a quantidade de pessoas que podiam sustentar sem arriscar o colapso produtivo. Restava à população excedentária masculina a alternativa de migrar.[34]

> Era uma emigração majoritariamente jovem, masculina, e, ao que tudo indica, alfabetizada, que se inseria em grande medida dentro de uma lógica de expulsão de filhos excedentários de grupos domésticos de lavradores razoavelmente abastados do Nordeste, a zona agrícola mais rica e densamente povoada de Portugal, e também de filhos de artesãos; uma emigração de remediados, portanto, dotados de dois capitais extremamente valiosos: saber ler e escrever, num reino esmagadoramente analfabeto, e um espectro de relações que lhes garantiam uma colocação conveniente no local quase sempre urbano de destino.[35]

Sendo o movimento uma constante estrutural e praticada por sujeitos de condição "remediada", é acertado conceber a mesma como desprovida de caráter aventureiro. Parte desses migrantes minhotos se dirigia para a América — a partir da cidade do Porto ou de Lisboa — para exercer a atividade mercantil, sendo recebida por outros comerciantes naturais da mesma região. Alguns ascendiam aos cargos da Câmara, demonstrando projeção social e política.

Do total de 166 oficiais, 48,75%, praticamente a metade, dedicaram-se em algum momento de sua vida à atividade mercantil como forma de ganhar a vida (tabela 5). Os dados estão de acordo com os de outras Câmaras. No Rio de Janeiro, de 1800 a 1815, os negociantes oscilaram entre 41,5% e 54%.[36] No Recife, de 1710 a 1822, os comerciantes foram 40,39% dos vereadores.[37] Em São João del-Rei eram 52,3% no ano de 1756 e em São Paulo, 46,72% na segunda metade do XVIII.[38] É importante destacar que em todas essas localidades os homens de negócios ocuparam o primeiro lugar entre as atividades econômicas listadas.

A divergência fica por conta da cidade de Salvador da Bahia, onde os proprietários rurais dominaram a Câmara no século XVIII. Ali foram identificados dezoito comerciantes de um total de 253 oficiais de 1700 a 1800, enquanto os que viviam da propriedade da terra chegam a 29. Supreendentemente, os letrados e oficiais régios contam 87 indivíduos.[39] A aristocracia açucareira baiana manteve a supremacia

---

[32] SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: Neps/Universidade do Minho, 1999.

[33] SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In. HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807).* Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 4, p. 54.

[34] ROWLAND, Robert. Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 4.

[35] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 65-81, 2009. p. 77.

[36] GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.

[37] SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder real en el Brasil colonial*, op. cit.

[38] FIORAVANTE, Fernanda. Os homens bons das Minas do Ouro, op. cit.; CÂMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder*, op. cit.

[39] SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local e cotidiano*: a Câmara de Salvador no século XVIII. Dissertação (mestrado em

Tabela 5
Atividade econômica dos oficiais camarários em Porto Alegre (1767-1828)

Atividade econômica	Quantidade	%
Negócio	51	30,70
Negócio e propriedade	22	13,25
Negócio e lavoura	5	3,00
Negócio e charqueada	2	1,20
Criação/Fazenda	5	3,00
Criação e lavoura	2	1,20
Lavoura	2	1,20
Advogado	1	0,60
Advogado e comércio	1	0,60
Cirurgião	1	0,60
Tropeiro	1	0,60
Pobre sem bens	1	0,60
Não identificado	72	43,40
Total	166	99,95

Fontes: AHCMPA. 28 Autos de Justificação Matrimonial AHRS. Relação de Moradores de Porto Alegre de 1784 e 1797, de Triunfo 1784 e de Viamão 1784 e 1797. F 1198-A. ANRJ. Caderno de informadores 1814 e 1818. APERS. 52 processos de inventários *post mortem*. CHSCMPA. Livro 1º de entrada de Irmãos. MAGALHÃES, Manoel Antônio de. "Almanack da Vila de Porto Alegre". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. XXX, p. 43-74, 1867. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes*, op. cit. p. 242.

entre 1625 e 1799 mesmo não sendo uma oligarquia autoperpetuada no poder. O Senado da Bahia foi hábil em aliar senhores de engenho, lavradores e criadores de gado a servidores da Coroa, o que se explica pelo alto número destes na cidade que até 1763 foi a capital do Estado do Brasil. A diferença entre Salvador e suas congêneres se explica pela diversidade social que as Câmaras podiam abrigar, semelhante ao que ocorria em Portugal, onde as "fronteiras locais da nobreza camarária dependiam, assim, das tradições de cada terra e das relações de força no terreno, de arranjos locais, em suma, e não do estatuto geral delimitado pela legislação".[40] No Reino a composição socioeconômica dos quadros camarários variava imensamente de local para local, com homens reconhecidamente nobres excluídos de grandes Câmaras ou com oficiais mecânicos ativamente participantes. Na América, a despeito do crescimento da participação mercantil do setecentos, as variáveis também se faziam presentes.

O que ocorria em Porto Alegre, onde os homens que viviam de seus negócios nascidos no Minho lideravam, contra as expectativas da historiografia, o número de oficiais camaristas? A utilização de redes de relações, fossem familiares, de amizade ou negócios para renovar o grupo mercantil, não era fenômeno restrito ao Rio Grande do Sul, sendo bastante recorrente para comerciantes de outras localidades. Em Lisboa, a migração de indivíduos de outras regiões para a capital era elemento de garantia da reprodução da classe comercial. A criação e manutenção de laços de parentesco ou de negócio permitiam reproduzir itinerários e renovar continuamente o mecanismo.[41] Fenômeno similar foi obser-

história) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. p. 51-52.
[40] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades, op. cit. p. 328.
[41] PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822).*

vado em Buenos Aires, com correntes migratórias de Espanha renovando o grupo mercantil da praça platina.[42]

Em Porto Alegre foi semelhante. Contudo, o recrutamento de novos comerciantes entre gente natural de Portugal, que aportava no Continente a partir de redes de relações, se somava a novo fator: a possibilidade de vir a integrar a instituição responsável pela administração local. Em 1814, de 63 nomes listados para a Câmara, temos 77,8% de negociantes contra 14,3% de envolvidos com atividades agrárias. Em 1818, os comerciantes são 85,2%, enquanto os produtores rurais são 13,1%.[43] Nesses anos, os portugueses do Reino eram muito mais expressivos do que os portugueses da América. Entre 1808 e 1828 os comerciantes ultrapassaram a marca de 80% do total de oficiais em Porto Alegre, confirmando a vocação mercantil do conselho.

Kühn trabalhou a hipótese de os recém-migrados para o Continente não chegarem sem prévio conhecimento das potencialidades de trabalho e ascensão social. A decisão de seguir para o Rio Grande se via orientada pelas relações existentes com pessoas que anteriormente haviam se deslocado para a região.[44] O recrutamento do grupo mercantil, entre outros, se dava através de uma rede de parentescos e afinidades que iniciada em Portugal acolhia os recém-chegados na sociedade sul rio-grandense. A esse fenômeno adicione-se o fato de que muitos dos comerciantes que contratavam os minhotos recém-chegados eram homens envolvidos na política local. O recrutamento de novos comerciantes acabava incidindo no concomitante ingresso ao grupo dos "homens bons", devido à expressividade da classe mercantil dentro da Câmara.

A vinda destes reinóis e seu acolhimento dentro da comunidade mercantil sul rio-grandense demonstra a existência de um fluxo migratório ativo. Quaisquer oportunidades de enobrecimento e alcance de prestígio propiciadas pela conquista do território, contudo, já se viam esgotadas, visto que esse fenômeno teve seu ápice entre as décadas de 1720 e 1750 e dependia mais das antigas famílias das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro do que de reinóis. Nos momentos iniciais do povoamento da região era necessário um tipo de homem "que fosse capaz de transformar os gados sulinos em bens e moedas ao transportá-los para as regiões centrais da Colônia, que houvesse atuado na defesa dos territórios, obtendo um tanto de terra na eterna troca de favores entre a Coroa e seus súditos".[45] Assegurado o território e firmada a elite daquela sociedade, entrava em cena um novo personagem: o comerciante, não necessariamente de cabedal avultado, mas com contatos em redes comerciais que se estendiam ao centro da América portuguesa. O aumento da importância dos comerciantes em diversas partes da América, bem como do volume de negócios consolidavam sua força política permitindo que se fixassem de forma definitiva nas vereanças camaristas e alternassem viver de seus negócios e governar o bem comum.

Considerações finais

O caso da Câmara de Porto Alegre é bastante interessante porque a instituição se define, na análise de seu perfil social, como um reduto de comerciantes migrantes. Dada a ênfase da historiografia no modelo de uma nobreza da terra, é bastante saudável perceber a ocorrência de modelos que nos per-

Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Tese (doutorado) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

[42] SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal:* familia y comercio. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.

[43] OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes*, op. cit. p. 255, nota 15.

[44] KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*, op. cit. p. 105-108.

[45] HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro*: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763). Dissertação (mestrado em história social) — Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 236.

mitam dialogar a respeito da pressuposição dos conselhos municipais como espaço de poder. No início da trajetória desta pesquisa esperava encontrar representantes de uma elite guerreira e terratenente, profundamente ligada à criação de gado, à grande propriedade, às guerras de fronteira e à ocupação inicial do território da capitania de São Pedro. Não sem surpresa me deparei com seu oposto complementar: comerciantes minhotos migrados recentemente (em termos geracionais). Isso implica que é preciso construir o palco de atuação política das Câmaras observando seus meandros e funcionamento concreto. Nesse sentido, a análise prosopográfica nos permite identificar quem são os homens cujas assinaturas encerram os diversos documentos do órgão e quais os interesses envolvidos.

O recurso comparativo com outros casos distingue dois elementos indispensáveis. Permite localizar e ressaltar as especificidades do conselho porto-alegrense, mas simultaneamente é possível limitar essas especificidades inserindo o conselho no universo da monarquia portuguesa, a qual se mostrava capaz de abrigar uma ampla diversidade de situações. Era essa flexibilidade que garantia a continuidade e a ligação entre as partes do complexo ultramarino. A arquitetura da monarquia portuguesa se assentava sobre o aparente paradoxo de uma concentração de poderes que fomentava a disseminação dos mesmos. Na prática, os poderes locais conectavam-se a um mesmo centro político, de modo a inserir as diversidades sociais, econômicas e culturais em uma mesma formação política.[46] A Câmara de Porto Alegre era, portanto, uma dessas diversidades e um caso específico, mas igualmente uma representante da legitimidade e da organização que tanto a Coroa quanto as elites locais impunham às populações do vasto império.

Referências documentais

AHCMPA. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.
28 Autos de Justificação Matrimonial
1º, 2º e 5º livros de batismos de Porto Alegre
1º, 2º, 3º e 4º livros de batismos de Viamão
5º e 9º livros de batismos de Rio Pardo
1º, 2º, 3º, 4º e 5º livros de matrimônio de Porto Alegre
3º livro de matrimônio de Rio Pardo.

AHPAMV. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
Livros 1, 2 e 3 de registro de nomeação e posse (1764-1829).

AHRS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Relação de Moradores de Porto Alegre de 1784 e 1797, de Triunfo 1784 e de Viamão 1784 e 1797. F 1198-A.

ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
Caderno de informadores 1814 e 1818. Fundo da Mesa do Desembargo do Paço, caixa 187, pacote 2, documento 18.
Provisão mandando criar a vila do Rio Grande, 17 de julho de 1747, códice 952, vol. 34, fl. 17.

APERS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

[46] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades, op. cit.; PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope: Fazer e Desfazer História*, Lisboa, n. 6, p. 119-144, 1991.

52 processos de inventários *post mortem*.

CHSCMPA. Centro histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.
Livro 1º de entrada de Irmãos.

ORDENAÇÕES Filipinas, ou Ordenação de Leis do Reino de Portugal (1603), Livro Primeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Brasil anos 1990: teleficção e ditadura — entre memórias e história*

Roberto Abdala Junior
Universidade Federal de Goiás
Goiânia, Goiás, Brasil
abdalajr@gmail.com

RESUMO
No ano de 1992 a Rede Globo de Televisão exibiu a minissérie *Anos rebeldes* e também ocorreram as manifestações públicas pró-*impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, nas quais os estudantes faziam referências veladas e deliberadas à obra de teleficção. A partir da evidente articulação entre esses dois eventos, o artigo discute o emprego da teledramaturgia como fonte histórica capaz de revelar aspectos da "cultura histórica" brasileira.
Palavras-chave: Brasil; ditadura; cultura histórica; teleficção.

ABSTRACT
In 1992, Globo TV Network showed the miniseries "Anos Rebeldes", and there were also public demonstrations pro-impeachment of President Fernando Collor de Mello, in which students made veiled and deliberate references to the TV series. From the obvious link between these two events, the article discusses the use of television fiction as a source that can reveal aspects of Brazilian "historical culture."
Keywords: Brazil; dictatorship; historical culture; television fiction.

* O artigo é fruto de tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante dois anos pude contar com bolsa da Capes e depois do CNPq. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a estas instituições e, particularmente, à minha orientadora, Regina Helena Alves da Silva.
Artigo recebido em 6 de julho de 2012 e aceito em 15 de outubro de 2012.

A televisão é, para a vida moderna,
o que era o campanário para a aldeia.
Pierre Nora[1]

Introdução

A epígrafe foi escrita por um historiador francês sobre a realidade europeia dos anos 1970, mas a intenção é usá-la para abrir um debate, cada vez mais incontornável, quando o foco é a América Latina contemporânea: como estudar as sociedades do continente sem reconhecer e incluir na análise o papel dos meios de comunicação de massa, da televisão em particular, sobretudo da teleficção? Sabemos que os historiadores não estão alheios à questão, como a frase indica muito bem. Mas, ainda falta muito a percorrer nesse caminho.

O artigo que ora apresentamos consiste em uma contribuição para pesquisas nesse campo e é fruto de uma oportunidade histórica rara: dois eventos — um ligado à cultura da teleficção no Brasil e outro histórico — estiveram relacionados, de maneira incomum, em 1992. Ao longo do ano houve a exibição da minissérie *Anos rebeldes*[2] — obra produzida e exibida pela maior empresa de televisão do Brasil — e ocorreu o *impeachment* do primeiro presidente eleito, por voto direto, depois do final da ditadura militar no país — Fernando Collor de Mello. Merecem atenção dois outros aspectos característicos daquele contexto: nas manifestações públicas que apoiaram o processo de *impeachment* do presidente, era possível observar a presença maciça de estudantes e a trama da minissérie transcorre no período de vigência da ditadura.

O mais intrigante, entretanto, é que testemunhos de época insistem em afirmar que se estabeleceram relações entre as manifestações públicas que precederam o processo de *impeachment* e a minissérie. A revista de maior circulação nacional — a *Veja* —, por exemplo, afirmava numa das reportagens sobre as manifestações pró-*impeachment* que nos 50 mil panfletos e 20 mil cartazes distribuídos pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas convocando a população para a manifestação de São Paulo "se lia 'Anos Rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor, Impeachment Já'".[3] "A panfletagem eletrônica, patrocinada involuntariamente pela Rede Globo de Televisão com a minissérie *Anos Rebeldes,* ajudou a engrossar as manifestações", sentenciou a revista *IstoÉ* — maior concorrente da *Veja*.[4]

As evidências empíricas, como é possível entrever nos trechos acima, indicam que no ano de 1992 houve momento em que as memórias, a história e a teleficção estabeleceram relações na sociedade brasileira, de tal ordem que é possível convertê-las em objeto de estudo da História. A investigação, da qual vamos apresentar alguns elementos, consistiu em buscar, inicialmente, um quadro conceitual segundo o qual as opiniões expressas na *mídia* se convertessem em argumento teórico e a minissérie pudesse se tornar fonte histórica privilegiada, no sentido de contribuir para uma compreensão mais consistente do papel que a obra de teledramaturgia desempenhou na sociedade brasileira no ano de 1992.

---

[1] NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 182.

[2] ANOS rebeldes. Autor: Gilberto Braga. Direção: Denis Carvalho, Silvio Tendler e Ivan Zettel. Direção geral: Dennis Carvalho. Produção: Rede Globo de Televisão, 1992-2003. 3 DVDs (680 min). Período de exibição: de 14-7-1992 a 14-8-1992. Horário: 22h30. Nº de capítulos: 20.

[3] ALEGRIA, alegria: enquanto os governistas trocam favores, com humor e objetividade a rebeldia adolescente toma as ruas pedindo a saída do presidente. *Veja*, São Paulo, n. 1.248, p. 18-23, 19 ago. 1992.

[4] A FORÇA da galera. A geração Coca-Cola deixa os shoppings, vai às ruas e lidera com humor o movimento a favor do impeachment de Collor. *IstoÉ*, São Paulo, n. 1.196, p. 32-35, 2 set.1992.

Assim, tornava-se plausível argumentar que um segmento do "grande público" [5] — no caso, os estudantes —, ao revisitar este passado traumático da sociedade brasileira por meio da teleficção, pudesse atribuir à história novos significados, tomando-a — a história e não a obra — como inspiração/referência para suas ações no presente.[6] A partir dessa premissa, restaria demonstrar que *Anos rebeldes* poderia ser considerada uma narrativa que retomava e organizava aquele passado, mas guardava, necessariamente, coerência com as memórias e os conhecimentos que o público detinha sobre ele.[7] Outros aspectos característicos da historicidade da obra emergiriam ao longo da pesquisa, mas não estarão sob o foco desta apresentação.

Seguindo esta trajetória, teceremos algumas considerações teóricas que autorizem o acolhimento da ideia de que aqueles dois eventos estiveram relacionados, mas não exatamente como argumentavam os testemunhos de época. Na sequência, analisaremos aspectos da minissérie que evidenciam a possibilidade de a obra ter cumprido o papel que lhe foi atribuído, embora de forma muito distinta daquela expressa pelas *fontes*.

A teleficção em diálogo/interação[8] com a história/História

As reflexões que orientaram nossa análise, procurando compreender as relações ocorridas entre a minissérie *Anos rebeldes* e os estudantes que participaram do movimento pró-*impeachment*, assentaram-se, principalmente, na articulação dos argumentos de três autores (e alguns de seus seguidores que serão citados quando for o caso): Mikhail Bakhtin, Raymond Williams e Jörn Rüsen. A impressão de tratar-se de amplo quadro teórico é ilusória, pois Rüsen nos oferece uma análise epistemológica do conhecimento histórico que não se confronta com a formação inicial de Bakhtin e Williams, tributária do marxismo. Aliás, o traço que reúne os dois últimos teóricos é, exatamente, que em suas teses há uma ruptura com o "marxismo ortodoxo", no que tange à concepção de linguagem e em suas relações com a vida social, a consciência e o psiquismo humano.[9]

Todos os autores — inclusive Rüsen — atribuem um papel fundamental às práticas culturais, aos aspectos antropológicos e históricos da aprendizagem. Também concedem lugar de destaque às interações sociais e aos processos comunicacionais, conferindo função estratégica à linguagem. O argumento de Rüsen que serviu como diretriz teórica à investigação nasce desta perspectiva e foi expresso, sucintamente, no trecho a seguir:

> Não há cultura humana sem um elemento constitutivo de memória comum. Ao relembrar, interpretar e representar o passado, as pessoas compreendem sua vida cotidiana e desenvolvem uma perspectiva futura delas próprias e de seu mundo. História, nesse sentido fundamental e antropologicamente universal, é uma reminiscência interpretativa do passado de uma cultura, que serve como um meio de orientar o grupo no presente.[10]

---

[5] WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Edições Asa, 1996 [1990].
[6] RÜSEN, Jörn. Razão histórica. In: _____. *Teoria da História I: fundamentos da ciência histórica.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. (Na verdade, esta é uma das premissas de toda a obra do autor.) WERTSCH, James V. *Voices of collective remembering*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
[7] RÜSEN, Jörn. Razão histórica, op. cit.; WERTSCH, James. *Voices of collective remembering*, op. cit.; CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
[8] WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and culture form.* Nova York: Schocken Books, 1975.
[9] WILLIAMS, Raymond. *Literatura e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1971].
[10] RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 188.

Rüsen também analisa o papel que alguns elementos do texto historiográfico desempenham nos processos sociais e/ou individuais aos quais estão vinculados. Seu argumento é que a subjetividade dos destinatários é "interpelada" pela retórica e estética das "narrativas históricas", permitindo que eles alcancem um entendimento profundo de si mesmos e de sua historicidade.[11] As reflexões anteriores, embora se refiram às narrativas produzidas por historiadores profissionais, na prática, também podem ser atribuídas às demais obras que têm o passado como objeto, ressalvando que a legitimidade e a confiabilidade dessas últimas estarão, sempre, mais sujeitas a questionamentos e objeções.[12]

O termo "interpelar" empregado por Rüsen ao interpretar o impacto que uma obra "histórica" causa no público "destinatário" indica que o processo pode muito bem ser considerado "diálogo".[13] Seria correto pensar então que a obra histórica provoca "respostas", mesmo que cognitivas, neste mesmo público — como defendem Bakhtin e Williams.[14] Ademais, seu argumento toma como premissa que a tessitura da narrativa configura um horizonte de leitura — concepção que se aproxima dos argumentos de outros autores que orientam nossa análise.

A noção de uma operação "dialógica"[15] entre obra histórica, contexto e consciência do público abre caminho para abordarmos a imprescindível contribuição das teorias bakhtinianas, uma vez que, para o filósofo da linguagem,

> Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser *ativo*, deve conter já o germe de uma resposta. (...) Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. (...) Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de *diálogo* (...) Na verdade, a significação (...) só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva.[16]

Nesta passagem estão expressas algumas das mais importantes teses que orientam as reflexões de Bakhtin e que também repercutiram nas de Williams.[17] O conceito de "dialogismo" é central no pensamento bakhtiniano, constrangendo a análise aos processos comunicacionais de forma mais integrada, evitando que o foco analítico concentre-se sobre seus componentes: produção, mensagem, recepção. Trata-se de um conceito de aplicação bastante ampla — permitindo que se apreendam diversas práticas sociais,[18] inclusive de "recepção social", como veremos a seguir. Também pressupõe a compreensão individual/coletiva como um processo no qual sua dinâmica lhe confere um caráter social e cultural determinante.

---

[11] RÜSEN, Jörn. *História viva. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 28-38.
[12] Ibidem.
[13] PALTI, Elias José. *"Giro linguístico" e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
[14] BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997; WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003 [1961]; WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and culture form*, op. cit.; STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992. p. 33-34. WERTSCH, James. *Voices of collective remembering*, op. cit.; CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*, op. cit.
[15] LA CAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elias José. *"Giro linguístico" e história intelectual*, op. cit. p. 237-293.
[16] BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*, op. cit. p. 131.
[17] WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and culture form*, op. cit.; WILLIAMS, Raymond. *Literatura e marxismo*, op. cit.
[18] RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Org.). *Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.

Neste quadro conceitual, indivíduo e/ou público não se constituem como elementos passivos diante da obra; nem esta como detentora de significados em si, pois estes somente podem ser apreendidos quando se considera o contexto histórico e sociocultural de enunciação/exibição. Além disso, é preciso considerar que o fenômeno da "reação responsiva" que os discursos operam, cognitivamente, no público quando este é "interpelado" pelas obras — históricas (ou não) — se constitui em chave para apreendermos o processo em foco.

Afinal, como argumenta o próprio Bakhtin, "A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal [e não verbal] de uma dada esfera cultural".[19] Ou, como prefere Stam, ao pensar a aplicação das teses bakhtinianas ao campo da mídia: o conceito de "diálogo" poderia referir-se, também, "às maneiras como o discurso fílmico é conformado pelo público, cujas reações potenciais são levadas em conta".[20]

No caso em análise, pode-se considerar que houve "reação responsiva" do público aos diálogos que a minissérie propôs/estabeleceu (interação) com o repertório (cultura histórica) sobre o período. Uma cultura histórica que era então coletivamente compartilhada por amplos segmentos da sociedade brasileira. Entretanto, a dimensão que a noção de "reação responsiva" apresenta numa abordagem histórica somente pode ser apreendida por meio de um estudo empírico.

Cultura histórica: entre história, memórias e historiografia

Encerrado o embate no campo de luta,
iniciaram-se imediatamente as batalhas de memória.
Daniel Aarão Reis Filho[21]

Nossa análise da minissérie tomou por foco os diálogos com obras que buscavam consolidar aspectos do passado experimentado pelos agentes sociais mais ativos nas "lutas de memória" sobre a ditadura. Tais lutas, em função do fim do regime, estavam especialmente acirradas na década de 1980. Assim, *Anos rebeldes*, nascida no contexto dessas disputas, pode ser considerada também fruto do processo histórico que se desdobrava na cultura. Apresenta-se, então, um impasse teórico: afinal, a pesquisa visa abordar memórias,[22] história ou História — essa última tomada no sentido de "matriz disciplinar", conforme Rüsen?

---

[19] BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: _____. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1998. p. 197.

[20] STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*, op. cit. p. 33-34.

[21] REIS FILHO, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 39.

[22] Uma série de problemas relativos às questões que envolvem memórias sociais e História levou alguns autores a definilas, genericamente, como formas de "evocação do passado" — preferência de Ricœur e Yerushalmi. No sentido de problematizar um pouco mais essas relações, Ricœur transcreveu uma passagem de Yerushalmi, explicando tratar-se de um historiador dos judeus, povo que nunca se preocupou em dar tratamento historiográfico às suas memórias, e afirmando que ela serve a todos os historiadores: a História "não tem a intenção de restaurar a memória, mas representa outro gênero, realmente novo de memória". Sob este viés, a oposição clássica, nascida entre os gregos, converte-se em disputa deliberada na contemporaneidade: essas formas de evocação do passado — "memórias" e História — estão em luta por legitimar-se, socialmente, como guardiãs do passado. A intenção dos autores ou a nossa não é desqualificar a operação historiográfica, mas reconhecer que, do ponto de vista das práticas sociais efetivas e no contexto da cultura histórica, memórias sociais e História cumprem papéis análogos. Aliás, este é o problema com o qual os historiadores se deparam cada vez com mais frequência: legitimar a matriz disciplinar História como a mais confiável (e, diríamos, também crítica) representação do passado dos povos. RICŒUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. p. 517.

A formulação da questão antecipa nossa escolha teórica, pois o historiador alemão emprega a noção de "cultura histórica", mais apropriada à investigação, uma vez que ela se refere ao campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática.[23] Em outros termos, a cultura histórica exerce a função antropológica fundamental de orientação das práticas individuais/sociais no presente. Mas, ao contrário de outras abordagens, os potenciais de racionalidade se referem a todas as formas de interpretação do passado que circulam numa dada cultura, em determinada época. A noção de cultura histórica assegura, também, que o próprio conhecimento do passado seja historicizado.

Ao nos referirmos à cultura histórica estamos considerando, então, que entram na sua composição produções historiográficas, memorialísticas — individuais e coletivas —, a cultura histórica escolar, bem como produções artísticas, políticas, ensaísticas e científicas.[24] A noção de "cultura histórica" permite que façamos referência a todo o acervo — entre obras e práticas sociais diversas — que, de alguma maneira, verse sobre as experiências individuais e coletivas no tempo, numa dada época. Seu emprego permite, ainda, que todo o acervo que compõe a cultura histórica não seja hierarquizado.

Dessa perspectiva, é possível empregar cultura histórica para nos referirmos ao conjunto de bens e práticas culturais, cujo objeto é o passado coletivo que tem lugar nas culturas ocidentais ou ocidentalizadas, especialmente, a partir do último quartel do século XVIII — quando aparece a ideia de uma História de caráter científico que transformará as formas de conceber o passado.[25] A noção permite incorporar também reflexões sobre o papel de obras com tais características na construção das "nações" contemporâneas,[26] considerando as dimensões alcançadas pelas novas tecnologias de comunicação e os avanços da educação formal, ocorridos desde o século XIX e seus desdobramentos na elaboração de discursos e construção de representações sobre o passado coletivo.[27]

A minissérie atende, por outro lado, às recomendações do autor para a noção de narrativas de caráter histórico que têm o papel de lançar luz sobre o passado, atribuindo-lhe significado no presente. Segundo Rüsen, "narrativas" detêm um caráter propriamente "histórico" se e quando o sentido que atribuem às experiências do tempo "emerja plenamente na forma de uma história na qual o passado é interpretado, o presente entendido e o futuro esperado mediante essa mesma interpretação". Aqui, seu argumento não se restringe às narrativas historiográficas.[28]

Dessa forma, *Anos rebeldes* pode ser considerada uma narrativa de caráter histórico que significou uma escolha entre as formas de representar a experiência do passado recente do Brasil, operada pelos indivíduos e/ou agentes sociais envolvidos na produção e ou recepção, de forma consciente ou não. Nessa perspectiva, pode-se pensar que a obra ofereceu um olhar aos processos experimentados pela sociedade brasileira nas décadas anteriores, articulando-os[29] numa narrativa fácil de ser compreendida pelo "grande público" e, nessa medida, também passível de compor a "cultura histórica" de época sobre a ditadura, servindo, inclusive, de orientação às ações no presente.

A reportagem/testemunho da revista *Veja* sobre a minissérie parece confirmar o argumento, tanto no que se refere à obra quanto no que diz respeito à cultura histórica:

---

[23] RÜSEN, Jörn. *História viva*, op. cit. p. 121.
[24] ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[25] KOSELLECK, Reinhart. La formación del concepto moderno de historia. In: _____. historia/Historia. Madri: Trota, 2004. p. 27-106.
[26] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005 [1983/1991]; HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
[27] WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and culture form*, op. cit.
[28] RÜSEN, Jörn. Razão histórica, op. cit. p. 160.
[29] FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1994 (1992).

> O regime de 1964 é mostrado como o grande vilão. *Seus comandantes militares*, *e aliados civis*, como os empresários que colaboravam no fortalecimento do governo são retratados como cidadãos sem escrúpulos, capazes de abusar da autoridade, de corromper adolescentes para obter informações de cunho pessoal e de torturar. *Do outro lado encontram-se os heróis*.[30]

A produção historiográfica de época[31] sobre a ditadura comprova, fartamente, as afirmações acima e, a mais recente,[32] indica que *Anos rebeldes* até antecipava-se a uma constatação histórica evidente, mas que era então claramente omitida. Referimo-nos à efetiva participação da sociedade civil na construção de um contexto político favorável ao golpe e ao apoio dispensado à ditadura por importantes segmentos e agentes sociais brasileiros.

A análise que realizamos sobre *Anos rebeldes* obedeceu às orientações teóricas segundo as quais é necessário considerar suas dimensões de produção, circulação e, sobretudo, de recepção. Nossa análise buscou destacar na narrativa aqueles elementos cujas características permitiriam ao seu público que se realizasse uma reconfiguração significativa do passado que lhe serve de contexto histórico e que também alimentou as memórias e conhecimento da história dos brasileiros na década de 1980.

A obra *Anos rebeldes*: concepção e realização

A Rede Globo de Televisão vinha produzindo e incluindo em sua programação obras de ficção com temas da história brasileira desde o início dos anos 1980. Inclusive, o recurso à produção de séries pela empresa nascera de uma tentativa de contornar o distanciamento entre o mundo apresentado pela teleficção e a realidade empírica brasileira na qual, segundo Daniel Filho, o público efetivamente vive. O diretor da empresa considerava ainda que "o seriado é também um produto da abertura proposta pelo país, na medida em que teremos chance de mergulhar mais fundo em nossa realidade".[33]

Neste trecho, embora o diretor se refira a outro formato de teleficção, a preocupação com a nova situação histórica do país é evidente. Merece especial atenção o fato de que as transformações pelas quais a sociedade brasileira passava no período da "transição democrática" — entre o final da ditadura e as primeiras eleições diretas para presidente — ainda não estavam claras para as empresas. Tampouco se sabia como o processo repercutiria no quadro das forças sociais e políticas ou mesmo no "mercado", especialmente para aquelas empresas cujos produtos têm caráter simbólico. Tal situação deve ter contribuído para que a TV Globo criasse um órgão encarregado de arejar a produção da teleficção: a Casa de Criação.[34]

Segundo Kornis, foi lá que nasceu a ideia de se tomar a história do Brasil como mote para as minisséries.[35] Dias Gomes, seu idealizador, escreveu que a Casa de Criação foi um projeto que ficou em estu-

[30] *Veja*, São Paulo, p. 87, 15 jul. 1992; grifo nosso.
[31] DREIFUSS, Réne Armand. *1964, a conquista do estado*: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 1964 a 1985. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
[32] REIS FILHO, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar*, op. cit.; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[33] Apud MATTELART, Michèle; MATTELARD, Armand. *O carnaval das imagens*: a ficção na TV. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998 [1989]. p. 117.
[34] KORNIS, Mônica de Almeida. Uma memória da história nacional recente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, XXIV, 2001, Campo Grande.
[35] Ibidem. Consultar também Memória Globo: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-235954,00.html>.

do por cinco anos na empresa. O dramaturgo explica: "Expus a ideia ao Boni, que a apoiou com entusiasmo. Daniel Filho, que assumia naquele momento a direção da Central Globo de Produção, reforçou esse apoio".[36] O dramaturgo chamou para participar da empreitada alguns dos mais renomados autores de ficção brasileiros: Doc Comparato, Ferreira Gullar, Antonio Mercado. Mas, segundo ele, logo

> começaram as cobranças, ciumeiras internas e dissimuladas acusações a mim de querer ditar a política cultural da emissora (eu, um perigoso comunista) e uma campanha insidiosa surgia na imprensa, capitaneada pelo jornalista Ferreira Neto[37] (...) após dois anos, surtiu efeito e a casa foi fechada.[38]

Os testemunhos anteriores deixam à mostra algumas disputas que se desenrolavam dentro da empresa, bem como permitem avaliar a importância e o poder que os autores de teledramaturgia detinham no interior da indústria televisiva brasileira. Nesse contexto, é necessário observar o peso econômico e estratégico que as telenovelas representavam para a televisão.[39]

A "novela" alavancava a audiência para toda a estação, escreveu em suas memórias Walter Clark,[40] um dos mais importantes *executivos* da televisão brasileira, responsável pela estruturação empresarial da TV Globo nos anos 1960-1970.[41] Mas, nem mesmo todo esse poder foi capaz de garantir que um comunista declarado, como Dias Gomes, pudesse sugerir diretrizes para a "política cultural" de um veículo de comunicação de massas tão poderoso como a Rede Globo de Televisão.

A *estória*: autoria

Os autores principais de *Anos rebeldes* foram Gilberto Braga e Sérgio Marques, que reforçou a equipe e, ao contrário do primeiro e principal autor, "viveu na pele a ditadura".[42] Sérgio Marques também foi membro da Casa de Criação, entre 1985 e 1987.[43] Além disso, o próprio Braga passou pela Casa de Criação e foi membro — como Marques — daquela geração dos anos 1960 que era representada na obra de teleficção. Assim, mesmo que Braga fosse um "alienado" — como insistiu em afirmar em entrevistas que concedeu na época[44] —, contava entre seus amigos homens e mulheres que foram alvos dos órgãos de repressão e guardavam lembranças traumáticas daquele período.[45]

Anos rebeldes não destoa, completamente, do tom que Gilberto Braga vinha imprimindo aos enredos de suas obras até então. Alguns autores, inclusive, tomam o conjunto das duas minisséries — *Anos dourados* e *Anos rebeldes* — por foco, considerando que se pretendia "contar a história do Brasil" ou

---

[36] GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 336.
[37] Ferreira Neto era mantido no quadro de funcionários da TV Globo graças aos contatos que mantinha com os militares. CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência*. São Paulo: Best Seller, 1991.
[38] GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*, op. cit. p. 336.
[39] CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência*, op. cit.; ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. *Telenovela: história e produção*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1989].
[40] CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência*, op. cit. p. 146.
[41] ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. *Telenovela: história e produção*, op. cit.
[42] DOCE vingança de um fazedor de sucesso. *Correio Brasiliense*, 12 jun. 1992. Caderno Correio da TV, p. 10.
[43] MEMÓRIA Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-235954,00.html>.
[44] FUSCO, Tânia. O alienado vai à luta; Gilberto Braga faz de sua minissérie Anos Rebeldes um libelo contra a repressão montada pelo regime militar. *IstoÉ*, São Paulo, n. 1.176, p. 5, 15 abr. 1992. Seção: Entrevista.
[45] Vale conferir depoimento do autor décadas depois da realização da obra no qual Braga confirma o que dissemos (*O Sol: caminhando contra o vento*. Direção: Tetê Morais e Martha Alencar. Manaus: Videolar, 2006. 95 min.)

mesmo da "Nova República".[46] Alguns destes elementos contribuíram para que a minissérie ganhasse corpo e se transformasse numa obra da Rede Globo que levou alguns membros da esquerda a tecerem avaliações positivas e não críticas à obra, como seria de se esperar e como era mais frequente naqueles anos.[47]

A produção da minissérie iniciou-se em 12 de abril de 1992, apesar de a sinopse da obra ter sido enviada bem antes à direção de produção da TV Globo.[48] A direção geral ficou a cargo de Denis Carvalho e Ivan Zettel, e as imagens de época foram confiadas a Sílvio Tendler, certamente pelo trabalho de pesquisa sobre imagens-movimento que caracterizam a carreira do cineasta.

O trabalho de Tendler resultou numa novidade inaugurada pela minissérie que consiste na confecção de "painéis documentais": cenas constituídas por imagens e imagens-movimento de época que foram utilizadas, pela primeira vez, na teleficção.[49] Outra novidade foi que nesses painéis documentais em preto e branco foram "inseridas" — artificialmente — participações dos personagens da minissérie nos acontecimentos históricos reais registrados pelas câmeras.[50]

A *estória*: inspiração

Os livros que serviram de inspiração à minissérie foram: *Os carbonários*, de Alfredo Sirkys (1981), e *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (1988), dos quais a TV Globo adquiriu os direitos autorais. Tais escolhas não parecem deixar dúvida quanto ao fato de que a obra televisiva pendeu para o lado das memórias da esquerda. Uma passagem do noticiário de *O Estado de S. Paulo* que aborda a minissérie atesta o caráter das escolhas que alimentaram a produção: "O pano de fundo informa sobre a morte do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço, sobre a passeata dos Cem Mil, (…) sobre as torturas e prisões da ditadura militar". Os autores, entretanto, garantiam na entrevista que concederam ao jornal que não houve "a intenção de esmiuçar os acontecimentos, mas verificar de que maneira eles agiram sobre a juventude".[51]

Nas passagens emerge um dos mais importantes argumentos sobre a minissérie: ao contrário do que afirmam alguns estudos, em abril daquele ano de 1992, quando a obra ainda estava entre a concepção e a execução, os autores pensavam que ela deveria expressar "de que maneira eles [os acontecimentos] agiram sobre a juventude" dos anos 1960 e 1970. No entanto, Gilberto Braga não deixa dúvidas quanto à sua intenção em relação à obra — opinião, aliás, que enfatizou em todas as entrevistas que consultamos: "Esta é uma história contra o autoritarismo".[52]

---

[46] KORNIS, Mônica de Almeida. Uma memória da história nacional recente, op. cit.; XAVIER, Ismail. *Do senso moral-religioso ao senso comum pós-freudiano*: imagens da história nacional na teleficção brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Telenovela*: internacionalização e interculturalidade. São Paulo: Loyola, 2004. p. 47-73.

[47] Houve, na verdade, censura da direção a algumas passagens de um capítulo que apresentava cenas mais violentas, ligadas aos militares e suas atitudes contra os estudantes. Mas, trata-se de um preciosismo que preferimos negligenciar, enfocando os demais capítulos ao longo dos quais aspectos da história do Brasil dos anos 1960-1970-1980 são apresentados. A respeito de objeções feitas à obra, merece atenção o debate suscitado pelo filme *O que é isso companheiro?* (1997) e algumas posições assumidas pelos debatedores sobre a minissérie. (REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções*: o sequestro da História. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.)

[48] "ANOS rebeldes" revê anos 60. *O Estado de S. Paulo*, 27 abr. 1992.

[49] KORNIS, Mônica de Almeida. Anos Rebeldes e a construção televisiva da história. In: 1964-2004: 40 ANOS DO GOLPE: DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA NO BRASIL, 2004, Niterói e Rio de Janeiro. FICO, Carlos et al. (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe*: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 321-328, 327.

[50] A REBELDIA de uma geração na Globo. *Correio Brasiliense*, Brasília, 14 jul. 1992. Caderno Dois, p. 8.

[51] "ANOS rebeldes" revê anos 60. *O Estado de S. Paulo*. 27 abr. 1992.

[52] A REBELDIA de uma geração na Globo. *Correio Brasiliense*, Brasília, 14 jul. 1992. Caderno Dois, p. 8.

Os dois aspectos que estão expressos nesses testemunhos são evidentes: os acontecimentos — que eram, nos anos 1960, considerados de caráter quase que exclusivamente políticos — é que repercutem sobre os personagens, que no caso da minissérie eram compostos por jovens. Segundo veremos, os dois aspectos correspondem, com fidelidade, aos dados de época. Na esteira de Rüsen, é possível considerar que a intenção de Braga é interpretar o passado de forma que o futuro incorporasse as insatisfações do presente. Referimo-nos à maneira como o regime ditatorial foi representado audiovisualmente em *Anos rebeldes*, sobretudo como a obra faz referências, veladas e/ou explícitas, ao comportamento de segmentos mais conservadores da sociedade brasileira que apoiaram ao golpe, a ditadura e/ou beneficiaram-se dela, embora o próprio autor possa não ter muito claro estes dados, ou mesmo não pudesse admitir publicamente que os conhecia na época.

Anos Rebeldes: uma minissérie em "diálogo" com a cultura histórica do grande público

I. Representação de época — um exagero de detalhes!

Na minissérie, "há uma espetacular reconstituição de época — não apenas de cenários... mas também nos fatos culturais que marcaram o país".[53] O esmero da produção relativa aos signos de época, que caracterizavam as obras da TV Globo desde os anos 1970, alcançou uma dimensão em *Anos rebeldes* que a revista *IstoÉ* considerou que "Até os integrantes da chamada geração 68 vão achar um exagero"[54] — prognóstico que não se confirmou nos comentários dos membros daquela geração. No entanto, os detalhes de época reunidos na minissérie são mesmo impressionantes: signos dos anos 1960, de toda natureza, circulam nas mãos dos personagens, na cenografia que compõem suas ações — em cenas de estúdio ou *externas*, nas conversas dos personagens e até mesmo o clima de opressão que a população brasileira enfrentou durante o período da ditadura aparece representado na obra.

Na tela nos são apresentadas imagens que correspondem desde a entrada do Teatro Opinião, a cartazes de filmes — como *Hiroshima mon amour* de Alain Resnais (1959) —, referências sígnicas às memórias de Braga, do diretor Dennis Carvalho — entre outros — e de sua geração. Até números da revista *Cahiers du Cinéma* (talvez a mais importante publicação sobre cinema dos anos 1960), das revistas brasileiras *Realidade* e *Manchete*, até livros como *Plexus*, de Henry Miller, podem ser vistos nas mãos dos personagens da minissérie.

Isso para não mencionar outras imagens, cuja historicidade é de tal forma evidente, que poderiam ser reconhecidas, sem dificuldade, pelo "grande público" — segmentos que tinham acesso à televisão e/ou à educação formal. No caso, é possível elencar imagens e imagens-movimento de personagens históricos como Ernesto "Chê" Guevara, Fidel Castro, Henry Kissinger, John Fitzgerald Kennedy, Martin Luther King, alguns dos generais presidentes do período da ditadura, os ex-presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek, ex-líderes estudantis como Vladimir Palmeira, entre muitos outros.

Também são apresentadas cenas das muitas marchas de época contra a ditadura, nas quais estão presentes personalidades sociais e/ou culturais de importância inconteste, como artistas da cena teatral, cinematográfica, musical, bem como intelectuais em número tão expressivo que é até difícil enumerá-los. Gente que poderia ser reconhecida, facilmente, pelo grande público, uma vez que circularam, desde os anos 1960, pelas telas da televisão brasileira, compondo as telenovelas ou os demais programas veiculados por ela.

[53] GIANNINI, Silvio. Romance nos porões: com a minissérie Anos Rebeldes, pela primeira vez a TV mostra o Brasil do regime militar de 1964. *Veja*, São Paulo, n. 1.243, p. 86, 15 jul. 1992.
[54] GLOBO não é bobo. Estreia *Anos rebeldes*, a série de Gilberto Braga cujo pano de fundo é o regime militar. *IstoÉ*, São Paulo, n. 1.189, p. 62, 17 jul. 1992.

Assim, ao se assistir à minissérie tem-se a impressão de que a "opinião pública" e/ou a "classe média" e/ou mesmo "a sociedade brasileira" estivessem marchando nas ruas das cidades brasileiras contra a ditadura. Tais cenas/sequência de cenas, literalmente, ou melhor, audiovisualmente, representam a ideia expressa por Schwarz, em passagem clássica sobre o período:

> *Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país*. (…) Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia — que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo — é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69. Assinala, além de luta, um compromisso.[55]

Ideia que, embora pudesse parecer "romântica" posteriormente, não se restringia ao intelectual citado acima, mas era compartilhada por amplos grupos de esquerda que no final dos anos 1960 optaram pela luta armada contra a ditadura.[56] A julgar pelos testemunhos de alguns dos generais que se envolveram diretamente com os governos da ditadura, talvez a opinião tenha caracterizado também a avaliação da ampla maioria dos agentes sociais e/ou indivíduos envolvidos nos processos políticos brasileiros do período.[57]

II. Enredando o "grande público"

Um elemento diegético[58] de importância fundamental na minissérie — sobretudo, considerando as interações/os "diálogos" propostos com memórias dos anos 1960 — são os "painéis documentais" mencionados anteriormente. A novidade confere verossimilhança e "efeito de realidade" à obra, uma vez que consistem em fragmentos de imagens-movimento em preto e branco, às vezes de época, que se confundem com as contemporâneas à obra, sobre as quais "foram gravadas as participações dos personagens na série."[59] "O efeito é bonito e as personagens ficcionais parecem invadir a realidade do passado", segundo avaliação da revista *IstoÉ*.[60] A passagem merece destaque, sobretudo, porque demonstra que a minissérie apresentou — empiricamente — uma evidente articulação com o argumento de Rüsen, no que se refere aos elementos retóricos e, especialmente, estéticos que compõem (ou deveriam compor) os discursos historiográficos — que têm a finalidade de *interpelar a subjetividade* do público.

Merece atenção ainda o fato de que uma parcela expressiva dos atores, acompanhando as exigências do enredo, era composta, em sua maioria, por jovens, com menos de 30 anos.[61] Isso, certamente, criou

---

[55] SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1970]. p. 62. (Coleção Literatura e teoria literária; v. 27) Grifo do autor.

[56] REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas do Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1990 [1989] e GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

[57] Referimo-nos aos depoimentos dos oficiais envolvidos com os governos da ditadura, recolhidos, organizados e publicados pelos pesquisadores da Fundação Getulio Vargas que consultamos. Acrescente-se o documento *Projeto Orvil* (1988) atribuído aos militares (submetidos às ordens do ministro do Exército do governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves), que reitera a mesma interpretação. *Projeto Orvil.* Documento produzido durante o primeiro governo civil depois do golpe de 1964, cujo nome é "História da luta armada no Brasil", assim denominado pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Disponível em: <http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3368&Itemid=219>. Acesso em: 2008 e 2009.

[58] Para Aumont "A diegese seria, assim, a história tomada na plástica da leitura, com suas falsas pistas, suas dilatações temporárias, ou, ao contrário, seus desmoronamentos imaginários, com seus desmembramentos e remembramentos passageiros, antes de se congelar em uma história que posso contar do começo ao fim de maneira lógica". AUMONT, Jacques et al. *A estética do filme*. Campinas: Papirus, 1995. p. 115.

[59] A REBELDIA de uma geração na Globo. *Correio Brasiliense*, Brasília, 14 jul. 1992. Caderno Dois, p. 8.

[60] GLOBO não é bobo, op. cit. p. 62.

[61] FANTASMAS do Brasil: a minissérie *Anos Rebeldes* estreia terça-feira mostrando o país dos anos 60. *Correio Brasiliense*, Brasília, 12 jun. 1992. Caderno Correio da TV, p. 8.

uma situação de identificação entre os atores e os jovens que formavam a audiência da série e aqueles que participaram das manifestações pró-*impeachment*. Mas, esse aspecto é um elemento rigorosamente fiel à época, uma vez que a grande maioria dos militantes de esquerda tinha idade inferior ou igual a 30 anos.[62]

Não custa lembrar que muitos dos personagens que "fizeram história" nos anos 1960, como Ernesto "Chê" Guevara, Fidel Castro, Daniel Cohn-Bendit, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Glauber Rocha, Cacá Diegues, também estivessem nesta faixa etária e outros ainda não excedessem muito os 40 anos, como Malcolm X, Martin Luther King. Além, é claro, de atenderem aos apelos das palavras de ordem dos movimentos estudantis dos anos 1968, como "Não confie em ninguém com mais de 30!".

Os personagens mais velhos foram representados por atores consagrados que, muitas vezes, vivenciaram os acontecimentos que eram representados na teleficção. Entre os artistas que figuravam no elenco, mas também protagonizaram a vida cultural brasileira dos anos 1960, podemos citar Gianfrancesco Guarnieri — dr. Salviano —, ator e dramaturgo, membro e fundador do Teatro de Arena, que fez sucesso inovando a dramaturgia brasileira nos anos 1960. Geraldo Del Rey, que faz o personagem de Damasceno, um jornalista comunista pai de Maria Lúcia (Malu Mader) na minissérie, atuou em *O pagador de promessas* (1962) — ganhador da Palma de Ouro em Cannes. O ator representou também o vaqueiro que mata o latifundiário que o explorava, no filme *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) de Glauber Rocha — um dos mais renomados diretores e teóricos do movimento cinematográfico brasileiro dos anos 1960: o Cinema Novo.

A atriz Bete Mendes, que havia sido militante da organização armada de esquerda, Vanguarda Armada Revolucionária — Palmares — VAR-Palmares, também fez parte do elenco, como mãe de Maria Lúcia — personagem feminino que compõe o par romântico central da obra. Durante o tempo em que foi casada com Denis Carvalho, nos anos 1970, Mendes desapareceu por seis meses devido à sua atuação política. Na década de 1980, Mendes tornou-se deputada federal e, numa viagem ao exterior, reconheceu um militar — Carlos Alberto Brilhante Ustra — que participou das sessões de torturas a que ela foi submetida. Suas experiências serviram de *laboratório* para os atores que, segundo o diretor, se emocionaram muito com seus depoimentos.[63]

Merece especial destaque o fato de que estes são elementos fundamentais numa análise que não negligencie a fruição diegética de *Anos rebeldes*, uma vez que a obra remete a personagens que participaram da história brasileira dos anos 1960 e podiam ser reconhecidos pelo "grande público", considerando que a mídia divulgou, largamente, tais acontecimentos. Segmentando um pouco o chamado "grande público", poderíamos pensar tanto naqueles brasileiros que haviam experimentado as agruras dos anos 1960, quanto nos que somente detinham referências desse passado, inclusive cultural, por meio do conhecimento da história — estudantes, por exemplo.

Observamos, portanto, que além de uma reconstituição primorosa de época, com detalhes que pareceram até exagerados aos jornalistas que resenharam a obra, muitos outros índices dos anos 1960 foram inseridos na minissérie. Assim, se é possível considerar que não houve preocupação por parte da produção com a fidelidade em relação aos acontecimentos históricos — como afirmam os membros da produção, desde os detalhes até a interpretação dos atores, muitos traços de época foram retomados na ficção. Pode-se considerar ainda que os membros mais maduros do elenco estivessem empenhados em representar para seus conterrâneos e, sobretudo, para os contemporâneos que, literalmente, enfrentaram juntos os anos 1960, época que não era possível esquecer devido ao rigor da própria história. As

[62] RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*, op. cit.
[63] Ver o depoimento do diretor, Dennis Carvalho, nos extras disponíveis na caixa de DVDs que acompanham a obra.

exigências epistemológicas propostas na argumentação de Rüsen para as narrativas históricas estão, novamente, sendo atendidas pela minissérie.

III. Uma minissérie e a cultura televisiva brasileira[64]

O enredo pode ser sintetizado como a estória de um grupo de estudantes secundaristas, do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980. A trama central gira em torno da trajetória de um dos jovens deste grupo de classe média, desde sua militância estudantil no Colégio Pedro II, até seu engajamento na guerrilha — João Alfredo, tal como aconteceu, na realidade, com Alfredo Syrkis e foi registrado em *Os carbonários* (1981) — obra que serviu de inspiração à minissérie.

O par romântico é formado por João Alfredo e Maria Lúcia. As *chamadas publicitárias* de época complementam os elementos da trama, ao explicar que "Eles vivem uma época de sonhos e grandes transformações. (…) Jovens, rompendo tradições, apostando tudo por um novo mundo. (…) Unidos pela paixão, separados pelos ideais".[65] A peça de propaganda da obra faz menção às transformações históricas que se operaram nos anos 1960 e alude à época como sendo de "grandes sonhos" e a uma juventude que "aposta" em um "novo mundo", interpelando, deliberadamente, as memórias de quem viveu durante o período e uma "mentalidade utópica", ainda presente nos anos 1980.

Seguindo a tradição da teledramaturgia da TV Globo que levou "a narrativa para a praça pública",[66] em *Anos rebeldes* "o epicentro das tramas principais e paralelas são os acontecimentos políticos. Os personagens não se definem a partir de seu padrão de consumo, mas pelas opiniões que possuem e pelas atitudes que assumem".[67] Se a definição dos personagens se ancora nos acontecimentos, certamente as questões públicas são mais importantes e significativas que as privadas, marcando a vida tanto do protagonista, João Alfredo, Cássio Gabus Mendes, como de praticamente todos os demais personagens de *Anos rebeldes*: outro traço característico dos anos 1960.

Segundo os cronistas da década de 1960, tudo se convertia em política. Ventura, personagem, cronista e memorialista da época, afirma, na apresentação de seu livro, que

> *Os nossos* "*heróis*" são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandré, viam Glauber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais — reais e ideológicos — por não terem evitado o golpe militar de 64. Era uma juventude que acreditava na política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.[68]

Na verdade, considerando que *1968, o ano que não terminou* serviu de inspiração a *Anos rebeldes*, é difícil defender que a minissérie não tenha sido fiel à sua matriz. Se esses eram os personagens de Ventura, não deixaram de ser, também, aqueles representados em *Anos rebeldes*.

---

[64] Sobre a cultura da televisão e seu significado na e para a sociedade brasileira dos anos 1980 conferir ORTIZ, Renato. *A moderna civilização brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988; ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. *Telenovela: história e produção*, op. cit.; MATTELART, Michèle; MATTELARD, Armand. *O carnaval das imagens*, op. cit.; LEAL, Ondina Fachel. *A leitura social da novela das oito*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986 [1983]; ROCHA, Amara Silva Souza. *Nas ondas da modernização*: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

[65] Conferir em: <www.youtube.com/watch?v=N3PkdH-y5iM>. Acesso em: 19 abr. 2012.

[66] MATTELART, Michèle; MATTELARD, Armand. *O carnaval das imagens*, op. cit. p. 130.

[67] GIANNINI, Silvio. Romance nos porões: com a minissérie Anos Rebeldes, pela primeira vez a TV mostra o Brasil do regime militar de 1964. *Veja*, São Paulo, p. 84, 15 jul. 1992.

[68] VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. 39. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003 [1988]. p. 15. Grifos nossos.

Ora, certamente que um ambiente de efervescência política e cultural tão intenso, cercado por um clima opressivo e ditatorial, não poderia gerar um contexto diverso daquele que se imprimiu à ficção. Além disso, um esforço tão atento para criar fidelidade à época, quanto aos aspectos cênicos, cenográficos, de figurino, de linguagem, de costumes; culturais, enfim, não poderia se perder naquilo que seria o traço característico dos anos 1960, que, como vimos acima, era a política e em todas as suas dimensões.

Afinal, perder esse traço fundamental da historicidade dos anos 1960 seria abrir mão da própria qualidade que se tornara o diferencial da teledramaturgia da TV Globo, desde os anos 1970. Vale insistir que as referências requeridas como "signos de época" prendem-se, principalmente, àqueles compartilhados pelas classes médias urbanas do Brasil dos anos 1960. Não se pode esquecer também de que esse era o público médio para o qual a teleficção se voltava, especialmente quando analisamos aquelas obras exibidas no horário das 22 horas nos anos 1980-1990.[69]

No entanto, o "clima de época" pode ser considerado um elemento compartilhado por toda a sociedade brasileira, ainda que em níveis, muitas vezes, bastante distintos. Nesse sentido, não seria errado considerar que a minissérie foi capaz de representar com significativa fidelidade o período no qual os personagens e o público viviam/viveram suas experiências, que eram configuradas, sobretudo, por dimensões políticas de seu tempo, como vimos. Assim, *Anos rebeldes* parece ter respeitado, expressado e sustentado com esmero aspectos da historicidade dos revolucionários anos 1960.

Não se trata, pois, de criar memórias, mas de articular elementos (signos/discursos) que as compõem numa narrativa que foi exibida pela televisão, à qual o "grande público" teve acesso. Uma narrativa que lançava outro olhar sobre o passado nacional — até então, fragmentado — de forma a articulá-lo, permitindo, assim, que aqueles que pudessem compartilhá-la — a obra e nem tanto a história — atribuíssem significados novos ao passado e, por desdobramento, até mesmo à história.

IV. Interpelando a cultura histórica do grande público

Uma análise mais focada nas cenas da obra nos oferece elementos esclarecedores a respeito dos argumentos com os quais trabalhamos. A primeira cena, aquela que abre a minissérie, apresenta uma sala de aula na qual a disciplina e a temática concernem à História como disciplina escolar. O ambiente teleficcional que nos é apresentado consiste de uma "típica" sala de aula dos anos 1960, pois os alunos estão uniformizados, vestindo camisa social e gravata, numa sala com carteiras individuais dispostas em um piso em degraus. Nela vemos alguns dos personagens que, ao longo da trama, protagonizarão a estória, assistindo à aula no Colégio Pedro II, então uma das mais célebres e tradicionais instituições de ensino médio do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Não se faz menção ao fato de o colégio, por suas características, ser uma instituição pública a qual somente uma seleta minoria poderia frequentar, uma vez que seu público era formado, em geral, por membros da classe média ou elite;[70] embora não seja impossível inferir isso ao longo da narrativa. O significado de os estudantes frequentarem o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro somente poderia ser apreendido pelos moradores da cidade ou para aqueles que gozassem de uma formação histórica mais ampla, mas o diálogo com as memórias sobre as salas de aulas dos anos 1960 no Brasil estava já estabelecido.

[69] ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. *Telenovela: história e produção*, op. cit.; RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, televisão e publicidade*: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

[70] FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (História & Reflexões; 6)

Na cena, o professor de História pergunta à turma qual a diferença entre as colônias americanas de exploração e povoamento. A resposta é de João Alfredo: "Porque Portugal e Espanha só queriam explorar nossos recursos naturais para desenvolver o comércio na Europa. Na América do Norte, os colonos foram para viver lá, se estabelecer". Ao que o professor Avelar, personagem interpretado por Cadú Moliterno, completa: "Bem senhores, como estão vendo, a exploração da América Latina pelo estrangeiro vem de longe".

Tudo transcorre sem que se mencione que a interpretação histórica para a diferença entre as formas de colonização da América foi obra de Caio Prado Junior,[71] um dos mais respeitados historiadores *marxistas* brasileiros. Mas, afinal, não se trata de um trabalho de história e sim de uma ficção de televisão que apresenta uma interpretação de como "a história" aconteceu. No entanto, tal detalhe consiste em elemento que importa, sobremaneira, ao analista. Afinal, trata-se de uma "aula de História do Brasil" ministrada para o "grande público" da televisão brasileira.

Também é importante observar que muitos dos diálogos que a obra propõe são estabelecidos com outros elementos da cultura histórica. São interpelados os repertórios das memórias coletivas, da cultura de massa ou da cultura histórica escolar e até acadêmica de época. Vemos, então, na tela capas de *O capital*[72] de Karl Marx, sequências do filme *Deus e o Diabo na terra do sol*,[73] bem como o cartaz de divulgação do filme no saguão do cinema Paissandu — ponto de encontro da juventude carioca na época.[74]

As disputas entre os artistas da Bossa Nova e da Música Popular Brasileira (MPB) também recebem abordagem na minissérie. São questões que hoje, raramente, sairiam dos domínios de especialistas, mas aparecem nos debates entre os personagens sobre as disputas entre as músicas nos festivais da canção — um elemento tão presente no cotidiano da juventude dos anos 1960, como no dia a dia dos personagens da teleficção.[75] Também aparece um saguão onde se pode ver o cartaz original do Show Opinião ao fundo, quando João Alfredo e Maria Lúcia vão assistir ao espetáculo.[76]

No "painel documental" a seguir[77] é apresentada uma sequência de imagens nas quais são intercaladas cenas dos personagens da série com acontecimentos de época, como um cartaz do musical *Liberdade, liberdade* (Millôr Fernandes/Flavio Rangel — 1965). Assiste-se a cenas de multidões pelas ruas das cidades brasileiras, em protestos e/ou manifestações diversas, misturadas a imagens da apresentação da música *Arrastão*, interpretada por Elis Regina no I Festival Nacional da Música Popular Brasileira (1965). O painel é encerrado com um recorte de jornal que noticia a edição do Ato Institucional n. 2.

Nesta sequência de imagens-movimento a minissérie interpela o repertório das memórias dos anos 1960. No entanto, ao tematizar essas memórias, as atualiza para o público dos anos 1980 de uma forma bastante característica: mal comparando, traz ao presente não os documentos descarnados do passado, mas aspectos da história carregados com a historicidade dos anos 1960: elementos de época eivados de emoção que a geração dos anos 1960 nutria pelo período e seus eventos — chamado, talvez por isso, de estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária[78] —, mas também pela construção lendária posterior que foi se engendrando, social e culturalmente, nas gerações que se seguiram sobre aqueles anos revolucionários.[79]

---

[71] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
[72] ANOS rebeldes, 2003, disco 1, 60:42:21.
[73] DEUS e o diabo na terra do sol. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964.
[74] ANOS rebeldes, 2003, disco 1, 60:44:04.
[75] NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 103-124, 2001.
[76] ANOS rebeldes, 2003, disco 1, 60:21:10.
[77] ANOS rebeldes, 2003, disco 1, 120:10:54-120:13:15.
[78] RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, ano 1, v. 17, p. 81-110, jun. 2005.
[79] HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Considerações finais

Os aspectos sumariamente abordados acima não representam uma explicação para o fenômeno de 1992. Historicamente falando, somente aceitar que a fruição diegética de uma obra pelo "grande público" implicaria uma motivação para ação de alguns segmentos sociais na esfera pública não passa de uma abstração. Não obstante, é importante destacar que nos abstivemos de analisar o apelo emocional que a minissérie, certamente, representou para parcelas expressivas da população brasileira, composta por membros da geração dos anos 1960 e de outras que se seguiram a ela, com aspirações também "revolucionárias".

Os "diálogos" que se estabelecem entre uma obra desta natureza com aspectos emocionais de um período da história de uma sociedade constituem um elemento muito mais difícil de ser avaliado. No entanto, eles também representam uma dimensão humana que tem seus desdobramentos na história e da qual não é possível negar a importância, como diversas pesquisas têm demonstrado.[80]

Ainda assim, ficou evidente que a representação de signos e discursos relativos ao período foi bastante fiel às memórias e, até mesmo à história, enfim, correspondeu amplamente à cultura histórica dos anos 1980 sobre a ditadura civil-militar brasileira. Alguns dos aspectos destacados pela análise deixam clara a intenção da minissérie de dialogar com os discursos sobre este passado que circulavam na cultura brasileira. Nesse sentido, a obra cumpriu algumas das exigências estabelecidas para aquelas narrativas cujo caráter é considerado, propriamente, histórico, como vimos anteriormente.[81]

Uma narrativa que se converte em estratégia antropológica que visa a apreender e compartilhar a experiência do tempo e no tempo, dotando os grupos humanos de acervos culturais que lhes permitam enfrentar os desafios do presente, visando o futuro. Nessa medida, todas as narrativas históricas, científicas ou não, representam uma importância ímpar nas/para as sociedades, pois os elementos que as compõem — talvez, sobretudo aqueles partilhados coletivamente de maneira mais ampla — tanto orientam as ações humanas no presente em direção ao futuro,[82] como expressam um exercício de conhecimento da história.[83]

No caso em foco, consideramos que estes argumentos podem se referir, também, aos novos desafios que a vida apresentava, no campo da política especialmente, à sociedade brasileira em geral e aos jovens em particular, em um momento histórico marcado por um crescimento significativo da politização da esfera pública, em função do processo de redemocratização, em curso desde o final dos anos 1970.[84]

Ao ser exibida, a minissérie lançava luz sobre um passado pouco conhecido, como objeto de reflexão, articulando-o numa narrativa que atribuiu significados aos processos históricos, às práticas sociais e culturais, às memórias coletivas, sociais e individuais. A exibição da minissérie permitiu, ainda segundo nossa avaliação, que a narrativa sobre o passado construída pela obra interagisse/dialogasse com a cultura histórica do público sobre o período da ditadura, interpelando-a.

Não se trata, certamente, de conceber a obra como uma narrativa que "esclareceu" o passado, mas que permitiu que ele pudesse estar sob um "olhar" mais objetivo e pudesse assim submeter-se à crítica,

---

[80] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*, op. cit.

[81] RÜSEN, Jörn. *História viva*, op. cit. p. 43.

[82] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

[83] RÜSEN, Jörn. *História viva*, op. cit.

[84] DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994; ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

pois o momento era apropriado, como disse um diretor da TV Globo. Enfim, a obra permitiu que aspectos da história, convertidos em narrativa audiovisual, pudessem se constituir como objeto de reflexão para o "grande público". Afinal, a minissérie fez com que uma eminente historiadora, quase 10 anos depois de sua primeira exibição, pudesse tecer a seguinte observação sobre ela: parece "primordial que um canal com a penetração da Rede Globo coloque no ar coisas sobre as quais as pessoas não têm registro ou sobre as quais se produziram esquecimento e a indiferença".[85]

Anos rebeldes ofereceu ao "grande público" aquilo que Williams considera sejam elementos característicos de uma obra de arte: uma descrição original de experiências compartilhadas coletivamente, cuja relevância social era reconhecida.[86] Se o argumento parece deslocado, a princípio, é importante mencionar o esforço de muitos dos que estiveram envolvidos com a teledramaturgia para que suas obras alcançassem o estatuto de arte.[87] Além disso, este é um aspecto importante se relembrarmos que as referências historiográficas sobre o período eram ainda escassas (muitas das pesquisas sobre a ditadura ainda não haviam sido realizadas) e muito pouco das memórias de época havia sido articulado em obras literárias, cinematográficas ou de outra natureza.

Havia ainda a falta de "distanciamento" temporal que permitisse reflexões mais objetivas e críticas sobre o período, muito marcado pelas memórias.[88] Assim, tanto obras como *Anos rebeldes* e as próprias memórias convertidas em obras da cultura ganham dimensão muito mais significativas quando entram na composição da cultura histórica "ordinária" — a do grande público. Uma obra de arte — mesmo que ordinária — poderia, pois, descrever, atribuir alguma ordem e conferir significados à forma fragmentária como aquele passado se apresentava à sociedade brasileira.

No limite, considerando as condições socioculturais que a população brasileira apresentava no início dos anos 1990, pode-se concluir, inclusive, que a cultura histórica que os brasileiros, de forma geral, dispunham não assegurava que as funções que lhes são precípuas — orientar as ações no presente, com vistas ao futuro — pudessem ser cumpridas a contento. Assim, a minissérie oferecia uma interpretação — ainda que simplificada — de um passado recente e, em certa medida, fragmentário, confuso, desconexo, eventualmente desconhecido[89] como objeto de reflexão, ao crivo do grande público.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que o processo iniciado com as acusações de corrupção ao governo Collor de Mello, alimentado pela cultura histórica sobre a ditadura, reconfigurado por meio da exibição de *Anos rebeldes*, culminou por mobilizar, principalmente, aqueles segmentos da população mais capazes de retomarem o passado coletivo sem o peso de sua herança — uma vez que este se articula à identidade: os estudantes, que, sendo mais livres para atuarem na esfera pública, agiram de forma mais incisiva, talvez até assumindo a liderança do movimento de manifestações públicas pró-*impeachment*.

Em suma, podemos reconhecer que *Anos rebeldes*, forjada no bojo das disputas pelas memórias da ditadura, dialogava com a cultura histórica dos brasileiros relativa ao período da ditadura,[90] mais pre-

[85] AQUINO, Maria Aparecida de. Um certo olhar. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos*: reparação ou impunidade. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001. p. 41.
[86] WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*, op. cit.
[87] GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*, op. cit.; GILBERTO Braga diz que novela é literatura e sai aplaudido na ABL. *Folha de S.Paulo*, 26 ago. 2010. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrada/789226-gilberto-braga-diz-que-novela-e-literatura-e-sai-aplaudido-na-abl.shtml>.
[88] SILVA, Marcos Antônio. Dossiê temático: construções da história. In: SWAIN, Tania Navarro (Org.). *História no plural*. Brasília: Ed. da UnB, 1994. p. 109-126.
[89] O ator Cássio Gabus Mendes faz o seguinte comentário sobre *Anos rebeldes*: "Minha geração foi pouco informada sobre o que aconteceu no Brasil naquele período. Acredito que Anos Rebeldes vá contar coisas que muitos não sabem". In: "ANOS rebeldes" revê anos 60. *O Estado de S. Paulo*, 27 abr. 1992. A FORÇA da galera. A geração Coca-Cola deixa os shoppings, vai às ruas e lidera com humor o movimento a favor do impeachment de Collor. *IstoÉ*, São Paulo, n. 1.196, 2 set. 1992.
[90] FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil*: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

cisamente com obras memorialísticas e/ou históricas que circulavam na sociedade ao longo dos anos 1980. Uma cultura, certamente, "ordinária"[91] e que pode, muito bem, ser considerada como a que o "grande público" detinha sobre o período em que transcorria a trama da minissérie, particularmente, os revolucionários anos 1960.[92]

Ainda que a obra não tenha cumprido o papel que lhe foi atribuído em 1992, trata-se de um testemunho das lutas sobre as memórias dos anos 1960 ocorridas nos anos 1980, revelando como foram apropriadas pela teleficção e deixando entrever de que forma pareceram repercutir no seio da sociedade brasileira no início dos anos 1990. Mais do que isso, a obra de teleficção foi capaz de reunir e articular uma diversidade assombrosa de discursos sobre o passado imediato do Brasil e torná-los "públicos" — talvez no sentido clássico do termo —, uma realização rara de se ver, inclusive, noutras formas de expressão.

Enfim, se *Anos rebeldes* conseguiu instituir, em alguma medida, um fórum simbólico no qual as lutas pelas memórias da ditadura encontraram um bom termo, é passível de discussão; mas, que a obra é uma expressão, sem igual, um *testemunho* surpreendente da cultura histórica brasileira sobre a ditadura nos anos 1980, isso não parece haver dúvida. A essa altura de nossa exposição parece imprescindível recorrer a uma constatação de Pollak:

> O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional. Assim, os filmes *Le chagrin et la pitié* e depois *Français si vous saviez* desempenharam um papel-chave na mudança de apreciação do período de Vichy por parte da opinião pública francesa, donde as controvérsias que esses filmes suscitaram e sua proibição na televisão durante longos anos.[93]

Se o cinema foi capaz de tal realização na França, talvez devêssemos rever o papel que a teleficção desempenhou no Brasil. Acreditamos que ao abordarmos um momento paradigmático das relações entre história e teleficção no Brasil contemporâneo, apresentamos um argumento contundente sobre a necessidade de estudá-las mais detidamente.

[91] WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*, op. cit.
[92] HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos*, op. cit.
[93] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, op. cit.

Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás*

Fernando Lobo Lemes
Instituto Brasil de Ciência e Tecnologia, FIBRA
Anápolis, GO, Brasil
fernandolobolemes@gmail.com

RESUMO
A temporalidade da espera associada aos intervalos impostos pelas distâncias geográficas à burocracia do governo colonial instala a vida dos habitantes de Goiás num ambiente transitório, constituído de eventos provisórios, onde os protagonistas devem fazer face às incertezas, enquanto esperam pelas decisões do rei de Portugal. Com a morte súbita do capitão-general João Manoel de Melo, a formação de um governo provisório aparece como estratégia das elites locais para controlar o tempo de espera e preencher o vazio de poder deixado pela ausência do governador. Neste cenário, os acontecimentos são percebidos como interações de força, cujas tensões podem transformar, ainda que transitoriamente, as relações estabelecidas na hierarquia dos poderes do império.
Palavras-chave: império português; temporalidades; distância; espera; Goiás.

ABSTRACT
The waiting temporality associated with the intervals imposed by the geographic distances to the colonial government bureaucracy installed the lives of inhabitants of Goiás in a transitory environment, consisting of provisional events, where the protagonists must cope with uncertainties, while they waited for the King of Portugal's decisions. With the sudden death of captain-general João Manoel de Melo, the formation of an interim Government appeared as a strategy of local elites that sought to control the waiting time and fill the power vacuum left by the absence of the Governor. In this scenario, the events were perceived as interactions of forces, the tensions of which could temporarily transform the established relationships in the Empire's hierarchy.
Keywords: Portuguese empire; temporalities; distance; waiting time; Goiás.

* Agradeço ao professor Laurent Vidal a inspiração e a possibilidade de uma reflexão partilhada a propósito de uma sociologia da espera na história de Goiás e do Brasil colonial.
Artigo recebido em 15 de fevereiro de 2012 e aceito em 20 de junho de 2012.

Introdução

Nas minas e capitania de Goiás uma barreira quase intransponível funcionava como obstáculo à plena e imediata execução das determinações do rei de Portugal: a distância que separava Lisboa de Vila Boa. Ali, as grandes extensões geográficas, somadas aos limites tecnológicos da época, definiam a cadência das tropas que atravessavam o sertão e das fragatas levadas pelos ventos que cruzavam o Atlântico. Assim, a circulação dos vassalos do rei, das informações que formatavam o governo imperial, a tramitação das correspondências administrativas e, por consequência, a burocracia do império, também padeciam dos efeitos inexoráveis das distâncias e dos níveis tecnológicos disponíveis.

De um ponto de vista mais vasto, o tema da distância é muito comum nas análises dos problemas associados ao sistema colonial e à administração do império português. Não raro é invocado na historiografia brasileira como fator de grande relevância para a compreensão das relações de poder no período colonial.[1] Por outro lado, a conhecida metáfora do padre Antônio Vieira sobre os paradoxos que envolviam a complexa equação entre o poder régio e as distâncias que marcavam o vasto império português,[2] desde a Ásia até a América, remete ao século XVII a notória preocupação com o tema.[3]

Neste sentido, se o objeto que norteava a pena de Vieira era essencialmente a corrupção incrustada na vida política do império, a metáfora do sol e da sombra — enquanto referência à distância geográfica do monarca português com relação às regiões de conquista — serviu de inspiração, três séculos mais tarde, para o importante livro da professora Laura de Mello e Souza, que analisa problemas cotidianos comuns nos relatos sobre a administração ultramarina ao longo do século XVIII.[4] Assim, desde a corrupção denunciada por Vieira aos problemas administrativos anunciados no estudo de Laura de Mello e Souza, a distância é considerada um fator de grande relevância para a compreensão das relações de

---

[1] Ver, por exemplo, obras e artigos importantes que tratam direta ou indiretamente sobre o tema, tais como: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Na trama das redes*. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009 e, ainda, BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005; RAMINELLI, Ronald José. *Viagens ultramarinas*: monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008; ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos sertões coloniais. In: PRIORE, Mary Lucy del (Org.). *Revisão do Paraíso*: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000; DEAN, Warren. The frontier in Brazil. In: _____. *Frontiers in comparative perspectives*. Washington, DC: The Woodrow Wilson Center, 1990.

[2] FURTADO, Júnia Ferreira. O sol e a sombra — Política e administração na América portuguesa do século XVIII. Resenha. *Almanack Braziliense*, n. 5, p. 137-139, 2007.

[3] Repleto das oposições e antíteses características do barroco, o discurso do padre Antônio Vieira é marcado pela tese da impossibilidade de um governo colonial bom e justo. "É isto", diz ele, "é o que se vê na Ásia, e na América, e nas Índias Orientais, onde nasce o sol, e nas Ocidentais, onde se põe. Não pode haver semelhança mais própria. A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente, ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos seus ministros. Mas, quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras que excedem muito a medida dos mesmos reis, de que são imagens." Em seguida, comparando o império português com o romano, prossegue: "De Roma a Jerusalém ainda tinham algum vigor os respeitos de Cesar: *Si hunc dimitis...* Mas de Lisboa à Índia e ao Brasil com todo o mar oceano em meio? A fé, a obrigação, a obediência, o respeito, tudo se esfria, tudo se mareia, tudo referve. Vendo-se tão longe de quem as manda, como lá podem o que querem, não se contentam com o querer o que podem. Levam os poderes de imagens e tomam onipotências de Césares..." e estes poderes ilimitados são instrumentos ordinários para o roubo e a violência. PALACIN, Luís. *Vieira e a visão trágica do barroco*: quatro estudos sobre a consciência possível. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 22.

[4] SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e sombra*, op. cit.

poder no império português. Não é novidade, portanto, o tema da distância na história nem, tampouco, na historiografia do império português.

Em Goiás não é diferente. De igual modo, a noção de distância também assume importância indiscutível para o estudo da história da região situada no coração da América portuguesa, durante o século XVIII. Contudo, nos limites do presente estudo, não se trata de buscar nas referências ao tempo e à distância os argumentos norteadores de um discurso historiográfico que sempre reforçou a ideia do isolamento de Goiás no contexto mais amplo do império. Nem, tampouco, de apresentar ou relatar as dificuldades impostas pelas distâncias à plena execução dos projetos coloniais lusos na região central da América. Nosso objetivo é também demonstrar que as inúmeras dificuldades interpostas ao governo colonial não paralisaram as iniciativas da Coroa, nem tampouco detiveram os espíritos arrojados dos homens que se embrenhavam pelos sertões da América. Muito pelo contrário, o desejo de vencer as barreiras estimulava empreendimentos e servia de combustível para a execução dos projetos de Lisboa. Além disso, nossa intenção está associada à análise de outro aspecto proporcionado pelas contingências apresentadas pelas enormes distâncias geográficas no interior do império: a existência de intervalos de espera que condicionavam a gestão do governo colonial nas minas de Goiás. Ao discorrer, finalmente, sobre o caso envolvendo a morte não anunciada do governador, não temos a pretensão de apresentá-lo como acontecimento exemplar para o estudo da noção de distância no império português. Antes, pretendemos observá-lo como episódio que desnuda a experiência dos protagonistas num momento de exceção, de ruptura momentânea com as normas, revelando a consciência dos atores num momento intermediário de transição, envolvido pelo manto e pelas condições ditadas pela temporalidade da espera nas minas e capitania de Goiás.

De Lisboa a Vila Boa: entre o oceano Atlântico e as minas de ouro do sertão

Assim, em Goiás, do ponto de vista prático, uma espécie de tirania da distância[5] condicionava a existência dos homens e das coisas, definindo o ritmo da vida ao longo de todo o século XVIII. Neste aspecto, nem mesmo os planos arquitetados em Lisboa estavam imunes à rebeldia do mar e aos caprichos dos caminhos, do clima e das intempéries do sertão. De fato, nas três dimensões da geografia do império percebidas a partir da América — o reino de Portugal, as cidades voltadas para o Atlântico e os espaços interiores dos sertões —, as distâncias foram sempre decantadas como fator de dificuldade para a consecução dos projetos da monarquia.

Em Goiás, referências muito frequentes à distância do reino, dos longínquos portos da América portuguesa, das capitanias vizinhas e a grande extensão territorial da própria capitania estiveram presentes na pena das autoridades coloniais, denunciando seus reflexos nas mais diversas atividades administrativas.

Se considerarmos a tecnologia da época, o grau de dificuldade na transposição das rotas oceânicas e dos caminhos terrestres ou fluviais pode ser traduzido através de outra unidade de medida: o tempo.

[5] O termo "tirania" (do grego τύραννος, *líder ilegítimo*), historicamente associado à Grécia Antiga, é uma forma de governo usada em situações excepcionais, em alternativa à democracia. Nela o chefe governava com poder ilimitado, embora sem perder de vista que devia representar a vontade do povo. Hoje, entre as sociedades democráticas ocidentais, o termo *tirania* tem conotação negativa, já que remete a uma forma de governo não respaldado pelo direito e pela lei, porém fortemente embasado na autoridade de um governante. Contudo, na acepção empregada neste artigo, para além das noções que denotam ideias como governo injusto e despotismo, severidade, opressão política e violência ou ingratidão, a concepção de tirania indica o poder que certas coisas exercem às vezes sobre o homem ou sobre suas atividades ou, ainda, sobre seus planos e projetos. Mais especificamente, o poder da distância, considerado no tempo e no espaço, sobre o exercício prático do governo colonial, com sede política e administrativa em Lisboa, em um território de conquista (neste caso, as minas e capitania de Goiás).

A viagem empreendida pelo governador Álvaro José Xavier Botelho de Távora, o conde de São Miguel, pode nos oferecer um panorama a respeito da distância que separa Lisboa de Goiás. Como havia perdido a fragata que partiu no mês de julho, que lhe permitiria desembarcar diretamente no porto de Santos, Botelho de Távora partiu de Lisboa no dia 10 de agosto de 1754 em direção ao Rio de Janeiro. Após a travessia do Atlântico, chegou às margens do litoral pernambucano "com a cabeça tão perdida" que lhe era necessário "ou estar deytado ou andar encostado para não cahir!".[6] Ali, permaneceu a bordo da embarcação devido à "inconstância da costa" e à "dificuldade da barra", a uma distância de cinco léguas do continente. Em seguida, navegou rumo ao sul onde, para alívio de suas náuseas, no dia 13 de outubro, após 64 dias de viagem, ancorou no porto da cidade do Rio de Janeiro.

No continente, os obstáculos para a travessia do sertão anunciavam um longo tempo de espera. Advertido sobre os riscos do período chuvoso, planejava sua partida às minas de Goiás para o mês de maio do ano seguinte. "Athé fevereiro", relata o conde de São Miguel, "são os rios perigozos de passar e os atoleyros invadiaveis, e athe mayo correm a vazantes, com ar tão maligno" que os moradores locais chamam a este período de "tempo da peste".[7] Assim, permaneceu no Rio de Janeiro até o dia 17 de junho de 1755, quando partiu em direção a Goiás.

Adentrando o sertão, viajou durante quatorze dias até Vila Rica, em Minas Gerais, onde permaneceu por oito dias com o objetivo de comprar "cavallos capazes", por "não os haver no Rio". Prosseguindo sua marcha, deixou Vila Rica em 8 de julho, alcançando Paracatu no dia 2 de agosto, após 25 dias de caminhada. Parada obrigatória para o descanso da tropa, aí se deteve por três dias. Finalmente, no dia 15 de agosto, foi recepcionado pelo então governador Marcos de Noronha no arraial de Meia Ponte, onde permaneceu por nove dias. Após quatro dias de percurso, atingiu a capital Vila Boa de Goiás em 28 de agosto de 1755.[8]

Seu périplo, de Lisboa a Vila Boa, havia durado pouco mais de um ano. Se subtrairmos o período de oito meses na cidade do Rio de Janeiro, o conde de São Miguel permaneceu 64 dias sobre o mar e outros dois meses e onze dias nos caminhos do sertão. Assim, foram necessários cerca de quatro meses e meio de viagem para vencer a distância que separa Portugal de Goiás. Noutras circunstâncias, poderia ter poupado vinte dias dirigindo-se diretamente ao porto de Santos, caso não tivesse seguido via Pernambuco, o que teria reduzido o tempo de sua viagem para pouco menos de quatro meses.

Mas esta foi uma viagem relativamente rápida para os padrões da época. Marcos de Noronha, conde dos Arcos, primeiro governador de Goiás, precisou de 85 dias para completar o percurso entre o Rio de Janeiro e Vila Boa. De fato, o tempo médio calculado pelas autoridades coloniais para o transporte do quinto do ouro entre Goiás e o Rio de Janeiro era de três meses.[9] Da mesma forma, os caminhos que ligavam Goiás à cidade de Salvador não fugiam aos mesmos padrões de tempo e distância.

A conjugação entre longos percursos e a instabilidade climática ditava o compasso da mobilidade dos homens. Com pequenas variações, o ritmo cíclico das estações definia dois momentos distintos que condicionavam os deslocamentos humanos nas minas de Goiás. De acordo com o naturalista francês Provençal de Saint-Hilaire, "o ano se divide em Goiás em duas estações distintas; a estação das chuvas que começa em setembro e aquela da seca que começa em abril".[10] Ao período de chuvas, intenso durante os meses de dezembro e janeiro, segue-se o tempo da seca, mais intenso durante o inverno, entre

[6] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Série 008, Cx. 11, Documento 671.
[7] Ibidem.
[8] Ibidem.
[9] Arquivo Histórico de Goiás (AHG). Cx. 1129, folha 165.
[10] Para uma descrição sobre o clima e a salubridade em Goiás na primeira metade do século XIX, ver SAINT-HILAIRE, Auguste de Provençal de. *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la province de Goyaz*. Paris: Arthur Bertrand, 1847. t. I, p. 323.

os meses de julho e agosto. O tempo das chuvas alterava consideravelmente as previsões e os prazos para a travessia dos percursos. O barão de Mossâmedes, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, tendo chegado ao porto do Rio de Janeiro no dia primeiro de dezembro de 1771, adiou sua viagem a Vila Boa, onde assumiria o cargo de governador de Goiás, para o mês de abril alegando as "dificuldades com os rios" e a "malignidade das águas".[11] Quando não se respeitava este ciclo natural das estações, as viagens podiam ser interrompidas bruscamente sendo necessário abrigar-se num arraial por meses inteiros, à espera de melhor tempo para prosseguir a marcha.[12]

Quando se tratava do transporte de produtos comerciais, o tempo despendido na viagem podia se multiplicar. As difíceis condições deixadas pela estação das águas impunham a necessidade de longas temporadas de espera e prolongados períodos de repouso para a recuperação dos animais, o que fazia com que as viagens se dilatassem por anos.[13] Na verdade, o desafio das distâncias nos sertões pode ser comparado à magnitude da travessia do Atlântico: parecia mais cômoda, além de menos demorada, a viagem marítima entre Lisboa e o Rio de Janeiro, Santos, Bahia ou Pernambuco, que destes portos para o interior do continente.

A conquista da distância: os avanços dos projetos de Lisboa na geografia das minas de Goiás

Entretanto, tendo como pano de fundo a procura inexorável do ouro, as dificuldades não intimidavam a Coroa, nem detinham o espírito aventureiro dos homens que adentravam o sertão. Ao contrário, o desejo de vencer as barreiras ampliadas pelas distâncias estimulava as iniciativas e os projetos contemplados por Lisboa. Neste aspecto, as narrativas dos roteiros de viagens produziram descrições dos caminhos fluviais que interligavam como veias a vida dos sertões.[14] Além disso, as rotas terrestres também eram incessantemente exploradas. Em 1750, um projeto de grande envergadura, encabeçado por Francisco Tosi Colombina, propunha ao monarca a construção de um caminho interligando a cidade de São Paulo e a vila de Santos a Vila Boa de Goiás e, daí, até a vila de Cuiabá.[15] Contra os argumentos que advogavam a impossibilidade da execução de projeto tão gigantesco, Tosi Colombina respondia que nas Índias de Espanha já existiam caminhos como este que interligavam regiões muito mais distantes.[16]

Em 1773, o então governador de Goiás, Vasconcelos de Soveral e Carvalho, enviou expedição através do rio Tocantins até a cidade de Belém, a fim de conhecer sua capacidade de navegação e explorar passagens alternativas aos caminhos tradicionais.[17] Tempos depois, acatando decisão de Lisboa, que estimulava a navegação regular no rio Tocantins, chegava a Vila Boa, em 1782, uma expedição enviada pelo governo do Pará. Nove anos depois, o governador Tristão da Cunha Meneses organiza uma expedição sob o comando do capitão Tomaz de Souza Vila Real, que desce o rio Araguaia, através do rio do Peixe, partindo do arraial de Santa Rita até Belém do Pará. Na sequência, em 1804, o governador João

[11] AHG. Cartas à Corte, 1771, fl. 1.
[12] Ver as descrições do austríaco Emmanuel Pohl em POHL, Johann E. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1951. v. 1.
[13] PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822*: estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: PUC Goiás, 2001. p. 136.
[14] Ver, por exemplo, o roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa desde a derrota do rio São Francisco, através do rio Urucuya, até as minas de Goiás, escrito em 1734, ou a descrição da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará, de 1735. Respectivamente, AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 1, D. 8 e AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 1, D. 12.
[15] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 6, D. 457.
[16] PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás*, op. cit. p. 138.
[17] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 27, D. 1752.

Manoel de Meneses chega a Goiás através do porto de Santa Rita, dirigindo-se à Vila Boa, de onde escreve a Rodrigo de Sousa Coutinho, então secretário da Marinha e Ultramar, enviando uma descrição do roteiro da cidade do Pará até o porto de Santa Rita.[18]

Desta forma, o argumento da distância instigava discursos e projetos, estimulando a criatividade para a solução dos problemas. Quando, em 1749, o ouvidor-geral de Goiás, Agostinho Luís Ribeiro Vieira, relatava ao rei de Portugal as dificuldades de se remeter criminosos para os degredos, "devido às grandes distâncias entre a dita capitania e os portos do mar", apresentava uma alternativa ao problema: propunha que se praticasse em Goiás o que se costumava fazer em Vila Rica de Ouro Preto, conduzindo os criminosos sob a responsabilidade dos mesmos cabos que faziam a escolta do quinto recolhido na capitania.[19] No mesmo sentido, o então superintendente-geral das minas, Gregório Dias da Silva, solicita, ainda em 1735, a ampliação de sua jurisdição para conhecer os "agravos da Coroa", equiparando-a à dos ouvidores das comarcas. Dias da Silva fundamenta sua argumentação na grande distância que separa as minas de Goiás da "Rellação do Estado", na Bahia. Seu argumento é acolhido pelo Conselho Ultramarino, levando o monarca a autorizar a ampliação de sua jurisdição.[20]

A criatividade ante os obstáculos interpostos pela distância favorecia a instalação de órgãos de controle coloniais, como é o caso da criação da própria capitania. Ainda em 1736, quando o rei João V decidiu ordenar a criação da primeira vila em Goiás, aventou a possibilidade da instalação de uma capitania autônoma. Em setembro de 1739, o governador Luís de Mascarenhas, em resposta à provisão real de 1736, escrevia ao rei de Portugal sobre a necessidade de Goiás ter seu próprio governo, devido à "grande distância" entre São Paulo e as minas de Goiás.[21]

Contudo, além das distâncias entre Goiás, Lisboa e os portos atlânticos da América, uma terceira dimensão na geopolítica do império condicionava as estratégias associadas aos projetos de Lisboa: os espaços interiores das minas. No limite, o alcance das circunscrições das diversas instituições da monarquia, as fronteiras entre os diversos poderes e a implantação dos mecanismos de administração e justiça estavam ancorados numa forma de governar indissociável das imposições ditadas pelas distâncias.

Apenas a título de exemplo, vale a pena observar a impressão deixada pelo secretário de governo, Ângelo dos Santos Cardoso, quando descreve, em 1755, a evolução territorial de Goiás, comparando sua extensão com os territórios dos reinos de Portugal e Castela.

> (...) e no decurso dos annos que se seguirão, diz ele, se foy estendendo o descobrimento da Comarca; e formando-se arrayaes, onde achavão minas com conveniencia, e se vê hoje tão dilatada, ainda que com os limites incertos, que comprehende muito mais extenção de Paiz, do que na Europa os dois Reinos de Portugal e Castela; pois a sua latitude em calculo mais provavel, excede o de trezentas legoas, e de longitude mais de duzentas, isso se entende em linha recta, pela estimativa dos grãos.[22]

Seguindo esta tendência, marcada pelo sentimento e pelos efeitos das distâncias, o superintendente-geral, Agostinho Pacheco Telles, demonstra, em 1738, a necessidade da implantação de Julgados[23] nas minas de Goiás, alegando que seus habitantes careciam da aplicação adequada da justiça, devido

[18] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 41, D. 2518.
[19] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 5, D. 424.
[20] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 1, D. 38.
[21] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 1, D. 68.
[22] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 12, D. 740.
[23] Os julgados são constituídos por territórios sob a jurisdição de um único juiz ordinário de primeira instância, com autonomia judiciária parcial e sem autonomia administrativa. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villles de l'or*. Pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 202-203.

à "distancia" que ficam umas "povoações das outras", sendo preciso "andar trezentas legoas por caminhos dezertos" para atender toda a região.[24]

Na mesma direção, o governador de São Paulo, Luis de Mascarenhas, informava ao monarca, em setembro de 1739, sobre a importância das minas recém-descobertas de São Luís (Natividade) e no rio Manuel Álvares e a necessidade de se criar uma nova Intendência nas proximidades dos descobertos situados na região norte, devido à "grande distância" entre aquelas minas e a Intendência situada em Vila Boa.[25]

Ao primeiro governador de Goiás não passou despercebida a relação entre o argumento da distância e os avanços institucionais dos projetos de Lisboa. Em ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Marcos de Noronha instrui a Coroa acerca da necessidade de se estabelecerem não apenas uma, mas duas Casas de Fundição, devido aos rios caudalosos, os índios inimigos, a manutenção do comércio com a Bahia e a grande extensão da capitania.[26] De olho no "perigo" do contrabando, a Coroa cria a primeira Casa de Fundição em 1752, em Vila Boa e, dois anos depois, uma Intendência e uma segunda Casa de Fundição no arraial de São Félix.[27]

Mesmo com as duas Casas de Fundição em funcionamento, em 1766, o ouvidor-geral de Goiás, Antônio José de Araújo e Sousa, insistia acerca da necessidade de se repartir a capitania em duas comarcas, propondo como marco divisório o rio Maranhão. Na lista de seus argumentos constavam as dificuldades para a aplicação da justiça e a fundição do ouro, a distância de Vila Boa ao Rio de Janeiro e Bahia e a grande extensão da capitania de Goiás.[28] Uma segunda comarca, denominada São João das Duas Barras, foi criada no norte da capitania, mas apenas na primeira década do século XIX.[29]

Esta sensação associada às distâncias atravessou o século XVIII, incorporando-se nos discursos das autoridades coloniais. Em 1780, o governador Luís da Cunha Meneses informava à rainha, Maria I, sobre as grandes dificuldades vividas pelos habitantes de Goiás.[30] Antes de discorrer sobre os inúmeros problemas existentes, acusou, dentre as prioridades que estabelecia para o bom andamento dos projetos de Lisboa, a grande extensão da capitania e sua natureza inóspita como primeiro fator em sua lista de incômodos.[31]

Findo o século XVIII, o governador Francisco de Assis Mascarenhas escreve ao príncipe regente anunciando as vantagens das relações comerciais com o Pará e os grandes recursos existentes na capitania de Goiás. Ressalta a importância do açúcar que poderia fazer frente às exportações para Lisboa, destaca a produção do algodão, que considera o melhor da América, e indica alternativas que poderiam incrementar o comércio local. Contudo, quando se refere ao estado geral da capitania, tendo em mente, provavelmente, o declínio da economia centrada na produção do ouro, associa a "decadência de Goiás" à extensão do território e à falta de pessoas para administrá-la.[32] Assim, entrado o século XIX, os discursos associados às distâncias tinham ainda muito vigor para justificar as dificuldades encontradas pelo projeto colonial nas minas de Goiás.

Por outro lado, se a extensão da capitania e as distâncias entre os arraiais eram percebidas como obstáculos que deveriam ser transpostos, serviam também para nutrir uma perspectiva diferente acerca

[24] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 3, D. 225.
[25] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 1, D. 66.
[26] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 6, D. 475.
[27] SILVA E SOUZA, Luis Antônio da. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. In: TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: UFG, 1988. p. 71-139, p. 112.
[28] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 21, D. 1332.
[29] SILVA E SOUZA, Luis Antônio da. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz, op. cit. p. 103.
[30] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 32, D. 1999.
[31] Ibidem.
[32] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 51, D. 2865.

do império português. Lembramos, ainda uma vez, o secretário de governo Santos Cardoso. Logo após comparar a extensão da capitania aos territórios de Portugal e Castela, afirma que Goiás é um florão de ouro que pertence ao monarca português. Em seguida, numa viagem pelo tempo, lembra a época em que, quando criança, folheava as histórias de Portugal que contavam as glórias da expansão portuguesa, o mais "dilatado e florente patrimônio", "que Deus deo aos nossos monarcas portugueses na Ázia e na África", "que nunca concedeo a soberano algum do universo". Nem mesmo "a antiga soberba imperial de Roma", diz ele, chegou a conhecer, por maior "que fosse o seu poder, o que possuiram os portuguezes naquelas duas partes do mundo".[33]

A descrição das riquezas e da extensão territorial da capitania de Goiás remete as reflexões de Santos Cardoso à dimensão excepcional do império português construído na Ásia e na África, "reduzido", segundo ele, "à indigência". O que teria diminuído a "grandeza de tanto império", indaga o secretário, "senão os pecados dos vassalos e a dezordem dos ministros"? A tonalidade da comparação presente em suas ponderações revela o temor de que o mesmo destino se reproduza nas dilatadas extensões dos territórios da América: "Ah", exclama o secretário, "como temo que o mesmo venha a succeder deste [território] Americano, que em suplemento dos outros quazi extintos, Deus sempre atento com os portugueses, ultimamente lhe permitio".[34]

Este salto na interpretação sobre momentos distintos na história do império guarda uma relação direta com o sentimento de distância vivenciado por Santos Cardoso. Neste caso, a distância é sentida como "um conceito espacial que informa e influencia constantemente a análise e a interpretação do mundo": metáfora, fronteira, forma de medir o espaço, que proporciona afastamento ou aproximação.[35] Nestes termos, conforme o posicionamento de quem olha, a distância filtra as percepções da realidade através de um leque de enganos, ilusões e sobreposições,[36] que inclui, por outro lado, medos, incertezas e prognósticos futuros. Por esta via, a noção de distância permite penetrar nos meandros dos pensamentos de Santos Cardoso. Do alheamento ou isolamento, enquanto condição provocada pela distância, fazem parte a solidão e o medo. Assim, "o olhar vira-se normalmente para o passado. A distância marca a geografia do espaço perdido, o espaço da infância (...)".[37] Neste contexto, a distância "obriga a subjetividade à elaboração dum discurso de oposição", "permite uma nova percepção crítica, imanente, conflitual, tanto das circunstâncias presentes quanto do contexto de origem".[38]

Ora, o que inspira no secretário de governo comparações tão amplas e, até mesmo, desproporcionais, senão a sensação que lhe provocam as distâncias que moldam a vida dos habitantes de Goiás? Provavelmente, sentado em sua cadeira, nalgum lugar de Vila Boa, sua posição no tempo e no espaço lhe permitia ver à distância a "indigência" em que se encontrava o império oriental. Porém, visto de perto, após seis anos residindo no "remotíssimo coração destes sertões", era a necessidade de preservação, provocada por uma percepção crítica do império, que falava mais alto: impunha-se a necessidade de conservar os domínios de Sua Majestade nos distantes sertões da América.

Assim, a distância imprime um ritmo específico e sedimenta a natureza dos projetos de Lisboa em Goiás, tanto no seu aspecto objetivo (refiro-me aqui às práticas governativas implementadas pela

[33] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 12, D. 740.
[34] Ibidem.
[35] FRANCAVILLA, Roberto. O império visto de longe. A desconstrução do discurso colonial em "Os cus de Judas" de Antônio Lobo Antunes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LITERATURA COMPARADA, IV, 2001, Universidade de Évora. *Atas do CIAPLC, Relações intraliterárias, contextos culturais e estudos pós-coloniais*. Évora: 2001. Disponível em: <www.eventos.uevora.pt/comparada/volume1.htm>. Acesso em: 26 jan. 2011.
[36] Ibidem.
[37] Ibidem.
[38] Ibidem.

Coroa), quanto no âmbito subjetivo das reflexões levadas a cabo pelos colaboradores do rei de Portugal. Se os efeitos do alheamento parecem fragilizar os sentimentos e as consciências dos protagonistas em Goiás, impelidos pela busca do ouro, transformam os obstáculos em vetores de suas estratégias, como se os projetos de Lisboa fossem nutridos pela experiência da distância. Como o plasma que envolve o ambiente da sociedade mineradora em suas conexões com as cidades-portos da América e do reino de Portugal, a distância deve ser conquistada, controlada e, finalmente, vencida.

Intervalos de espera: entre as decisões do rei e o tempo vivido em Goiás

Medida de espaço e de tempo, a distância, somada às condições e às limitações técnicas da época, contribuía em muito para definir o ritmo das comunicações. Neste aspecto, apesar da existência de um verdadeiro sistema de comunicação entre Lisboa e Vila Boa, com intenso tráfego de correspondências oficiais, de forte efeito político e administrativo, não era raro que as autoridades coloniais reclamassem da falta de notícias da Corte.

Por exemplo, em 25 de junho de 1767, Joaquim Pedro de Campos, escrivão da Intendência da Casa de Fundição de Vila Boa, escreve a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta dos assuntos pertinentes ao governo das minas e à situação política e econômica de Goiás. No preâmbulo da carta, reclama da falta de notícias da Corte e deixa entrever certa ansiedade gerada pela espera de correspondências provenientes de Lisboa. "A grande demora que tem havido de nau do Reino", diz ele, "nos constitui mais dezejosos de sabermos notícias da corte". Envolto pelo manto da distância, complementa: "pois esta é a única conçolação que experimenta quem vive em tão remotas regioens".[39]

Na mesma semana, uma carta do governador João Manoel de Melo ao mesmo secretário de Estado da Marinha e Ultramar confirma que a ausência prolongada de informações vindas de Portugal é motivo de inquietações nas autoridades coloniais. Logo na primeira frase de sua missiva o governador apressa-se em notar a falta de correspondências vindas de Lisboa: "Há mais de seis meses que nos faltam noticias dessa Corte".[40] Contudo, para alegria de Manoel de Melo, uma nau de guerra que aportou no Rio de Janeiro trazia uma carta de Mendonça Furtado atualizando-o sobre os acontecimentos do Reino. "Unico alívio", reclama, para quem experimenta "tão dilatada ausência."[41] Anos depois, em 1776, o governador Soveral e Carvalho queixava-se ao marquês de Pombal sobre a falta de correspondências vindas da Corte, revelando muita insatisfação e apontando como causa para a demora das cartas o descuido dos oficiais responsáveis pelo seu envio.[42]

Descuidos à parte, cartas pessoais e documentos oficiais tinham sempre um longo caminho a percorrer. De Lisboa a Vila Boa, se a tecnologia empregada nos meios de transportes disponíveis à época tornava lentos e inseguros os sistemas de comunicação, as distâncias implacáveis funcionavam como obstáculos que condicionavam ainda mais o ritmo das informações em ambos os lados do Atlântico. As correspondências administrativas de Lisboa para Vila Boa e vice-versa, considerando o tempo adequado às correntes marítimas do Atlântico, bem como ao clima e às monções no continente americano, levavam, na melhor das hipóteses, três meses para atingir seus destinos. Se considerarmos o tempo de envio de uma correspondência e o retorno da respectiva resposta, temos, no mínimo, seis meses, na melhor das condições imaginadas, entre, por exemplo, um pleito e seu resultado final. Isso se não computarmos o tempo necessário para análises e pareceres, caso se trate de um procedimento administrativo

[39] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 23, D. 1457.
[40] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 23, D. 1459.
[41] Ibidem.
[42] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 28, D. 1841.

ou judicial que envolva uma decisão do rei de Portugal. Neste caso, a tramitação entre os conselheiros do rei e o Paço Real podia demandar alguns meses, de forma que não era raro que a resposta a uma demanda demorasse mais de um ano para chegar a Vila Boa. "Durante este tempo", como lembra Laurent Vidal, "a vida se instala numa espécie de 'entre-dois' onde cada protagonista deve fazer face à incerteza, à espera de uma decisão distante, tanto desejada quanto temida".[43]

Assim, as grandes distâncias geográficas acabam por definir o ritmo das decisões que embalam os projetos de Lisboa: a gestão do governo colonial se estabelece nas minas de Goiás a partir de intermináveis intervalos de espera. São dias, semanas, meses e, eventualmente, anos que se devem esperar por uma autorização, uma confirmação, uma notícia, uma informação. Noutras palavras, em Goiás a vida é entrecortada por um permanente tempo de espera.

Portanto, nos espaços de cruzamento entre o ritmo dos projetos da Coroa e a cadência do tempo presente na sociedade mineradora – plasma e lugar da experiência vivida nas minas de Goiás — um tempo muito particular condiciona a natureza das relações coloniais: a temporalidade da espera. Assim, o entendimento proposto a partir dos momentos de espera nos convida a um empreendimento pontual: penetrar nos interstícios, nas frestas e nas fissuras dos diferentes tempos e ritmos da história, que se desdobram a partir de situações inesperadas, marcadas pela incerteza. Por este caminho, nos intervalos entre as decisões que condicionam o mundo social e político de Goiás, se instalam longos momentos de espera. Assim, a temporalidade da espera cimenta a construção das relações de força e poder, como amálgama que reordena os interesses de Lisboa, adaptando-os às condições locais.

A consciência desta temporalidade específica da espera tem implicações mais amplas para a historiografia de Goiás. Em primeiro lugar, períodos prolongados de espera, associados às incertezas dos acontecimentos, às limitações técnicas da época, aos efeitos da distância e ao caráter violento e instável das relações coloniais, induzem ao rompimento com a imagem de uma sociedade submetida e governada exclusivamente por normas exteriores, ditadas por Lisboa. Em segundo lugar — e ao mesmo tempo —, leva a uma ruptura com uma leitura da história colonial de Goiás que reduz as possibilidades dos protagonistas locais à simples expressão de uma adesão ou recusa às normas impostas pela Coroa. Isso porque os constrangimentos e os limites impostos à capacidade de escolha dos indivíduos não são dados ou controlados mecanicamente, já que são essencialmente inscritos nas relações de força que mantêm entre si. Situam-se, portanto, "no interior" de uma "rede de obrigações, de esperas, de reciprocidades que caracterizam a vida social".[44]

Além disso, os intervalos de espera, espaços intersticiais e transitórios, momentos de incerteza eventualmente sacudidos pela força de eventos não anunciados que surpreendem a vida quotidiana e alteram o ritmo dos acontecimentos, não constituem, necessariamente, tempos de imobilidade. Podem também ser revestidos de grande mobilidade, aflorando à superfície da história como momentos de precipitação.[45] Assim, a temporalidade da espera, em função da ação criativa e oportuna dos atores — que rompem, eventualmente, com as normas ditadas por Lisboa —, aparece como uma barreira à aplicação mecânica das intenções e vontades da Coroa. Deste modo, nos convida a lançar outro olhar sobre as práticas sociais e as relações de força e poder nas minas de Goiás. Um convite para observarmos — atentos à multiplicidade dos tempos e dos ritmos sociais — os núcleos urbanos, os centros de mineração e as

[43] VIDAL, Laurent. Sous le masque du colonial — Naissances et "décadence" d'une vila dans le Brésil moderne: Vila Boa de Goiás au XVIIIe siècle. *Annales Histoire, Sciences Sociales*, Paris, n. 3, p. 577-606, mai/juin 2007. p. 578. (Tradução do autor).

[44] CERUTTI, Simona. Processus et expérience: individus, groupes et identités à Turin, au XVIIe siècle. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jeux d'échelles*: la micro-analyse à l'expérience. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1996. p. 175. (Tradução do autor).

[45] VIDAL, Laurent. *Mazagão: la ville que traversa l'Atlantique* — du Maroc à l'Amazonie (1769-1783). Paris: Flammarion, 2005. p. 254.

relações de força que lhes correspondem como espaços e circuitos de espera. Como nos exorta Laurent Vidal, a propósito de uma sociologia da espera nos espaços urbanos coloniais, "Observar a cidade como um espaço de espera" incita o observador "a ler de outras formas suas potencialidades, a repensar suas centralidades, a redefinir o desejo de cidade".[46]

Assim, os gestos que dão forma à sociedade e às relações de força e poder em Goiás configuram uma espécie de "cenografia da espera".[47] Dito de outra forma, os cenários dos episódios que envolvem a intrincada rede de interesses e relacionamentos entre os protagonistas políticos em Goiás são amalgamados por intervalos consideráveis de espera, definidos pela perspectiva e pela cadência das demandas locais e respectivas respostas elaboradas em Lisboa. Na prática, o curso ordinário dos acontecimentos impunha ao ritmo das ações da Coroa longos momentos de espera: no interior distante dos sertões, intervalos de tempo descontínuos se interpõem entre as decisões tomadas em Lisboa e sua aplicação imediata. Deste modo, a espera é reconhecida e sentida pelos atores e protagonistas como fatalidade que condiciona o ritmo da própria existência, que define e/ou redefine a intensidade das relações nas minas de Goiás.

Não raro, as expectativas da Coroa, tanto quanto dos protagonistas locais, são entrecortadas pela apreensão e indefinição nos contextos e ambientes de espera. Na dissonância entre o ritmo das decisões da Coroa e a cadência dos acontecimentos no tempo vivido da sociedade mineradora, a temporalidade da espera mergulha os homens numa duração intermediária, num *entre-deux*, que condiciona suas experiências. Os momentos e intervalos de espera pelas decisões do rei de Portugal dão forma e conteúdo às palavras de Roland Barthes, colocando em suspensão os cenários e a vida dos súditos no coração da América portuguesa: a prerrogativa de todo poder é fazer esperar.[48]

A espera como estratégia e ação: a morte de João Manoel de Melo e o governo provisório de 1770

Todavia, somados às expectativas geradas pelas situações de espera, acontecimentos não anunciados provocam rachaduras no tecido social, produzindo espaços vazios de poder e ocasiões que rompem o curso natural dos acontecimentos. A morte, por exemplo, surpreende os homens e altera o funcionamento normal das instituições, constituindo momentos de precipitação que antecipam estratégias imprevisíveis, induzindo a mutações e inversões nas relações de força e poder. São períodos de espera que propiciam iniciativas incomuns na mecânica das lutas e no jogo singular da dominação colonial.

Em Goiás, o desaparecimento súbito do governador João Manoel de Melo, governador entre 1759 e 1770, provoca uma interrupção no curso ordinário dos acontecimentos. Introduzindo um estado de exceção à normalidade política, sua morte dá lugar à constituição de um governo provisório, capitaneado pelo Senado da Câmara.

Por suas especificidades, a descrição do caso da morte de João Manoel de Melo desnuda a experiência dos protagonistas em Goiás num momento de exceção. Período de ruptura momentânea com as normas, que caracteriza um caso singular, revelando a consciência dos atores num momento intermediário, de transição. Assim, o lapso de tempo entre a morte de Manoel de Melo, a nomeação e a chegada de um substituto, constituía a ocasião para uma ação contundente que conduziria ao cargo de maior importância da capitania os grupos políticos locais. Enquanto esperavam por uma decisão do monarca, conscientes do intervalo de tempo do qual dispunham, moviam-se por entre as brechas, nos espaços

[46] Ibidem, p. 255. (Tradução do autor).
[47] BARTHES, Roland. *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Seuil, 1977. p. 47. (Tradução do autor).
[48] Ibidem, p. 50.

intermediários da espera, preenchendo o vazio de poder deixado pela morte do principal representante da Coroa.

Acometido de uma apoplexia,[49] a morte do capitão-general João Manoel de Melo teria deixado, nas palavras de Pereira de Alencastre, a administração em acelafia.[50] Ato contínuo, no dia seguinte às exéquias do governador, foram convocados à sede do Senado da Câmara "todos os homens bons da governança, oficiais militares pagos, auxiliares, e da ordenança". Até que o rei de Portugal fosse informado e tomasse as providências cabíveis, tinham por objetivo a adoção urgente de estratégias que evitassem uma interrupção abrupta na administração da capitania.[51] Reunidos o ouvidor de Goiás, dois juízes ordinários, quatro vereadores, o procurador do Senado da Câmara e outras autoridades constituídas em Vila Boa, num total de 46 pessoas, elegeram uma junta provisória de governo. Como consta no Auto de Posse dos eleitos, foram aclamados para o cargo de governador o ex-juiz de fora da cidade de Salvador e então ouvidor-geral e corregedor da comarca, Antônio José Cabral de Almeida,[52] o sargento-mor da cavalaria auxiliar paga, Antônio Thomas da Costa, e o capitão da Companhia de Dragões, Damião José de Sá Pereira.[53]

Empossados os membros do governo provisório, no dia 15 de março de 1770, os oficiais da Câmara escreviam ao rei José I avisando-o do falecimento do governador e informando a respeito das medidas adotadas para a eleição da junta provisória. Em anexo, enviam cópia da ata da eleição e do Auto de Posse dos eleitos, registrados no Livro das Vereanças do Senado da Câmara.[54] Na carta, reconhecem a importância do cargo de governador, "lugar-tenente de Vossa Magestade neste país", e justificam a urgência da indicação dos governadores interinos. Ao final da missiva, afirmam acreditar que a iniciativa do Senado da Câmara de Vila Boa tenha sido do agrado do rei de Portugal.

Por sua vez, no dia 16 de março, são os próprios integrantes do governo provisório que comunicam ao monarca acerca da eleição, solicitando informações quanto às medidas necessárias para o provimento do cargo de governador. Além disso, afirmam ter assumido o governo de Goiás "em nome de Vossa Magestade", com a única intenção de preservar a tranquilidade e a "felicidade" "dos povos". Reafirmam, ainda, que a finalidade da iniciativa seria a de servir exclusivamente aos interesses do monarca, evitando qualquer tipo de alteração na capitania, contribuindo para que os vassalos do rei continuassem a dispensar a tão necessária obediência à Coroa.[55]

Além de informar ao rei, relatam os mesmos acontecimentos ao secretário dos Negócios Estrangeiros[56] e ao secretário da Marinha e Ultramar,[57] solicitando providências por parte de Lisboa. Entre os dias 16 e 23 de março, várias correspondências foram remetidas de Vila Boa para Lisboa, dando conta dos mesmos acontecimentos.[58] Embora não tenha sido possível identificar as respostas emitidas

[49] Afecção cerebral (derrame sanguíneo ou seroso) acompanhada de privação dos sentidos e dos movimentos. No caso de João Manoel de Melo, o ataque que o acometeu foi fulminante. Tendo sentido os primeiros sintomas por volta das oito horas e trinta minutos, faleceu às três horas e meia da tarde do dia 13 de março de 1770. AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1586 e AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1587.
[50] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás (1863)*. Goiânia: Governo de Goiás, 1979. p. 170.
[51] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1587.
[52] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1620.
[53] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1585.
[54] Ibidem.
[55] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1587.
[56] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1588.
[57] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1589.
[58] Do ouvidor-geral ao secretário dos Negócios Estrangeiros (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1590) e ao secretário da Marinha e Ultramar (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1591); do secretário do governo da capitania de Goiás ao secretário da Marinha e Ultramar (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1592); do sargento-mor do Regimento da Cavalaria Auxiliar ao secretário de Negócios Estrangeiros (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1593) e ao secretário da Marinha e Ultramar (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1594); do escrivão da Intendência e Casa de Fundição ao

por Lisboa, um ofício da Junta Provisória dirigido a Luís de Almeida, segundo marquês de Lavradio e vice-rei do Estado do Brasil, obteve resposta incisiva e contundente.

Indicando o recebimento da carta dos governadores interinos, o vice-rei do Brasil acusava-os, em carta-resposta de maio de 1770,[59] de não terem pedido sua aprovação, qualificando de arbitrária e intempestiva a eleição da Junta Provisória. Para fazê-lo, afirma Luís de Almeida, seriam necessárias ordens do próprio rei de Portugal. Portanto, seu julgamento sobre o governo provisório é peremptório: deveria ser objeto de severa repreensão, de nenhum efeito e validade. De acordo com Luís de Almeida, as autoridades de Vila Boa deveriam ter esperado por uma resolução do monarca, permanecendo nos limites conferidos por suas próprias jurisdições. Ante tais circunstâncias, nomeou imediatamente um governador interino (Antônio Carlos Furtado de Mendonça) e determinou que a capitania ficasse sem governo até sua chegada a Vila Boa. Ordenou, sobretudo, que os integrantes da Junta Provisória – eleitos de forma inconveniente e inadequada — se abstivessem de exercer as funções destinadas somente aos governadores.

Contudo, as repreensões provenientes do Rio de Janeiro não ficaram sem resposta. O ouvidor-geral e membro do governo provisório, Antônio José Cabral de Almeida, em ofício dirigido ao secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, justifica os motivos de sua participação e argumenta acerca do fato de ter o vice-rei estranhado a formação da Junta Governativa em Goiás.[60]

Instrumentalizando sua argumentação, o ouvidor-geral alega que a ausência do governador poderia provocar uma paralisia administrativa, já que muitas de suas responsabilidades cotidianas, próprias e privativas do cargo, seriam retardadas, prejudicando os interesses do monarca na capitania. Relacionando de forma lógica uma série de motivos e demonstrando preocupação quanto aos negócios régios nas minas de Goiás, seu discurso visava, sobretudo, atenuar eventuais medidas punitivas por parte da Coroa.

Em primeiro lugar, Cabral de Almeida afirma que sendo a inspeção da Real Fazenda e das Casas das Intendências de responsabilidade do governador, ninguém mais poderia inspecioná-las, o que traria grande prejuízo aos cofres da Coroa. Em função da falta de portarias emitidas pelo governador, o funcionamento dos Registros também ficaria comprometido, paralisando as transações comerciais. Mais grave ainda, a remessa anual do quinto ficaria adiada para o próximo ano em função do início da estação chuvosa. Além disso, cada uma das Casas de Fundição (a de Vila Boa e a de São Félix) possuía quatro fiscais, eleitos pelo Senado da Câmara e aprovados pelo ouvidor, mas providos nos seus cargos, a cada três meses, pelo governador. Como os fiscais antigos tinham seu tempo de serviço limitado pelo respectivo Regimento, sem o provimento do governador os novos fiscais não poderiam ser empossados nas Casas de Fundição.

Advertia ainda que, exatamente no dia da eleição da Junta de Governo, chegaram os quintos da Casa de Fundição de São Félix, bem como a remessa de relação dos mapas que, somados aos de Vila Boa, não haveria quem os conferisse, nem tampouco se poderia remetê-los ao Rio de Janeiro, sem a anuência do governador. Além do mais, o ouvidor Cabral de Almeida fez questão de lembrar que — ainda "semivivo o governador" — existiam pesadas discórdias entre o capitão da companhia dos Dragões, Damião José de Sá Pereira, e o sargento-mor de Auxiliares, arrogando para si o governo da capitania. Neste aspecto, a eleição dos governadores provisórios teria funcionado como o melhor meio encontrado para pacificar os ânimos. Além disso, como o comando militar da capitania estava submetido à autoridade exclusiva do governador e capitão-general, alguns problemas urgentes envolvendo as forças militares (em luta permanente contra os índios caiapós) colocavam em risco a segurança da população dos arredores de Vila Boa.

secretário da Marinha e Ultramar (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1596); do administrador da casa do governo de Goiás ao secretário da Marinha e Ultramar (AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1597).

[59] Carta publicada na íntegra em ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás (1863)*, op. cit. p. 171.

[60] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1605.

Em resumo, a eleição do governo provisório teria o mérito de evitar inúmeros inconvenientes, funcionando, nas palavras do ouvidor, como um "interino remédio". Desta forma, unidos em benefício dos interesses de Lisboa, poderiam fazer "o que a cada hum em particular não podia competir". Além do mais, na opinião do ouvidor-geral, "não se tratou de hum governo absoluto", mas, ao contrário, de uma Junta Provisória que pudesse suprir algumas deficiências tocantes à administração da capitania.[61]

Ainda de acordo com o ouvidor, os três membros eleitos teriam participado do governo provisório movidos, exclusivamente, pelo senso de responsabilidade. Nestas circunstâncias, uma atitude passiva poderia pôr em xeque não apenas o quotidiano dos habitantes, mas, sobretudo, os soberanos interesses de Lisboa. Estavam em jogo, portanto, a situação econômica e militar da capitania, a segurança da população e a manutenção da ordem política, que ameaçava, inclusive, a estabilidade e o equilíbrio dos poderes locais. Enquanto vassalos comprometidos com o projeto de Lisboa não poderiam faltar no cumprimento do dever para com o rei de Portugal, pois, "suposto falecesse o governador não falecia governo".[62]

Finalmente, defendendo-se das acusações do vice-rei do Brasil, Cabral de Almeida afirma com todas as letras que, ainda que digam que o método utilizado não tenha sido o mais adequado, não houve malícia em seus propósitos. Diante disso, confiava que seria poupado dos castigos que porventura houvessem contra as pessoas que participaram do arranjo orquestrado para a sucessão do governador João Manoel de Melo.

De sua parte, as determinações do vice-rei — que em tese seria a autoridade suprema na colônia — apontam, na prática, para o exercício de uma supremacia limitada. Mesmo assim, as ordens emanadas de sua carta foram objeto de grande desconforto. De acordo com Pereira de Alencastre, "A íntegra desta carta produziu em Vila Boa sério descontentamento". Parecia incompreensível ignorar o vazio no governo de uma "capitania tão remota". Segundo ele, a severa repreensão do vice-rei contra a eleição do "triunvirato" causou uma impressão muito desagradável, já que o "fato que sucedia em Goiás não era novo no Estado do Brasil; já se tinha dado em Pernambuco e Bahia".[63]

O governador interino, Furtado de Mendonça, assume o governo de Goiás no dia 17 de agosto de 1770 e desarticula, imediatamente, a Junta Provisória.[64] Dissolvido o governo provisório, o novo governador tenta restabelecer o curso normal da vida administrativa na capitania, mas se depara com a resistência do capitão da Companhia dos Dragões, Sá Pereira, que, além de ridicularizar as determinações do vice-rei, tentou resistir às ordens expedidas pelo governador. De pronto, Furtado de Mendonça abre um "sumário de averiguações" contra o capitão dos Dragões, determinando sua prisão.[65] Sua história pregressa, recheada pelas descrições de algumas testemunhas elencadas nos autos, garantiu a Sá Pereira a imagem de um homem insolente e dado a violências, permitindo ao governador interino desqualificar suas atitudes e pondo fim ao caso.

Menos de um mês após a chegada de Furtado de Mendonça, um decreto do monarca nomeava José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho para o cargo de governador de Goiás.[66] Mesmo assim, o governador interino permaneceu em Goiás até agosto de 1772.[67] Além da prisão do capitão da Companhia dos Dragões, não houve nenhuma condenação por parte da Coroa contra os envolvidos na eleição da Junta de Governo de 1770.[68]

---

[61] Ibidem.
[62] Ibidem.
[63] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás (1863)*, op. cit. p. 171.
[64] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1613.
[65] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1631.
[66] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1616.
[67] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 26, D. 1683.
[68] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás (1863)*, op. cit. p. 172.

A natureza excepcional do acontecimento: a temporalidade da espera como matéria da vida social no tempo presente

Nesta narrativa, os efeitos das distâncias entre Vila Boa, o Rio de Janeiro e Lisboa aparecem como elementos específicos, que tingem de forma peculiar o quadro dos acontecimentos em Goiás. As "distâncias de tempo" abrem fissuras nas quais os grupos políticos encontram ocasiões "para garimpar alguns inesperados benefícios". Desde logo, é "necessário entender a distância enquanto relação social".[69] Neste aspecto, o tempo social, político e administrativo em Vila Boa dependia do ritmo das providências tomadas ora na capital do vice-reino, ora na capital do império. Além disso, uma rede burocrática de funcionamento lento e confuso estimulava o improviso, criando um clima favorável às decisões marcadas pelo imediatismo. Assim, conscientes das restrições inerentes às suas atribuições, membros da elite de Vila Boa arriscaram-se num arrojado jogo de forças, ocupando o "lugar-tenente" do rei no governo da capitania.

A partir das possibilidades oferecidas por um estudo de caso,[70] a narrativa destes acontecimentos parece-nos pertinente para elucidar a experiência dos atores no interior de um evento que, noutras circunstâncias, teria assumido os contornos de uma longa espera nas minas de Goiás. Em primeiro lugar, é preciso considerar os efeitos imediatos da morte do governador. A sequência de atos improvisados, associados à possibilidade de interrupção do funcionamento habitual dos mecanismos de governo, induz a uma ruptura nas relações quotidianas de poder, cujos espaços institucionais são redefinidos transitoriamente, a partir da ação criativa dos atores e protagonistas em Goiás. Neste sentido, e em segundo lugar, a morte inesperada do governador instaura as condições adequadas para o desdobramento de condutas e atitudes que têm a pretensão de definir noutros termos a relação entre a norma e a exceção. Desta forma, o governo provisório de 1770 põe em questão a prática adotada em todo o império no que diz respeito à substituição dos governadores, em caso de ausência repentina, até então assentada na autoridade exclusiva dos vice-reis. O procedimento adotado em Goiás seguiu um ritual que os costumes tinham tornado método comum, praticado, inclusive, noutras capitanias da América, notadamente na Bahia e no Rio de Janeiro.[71] Como alega em carta ao rei José I, o Senado da Câmara procedeu à nomeação da Junta de Governo por não ter sido possível encontrar "entre os papéis" do espólio do governador morto as regras ou "as vias de sucessão para o governo".[72]

De fato, a inexistência de uma legislação específica para o caso funcionou como brecha legal e revestiu de legitimidade as decisões tomadas em Vila Boa de Goiás. Contudo, casos como estes geravam uma situação incômoda para a Coroa, quase sempre insatisfeita com as rupturas provocadas nas hierarquias estabelecidas na administração colonial.[73] Assim, somada a outros episódios, a morte de João Manoel de Melo acabou precipitando uma iniciativa inovadora da Coroa, nutrida por uma reflexão amadure-

[69] Segundo a reflexão proposta por Laurent Vidal, muito cara às intuições que inspiram este artigo, as *distâncias de tempo* (tema clássico na filosofia) criam tempos de espera, noção fundamental para se entender a importância da duração nos deslocamentos humanos. VIDAL, Laurent. *Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil — colônia*: alguns desafios metodológicos. (Texto inédito).

[70] PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques. *Penser par cas*. Paris: EHESS, 2005.

[71] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1585.

[72] Ibidem.

[73] Ausências repentinas de governadores não foram raras nas várias regiões do império, o que proporcionava oportunidades para a composição de governos provisórios nem sempre aprovados por Lisboa. Um exemplo extremo de domínio das elites locais através de governos interinos é o de São Thomé do Príncipe onde, durante dois séculos, as elites da ilha responderam pelo governo local em dez oportunidades. BRILHANTE, Neuma. Nas franjas do império ultramarino português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 71-97, 2009.

cida ao longo do tempo: a edição do Alvará de Sucessão,[74] que estabelecia os mecanismos legais para eventuais substituições dos governadores e capitães-generais no império, expedido em 12 de dezembro de 1770, logo após o desfecho do caso da Junta Provisória de Goiás.

Em terceiro lugar, não obstante a ocorrência de casos semelhantes noutras partes do império, a Junta Provisória de Goiás preserva sua singularidade, instaurando uma sorte de julgamento ou reflexão que força a atenção por parte de Lisboa, conduzindo a Coroa a adotar novas regras através da aplicação de uma nova legislação. Desde logo, a ausência de uma ordenação específica, a desconfiança entre as diferentes esferas de poder, as suspeitas nutridas por Lisboa quanto à probidade de seus vassalos, a configuração confusa das hierarquias entre as diversas autoridades e a existência de uma cultura da intriga que alimentava os bastidores da vida política do Império constituem elementos que dão contornos delicados e ao mesmo tempo bombásticos ao caso de Goiás.

Assim, as distâncias que separam Vila Boa de Lisboa e da sede do vice-reino do Brasil ampliam os efeitos destes fenômenos. A lentidão dos sistemas de informação e das correspondências administrativas produz intervalos de espera prolongados, criando vazios que estimulam decisões transitórias de grandes repercussões. Momentos breves, provisórios, que fermentam desconfianças, nutrindo, sobre um campo aberto de possibilidades, ambições e interesses que sedimentam as relações de dominação coloniais em Goiás.

De fato, a instalação da Junta Provisória revela, essencialmente, dois aspectos da vida política em Goiás: além de reforçar o sentimento de autonomia em relação aos demais espaços de decisão, o episódio indica a legitimidade do poder das elites de Goiás em face da multiplicidade de poderes no império. Além disso, entre a morte do governador e a chegada de seu sucessor, entre a nomeação, os preparativos para a viagem e a travessia do sertão, transcorria um intervalo de espera que em Vila Boa assume um significado muito particular: a convivência com uma espécie de *défaillance* do poder comprometeria, a curto termo, o funcionamento adequado da estrutura governativa planejada por Lisboa. Há um deslocamento, uma margem de indefinição, que arrasta a cidade e suas instituições para uma zona de interregno, que mergulha as motivações dos habitantes numa situação confusa, obscura, ditada por um sentimento de vazio institucional. Neste contexto, as elites políticas locais são incitadas a assumir o poder a fim de assegurar a governabilidade e a continuidade do governo. Ainda que intempestivas aos olhos do vice-rei, é o medo do vazio que marca as decisões das autoridades em Vila Boa. Semelhantes aos episódios lembrados por Yves-Marie Bercé, estes "momentos inscritos no tempo pelos acasos da história assumem pouco a pouco a imagem de um desvario coletivo". Nessas ocasiões, as hierarquias habituais tendem a desaparecer e os constrangimentos exercidos pelos poderes distantes são interrompidos. Em detrimento das instruções e das ordens que recebem e deveriam seguir, as autoridades locais as ignoram ou fingem não escutá-las. Elas "se refugiam na gestão do imediato e do inevitável".[75] Em meio ao vazio, a autoridade da Coroa se desagrega, as ordens dos representantes do monarca permanecem sem execução.

Surpreendidos pela morte não anunciada, no compasso da espera pelas decisões do rei de Portugal, era preciso ocupar o lugar institucional deixado pela ausência do governador — território institucional vazio que deveria ser ocupado. Desde logo, é preciso reconhecer que as elites de Vila Boa não são indiferentes ao tempo. Sua inquietude e sua consciência do futuro põem em relevo a coincidência entre a ordem dos interesses locais e as necessidades mais amplas dos projetos de Lisboa: morto o governador, como afirmou o ouvidor, que sobreviva o governo.[76]

[74] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Ordem de Sucessão sobre as Pessoas que devem suceder nos Governos, em falta dos Governadores, 12 de dezembro de 1770, Códice 64, v. 17, fls. 34v-36v.
[75] BERCÉ, Yves-Marie. Vide du pouvoir. Nouvelle légitimité. *Annales Histoire, Économie et Société*, Paris, ano 10, n. 1, p. 23-25,1991. (Tradução do autor).
[76] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1587.

Conscientes da existência de um longo intervalo de espera que, na prática, funcionava como obstáculo às ações imediatas das autoridades da Coroa, o tempo em Vila Boa era sentido como uma janela plena de incertezas, aberta a todas as possibilidades. Era preciso, então, antecipar e determinar o futuro. Efetivamente, a missão das elites locais e de suas intervenções era justamente afastar o vazio, antecipando-se à crise iminente, assegurando a boa continuidade das atividades associadas aos interesses da Coroa. De fato, o que procuram preservar, nesta zona de espera, neste vazio político e institucional cuja gênese está na morte do governador, é a integridade e a unidade dos planos de Lisboa.

Contudo, se a intenção do vice-rei é fazer esperar, deslegitimando as decisões locais em função do exercício de sua própria autoridade, a espera das elites de Vila Boa guarda, ainda, outro sentido: ela não é ociosa, pois mediada pela ação. Em Goiás, a espera é ativa, pois o tempo é percebido como algo que traz a degradação das atividades coloniais em curso. Neste aspecto, as autoridades locais recusam a passividade, abstendo-se de uma espera passiva, pois existe um tempo, um ritmo exterior que não corresponde ao tempo interior: o ritmo dos projetos de Lisboa, mediados pelo Rio de Janeiro, é percebido de maneira diferente em Vila Boa. Neste sentido, o tempo não ocorre necessariamente de forma simultânea, contínua ou homogênea entre os espaços coloniais de conquista, pois revela ritmos diferentes, deslocamentos, rupturas, descontinuidades e tensões.

Portanto, no interior dessas tensões, a espera em Vila Boa é uma espera ativa: é preciso urdir, tramar. Suas atividades constituem uma sorte de estratagema, pois se trata de ocupar o vazio e aproveitar o tempo disponível para exercer seus poderes, assegurando "a tranquilidade dos povos e tudo aquilo que conduza à sua felicidade".[77] Assim, a instalação do governo provisório é uma atividade que funciona como uma manobra provisória que, em que pesem as resistências, confirma e torna pública a autonomia e a legitimidade dos poderes das elites de Vila Boa. As composições políticas que resultaram na formação do governo provisório aparecem como o melhor caminho para antecipar uma resposta, preencher o vazio de poder e controlar o tempo de espera.

Finalmente, tanto a morte de Manuel de Melo quanto a Junta Provisória produzem um efeito nada vulgar. O lapso de tempo que separa o desaparecimento do governador e a chegada de seu sucessor é revestido de uma essência muito particular: "Dotado de uma finalidade, ele se descola da cronologia do curso ordinário das coisas e se distingue por um ritmo e uma amplitude próprios".[78] A partir de sua aparição, a Junta Provisória anuncia-se como um fato inusitado, superando, em peso e importância, o próprio evento da morte do governador, relegando-o ao passado, instrumentalizando-o como pano de fundo para os gestos encenados pelas autoridades de Vila Boa.

Assim, o acontecimento que se desenrola no tempo vivido de Goiás tem efeitos e repercussões de longo alcance. Sua emergência no tempo é imediatamente partilhada entre todos aqueles que o anunciam, que o veem, que ouvem falar dele, que o fabricam ou a ele se submetem. Distinguido por uma temporalidade específica, multiplica as interações e os confrontos, já que, como lembra Arlette Farge, "para chegar à superfície da história o acontecimento deve ser percebido e caracterizado". "É, provavelmente", diz ela, "a surpresa de vê-lo emergir, a indignação, talvez mesmo o pavor que suscita que o constitui em acontecimento".[79] Percebido de formas distintas — com surpresa em Lisboa e, certamente, com indignação no Rio de Janeiro —, o governo provisório produz interpretações contraditórias, de acordo com as posições dos atores na hierarquia dos poderes do império. Por outro lado, não há neutralidade nos gestos das autoridades em Vila Boa, nem, tampouco, no discurso pronunciado pelo vice-rei do

[77] AHU. ACL, CU, Série 008, Cx. 25, D. 1605.
[78] VIDAL, Laurent. *Les larmes de Rio*. Paris: Aubier, 2009. p. 142.
[79] FARGE, Arlette. Penser et définir l'événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux. *Terrain*, Paris, n. 38, p. 6, mar. 2002. (Tradução do autor). Disponível em: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Acesso em: 28 jun. 2008.

Brasil. Ao contrário, estão impregnados pelos efeitos do conflito, marcados pelas relações de dominação e submissão, pela multiplicidade de injunções em face da ordem social e das "situações econômicas e políticas responsáveis por sua produção".[80]

Este tempo transitório de espera é, sobretudo, objeto de um jogo que tem implicações diretas com as relações de força e poder: diante do risco de imposição do vazio, os acontecimentos que tiveram lugar em Vila Boa denunciam a natureza excepcional do acontecimento. Neste contexto, a temporalidade da espera constitui um aspecto da realidade social, uma duração específica no interior dos tempos múltiplos e contraditórios da história, que não se reveste apenas de meras substâncias do passado, pois compõe também a própria matéria da vida social do tempo presente.

[80] Ibidem, p. 9.

A narrativa histórica entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate

Douglas Attila Marcelino
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Seropédica, RJ, Brasil
douglasattila@gmail.com

RESUMO
Termos como poética, retórica e narrativa têm aparecido com certa constância nas discussões sobre a natureza do conhecimento histórico, refletindo não apenas preocupações mais antigas acerca das especificidades da história, mas também os novos contornos do debate sobre a narrativa histórica das últimas décadas do século passado. Tendo em vista o tratamento do tema por diversos e importantes autores das humanidades, propõe-se uma releitura que destaca como as reflexões já existentes nesse campo têm repercutido um redirecionamento mais geral das interrogações teóricas sobre a disciplina, sobretudo quando a narrativa é concebida como elemento da vida humana que ultrapassa a dimensão da produção textual. Pensado de forma mais profunda, o debate sobre a narrativa indica como as reflexões sobre a natureza do conhecimento histórico dificilmente podem ficar restritas ao plano estritamente epistemológico, muito menos negligenciá-lo.
Palavras-chave: epistemologia da história; narrativa; retórica; poética; hermenêutica.

ABSTRACT
Terms such as poetics, rhetoric, and narrative have been found rather frequently in discussions of the nature of historical knowledge, reflecting not only past concerns about specificities of history, but also the new contours of the discussion of historical narrative in the last decades of the 20th century. Based on the treatment of this topic by renowned humanities scholars, we propose a rereading emphasizing how the existing thoughts on this field have resulted in a broad redirection of the theoretical questions related to this discipline, especially when the narrative is conceived as an element of human life, going beyond the boundaries of text production. A deeper reflection on the discussion of narrative suggests that considerations on the nature of historical knowledge can hardly be restricted to or neglect the existence of a purely epistemological plane.
Keywords: epistemology of history; narrative; rhetoric; poetics; hermeneutics.

Artigo recebido em 15 de abril de 2012 e aceito em 26 de maio de 2012.

Poética, retórica e narrativa são termos que têm aparecido com enorme constância nas discussões sobre a natureza do conhecimento histórico, apesar de repercutirem preocupações mais antigas, como no caso das comparações de Aristóteles entre a história e a poesia (ainda que para diferenciá-las) ou da importante preleção de Wilhelm von Humboldt sobre a tarefa do historiador, de abril de 1821.[1] A percepção crescente da relevância da tradição retórica grega e latina nas conformações "modernas" da historiografia, geradora de um amplo leque de pesquisas sobre as apropriações ou afastamentos dos preceitos retóricos clássicos que marcaram, respectivamente, o humanismo renascentista e o ideal científico do século XIX talvez tenha auxiliado na retomada do tema.[2] O aprimoramento das reflexões teóricas e das pesquisas sobre historiografia, por outro lado, tem revelado como interrogações acerca da dimensão narrativa do ofício já apareciam em historiadores relativamente pouco presentes na memória disciplinar, como Johann Gustav Droysen,[3] discrepando assim da caracterização do Oitocentos como um século marcado apenas por uma espécie de "realismo ingênuo". Sem dúvida, trata-se de um universo temático acessado com certa recorrência, mas parece correto dizer que, a partir dos anos 1970 do século passado, o debate adquiriu dimensões e contornos bastante específicos. Obras de autores como Michel de Certeau, Paul Veyne, Paul Ricœur, entre outras, são geralmente destacadas nesse sentido, mas há certo consenso de que Hayden White e seu livro *Meta-história* figuram no centro dos questionamentos mais recentes sobre a dimensão poética do ofício do historiador.[4]

A exposição das teses de White já foi feita inúmeras vezes por autores mais ou menos críticos de suas proposições, originando uma numerosa bibliografia. Justamente por isso, partiremos apenas de alguns aspectos que consideramos importantes em *Meta-história* com o objetivo de ressaltar que os caminhos percorridos pelo debate sobre a narrativa histórica servem de indicativos de uma mudança mais profunda nas discussões sobre a natureza do conhecimento histórico. Embora não tenha sido privilegiada nas análises de White, toda uma tradição filosófica tem sido revalorizada para pensar como o problema da narrativa ultrapassa o plano da produção textual e remete para os fundamentos do pensamento histórico como experimentado na vida humana prática. Nesse caso, a narrativa, enquanto forma de constituição de sentido, opera não somente ao nível do texto, mas está inscrita, de modo mais ou menos estruturado (dependendo da perspectiva adotada), nas vivências de homens que agem ou sofrem os acontecimentos a partir das experiências acumuladas e rearticuladas pela memória, dos seus desejos, afetos, intenções e projetos de futuro. Redirecionados para o debate sobre a especificidade da história como forma de conhecimento, questionamentos dessa natureza apontam não apenas para a necessidade de ultrapassar o plano das interrogações estritamente epistemológicas, mas também para a impossibilidade de negligenciá-lo.

---

[1] ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de R. *A história pensada*: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 82-100.

[2] O afastamento da história em relação à retórica, segundo Reinhart Koselleck, marcaria já o século XVIII, acompanhando a constituição do conceito moderno de história (indicamos o século XIX pelo aguçamento dessa tendência). Para o autor, uma profunda mudança na sempre tensa relação entre Histórica (*Historik*, no sentido dado por Droysen, do estudo das condições de possibilidade do conhecimento histórico) e Poética também caracterizaria o período, tendo em vista as unidades fundadoras de sentido que passaram a conferir conteúdo épico às filosofias da história, invertendo o teor mais ou menos filosófico atribuído a cada uma delas desde Aristóteles. KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004. p. 47-59.

[3] BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: DROYSEN, Johann G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17.

[4] A primeira edição da obra de Hayden White é de 1973. Aqui, utilizaremos a seguinte edição brasileira: WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Edusp, 1992. Os livros de Michel de Certeau, Paul Veyne e Paul Ricœur mencionados são, respectivamente, *A escrita da história*, *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história em *Tempo e narrativa*.

É sabido que Hayden White empregou o sistema tropológico de fundamentação poética para a análise da obra de historiadores e filósofos da história do século XIX, procurando isolar as estruturas inconscientes da imaginação histórica no período.[5] Como apontou Hans Kellner, por outro lado, o sistema de análise por tropos poéticos remete, entre outros e com destaque, para *Ciência nova,* a grandiosa obra de Giambattista Vico.[6] Na sua análise dos três estágios que caracterizariam o ciclo de desenvolvimento e declínio das "nações", relativos à idade "divina", "heroica" e "humana", Vico estabeleceu uma interpretação centrada nas formas de expressão linguística para explicar a passagem do "primitivismo" à "civilização", argumentando pela existência de um momento inicial de evolução da mente humana em que o pensamento se conformaria de modo fundamentalmente poético. Com isso, o pensador napolitano pode encadear de forma diacrônica os protocolos de uso da linguagem disponíveis, identificando a metáfora com uma etapa específica na qual a imaginação dos homens ainda estaria diretamente relacionada com a natureza, dada a inexistência, até então, de formas mais sofisticadas de expressão simbólica, como o uso de conceitos e analogias mais típicos do pensamento científico.[7]

A riqueza das concepções de Vico, sem dúvida, não pode ser resumida ao plano mais conhecido de sua teleologia, como destacou Isaiah Berlin,[8] envolvendo outras considerações extremamente importantes sobre os limites dos modelos racionalistas então em voga para o estudo do homem e delimitações das especificidades das épocas históricas. Além de lançar as bases da distinção entre "observação externa" das ciências naturais e "autocompreensão" das humanidades, sua percepção das "nações" ou culturas como totalidades coerentes e singulares demarcaria o início de uma tradição que envolveria também outros pensadores fundamentais, como Herder, Burckhardt, Huizinga, Dilthey, entre muitos outros. Por outro lado, o sistema tropológico de Vico possui papel relevante nas elaborações de Hayden White, que o cita diretamente, inclusive pelo pioneirismo no estabelecimento de uma continuidade entre o pensamento poético e imaginativo e o racional e científico.[9]

Não há dúvida de que entre a obra de Vico e o estabelecimento da linguística moderna como campo de fundamental importância a partir de Ferdinand de Saussure e sua interpretação por Roman Jakobson há uma distância significativa. É também o uso dos tropos poéticos, por outro lado, que estrutura a abordagem da metáfora e da metonímia como polos do comportamento linguístico, aparecendo já nas análises de Ferdinand de Saussure sobre a língua como um sistema e lançando as bases para uma teoria geral dos signos (que ele chamaria de semiologia) em seu *Curso de linguística estrutural*.[10] O estudo desses dois tropos poéticos, depois retomado nas obras de Roman Jakobson,[11] perpassava a obra de Saussure, autor que, como se sabe, ao privilegiar uma abordagem da língua como *sistema de oposições e diferenças*, deslocou a análise substancialista então em voga e fundou as bases do que depois se tornaria conhecido como estruturalismo. De fato, como destacou François Dosse, a interpretação da obra de Saussure feita por Jakobson se tornou, em grande medida, a fonte principal do estruturalismo, fundamentando-se no par metáfora-metonímia como polos da linguagem humana e aparecendo em

[5] Ibidem.
[6] KELLNER, Hans. *Language and historical representation*. Madison: University of Wiscosin Press, 1989.
[7] VICO, Giambattista. *Ciência nova*. São Paulo: Hucitec, 2010.
[8] Isaiah Berlin destacou como um dos maiores infortúnios de Vico o fato de ter se tornado mais conhecido por sua tese dos ciclos de desenvolvimento das "nações", tida como seu "menos interessante, plausível e original ponto de vista". BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: UnB, 1982. p. 68. Argumentação semelhante pode ser vista em GARDNER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 11-15.
[9] WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 47 (nota 13).
[10] SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1997. A primeira edição da obra é de 1916.
[11] Consultar o importante texto de Roman Jakobson, *Linguística e poética*, citado por Hayden White (*Meta-história*, op. cit. p. 46, nota 13). JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2005.

autores extremamente influentes no século XX, como Claude Lévi-Strauss[12] (que objetivava, como ele mesmo afirmou, trazer os avanços da linguística para o campo da antropologia, já que aquela primeira teria sido a única disciplina a ultrapassar a barreira das humanidades e a integrar o padrão de objetividade das ciências naturais).[13] Tal fato explica por que Lévi-Strauss, Jacques Lacan e o próprio Roman Jakobson aparecem como referências importantes em *Meta-história*, autores certamente chaves do sucesso do estruturalismo, como se deu na França dos anos 1960 e foi logo "exportado" para os Estados Unidos.[14] Com efeito, além de destacar o estudo das estruturas oníricas por Jacques Lacan, Hayden White mencionou diretamente Lévi-Strauss e Roman Jakobson como os principais expoentes do uso do sistema tropológico binário metáfora-metonímia, tendo em vista suas análises, respectivamente, da função poética da literatura e dos mitos do chamado "pensamento selvagem".[15]

Ressalte-se que em Saussure a metáfora e a metonímia já correspondiam a atividades mentais de natureza distinta, espécies de polos do discurso humano, aspecto a partir do qual Jakobson estruturou o estudo da função poética da literatura.[16] Toda forma de discurso, é claro, conjugaria os planos metafórico e metonímico, mas haveria sempre um campo dominante: no caso da prosa realista, pouco analisada em relação ao plano metafórico típico da "tradição poética romântica", a metonímia (que, no sistema de Jakobson, incorporava a sinédoque e a ironia) era o tropo dominante.[17] Ora, para Hayden White, o discurso histórico não possui um *status* diferenciado da prosa literária realista, fato que ele indica, sobretudo, procurando repensar a noção de realismo conforme empregada nas obras de Ernst Gombrich e Erich Auerbach.[18] Para White, a noção de realismo como apresentada nas análises de Auerbach sobre a literatura ocidental ou de Gombrich sobre as representações pictóricas deveria ser reconsiderada no que se refere à relação entre o plano da representação e os elementos empíricos, já que as obras realistas não possuiriam qualquer acesso mais direto a uma estrutura referencial que se costuma chamar de realidade.[19] Não precisamos retomar essa discussão, que opôs as críticas de White ao realismo que considerou ingênuo (prisioneiro de visões do século XIX) às ideias de Carlo Ginzburg, que denunciou um suposto esvaziamento do termo pelo autor de *Meta-história*.[20] O importante aqui é que, com esse passo, White pode reavaliar as barreiras entre história e literatura, trazendo o sistema tropológico de análise poética utilizado no campo literário para o plano da imaginação histórica (agora, empregando o sistema de quatro tropos, conforme classificação feita pelos retóricos do século XVI).[21] Um empreendimento não pouco ambicioso, tal como todos aqueles inseridos numa perspectiva estruturalista: não é à toa que

[12] DOSSE, François. *História do estruturalismo*: o campo do signo. Bauru: Edusc, 2007. v. 1, p. 12 ss.
[13] LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. p. 47.
[14] Entre os autores citados por White estão também Lucien Goldmann, Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida (este último, segundo François Dosse, que o caracteriza como "ultraestruturalista", é geralmente apontado como pós-estruturalista pelos norte-americanos). Ver, respectivamente, WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 19 (nota 4). DOSSE, François. *História do estruturalismo*: o canto do cisne. Bauru: Edusc, 2007. v. 2, p. 33 ss.
[15] WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 46 (nota 13).
[16] Para Jakobson, a poética era parte da linguística como teoria dos signos verbais que, por sua vez, faria parte da semiótica, enquanto teoria geral dos signos. Sua perspectiva pretendeu conjugar a análise linguística com a teoria literária, propondo um estudo da literatura (enquanto forma específica de linguagem verbal) a partir da função poética da linguagem, ou seja, a função da linguagem enquanto dirigida ao próprio signo e não ao significado (função de comunicação). JAKOBSON, Roman. Linguística e poética, op. cit. BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2007.
[17] Sobre a sinédoque e a ironia como formas de metonímia no sistema de Jakobson, ver WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 46 (nota 13). Para uma análise do romance realista no século XIX, ver BARTHES, Roland. O efeito de real. In: _____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 131-136.
[18] WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 18 (nota 4).
[19] Ibidem.
[20] Ver, entre outros, GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de "Il ritorno de Martin Guerre" de Natalie Zemon Davis. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 179-202.
[21] WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 46 (nota 13).

podemos ver referências ao estudo da "estrutura profunda da imaginação histórica" em *Meta-história*,[22] ecoando, em certo sentido, pretensões como as de Claude Lévi-Strauss em sua busca pela "estrutura inconsciente do espírito humano" (aí, é claro, numa proposta ainda mais ambiciosa, que visava articular uma análise estrutural em sistemas diversos, com destaque para os casos dos sistemas de parentesco e dos mitos, visando chegar a uma espécie de chave universal do "espírito humano").[23]

Não é difícil perceber o viés universalista, tipicamente kantiano, do empreendimento (não estaríamos falando, em último caso, de elementos fundamentais da própria mente humana e assim retomando o sujeito transcendental kantiano?). Esse aspecto, enfatizado pelos críticos do estruturalismo,[24] entretanto, assume características singulares no caso de Hayden White, justamente pelos questionamentos às pretensões científicas dos historiadores. Afinal, não seria paradoxal utilizar todo o arsenal da filosofia moderna para desconstruir os fundamentos modernos do conhecimento histórico? Lévi-Strauss, é bom lembrar, tinha feito o mesmo com o discurso científico de forma geral, eliminando a hierarquia geralmente estabelecida em relação ao chamado "pensamento selvagem", muitas vezes considerado irracional ou ilógico.[25] Certamente, essa é uma aporia do estruturalismo como um todo, e não apenas de Hayden White, mas vale a pena indicar aqui como ela gerou críticas importantes às suas ideias, mesmo no caso de autores mais relacionados ao estudo da retórica e da teoria literária.

Hans Kellner, por exemplo, ressaltou a relação entre a análise tropológica e a busca por estruturas elementares da mente humana no que diz respeito à linguagem, criticando uma supervalorização do sistema de tropos nos estudos de retórica dos anos 1970 e a falta de um questionamento mais substantivo sobre sua utilidade dentro da teoria literária.[26] Para Kellner, haveria uma disputa pela busca do tropo mais fundamental, geralmente identificado na metáfora (como o "tropo dos tropos") e uma desvalorização de outros elementos da retórica. Mais do que isso: remetendo às ideias de Vico, o autor procurou destacar a existência de uma "narratividade" própria ao uso do sistema de quatro tropos, que aponta para a já mencionada teoria acerca do desenvolvimento linguístico da mente humana. Assim, os sentidos produzidos pelo homem ao longo da história são submetidos a um sistema de linguagem que funciona por etapas, numa perspectiva de fundamento teleológico que encadeia de forma progressiva o curso dos protocolos linguísticos disponíveis, desde a metáfora, passando pela metonímia, pela sinédoque, até a consciência do processo alcançada com o desenvolvimento da ironia.[27] Considerado nessa dimensão ampliada, portanto, o uso do sistema de classificação por tropos poéticos remeteria para toda uma teoria acerca dos estágios de desenvolvimento da mente humana, na melhor tradição de uma filosofia da história, centrada numa narrativa de fundo diacrônico não linear, mas com etapas demarcadas. É claro que White não propõe a elaboração de uma teoria da narratividade da mente humana nesses termos tão ambiciosos, mas vale a pena destacar esse aspecto dos estudos de um autor

[22] Idem, p. 52.

[23] É interessante lembrar a ironia de Fernand Braudel sobre as pretensões de Lévi-Strauss em fins dos anos 1950, quando o historiador francês lançou interrogações sobre o objetivo universalista da antropologia estrutural de elaborar uma espécie de "código Morse", que passaria, até mesmo, pela cozinha, na análise dos "gostemas". BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: _____. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1972. p. 30.

[24] Ver as considerações de Paul Ricœur publicadas em LIMA, Luiz Costa (Org.). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis: Vozes, 1970.

[25] LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2005.

[26] KELLNER, Hans. *Language and historical representation*, op. cit.

[27] "My principal contention here has been that the four-trope system of renaissance rhetoric (...) also possesses an inherent narrativity. In familiar structuralist terms, these tropes are paradigmatic as figures of words, but become syntagmatic when they are inflated into figures of thought or even philosophies of history. The curriculum of mind thus becomes a diachronic course as it strives to grasp its concepts by re-rendering them in succession, metaphorically, metonymically, synecdochically, and ironically. The nature of the these successive changes seems unmediated, catastrophically sudden and discontinuous". KELLNER, Hans. *Language and historical representation*, op. cit. p. 250.

tão importante nesse campo como Giambattista Vico, pois o viés "desconstrutivista" de alguns estudos tropológicos pode se chocar com uma visão de teor iluminista do processo histórico, ecoando na classificação progressiva dos protocolos linguísticos disponíveis aos historiadores.[28]

Um apontamento semelhante e agora mais crítico das concepções de Hayden White pode ser percebido nas obras de Dominick LaCapra. Para o historiador norte-americano, haveria uma incongruência na perspectiva de White, pois sua desconstrução do estatuto científico do discurso histórico não se afastou da mesma estrutura referencial de caráter metafísico e universalista que pretendeu criticar, conformando "a generative structuralism that presented one level of discourse (the 'tropical') as determinative in the last instance".[29] Forte crítico do modelo da história social, LaCapra identificaria em White o mesmo desejo narcísico iluminista de perfectibilidade humana, de conhecimento pleno, de uma abordagem totalizante, mas não centrada no mundo sócio-histórico, e sim nas estruturas básicas da imaginação histórica.[30] Assim, partindo de uma concepção "neoidealista" e "formalista" da mente do historiador, White tenderia a perceber os registros documentais que ele utiliza como uma massa "inerte", "neutra", não visualizando os textos como "redes de resistências" que impõem desafios à imaginação historiadora na sua tentativa de "reconstrução do passado".[31] Não haveria lugar, então, para uma perspectiva dialógica, que buscasse compreender o passado ou os textos que nos chegam a partir do que eles indicam acerca de nossos limites, de nossas incompreensões, enfim, naquilo que eles nos encaminham para pensar a alteridade.

Dialogando com autores como Derrida e sua desconstrução do estruturalismo, a psicanálise, Bakhtin, entre outros, a crítica de LaCapra, sem dúvida, ecoaria de forma muito mais profunda toda a tentativa de desconstrução da ontologia ocidental feita por autores como Nietzsche e Heidegger, indicando um fundamento teológico e platônico que, perpassando o essencialismo de boa parte da filosofia moderna (particularmente o projeto cartesiano e, depois, kantiano, de fundamentação da apreensão do mundo num sujeito pensante), se manifestaria mesmo naqueles que tentaram desconstruí-la, como no projeto estruturalista de forma geral.[32] Concordemos ou não com sua perspectiva, certamente ela parece menos ambígua do que propostas de corte estruturalista que procuram fundamentar uma ciência à custa da crítica aos seus fundamentos (como acontece não só com o uso do sistema tropológico por White, mas com o projeto de uma antropologia estrutural de Lévi-Strauss, igualmente relativista e universalista ao mesmo tempo: relativista do ponto de vista cultural e universalista em suas pretensões epistemológicas).

A manifestação mais evidente dessa aporia constitutiva da proposta de Hayden White apareceria em sua visão acerca do "fato histórico", presente na ideia de "prefiguração do campo histórico" por

[28] A visão do desenvolvimento histórico elaborada por Vico conjugaria um caráter "teísta" com um "humanismo historicista", segundo Isaiah Berlin, pois ele seria apresentado tanto como atributo da Providência quanto do trabalho criativo e autotransformador dos homens (o autor chega a compará-la com a noção de "Artifício da Razão", de Hegel, mas indica que seria equivocado antecipar sua visão como dialética). BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*, op. cit. p. 82.

[29] LACAPRA, Dominick. *History & criticism.* Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1985. p. 34.

[30] Sobre o assunto, consultar também KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 131-173.

[31] "The problem of subjective relativism in White's 'poetics' of historiography stemmed a neo-idealist and formalist conception of the mind of the historian as a free shaping agent with respect to an inert, neutral documentary record (itself something like a cultural analogue of Kant's 'sensuous manifold'). This view tended to obscure both the way people in the past lived, told, and wrote 'stories' and the way the documentary record is itself always textually processed before any given historian come to it. Historians in this sense are confronted with phenomena that pose resistances to their shaping imagination and that present complex problems for their attempt to interpret and reconstruct the past". LACAPRA, Dominick. *History & criticism*, op. cit. p. 35.

[32] Sobre as críticas de Jacques Derrida a Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss e Jacques Lacan, ver DOSSE, François. *História do estruturalismo*: o canto do cisne, op. cit. v. 2, p. 33 ss.

parte do historiador.[33] Para além da discussão sobre o fundamento inconsciente (White utiliza noções como pré-cognitivo, pré-crítico e outras semelhantes) do ato poético de figuração narrativa da "realidade", que remete para o descentramento do sujeito típico do anti-humanismo estruturalista, White parece acreditar na existência de um nível de experiência histórica ainda não dotado de sentido, como se existissem fatos em estado bruto e o significado pudesse ser descolado do plano das ações dos sujeitos históricos (para ser imputado a elas *a posteriori*, num gesto de figuração poética).[34] Certamente, o problema aparece mais nas primeiras obras de White, mas não se restringe ao caso de *Meta-história*, como na conhecida polêmica com Carlo Ginzburg a propósito dos limites da representação histórica acerca do Holocausto.[35] Na discussão ética e epistemológica sobre a dificuldade de estabelecer uma hierarquia entre interpretações mais ou menos adequadas do fenômeno (com implicações, é claro, para pensar o chamado "negacionismo", já que White diria claramente que, partindo da sua perspectiva, não haveria nada na documentação utilizada pelos historiadores que os encaminhasse para uma ou outra interpretação), Hayden White responderia diferenciando "proposições existenciais singulares", relativas a fatos já "estabelecidos como fatos", da construção de enredo operada pelo ato de figuração poética da experiência histórica passada.[36] Ora, como apontou Roger Chartier, tal proposição parece incompatível com as citações de Roland Barthes presentes em seu trabalho (para quem os fatos só têm existência linguística), deixando transparecer as contradições do uso de todo o arsenal crítico estruturalista conjuntamente com uma visão praticamente "positivista" de fato histórico.[37]

O problema não é menos importante, inclusive, porque perspectiva semelhante aparece em autores fortemente inspirados nas ideias de Hayden White, como nas propostas de Frank Ankersmit acerca de uma historiografia pós-moderna, que poria em xeque os fundamentos historicistas que, segundo ele, caracterizariam qualquer tentativa de estabelecer uma epistemologia da história.[38] Defendendo o que chamou de uma "desepistemologização" da história, Ankersmit apontaria uma suposta fundamentação metafórica da perspectiva historicista para desconstruí-la a partir da noção gadameriana de "história efeitual".[39] Para o autor, o discurso epistemológico, que analisa a historiografia buscando diagnosticar o desenvolvimento do pensamento histórico, se fundamentaria na pressuposição historicista de um sujeito transcendental que conseguiria se colocar externamente ao transcurso da história para visualizar

[33] WHITE, Hayden. *Meta-história*, op. cit. p. 44.

[34] Roger Chartier criticou esse descentramento do sujeito (no caso, do historiador) operado por White, indagando se as diferentes relações que cada época histórica manteria com a retórica, inclusive no que diz respeito ao uso mais consciente dos mecanismos figurativos da linguagem, não se traduziria num maior controle das formas de construção de sentido pela narrativa. CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: _____. *À beira da falésia*. A história entre certeza e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 101-116. Paul Ricœur, entretanto, tende a perceber esta como uma crítica menos relevante, que não considera a importância do empreendimento de White como um todo e a possibilidade de conceber de forma dialética essa relação entre estrutura e liberdade do historiador, ou seja, "de uma codificação que funciona ao mesmo tempo como um constrangimento e como um espaço de invenção". RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 266. Mesmo o sistema teleológico Vico, vale destacar, pressupunha um aumento do controle no uso da língua, identificando o período "humano" como aquele no qual "os homens são senhores absolutos" da linguagem. VICO, Giambattista. Apud. BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*, op. cit. p. 55.

[35] Existe uma enorme literatura sobre os limites da representação histórica do Holocausto, que não cabe citar aqui. O principal texto de White nesse plano, publicado na importante coletânea organizada por Saul Friedlander (*Probing the limits of representation*. Nazis and the "Final Solution"), assim como as críticas de Ginzburg, foram traduzidos e publicados em MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

[36] WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*, op. cit. p. 191-210.

[37] CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas, op. cit.

[38] ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*, op. cit. p. 95-114.

[39] Sobre a noção de "história efeitual", ver GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1, p. 397 ss.

esse processo de forma objetiva. Daí a utilização de metáforas espaciais ser algo frequente dentro das concepções epistemológicas, tal como a imagem usada por Louis O. Mink de um observador que, do alto de uma colina, percebe a torrente do tempo como quem visualiza o percurso de um rio, ou mesmo as imagens presentes em expressões como "ponto de vista", sintomáticas desse "transcendentalismo historicista" (expressão usada pelo próprio Ankersmit). A partir da perspectiva gadameriana, pela qual o passado já está presente nos homens por meio da tradição e do ato de compreensão, Ankersmit propõe a historicização do próprio observador, diagnosticando a passagem para uma condição pós-moderna na qual deveríamos assumir o "ponto de vista de que nós não temos ponto de vista algum"[40] (apenas a presença contínua do passado no presente de forma dinâmica, que impede adotar qualquer valor absoluto ou imutável como base para o estabelecimento de uma forma de abordagem mais ou menos verdadeira). A fundamentação não apenas em Gadamer, mas também em Derrida é bastante clara, tendo em vista a ideia de um significado sempre escorregadio e dinâmico, que vai sendo reconstruído a partir das mudanças espaciais e temporais que marcariam o mundo histórico.[41] O curioso, entretanto, é a utilização desses autores para fundar uma "nova" historiografia pós-moderna, já que esse tipo de preocupação passa ao largo de suas verdadeiras discussões.[42]

Para Ankersmit, o fim da epistemologia inviabilizaria a crença na atemporalidade do observador e, portanto, impossibilitaria a construção metafórica que pressupõe uma configuração espacial do passado, seja nas imagens mais simplificadas de uma totalidade homogênea ou nas mais complexas de uma multiplicidade dinâmica de fatores. Haveria, de fato, uma descontextualização, uma tentativa de "analisar as partes constitutivas do passado em sua independência 'democrática' e 'individualista', umas em relação às outras".[43] Como resultado dessa perspectiva, portanto, teríamos "aquele esmigalhamento do passado que aos olhos dos comentaristas é o traço decisivo da escrita da história pós-moderna", na qual "a descontextualização ocupa o lugar da contextualização historicista e positivista".[44] É interessante notar que Ankersmit perceberia esse "esmigalhamento" que impede uma ordenação mais essencialista do material histórico em obras de autores que, claramente, manifestaram sua aversão aos postulados de uma historiografia pós-moderna, como no caso de Carlo Ginzburg (cuja obra *O queijo e os vermes,* por vezes apontada como pós-moderna, longe está de se furtar à busca de uma totalidade mais homogênea no passado, como no caso da cultura oral camponesa que, para o autor, esteve na base das leituras idiossincráticas das palavras sagradas que Menocchio elaborou em sua extravagante cosmogonia).[45]

---

[40] Ibidem, p. 100.

[41] Derrida elaborou a categoria "différance" para caracterizar esse deslocamento ao mesmo tempo espacial e temporal do significado. DOSSE, François. *História do estruturalismo*: o canto do cisne, op. cit. v. 2, p. 33 ss. DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

[42] Se tal aspecto parece claro no caso de Derrida e sua "gramatologia", também no de Gadamer suas preocupações se fundamentavam, de fato, numa descrição de caráter fenomenológico do ato compreensivo, remetendo para o papel da consciência histórica na vida humana efetiva e ultrapassando, portanto, delimitações fundadoras de uma historiografia renovada (o que não quer dizer, é claro, que suas reflexões filosóficas não tivessem consequências importantes para a historiografia, mas apenas que o problema enfrentado ultrapassava qualquer conteúdo programático de uma "nova historiografia" que se queira buscar nas suas obras). Reinhart Koselleck, procurando diferenciar a "teoria da compreensão" de Gadamer da teoria da história, indicaria que a primeira teria, antes, um "estatuto histórico-ontológico", que tenderia, inclusive, a englobar a historiografia como parte de uma reflexão filosófica muito mais ampla. KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1997. p. 193-194.

[43] ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e historiografia, op. cit. p. 101.

[44] Ibidem, p. 201.

[45] Ibidem, p. 101. Uma crítica à obra *O queijo e os vermes* é feita por um dos autores que Ankermist identifica como um dos principais modelos de historiografia pós-moderna. LACAPRA, Dominick. *The cheese of the worms*: the cosmos of a twentieth-century historian. In: _____. *History & criticism*, op. cit. p. 45-69.

A visualização do passado como um amontoado contingente remonta, pelo menos, às críticas de Nietzsche ao historicismo e sua crença num sentido imanente aos fatos históricos,[46] mas torna-se frágil quando considera que o historiador lida com uma experiência passada anterior a qualquer forma de produção de sentido.[47] Tal concepção, que ecoa na tese de White sobre a "prefiguração narrativa do campo histórico", também supostamente constituído de fatos preexistentes ao ato poético de produção de sentido, parece problemática na perspectiva de um autor que dialoga com Gadamer e sua hermenêutica filosófica (pela qual, como indicamos, o passado nunca estaria fora do sujeito em sua experiência de natureza compreensiva, tornando frágil, até mesmo, qualquer separação cartesiana entre sujeito e objeto e, portanto, difícil pensar o passado como um amontoado caótico). Antes de destacarmos outras concepções que consideramos relevantes para pensar o problema, vale indicar que, em casos como o de White, essa perspectiva talvez não apenas indique contradições com a recorrência a autores representantes do estruturalismo linguístico, mas também se relacione com o pouco diálogo com uma tradição fundamental para a compreensão do próprio Gadamer: a hermenêutica alemã, principalmente no que se refere à obra de Dilthey e às concepções fenomenológicas e hermenêuticas de autores como Husserl e Heidegger.[48]

Com efeito, certas teses narrativistas, ao focalizarem o ato poético de construção tropológica do discurso histórico, por vezes se amparam na imagem do passado como um amontoado caótico de fatos, que caberia ao historiador organizar por meio da narrativa. Ao fazê-lo, esses autores desconsideram que não há experiência sem significado, que não existem fatos brutos e que o sentido é um elemento próprio às ações humanas. Mais do que isso, desconsideram toda a riqueza das discussões nesse campo formuladas por uma tradição hermenêutica, pelo menos desde Dilthey e suas elaborações acerca da categoria "experiência vivida" ou "vivência" (*Erlebnis*), tão fundamental à filosofia alemã do século XX.[49] Antecipando algumas formulações de Heidegger sobre os fundamentos existenciais da historiografia na própria historicidade do homem, ou mesmo as elaborações de Gadamer sobre a estrutura hermenêutica da experiência humana, a noção de "vivência" procurou justamente se contrapor à adoção de uma concepção idealista de natureza cartesiana, amparada na ideia de um eu transcendental, em estado puro, que apreende apenas cognitivamente os objetos do mundo.[50] Inserido sempre na realidade, inclusive de

[46] Nietzsche remeteu-se à aula inaugural de Schiller na Universidade de Jena, em maio de 1789, que assim se referiu ao trabalho do historiador: "Um após o outro, os fenômenos começam a escapar do acaso cego, da liberdade sem lei, para inserir-se harmoniosamente num todo coerente — que só existe na verdade na sua imaginação". NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: _____. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC-Rio; Loyola, 2005. p. 122. Jörn Rüsen atribui a Max Weber essa visão de que o passado, em si, seria caótico, não contendo qualquer sentido, a não ser pela construção subjetiva do historiador. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001. p. 68 e 107.

[47] Uso aqui a palavra sentido com significado amplo, que ultrapassa sua caracterização apenas como um ato cognitivo.

[48] Sobre o assunto, consultar PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

[49] Segundo Richard Palmer, a palavra *Erlebnis*, como substantivo singular (advindo do verbo *erleben*), era praticamente inexistente no alemão antes de Dilthey, que a teria buscado na obra de Goethe e passou a utilizá-la de forma bastante específica, para designar um campo de experiência pré-reflexiva que seria objeto fundamental da filosofia alemã no século XX. PALMER, Richard. *Hermenêutica*, op. cit. p. 113-115. Nas traduções para o português, além de "experiência vivida" (fórmula utilizada na tradução do livro de Palmer), é comum encontrar *Erlebnis* traduzido apenas como "experiência" ou "vivência".

[50] Para Dilthey, esse nível elementar de experiência que constituiria a vivência não poderia ser abarcado pelas categorias lógicas das ciências naturais, assim como passaria do estágio individual para o coletivo a partir da compreensão, base hermenêutica da experiência humana no mundo: "Se experimentamos, assim, nas vivências, a realidade da vida na multiplicidade de suas referências, então, visto assim, parece ser sempre de fato somente um singular, a nossa própria vida, sobre a qual sabemos por meio do vivenciar. Ele permanece um saber sobre algo único e *nenhum recurso lógico pode superar a limitação contida no modo de experimentar próprio do vivenciar.* Somente a compreensão suspende a característica da vivência individual, assim como *confere às vivências pessoais o caráter de experiência de vida*. Assim como *se estende a muitos homens, a criações espirituais e a sociedades, ela amplia o horizonte da vida individual e abre nas ciências humanas o caminho*

forma pré-reflexiva, o sujeito histórico, em Dilthey, dota o mundo de significado por meio não apenas da cognição, mas também do afeto e da vontade. Ou melhor, ele já está inserido na realidade, que se confunde com sua própria vivência.[51] Essa concepção de Dilthey, como destacado, seria retomada, numa perspectiva mais kantiana e fenomenológica, na noção de "mundo da vida" de Husserl, e fundamentaria as formulações de Heidegger e Gadamer, conformando uma importante tradição que não pode ser desconsiderada quando discutido o problema da narrativa e indicando o equívoco da crença num ato de figuração poética por parte de um sujeito colocado fora da estrutura de sua vivência.[52]

Vários autores que dialogam com essa tradição hermenêutica e fenomenológica têm apresentado concepções mais complexas sobre a produção de sentido como algo constante das experiências humanas em seus níveis mais elementares. Se tomarmos apenas aqueles que trataram diretamente do problema da narrativa, podemos destacar Paul Ricœur, em *Tempo e narrativa*, que ressaltou uma "pré-compreensão" inscrita nas próprias ações dos sujeitos históricos, ou seja, a existência de uma "quase narrativa" na experiência anterior ao ato poético de composição de uma intriga.[53] Conjugando as elaborações aristotélicas sobre esta última noção (a "intriga" como composição poética que constitui uma totalidade com início, meio e fim) com as formulações de Santo Agostinho sobre a estrutura tríplice do tempo da alma (as mediações entre passado, presente e futuro), Ricœur repensou a relação entre tempo e narrativa, pela qual esta última aparece como componente antropológico fundamental da vida humana, enraizando-se na própria carga subjetiva com que os homens dotam de significado suas ações (a partir de seus desejos, intenções, temores etc.). "Síntese do heterogêneo", que articula eventos, causas, acasos, intenções, entre outros, a narrativa produziria uma mediação entre o tempo vivido e o tempo cosmológico, permitindo dar sentido humano ao transcurso do tempo e contendo, portanto, um fundamento existencial relacionado à própria condição histórica do homem. Assim, ela estaria enraizada na historicidade mesma da vida humana e, justamente por isso, também não poderia ser desconectada das formas pré-compreensivas das práticas sociais, existindo de modo implícito nas ações dos sujeitos históricos. Não é preciso destacar a semelhança deste tipo de perspectiva com a de outros autores que, embora sem tratar do problema da narrativa, igualmente se preocuparam com uma análise semântica das práticas sociais, reivindicando a compreensão hermenêutica que embasa a metáfora do estudo das ações humanas como textos.[54]

---

que conduz ao universal por meio do comum." DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 102 (grifos meus).

[51] Como apontou Maria Nazaré Amaral, para Dilthey, não faria sentido se interrogar sobre a existência de uma realidade exterior ao sujeito. AMARAL, Maria Nazaré de C. P. *Dilthey*: um conceito de vida e uma pedagogia. São Paulo: Perspectiva, 1987. _____. Dilthey: conceito de vivência e os limites da compreensão nas ciências do espírito. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 27, p. 51-73, 2004. Hans U. Gumbrecht, dialogando com a filosofia heideggeriana, tem se voltado contra a redução dos estudos humanísticos aos elementos dotados de significação e propõe uma abordagem que, sem desconsiderar a produção de sentido, se fundamenta nos fenômenos de presença, compreendidos como aquilo que opera sobre o sujeito anteriormente a qualquer apreensão significante. Seria interessante confrontar a noção de presença com esse nível elementar de vivência destacado por Dilthey, que se relaciona com qualquer "impulso" que os objetos ou outros homens produzem sobre o sujeito que compreende: "*Não há homem algum, nem coisa alguma que possa funcionar apenas como objeto para mim* e não contenha em si uma pressão ou um fomento, a meta de uma aspiração ou o cerceamento da vontade, uma importância, uma exigência de consideração e uma proximidade interior ou uma resistência, uma distância e uma estranheza. A concernência vital, seja ela restrita a um momento dado, seja ela duradoura, *transforma esses homens e esses objetos para mim em portadores de felicidade*, em ampliação de minha existência, em elevação de minha força ou, então, eles restringem nesse interesse o campo de jogo de minha existência, *exercendo uma pressão sobre mim e diminuindo a minha força*". DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*, op. cit. p. 90 (grifos meus). GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010.

[52] Sobre noção de "mundo da vida" em Husserl, ver os textos de Alfred Schutz em WAGNER, Helmut (Org.). *Fenomenologia e relações sociais*: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

[53] RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010/2011. 3 v.

[54] Clifford Geertz talvez seja o nome mais lembrado nesse caso, mas vários autores têm dialogado com as bases

Outros autores recentes, que também dialogam com as tradições fenomenológica e hermenêutica, têm assumido concepções que não apenas se confrontam com os estudos tropológicos, mas consideram a estruturação narrativa como algo inerente à própria experiência humana pré-reflexiva e, portanto, anterior a qualquer pensamento sobre o passado (em Ricœur, vale destacar, o ato de composição narrativa constitui justamente a forma com que o homem, primeiramente, pensa o passado, dando sentido humano à temporalidade). É o caso de David Carr,[55] que buscou conjugar elementos de diferentes perspectivas fenomenológicas com as teses narrativistas do campo da teoria literária: na fenomenologia de Husserl, o autor encontrou bases para uma reflexão sobre a estrutura temporal da consciência nas experiências mais "passivas", embora tenha considerado também a dimensão da ação e o descentramento de uma filosofia do sujeito operada pela filosofia heideggeriana; já a fenomenologia do espírito absoluto de Hegel forneceria as bases para a compreensão do problema de um ponto de vista dialético que englobasse em uma totalidade o eu e o coletivo.[56] Indicando que essas diferentes tradições pouco consideraram acerca do problema da narrativa, Carr procurou, então, retomá-lo de um ponto de vista que pretendia conjugar, substantivamente, fenomenologia e narrativismo.

É nesse sentido que Carr procurou se distanciar de Paul Ricœur, autor que, supostamente, teria separado narrativa e "mundo real".[57] Ou seja, Ricœur, apesar de indicar a existência de uma "quase narrativa" nas ações humanas, anterior ao próprio ato de composição de uma intriga como "síntese do heterogêneo", tomaria esse nível mais elementar de experiência como uma relação descontínua com a temporalidade, em que passado, presente e futuro ainda não configuram uma totalidade de sentido. Para Carr, seria preciso redescobrir os fatores narrativos da experiência e da ação cotidiana, percebendo as narrativas históricas e ficcionais como "extensões e configurações de seus fatores primários".[58] Enfim, segundo o autor, elaboraríamos uma configuração narrativa dos eventos a partir de uma estrutura de temporalidade existente na própria experiência, na qual o passado e o futuro são postos em relação com o presente nas formas de retenção e "protensão", mesmo que não nos voltemos cognitivamente para eles. Haveria uma temporalidade interna à historicidade humana, um momento em que nossa vivência e a narratividade parecem indissociavelmente imbricados.

Talvez sejam um pouco injustas as considerações de Carr sobre Ricœur, inclusive por se aproximarem mais perigosamente de uma filosofia da consciência, que, durante longo período, acreditou que, por um ato puramente introspectivo, seria possível mapear a estrutura de funcionamento da consciência humana fora da sua vivência efetiva.[59] Além de considerar a rede semântica inerente às ações humanas, Paul Ricœur concebe o momento anterior à composição poético-narrativa, marcado por essa "quase narrativa" que dota de sentido a existência, como um momento apenas ideal, já que ele teria que ser compreendido dentro do "círculo hermenêutico" como um todo. Composto, além desse momento inicial de "prefiguração", também da "figuração" narrativa e da "reconfiguração" dessa elaboração poé-

fenomenológicas e hermenêuticas dos estudos de pensadores como Max Weber e Edmund Husserl para formular propostas semelhantes de abordagem. Ver, por exemplo, as concepções de Alfred Schutz, retomando ideias de E. Husserl e Henri Bergson, ou, mais recentemente, tentativas de mapear um campo de estudos das culturas políticas a partir da influência da sociologia compreensiva weberiana por Daniel Cefaï: WAGNER, Helmut (Org.). *Fenomenologia e relações sociais*, op. cit.; CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: _____. (Dir.). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001. p. 93-116.

[55] CARR, David. *Time, narrative and history*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

[56] A palavra "passiva" deve ser tomada no sentido de experiências menos reflexivas, já que a proposta de Carr é justamente demonstrar que, mesmo nesses casos, a consciência é "ativa" em sua estrutura de temporalidade. CARR, David. *Time, narrative and history*, op. cit.

[57] Ibidem, p. 15 ss.

[58] Idem. (tradução livre)

[59] Richard Palmer aponta esse direcionamento para uma perspectiva cada vez mais idealista e transcendental em Edmund Husserl. PALMER, Richard. *Hermenêutica*, op. cit.

tica (respectivamente, "mimese 1", "mimese 2" e "mimese 3"), o círculo hermenêutico, na realidade, apenas "hipoteticamente" se iniciaria na "mimese 1", pois ela já se conformaria, sempre, como "mimese 3" (momento da recepção ou apropriação da narrativa).[60] Trata-se, portanto, apenas de uma abstração teórica, um tipo ideal nos moldes weberianos, utilizado para permitir um entendimento mais complexo desse ciclo que compõe a configuração narrativa.

A perspectiva de Ricœur é frutífera por sua aproximação da tradição filosófica hermenêutica sem deixar de lado a visualização da "operação historiográfica" em sua totalidade, já que ela não se esgota na estrutura intrinsecamente hermenêutica da vivência, aspecto fundamental para pensar as especificidades das formas de constituição de sentido operadas pela narrativa histórica.[61] Vários autores, incluindo o próprio Ricœur, já apontaram como fragilidade nas teses de White a redução do conhecimento histórico apenas à dimensão da composição narrativa, tornando essa, provavelmente, a crítica mais consensual dos historiadores à sua abordagem tropológica.[62] O problema, por outro lado, se relaciona com um debate mais profundo e fundamental, que diz respeito ao modo como o conjunto das operações realizadas pelo historiador incide sobre a forma de constituição de sentido da narrativa histórica, ou seja, à necessidade de pensar a especificidade da narrativa produzida pelos historiadores a partir da tensão entre a etapa escriturária e as outras dimensões do ofício relativas à pesquisa e à regulação por procedimentos metodológicos. O próprio Ricœur, em *A memória, a história e o esquecimento*, tratou do tema a partir da categoria "representância", noção complexa já presente em trabalhos anteriores, mas que é discutida de forma um tanto sumária numa obra de tamanho fôlego.[63]

A categoria "representância" é utilizada por Ricœur, num primeiro sentido, para propor uma reflexão que ultrapasse a epistemologia da história, propiciando uma indagação mais propriamente ontológica sobre o estatuto peculiar da representação de algo (o passado) cuja única positividade ou condição histórica de existência seria a do "ter sido" (e não a de ser agora). Esse sentido da categoria, entretanto, é o que menos interessa para nossa discussão. O outro, debatido de forma muito sucinta pelo autor, envolve a noção de "representação-suplência", mencionada apenas numa nota de rodapé,[64] mas que se relaciona com todo o debate existente no campo da hermenêutica sobre o acréscimo de sentido gerado em qualquer produção artística ou interpretação textual (ou seja, o importante debate sobre as condições de possibilidade e os limites de qualquer interpretação no plano da hermenêutica, que jamais poderia pretender uma restauração do sentido original de uma obra). Vários autores do campo da teoria literária, é claro, já ressaltaram esse acréscimo de sentido como elemento fundamental da produção historiadora, mas o restringiram à dimensão narrativa dos artifícios retóricos e poéticos utilizados. Embora explore pouco o assunto, Ricœur indica que esse acréscimo de sentido deveria ser analisado tendo em consideração o conjunto dos procedimentos que caracterizam o trabalho do historiador:

> É mesmo, a meu ver, com a representação historiadora que esse aumento de significação [da representação-suplência] chega ao seu cúmulo, precisamente por falta de intuitividade. Ora, *esse acréscimo de sentido é o fruto da totalidade das operações historiográficas.* Deve assim ser creditado à dimensão crítica da história. A ideia

[60] Noções como recepção, na perspectiva de Ricœur, têm que ser compreendidas num sentido semelhante ao dado por Michel de Certeau à categoria "apropriação", pela qual o sujeito que se depara com qualquer tipo de produção cultural nunca é apenas passivo, elaborando sempre novos significados que, inclusive, historicizam a produção de sentido. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994/1996. 2 v.
[61] Paul Ricœur toma a expressão "operação historiográfica" do conhecido texto de Michel de Certeau de mesmo nome.
[62] Além de Paul Ricœur, essa é uma crítica recorrente, que aparece em trabalhos de Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen, entre muitos outros, o que torna desnecessária qualquer citação mais pormenorizada.
[63] RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. A categoria já aparece em *Tempo e narrativa*, mas discutiremos aqui considerando mais estritamente o modo como é apresentada nesta obra posterior.
[64] Ibidem, p. 294-296 (nota 76).

> de representância é então a maneira menos ruim de homenagear um procedimento reconstrutivo, o único disponível a serviço da verdade em história.[65]

Tratado de forma um tanto alusiva nessa obra de Ricœur, o problema foi discutido de modo semelhante, mas muito mais sistemático e abrangente, por Jörn Rüsen. Sua concepção serve para ilustrar a necessidade de confrontar a faceta poética do trabalho do historiador com outras operações igualmente imprescindíveis do ofício.[66] Assim como nas propostas de Carr e Ricœur, suas reflexões, de modo geral, tomam a narrativa como um problema que ultrapassa o ato de figuração poética relativo à transformação da história em texto, remetendo para as formas de constituição de sentido que fundamentam o pensamento histórico como parte integrante do "mundo da vida" (expressão que o autor tomou em Husserl), sem o qual a própria ciência da história seria impossível. Desse modo, o tema se encaminha para a discussão da narrativa histórica enquanto fundamento da "consciência histórica", o que corresponde a dizer que a narrativa também é compreendida por Rüsen como um dado antropológico universal relativo à condição histórica do homem, que está na base das formas com que ele opera com a temporalidade, integrando passado, presente e futuro numa unidade que permite orientar suas ações e lidar com a finitude da existência.

Por certo, também na perspectiva de Rüsen o ato poético de constituição narrativa de sentido por parte do historiador jamais poderia ser visto como um gesto autônomo, que lidaria diretamente com o passado em sua "facticidade". Sempre presente nas formas de orientação do agir e do sofrer humano, o passado já se encontraria articulado como "protonarrativa" na própria "tradição", permitindo aos homens organizarem suas intenções e expectativas no fluxo do tempo. Ou seja, a imagem do passado como um amontoado de fatos contingentes, presente nas teses de alguns narrativistas, deixa de lado o fato de ele já existir sempre como algo significativo na "memória histórica", base sob a qual os historiadores constroem suas narrativas, rememorando formas de constituição histórica de sentido presentes na cultura de seu tempo.[67] Inscrita nas próprias necessidades existenciais do homem para lidar com as incertezas da vida prática, orientando-se temporalmente e dissimulando a corrupção do tempo, a história aparece, em Rüsen, como um ato que dá continuidade ao pensamento histórico enquanto fundamento das ações cotidianas, potencializando a racionalidade ali presente a partir de critérios que permitem controlar ou regular metodicamente um uso do passado que se tornou consciente.

Desse modo, a formação da história como campo científico, em Rüsen, pressupõe o estabelecimento de um modo particular de lidar com a temporalidade, que ultrapassa a tradição e permite a formulação de narrativas históricas nas quais passado, presente e futuro aparecem como dimensões distintas de uma mesma unidade de sentido. Agora, percebido efetivamente como um tempo singular por meio da "consciência histórica", o passado não se reduz a um fator de orientação dos automatismos do agir contemporâneo, mas possibilita também a elaboração de "narrativas históricas" (entre elas, a própria história, cujo grau de sofisticação exigiria formas específicas de validação, compondo assim um ideal de racionalidade próprio aos procedimentos metódicos de um determinado tipo de conhecimento

---

[65] Ibidem, p. 296. (grifo meu)

[66] Vamos nos basear aqui, principalmente, nas ideias de Rüsen como expostas na trilogia: RÜSEN, Jörn. *História viva*. Brasília: UnB, 2007. _____. *Reconstrução do passado*. Brasília: UnB, 2007. _____. *Razão histórica*, op. cit.

[67] Martin Wiklund destacou que, para Rüsen, as experiências passadas também imporiam aos historiadores determinadas formas de compreensão e interpretação: "(...) há dados pré-narrativos de sentido [*Sinn-Vorgaben*] no mundo da vida e no passado aos quais toda narrativa precisa estar relacionada. Estes dados de sentido podem ser relacionados aos vestígios do passado que 'falam' conosco e que exigem interpretação (...). Quando dados históricos de sentido nos contam algo, trata-se do oposto de nossa instrumentalização do passado". WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*, n. 1, p. 39, ago. 2008. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/index>. Acesso em: 15 jan. 2012.

científico). Como totalidade organizadora das experiências e das expectativas, portanto, a história se originaria nas carências estruturais de orientação do homem, mas pressuporia um aumento do potencial de racionalidade já inscrito no pensamento histórico da vida ordinária, sem o qual se confundiria com outras formas de constituição histórica de sentido da consciência histórica. Sua especificidade enquanto forma narrativa, nesse caso, estaria relacionada justamente com procedimentos que permitiriam fundamentar e explicitar os critérios de sentido adotados pelos historiadores, já que tais critérios estão previamente articulados na memória histórica.

Nessa ótica, o problema da narrativa histórica impõe a necessidade de tornar consciente e metodicamente regulável o uso que os historiadores fazem das formas de constituição histórica de sentidos preexistentes, aspecto que não pode ser analisado desconsiderando-se os procedimentos que inspiram a pretensão da história enquanto disciplina científica. Na verdade, para Rüsen, a especificidade da narrativa produzida pelos historiadores se deve justamente ao potencial crítico conferido pelas regras metódicas relativas à pesquisa, que conformam uma estrutura de caráter formal (sem competência para criar fontes próprias de sentido), mas com capacidade de elevar a um patamar superior de racionalidade os tipos de narrativas da consciência histórica. Ou seja, os historiadores, ao mesmo tempo que recorrem a fontes narrativas preexistentes, precisam fazer um uso consciente e regulado das formas de sentido produzidas em outros campos, como a ideologia, a arte ou a religião, acrescentando um viés crítico que confere especificidade cognitiva à sua elaboração narrativa e permite que ela não se confunda com aquela produzida nesses outros planos — dotados de capacidade própria de criação de sentido, porém não regulados por procedimentos metódicos que, inclusive, impliquem na explicitação dos critérios narrativos utilizados.

Seria inviável explicar em pormenores o modo como Rüsen compreende a complexa relação entre a regulação metódica da pesquisa histórica e as formas de constituição histórica de sentido utilizadas pelos historiadores. Vale apenas ressaltar que, para tal, seu esforço foi, primeiramente, o de identificar os princípios de fundamentação científica da pesquisa histórica, definidos em três principais (relativos às noções norteadoras de experiência, significado e sentido) e sempre compreendidos a partir do modo como eles acrescentariam potencial cognitivo aos elementos racionais já presentes no pensamento histórico da vida humana prática.[68] Num segundo momento, seu movimento foi o de mapear o que identificou como os quatro *topoi* da narrativa histórica, ou seja, as principais formas de constituição de sentido da consciência histórica (a tradicional, a exemplar, a crítica e a genética).[69] Entre estas, a forma "crítica" seria aquela por meio da qual operariam os princípios metódicos de cientificização antes destacados, permitindo, inclusive, a transmutação da narrativa tradicional em exemplar, ou da exemplar em genética. Assim, através dela se produziria a tensão entre princípios metódicos e formas de constituição de sentido que daria às histórias um potencial cognitivo mais elevado, uma perspectiva crítica mais abrangente, fundamental às exigências crescentes do homem por formas de orientação no tempo dotadas de critérios sofisticados de racionalidade (e fazendo, portanto, com que a história não pudesse ser confundida com formas irrefletidas de constituição histórica de sentido, como a própria tradição).[70]

[68] Consultar, sobretudo, o capítulo 3 do primeiro livro da trilogia (*Razão histórica*).
[69] Consultar, sobretudo, o capítulo 1 do terceiro livro da trilogia (*Razão viva*).
[70] Esse ponto demarca uma diferença importante entre as perspectivas de Rüsen e Gadamer, já que, para este último, a consciência histórica se confundiria sempre com a própria tradição. Segundo Rüsen: "É sabido que Gadamer opõe os resultados cognitivos da compreensão contra a racionalidade metódica da ciência da história. Não obstante, a compreensão não só pode ser pensada como processo de pesquisa, no contexto sistemático de regulação pela heurística, pela crítica e pela interpretação, como também só pode ser realizada na prática". RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado.* Brasília: UnB, 2007. p. 138. Consultar também CALDAS, Pedro S. P. Hans-Georg Gadamer e a teoria da história. *Revista de História* (UFES), v. 24, p. 63, 2010.

Não cabe aqui avaliar os aspectos positivos ou negativos da perspectiva de Rüsen, traçada em linhas muito gerais, mas é importante destacar como ela aponta a esterilidade das discussões sobre a narrativa histórica que desconsideram outras dimensões do ofício do historiador. Mais do que isso: ela indica como um tratamento mais apurado do problema pode ser viabilizado por uma perspectiva mais ampla no campo da teoria da história, que pretenda refletir sobre os princípios de fundamentação de cada uma das operações da ciência histórica, indicando o modo peculiar com que esses elementos se conjugam no complexo processo de configuração de uma obra historiográfica. Se essa é a principal pretensão da produção teórica de Rüsen, que buscou mapear a "matriz disciplinar" da ciência da história isolando princípios gerais a partir dos fundamentos do pensamento histórico (desde sua origem na vida prática, orientando o agir contemporâneo, até seu retorno a ela por meio da formação e da didática histórica), não é de pressupor que tal seja a preocupação da maioria dos autores do campo da teoria literária que discutiram a dimensão narrativa do ofício do historiador.[71] As interrogações sobre as diversas operações do conhecimento histórico, portanto, deram a Rüsen, no mínimo, a possibilidade de indicar caminhos para a formulação de respostas mais complexas acerca da especificidade da narrativa histórica, que tenham valor não apenas como vetor de classificação taxonômica, mas que visem permitir um controle mais substantivo dos historiadores sobre os procedimentos da própria disciplina.

Aliás, o que confere certa singularidade à perspectiva teórica de Rüsen é que sua reflexão sobre os fundamentos do conhecimento histórico na própria historicidade da vida humana é acompanhada desse teor propositivo, que tem sido razoavelmente negligenciado no campo da teoria da história. Esse caráter propositivo, que assume a forma de princípios gerais e não de normas que arriscariam tornar apenas instrumental o debate teórico, impõe pensar como as interrogações sobre a história devem atravessar campos distintos, que englobam tanto uma reflexão mais hermenêutica sobre suas bases existenciais quanto uma discussão epistemológica sobre os fundamentos metódicos da disciplina. Além de Rüsen, conforme já ressaltamos, as obras de Paul Ricœur se encaminham na mesma direção, já que suas interrogações sobre a narrativa e a memória impulsionam debates importantes não apenas sobre essas duas dimensões (da epistemologia e do que ele chama de uma "hermenêutica da condição histórica"), mas acrescentam ainda uma outra, igualmente imprescindível: o componente ético do ofício do historiador, tendo em vista a importância da sua inserção nas polêmicas sobre o modo como as sociedades produzem um "trabalho de memória" e lidam com fenômenos como as "memórias sensíveis" ou o "dever de memória".[72] Todos esses planos são igualmente relevantes e não podem ser negligenciados nos debates sobre os fundamentos do saber historiográfico.

Por certo, parece forçoso notar que a relevância adquirida pelo tema da história enquanto forma de narrativa aconteceu paralelamente à revalorização das reflexões produzidas no campo da hermenêutica acerca dos fundamentos existenciais do conhecimento histórico. Seria impossível tratar essa discussão aqui com a devida complexidade, mas ela está na base não apenas da importância assumida pelas concepções de autores como Paul Ricœur, Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck atualmente, mas da retomada de toda uma tradição que, pelo menos desde a *Historik* de Droysen, buscou refletir sobre o que já foi

[71] Anthony Grafton também criticou as análises que caracterizam a historiografia apenas a partir de sua dimensão retórica, desconsiderando como a pesquisa interfere na construção de uma narrativa específica. Seu argumento, inclusive, é que o uso corrente de notas de rodapé teria demarcado a especificidade da história moderna como uma nova forma literária: "a história da nota de rodapé mostra que a forma da narrativa histórica sofreu repetidas mutações nos últimos séculos. (...) A história da pesquisa histórica e da retórica histórica, em suma, não podem ser separadas: até mesmo os esforços mais bem informados para fazê-lo distorcem os desenvolvimentos que buscam esclarecer". GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998. p. 189.

[72] Ver, especialmente, o capítulo 2 do já citado *A memória, a história, o esquecimento*.

chamado de uma "hermenêutica histórica do ser",[73] formulando interrogações meta-históricas sobre as próprias condições de possibilidade da ciência da história. Assim, para além das questões metodológicas que caracterizam a "história dos conceitos", é, sem dúvida, nas implicações teórico-filosóficas para pensar a historicidade da condição humana, expressas numa visão do "tempo histórico" como relação entre experiência e expectativa, que também deve ser entendida a força atual da obra de Reinhart Koselleck.

As interrogações de Koselleck sobre o tempo remetem não apenas àquelas de Santo Agostinho, mas ecoam as discussões de Heidegger sobre as raízes da historiografia na historicidade, aspecto que o próprio autor apontou como ainda não solucionado.[74] O diálogo com a filosofia hermenêutica de Gadamer, por outro lado, é também evidente, conforme se pode notar pela tentativa de estabelecer como objeto principal da teoria da história a estrutura temporal que condiciona qualquer tipo de vivência histórica, não obstante essa semelhança seja matizada pelo enorme esforço empírico de dar conta do tema na modernidade e pelas diferenças traçadas em relação à preocupação gadameriana com uma teoria mais geral da compreensão, que toma a história apenas como uma "subdvision de la compréhension de l'existence".[75] O papel de acessório destinado ao método, que faria com que o título *Verdade e método* contivesse "quelque chose de trompeur",[76] assim como a tendência à redução da existência à linguagem são também elementos que afastam Koselleck e permitem a elaboração de uma proposta teórico-metodológica centrada numa semântica dos conceitos que não inviabiliza o diálogo com a história social e o compromisso com regras de validação referidas, inclusive, ao "poder de veto" das fontes documentais.[77]

É num sentido semelhante que podemos compreender a revalorização das reflexões sobre o fundo ritual do ofício do historiador, sua relação com o trabalho de luto que atravessa os ritos de enterramento ou com as práticas cívicas e outras formas de ritualização do tempo. Michel de Certeau, possivelmente ecoando as indagações a respeito elaboradas por Michelet, destacou o papel da escrita da história na exorcização da morte, comparando-a com o "túmulo" e o "rito de sepultamento".[78] Nesse plano, a dimensão existencial da historiografia, compreendida como forma de dissimular a morte e a corrupção do tempo, é o aspecto fundamental, o que explica as comparações com os rituais cívicos, que também expressariam as pretensões de eternidade do homem, com seu desejo de igualar as três dimensões do tempo descritas por Santo Agostinho (o passado, o presente e o futuro, como na onisciente presença divina).[79] Mona Ozouf, por outro lado, analisando os rituais da Revolução Francesa, os apresentou como expressões do desejo de parar o transcurso do tempo, de eternizar o presente e lidar com o inesperado do futuro, indicando uma tentativa de controle da temporalidade que também poderia ser aproximada àquela da própria escrita da história.[80]

---

[73] BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: DROYSEN, Johann G. *Manual de teoria da história*, op. cit. p. 20. Sobre o assunto, consultar também CALDAS, Pedro. *Que significa pensar historicamente*: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen. Tese (doutorado em história) — Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

[74] Na verdade, Koselleck coloca em dúvida se uma "análise da existência" poderia dar conta das "estruturas temporais intersubjetivas da história". KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 363.

[75] KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1997. p. 182.

[76] Ibidem, p. 193.

[77] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*, op. cit. p. 188.

[78] Consultar CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 107.

[79] A relação entre a prática historiográfica e os rituais cívicos (inclusive, os funerais dos "grandes homens") é discutida por Fernando Catroga em vários trabalhos. Ver, especialmente, CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: _____; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*: da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 221-361.

[80] OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História*: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 217-231. _____. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris: Gallimard,

Com efeito, o debate sobre as especificidades da narrativa histórica tendeu, cada vez mais, a refletir essas interrogações sobre os fundamentos existenciais da historiografia, ultrapassando a agenda de questões indicadas no importante trabalho de Hayden White. O que parece mais frutífero nas reflexões de alguns autores anteriormente apontados, por outro lado, é que seu diálogo com as proposições filosóficas sobre a história que caracterizam a tradição hermenêutica não impede considerar as regras e formas específicas de validação da disciplina histórica. Talvez ainda faltem concepções mais propositivas nesse plano, sempre com maior risco de promover um tratamento a-histórico, mas que podem ser relevantes se resguardada a consciência de que serão necessários uma constante reatualização e um controle intersubjetivo sobre a ambição de formular regras gerais que ultrapassem o plano das diretrizes. Enfim, a complexidade das interrogações atuais sobre a natureza do conhecimento histórico impede soluções fáceis, restritas apenas ao plano epistemológico, porém indica que não podemos rejeitar o debate metodológico e nos fincarmos apenas em considerações éticas e ontológicas sobre a condição histórica do homem. Talvez não precisemos nos afundar apenas num pragmatismo epistemológico de corte positivista ou num humanismo ético que, de tão profundo, pode correr o risco do diletantismo.

1976. Discuti algumas concepções sobre a relação entre a história e os rituais cívicos em MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, São Paulo, 2011.

De corpo e alma na margem: catolicismo, santidade e medicina no Norte de Portugal (c. 1900 — c. 1950)*

Tiago Pires Marques
Cermes3/Universidade Paris Descartes
Paris, França
Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa)
Lisboa, Portugal
tiagopmarques@gmail.com

RESUMO
Num primeiro olhar, a personalidade religiosa da beata Alexandrina Maria da Costa surge como estranha e desconcertante. Este artigo propõe um exercício de compreensão histórica e antropológica que reduz essa estranheza. Sustenta-se que este caso reflete a história de uma comunidade com uma identidade religiosa forte, onde um catolicismo devocional convivia com investidas clericais visando promover uma subjetividade espiritual. Ao mesmo tempo, a medicina e a psiquiatria forneceram novas grelhas de interpretação da experiência religiosa. Este conjunto heterogêneo de elementos formou uma mística vernacular que atribuiu novos significados às entidades liminais próprias do universo religioso do Norte de Portugal. A linguagem da mística vernacular construiu a interioridade de uma experiência que, em sua singularidade, foi sempre fortemente socializada.
Palavras-chave: santidade popular; mística; medicina e psiquiatria; liminalidade; Alexandrina de Balasar.

ABSTRACT
On a first approach, the religious personality of Blessed Alexandrina Maria da Costa strikes us as strange and disconcerting. An exercise in historical and anthropological comprehension, this article reduces such strangeness. It is argued that this case reflects the history of a local community with a strong religious identity, in which devotional forms of Catholicism combined with initiatives on the part of the clergy aiming to promote spiritual subjectivities. At the same time, Medicine and Psychiatry provided new interpretation frameworks regarding religious experiences. From this ensemble of heterogeneous elements eventually emerged a vernacular form of mysticism, within which the traditional liminal entities acquired new meanings. The language of vernacular mysticism constructed the interiority of an experience that, albeit singular, was always strongly socialized.
Keywords: popular sainthood; mysticism; Medicine and Psychiatry; liminality; Alexandrina de Balasar.

* Agradeço a leitura e as valiosas sugestões de Maria de Lurdes Rosa, assim como os comentários dos pareceristas da revista *Topoi*. Agradeço também as discussões de versões preparatórias deste artigo com meus colegas do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa) e do Cermes3/Universidade Paris Descartes. Este artigo foi elaborado no âmbito de um projeto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal). Artigo recebido em 13 de março de 2012 e aceito em 23 de maio de 2012.

Em 2004, o papa João Paulo II beatificou uma mulher com pouca instrução, natural de uma pequena aldeia do Norte de Portugal, que, sofrendo de uma doença incapacitante, viveu toda a sua vida adulta presa a uma cama. Filha da sociedade rural do Minho, Alexandrina Maria da Costa (1904-1955) — Alexandrina de Balasar para os devotos —, foi assim formalmente reconhecida como portadora de uma experiência mística digna de ser apontada como exemplo. Em suas várias versões, a vida de Alexandrina é o relato de um sofrimento físico e moral incessante, repleto de visões, possessões demoníacas, mortificações, êxtases e fenômenos sobrenaturais. Tomadas à letra, as expressões da sua vida interior, de uma tonalidade melancólica comparável à de doentes psiquiátricos, são um desfiar de horrores:

> Morri, morri para o mundo, morri para tudo. Deu o último suspiro aquele pequenino sopro de vida que já há muito vinha a agonizar, desaparecendo de toda a força que o arrastava pelo cemitério imenso. Até os próprios bichos desapareceram, aqueles que vinham sobre as minhas cinzas e sobre outras que não eram minhas, mas que estavam ao meu cuidado. Há dias que principiou a cair uma chuva de sangue, vinda do alto. Choveu sangue e ainda continua a chover. A princípio banhou as cinzas. Depois levou-as de tal forma até que desapareceram, já não existe nada. O sangue continua a vir do alto; cai sobre o que está limpo, já não tem mais que lavar.[1]

Noutro exemplo,

> a minha vida é morte; continuo a viver a vida dos mortos. Que imensa sepultura, em que podridão estou sepultada; causa-me nojo, causa-me horror. Sinto-me a ser comida pelos bichos escondidos nesta podridão; sinto-os a mexer e remexer nesta imundície. E não tenho outra vida a não ser esta, nem outra luz a não serem as trevas do meu espírito. Triste cegueira que não me deixa ver senão horrores nojentos, apodrecidos.[2]

Porém, simultaneamente, Alexandrina glorifica este sofrimento, entregue a Deus pela expiação dos pecados da humanidade e pela reparação do mal do mundo. Essa dádiva redentora do sofrimento faz destes "êxtases mortos", como lhes chama Alexandrina, uma fonte de vida.[3] Se tivermos em conta que Alexandrina é contemporânea da psiquiatria moderna e da imagem fotográfica — elementos que integraram sua vida e *persona* religiosas —, esta experiência e sua linguagem espiritual são dificilmente compreensíveis dentro dos parâmetros habituais da contextualização histórica. Com efeito, a experiência de Alexandrina cristaliza elementos que remetem para várias temporalidades. Esta hipótese servirá de ponto de partida a este estudo.

Heranças múltiplas, temporalidades cruzadas

Num importante ensaio de antropologia histórica, *Le sang et le ciel*, Jean-Pierre Albert deu uma formulação sistemática ao conjunto de tópicos estruturantes da santidade feminina cristã. Analisando o tecido narrativo formado ao longo de séculos de hagiografias, Albert parte da hipótese de que a santidade feminina é particularmente problemática para o catolicismo. Essa hipótese resulta da conjugação

[1] COSTA, Alexandrina Maria da. *Sentimentos da alma*. 24 out. 1944. In: <alexandrinabalasar.free.fr/folhas_vejo_tantas_coisas.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.
[2] Ibidem, 13 jun. 1947 (dia da festa do Sagrado Coração de Jesus). In: <alexandrinabalasar.free.fr/alex_transverberacao.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.
[3] Segundo os hagiógrafos, a 11 de fevereiro de 1955, Jesus disse a Alexandrina: "Repete o teu Creio; são êxtases de fé, de dor, de amor. São êxtases mortos, para darem vida". PASQUALE, Humberto (S.D.B.). *Beata Alexandrina*. 9. ed. Maia: Edições Salesianas, 1998. p. 228.

de duas observações: o muito menor número de canonizações femininas que masculinas, e certas elementos recorrentes nas figuras femininas de santidade.[4] Relativamente a esse segundo aspecto, o autor observa que no *corpus* de hagiografias analisadas sobressai a referência à *mística*, motivo que acompanha certa desmesura na experiência da dor e do sofrimento, na forma de mortificações e de atos repugnantes visando a degradação física, de suplícios e de doenças que adquirem um valor penitencial. Segundo Albert, a experiência mística da dor e da degradação da carne, acentuando o carácter heroico da personalidade em causa, e por conseguinte a natureza viril da sua espiritualidade, revela que a santidade feminina é construída no interior de um modelo estruturalmente masculino.[5]

Este aspecto é, para o autor, revelador da posição da mulher neste universo simbólico: em virtude de uma impureza constitutiva, de que o sangue menstrual é a marca mais visível, a mulher não pode, mantendo as características da sua *natureza feminina*, projetar-se no campo do divino.[6] Desta lógica decorre a negação da capacidade de mediar no acesso ao sagrado, patente na recusa do sacerdócio feminino.[7] Porém, essa mediação torna-se possível num regime excepcional ou anômalo, o do casamento místico com Cristo, em que a mulher morre carnalmente oferecendo sua virgindade ao Redentor. Este regime de santificação inclui um processo de *desincarnação*, através do qual a mulher transcende, através de atos heroicos de mortificação e autodegradação, seu corpo feminino. O tópico dos "jorros de sangue" e a "bulimia eucarística", recorrentes nas hagiografias de santas, vêm, assim, simbolizar as núpcias da mulher, em processo de santificação, com Cristo. A sacralidade feminina no mundo cristão repousa, pois, segundo esse autor, na negação das funções biológicas naturais da mulher, em particular, as da reprodução. Ora, na tradição hagiográfica cristã, esse aspecto é sublinhado pela prática do jejum e pelo tópico da cessação das excreções "animais", substituídas por excreções de referência floral (os "odores de santidade"). A conjunção desses tópicos constitui o mito da "inédia", central na tradição hagiográfica das místicas do catolicismo.[8]

Num estudo anterior sobre a mesma fenomenologia, e em particular sobre as formas radicais de jejum praticadas por mulheres, a historiadora Caroline W. Bynum, ainda que reconhecendo o carácter estruturante de alguns destes elementos — como o dualismo entre corpo e alma, a associação da santidade à renúncia dos prazeres do corpo, a dificuldade de acesso das mulheres à santidade —, distanciara-se deste tipo de interpretação. Em vez de associar o jejum a uma misoginia interiorizada e, portanto, a uma forma inconsciente de autopunição, Bynum pôs em evidência os significados religiosos positivos associados a certas formas de sofrimento, assim como o *empowerment* feminino, e exclusivamente feminino, que ele permite.[9] Mas, por isso, tal *empowerment* torna-se perigoso, necessitando de interpretação e controlo clerical. No jejum jogava-se, por exemplo, a possibilidade de um controlo efetivo sobre um recurso vital — a comida — estreitamente ligado à função social atribuída às mulheres, a de a preparar e servir. Completado pela alimentação eucarística, o jejum era indissociável da experiência da "fusão mística" com Cristo.[10]

Representando estratégias de enfoque distintas, mas ambas igualmente sugestivas e bem fundamentadas, estes dois autores permitem hoje balizar este terreno de investigação. Se Albert é convincente na definição de constantes estruturais da santidade feminina cristã, sua dependência, pelo menos parcial, de pressupostos teóricos do estruturalismo e da psicanálise (como a correspondência simbólica

[4] ALBERT, Jean-Pierre. *Le sang et le ciel*. Les saintes mystiques dans le monde chrétien. s.l.: Aubier, 1997. p. 24.
[5] Ibidem, p. 410-413.
[6] Ibidem, p. 403-404.
[7] Ibidem, p. 416-419.
[8] Ibidem, p. 181-215.
[9] Agradeço a Maria Lurdes Rosa a precisão, neste ponto, relativamente a uma versão anterior.
[10] BYNUM, Caroline Walker. *Holy feast and holy fast*. The religious significance of food to Medieval women. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1987. p. 218.

inconsciente entre o sangue das chagas de Cristo e o sangue menstrual) propõe às ciências humanas sérios problemas de validade científica, resultantes da impossibilidade de verificação empírica da hipótese psicanalítica. Por seu turno, o estudo de Bynum, focando a dimensão de agenciamento presente nas experiências descritas, defende bem a necessidade de ligar tais experiências religiosas a um contexto histórico tão vasto quanto possível e de inseri-las na rede de símbolos interconectados que lhes dá a densa espessura social que, segundo a historiadora, já não encontramos em experiências análogas nas sociedades modernas.[11] Contudo, ainda que atenta às diferenças de gênero na construção das espiritualidades cristãs, a análise de Bynum dá pouca atenção às condicionantes institucionais e sociais das experiências religiosas em causa; por outro lado, não permite compreender a longa duração da tópica hagiográfica. Mas as duas perspectivas, de certa forma complementares, podem servir de base a uma nova tentativa de síntese histórico-antropológica da problemática da santidade. O caso de Alexandrina presta-se bem a este exercício, já que, pela riqueza de dados que nos fornece, permite examinar o problema da relação entre função/estrutura social e os significados/agenciamentos individuais na experiência religiosa.

Alexandrina pertence a um mundo que, em muitos aspetos, é distante do universo da santidade medieval. No entanto, sua experiência religiosa inclui elementos da tópica hagiográfica e ganha em ser analisada à luz dessa problemática. Por outro lado, Alexandrina de Balasar não foi, no seu tempo, um caso isolado.[12] Nos textos que lhe são atribuídos ecoam, por exemplo, as declarações do sofrimento, mais enunciado do que observado, de Maria de Loyola, fundadora da Congregação das Religiosas Adoradoras do Precioso Sangue, no início do século XX. Ora, como defendeu Albert, essas declarações refletem o martírio de Santa Lydwine de Schiedam, no século XV, provocado por uma série interminável de doenças; martírio, enfim, que viria atualizar os inefáveis suplícios de Santa Cristina de Tyr, mártir cristã do final do século III d.C.[13]

Com efeito, na sua linguagem, a experiência e espiritualidade de Alexandrina são muito próximas das de mulheres místicas de outros tempos históricos. Veja-se, por exemplo, a história "santamente sórdida" de Louise du Tronchait (1639-1694) (autodesignada *Louise du Néant*), expressão de Henri Brémond na obra clássica *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*.[14] Tal como em Alexandrina, a doença é a matéria-prima de um processo de identificação crística, numa vida "toda crucificada"; e a mortificação do corpo, a humilhação e a aniquilação de si são meios de santificação. Louca e fazendo-se passar por louca, seus gritos horrorizavam as irmãs da comunidade de Charonne, onde procurou acolhimento religioso. Como Alexandrina, Louise foi tida por possessa e por bruxa.[15] Enfim, também ela exterior à instituição religiosa, Louise du Néant ofereceu-se em "holocausto vivo" pela expiação dos pecados do mundo.[16] Guiada por vários diretores espirituais, que garantiram a ligação com a tradição mística cristã, Louise du Néant é um bom exemplo da "via de abjeção" valorizada pelos jesuítas na França do século XVII. Porém, o caminho dessa mística conduziu, não a um reconhecimento de santidade, mas ao internamento, por alienação mental, no asilo da Salpêtrière. Para as autoridades religiosas desta época, determinadas a combater os excessos e os fenômenos extraordinários da vida

[11] Ibidem, p. 7 e 298.
[12] Maria de Lurdes Rosa cita este e outros casos, em Portugal, onde a tópica da santidade medieval ecoou em manifestações religiosas durante os séculos XIX e XX. ROSA, Maria de Lurdes. Hagiografia e santidade. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. p. 326-361, 331 e 335; ROSA, Maria de Lurdes. *Santos e demônios no Portugal medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010. p. 76-80.
[13] ALBERT, Jean-Pierre. *Le sang et le ciel*, op. cit. p. 16-19.
[14] BREMOND, Henri. *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*. vol. 5 — La conquête mystique. Paris: Librairie Bloud et Gay, 1933. p. 345.
[15] Ibidem, p. 352-353.
[16] GIMARET, Antoinette. Louise du Néant, une sainteté problématique. *L'Atelier du Centre de Recherches Historiques,* v. 4, p. 2, 2009. Disponível em: <http://acrh.revues.org/index1354.html>. Acesso em: 11 maio 2012.

espiritual, essa mística surge já como suspeita, desviante, figura mais patológica do que religiosa.[17] Ora, no universo católico, esta fenomenologia e tópica religiosas seriam, durante o século XVIII, objeto de um escrutínio teológico sustentado em guiões normativos rigorosos na codificação da experiência religiosa. E no tempo de Alexandrina eram objeto de uma crítica de inspiração científica e racionalista, surgindo para muitos clérigos como anacrônicas ou mesmo reveladoras de personalidades patológicas.[18]

Importa, pois, inquirir sobre as circunstâncias que tornaram possível a reatualização histórica desta tópica numa pequena aldeia do Norte de Portugal durante a primeira metade do século XX. Sabemos que Alexandrina foi, antes de mais, uma "santa viva", no sentido das formas de religiosidade geralmente apelidadas de populares. Os elementos sobrenaturais da experiência de Alexandrina evidenciam esse substrato popular. Não será assim possível resolver comodamente a questão pela leitura da experiência de Alexandrina à luz de um referencial de religiosidade popular, atribuindo-lhe simultaneamente características patológicas? Mas como explicar, neste caso, o investimento espiritual e afetivo dos múltiplos intervenientes, vários deles pertencentes à hierarquia clerical, na vida de Alexandrina? Para abordarmos estas questões, é necessário conhecer melhor sua história.

As narrativas hagiográficas

a) Metodologia

São atribuídos a Alexandrina três conjuntos de textos: uma *Autobiografia*, datada de 1943 ou 1944, sucedendo ao seu internamento para observação num hospital da região do Porto; um corpo de reflexões espirituais e biográficas recolhidas entre 1944 e sua morte em 1955, a que se deu o título de *Sentimentos da alma*, e duas recolhas do mesmo tipo publicadas pelo padre salesiano Humberto Pasquale (segundo diretor espiritual de Alexandrina);[19] e ainda várias cartas aos diretores espirituais, médicos e personalidades várias. Porém, estes textos não foram escritos pela mão de Alexandrina, tendo sido ditados a várias pessoas próximas, nomeadamente a irmã Deolinda, a professora da escola de Balasar e o médico assistente, Manuel Augusto Dias de Azevedo. Por outro lado, os textos atribuídos a Alexandrina inserem-se invariavelmente num conjunto textual onde se verificam múltiplas interferências de terceiros. Não existindo, de momento, versões estabilizadas dos textos místicos de Alexandrina, sua produção espiritual é-nos acessível através de um palimpsesto vasto e multiforme cuja autoria é, na realidade, mais coletiva que individual.

Em 1956 surgiu a primeira biografia, assinada pelo padre Mariano Pinho, com o título *Uma vítima da Eucaristia. Alexandrina Maria da Costa, a doentinha de Balasar*; a esta seguir-se-ia uma biografia aumentada, *No calvário de Balasar*, com primeira edição em 1963. Ambas foram inicialmente publicadas no Brasil, sendo atualmente este país um dos focos da devoção a Alexandrina. No fim da década de 1960, teve início o processo de beatificação, promovido pelo segundo diretor espiritual, o sacerdote italiano Humberto Pasquale.[20] A sua apresentação foi publicada com o título *Eis a Alexandrina. Postulação da causa* (1967). No contexto do movimento pela beatificação, foram traduzidas para o italiano muitas das alocuções de Alexandrina. A tradução foi realizada por um casal de professores italianos, Chiaffre-

[17] Ibidem, p. 8 e 23-24.
[18] BYNUM, Caroline Walker. *Holy feast and holy fast*, op. cit. p 74; MARQUES, Tiago Pires. Mystique, politique et maladie mentale. Historicités croisées (France, c. 1830 — c. 1900). *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, n. 23, p. 37-74, déc. 2010. p. 48.
[19] *Artigos biográficos da Serva de Deus Alexandrina Maria da Costa*. Porto: Empresa de Publicidade do Norte, 1966; e *A paixão de Jesus em Alexandrina Maria da Costa*. Porto: Edições Salesianas, 1979.
[20] Sobre o processo de beatificação, Kenneth Woodward fornece dados de grande interesse: WOODWARD, Kenneth L. *Comment l'église fait les saints*. Paris: Grasset, 1992. p. 181-189.

do e Eugenia Signorille, considerados autoridades na espiritualidade da beata de Balasar pelos devotos. De entre as várias obras apologéticas consagradas a Alexandrina, devem referir-se a biografia do padre Humberto Pasquale, *Alexandrina* (já com nove edições),[21] e seu opúsculo intitulado *Fátima e Balasar. Duas terras irmãs* (1979). Em 1994, foi publicada uma biografia da autoria do padre Gabriele Amorth, *Por detrás de um sorriso* (original italiano, de 1992) e, mais recentemente, de Leo Madigan, *Alexandrina da Costa. The mystical martyr of Fatima* (2005).[22]

Atualmente, a devoção e a espiritualidade de Alexandrina são promovidas, em grande medida, pela internet. Destaca-se o site autointitulado oficial, de caráter devocional, dinamizado por Afonso Rocha, emigrante em França e tradutor para o francês de uma biografia de Alexandrina.[23] Composto por centenas de páginas, esse sítio apresenta, em várias línguas (incluindo o inglês, o italiano, o francês, o japonês e o mandarim), um grande acervo de informações sobre Alexandrina, assim como uma surpreendente coleção de material fotográfico, vídeo e iconográfico. Refiram-se ainda os sítios devocionais de José Ferreira, alguns muito especializados (como o blog dedicado apenas ao jejum da Beata; ver bibliografia).

A base documental deste estudo é, pois, constituída pelos textos de Alexandrina, as biografias dos dois diretores espirituais[24] e documentos citados ou reproduzidos nos referidos sítios devocionais. Ora, essas fontes têm invariavelmente uma natureza hagiográfica, o que remete para uma lógica de construção bem codificada. Neste caso, a essa forma de produção discursiva se acresce um conjunto de mediações de leigos, nos quais a codificação hagiográfica tradicional se combina com outros tipos de lógica. Além disso, a apresentação de um santo na internet para fins devocionais coloca problemas específicos. Na senda de autores como Manuel Castells e Pierre Lévy, o antropólogo Paolo Apolito, por exemplo, observou a relação entre movimentos religiosos contemporâneos e o espaço cibernético. Em *The internet and the Madonna*, Apolito refere-se a uma "colonização tecnológica" do imaginário católico, com consequências importantes nas práticas e representações religiosas. Segundo Apolito, a fotografia, o vídeo e a internet tendem a tornar obsoleta "a tensão entre carisma e instituição": para contatar com o divino, o devoto pode prescindir da presença da personalidade carismática ou visionária e da instituição eclesiástica.[25] Os movimentos devocionais, com origem local, e portanto fortemente enraizados em contextos experienciais coletivos, tendem, por essa via, a uma *desterritoralização*. Verifica-se uma "deslocalização do sagrado", numa tensão entre a universalização de uma mensagem local e o que William Christian chamou, ainda que noutro contexto, de "clonagem da paisagem do sagrado".[26]

No âmbito deste artigo, não é possível aprofundar estas questões, essenciais se quisermos empreender um estudo etnográfico do culto contemporâneo de Alexandrina. Porém, importa ter presente que, ao utilizar fontes obtidas na internet, nos encontramos, pelo menos formalmente, na posição do internauta devoto descrito por Apolito,

> (...) obrigado a descontextualizar e recontextualizar tudo o que surge ao seu alcance, retirando todos os elementos do contexto no qual eles foram produzidos ou no qual foram inseridos, conectando-os com outros

[21] A partir de 1998, ainda antes da beatificação, o título foi modificado para *Beata Alexandrina*. A primeira edição é de 1960.
[22] Esta lista, não exaustiva, pode ser completada com as referências indicadas por: ROSA, Maria de Lurdes. Hagiografia e santidade, op. cit., p. 349.
[23] Disponível em: <http://alexandrinabalasar.free.fr/>.
[24] A biografia do padre Mariano Pinho está também disponível em linha: <http://alexandrinabalasar.free.fr/no_calvario_indice.htm>. Acessoo em: 15 jan. 2010.
[25] APOLITO, Paolo. *The internet and the Madonna*. Religious visionary experience on the web. Chicago: University of Chicago Press, 2005. p. 101.
[26] CHRISTIAN JR., William. *Person and God in a Spanish valley*. Nova York: Seminar Press, 1972. p. 48, 181-182. Cit. por APOLITO, Paolo. *The internet and the Madonna*, op. cit. p. 152-153.

> elementos, com outros contextos relativamente provisórios, e eventualmente com todos os outros objetos. Mesmo quando o internauta mantém as contextualizações oferecidas pelo site, ele não faz outra coisa senão usar o seu próprio poder de recontextualização de acordo com as possibilidades ao seu dispor, que só por coincidência correspondem com a configuração do site.[27]

Neste caso, os autores dos sites facilitam a necessária operação de descontextualização/recontextualização, pelo fato de, regra geral, identificarem os documentos fixados previamente — como as biografias, por exemplo —, permitindo, assim, separá-los dos comentários posteriormente adicionados. Comparando com as fontes impressas, é interessante observar, para além da recontextualização da experiência de Alexandrina, uma reorganização do espaço documental: por exemplo, algumas peças documentais, que assumiam pouco relevo no arquivo material, nomeadamente no conjunto das fontes impressas (essencialmente clericais), adquirem agora maior visibilidade. É o caso, por exemplo, dos relatórios clínicos. Noutros casos, comparando o material colocado em linha com os textos impressos, observamos pequenas diferenças, indiciadoras de um trabalho de triagem por parte dos intervenientes clericais. Nas versões impressas — por exemplo, a biografia assinada pelo padre Humberto Pasquale —, os textos de Alexandrina aparecem na forma de excertos e a sua linguagem foi claramente objeto de alguma depuração. Por outro lado, os sites referidos contêm imagens fotográficas dos documentos, possibilitando, nalguns casos, um acesso direto ao seu conteúdo. Assim, optei, regra geral, por citar os textos de Alexandrina na versão encontrada nos sites indicados, o que permitirá ao leitor aceder facilmente às fontes. Porém, mais do que acrescentar informação, neste caso, a internet vem, sobretudo, reordenar um conjunto arquivístico previamente constituído.

A confrontação dos dois tipos de arquivos — cibernético e material — põe em evidência a multiplicidade de intervenções operatórias na construção desta personalidade religiosa. Veremos, com efeito, que a vida e a experiência religiosa de Alexandrina se constituem numa teia complexa de agenciamentos e são objeto de sucessivas mediações. O estudo deste caso é, pois, em boa medida, uma observação de tais agenciamentos e mediações, na diversidade das suas lógicas, códigos e objetivos.

Foi através das hagiografias, impressas e publicadas nos sites referidos, e de peças clínicas colocadas em linha que tomei conhecimento dos relatórios médicos. Contrariamente ao que aconteceu com os textos religiosos, não pude comparar essas peças clínicas com seus originais impressos, já que não tive acesso ao arquivo hospitalar. Porém, mais do que a referência a uma "realidade clínica" que contribuiria para a elucidação de um "caso", é a inclusão dessas peças médicas no material hagiográfico que me parece aqui significativa. Trata-se, com efeito, de observar como a medicina e a psiquiatria se inscreveram no dispositivo hagiográfico. Por outro lado, estes documentos médicos, ainda que mediados pela narrativa hagiográfica, dão-nos informação relevante sobre o posicionamento dos médicos e psiquiatras em relação à experiência da mística.

Enfim, tendo em conta a natureza muito mediada das fontes disponíveis, pareceu-me necessário complementar esse corpo de fontes com testemunhos de pessoas que acompanharam o caso em Balasar. Para esse efeito, desloquei-me à povoação minhota em março de 2010, março de 2011 e outubro de 2011, onde realizei várias entrevistas e observações. Neste trabalho, mobilizando uma metodologia de história oral, tornou-se claro que tais testemunhos captam as ressonâncias contemporâneas da vida

[27] "*(...) obliged to decontextualize and recontextualize everything that comes within reach, extracting everything from the context in which it was produced or into which it was inserted, connecting it to other things, other relatively provisional contexts, and to virtually all other things. Even when the surfer preserves the contextualizations offered by the site, she does nothing other than use her own power of recontextualizing according to the possibilities at her disposal, which only coincidently correspond to the configuration of the site itself.*" Ibidem, p. 224. (minha tradução).

religiosa de Alexandrina e refletem as formas atuais do seu culto. Por conseguinte, remetem para uma problemática que, tal como o proselitismo cibernético, se situa fora do âmbito deste artigo. Ainda assim, tomei em consideração alguns dos elementos recolhidos, que se revelaram úteis para validar elementos essenciais decorrentes das fontes publicadas — por exemplo, quando esses elementos têm aí apenas uma presença pontual, e não tópica — ou para fundamentar certas inferências às quais faltava uma base sólida. Esses testemunhos vieram, assim, confirmar os seguintes elementos, cruciais, recolhidos na documentação publicada: a existência de interpretações locais representando Alexandrina como bruxa; a sua situação inicial de relativa marginalidade e de grande carência econômica, e a sua progressiva integração numa rede de solidariedade local; a presença e importância dos diretores espirituais e outros sacerdotes, assim como a do médico Manuel Dias de Azevedo; e, enfim, a ligação de Alexandrina, familiares e pessoas próximas a movimentos religiosos devocionais. Do testemunho de uma pessoa próxima de Alexandrina, conhecedora das várias obras que sobre ela se escreveram e que aqui utilizo como fontes, ficou também a nota de grande adesão às narrativas hagiográficas publicadas. Para a pessoa em causa, que acompanhou de perto a vida de Alexandrina durante longos anos, estas obras contam a "verdade". Este aspecto indicia que, pelo menos nalguns casos, a memória de Alexandrina é hoje balizada, senão mesmo mediada, por essas narrativas.

b) Alexandrina Maria da Costa: uma vida de doença e paixão

Vejamos então brevemente as principais etapas do seu percurso de santificação, tal como nos é dado pelas narrativas biográficas e hagiográficas, em particular na sua *Autobiografia*. Nascida numa "quarta-feira de trevas" e batizada num "Sábado de Aleluia", Alexandrina tem da sua infância uma imagem globalmente feliz, ainda que se detectem já prenúncios da sua vocação religiosa e sofredora. É muito devota de Nossa Senhora, a quem chama a "Mãezinha", ama apaixonadamente as "florzinhas" do campo, tema recorrente em sua literatura espiritual, e desde muito nova ajuda os vizinhos a vestir os defuntos. Na Póvoa de Varzim, recebe uma instrução sumária e é contratada para trabalhar em casa de um homem da aldeia, um "vizinho", que descreve como um "carrasco". Volta à casa materna para fugir dos maus tratos que lhe inflige o vizinho carrasco; porém, este a procura em casa e tenta violá-la. Para escapar, Alexandrina salta da janela do quarto e cai em falso. Esta queda — tem Alexandrina então quatorze anos — seria a origem de todas as suas aflições futuras. Perdendo progressivamente a capacidade de andar, Alexandrina procura os médicos e é-lhe diagnosticada uma mielite lombar. Experimenta vários tratamentos médicos, mas sem sucesso. Em 1924, aos 19 anos, fica definitivamente acamada.

Tal como em muitos casos da mística feminina cristã, a personalidade religiosa de Alexandrina começa a ganhar forma a partir da constatação da doença incurável: este momento marca, na narrativa autobiográfica, o início da "via mística". Paraplégica, sofrendo de grandes dores físicas e morais, Alexandrina consagra-se a uma existência religiosa radical, durante a qual tem inúmeras visões, é objeto de tentações, possessões demoníacas e de êxtases.

No início dos anos 1930, Alexandrina chama a atenção do padre jesuíta Mariano Pinho, que se torna seu diretor espiritual. Segundo os relatos, foi o jesuíta que lhe permitiu compreender o sentido religioso do seu sofrimento e da sua via espiritual. Porém, durante esta década, Alexandrina atravessará várias crises espirituais, com prenúncios de morte, o sentimento de estar moribunda, e, como atrás se viu, de ter morrido. A sua aflição é aliviada quando o diretor espiritual a informa de que se trata da "morte mística", que serve como purificação interior antes de uma união mais profunda com Cristo, fato a que a nossa entrevistada próxima de Alexandrina atribuiu grande importância.[28]

[28] Disponível em: <http://alexandrinabalasar.free.fr/autobiografia_2.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010. Caderno de notas, 4-3-2010 e 13-10-2011.

Entre 1938 e 1942, Alexandrina revive a paixão de Cristo sob o olhar perplexo ou curioso daqueles que, em número crescente, se juntam no seu quarto. Ao calvário e à crucifixão segue-se o êxtase. Cessando as paixões em 1942, continuarão a se verificar êxtases todas as sextas-feiras. É em torno desses fenômenos que se acendem as primeiras polêmicas. A controvérsia é médica e teológica, opondo médicos e teólogos entre si, mais do que homens de ciência a homens de religião, e tem por objeto a experiência de Alexandrina. Qual a sua natureza? Simulação, manifestação patológica ou experiência religiosa? Em 1943, depois de um exame prolongado num hospital do Porto, sentindo a proximidade da morte, Alexandrina dita a sua *Autobiografia* à professora da escola local e à irmã, testemunho da sua vitória espiritual sobre os descrentes e a medicina.

Alexandrina viveria ainda onze anos, mas a sua condição física não melhorou. A via mística, essa, foi-se sempre radicalizando. Em 1946 Alexandrina pediu para ser colocada sobre tábuas duras, assim permanecendo, até ao fim da vida, sem comer, beber ou dormir.[29] Em 1953, o médico assistente, Manuel Dias de Azevedo, publicava num periódico local uma notícia do caso extraordinário desta mulher,

> em abstinência absoluta de alimentos há 12 anos (...) de vida intelectual e afetiva intensas, de faculdades e sentidos normais, sem os menores sintomas de histeria ou outra neuropsicose, passando dias e noites sem dormir ou dormindo muito pouco, conservando invariavelmente, ou com pequena variação, o mesmo peso, de pulsações e tensões arteriais normais, sustentando conversas inteligentes sem o menor deslize intelectual.[30]

Alexandrina morreu com fama de santidade a 13 de outubro de 1954. Ao seu enterro vieram milhares de pessoas e a sua memória permanece hoje viva em Balasar.

Os relatos hagiográficos põem a ênfase nos aspectos religiosos, sobretudo nos elementos miraculosos e sobrenaturais. No entanto, uma análise fina desses relatos permite ver que a vida de Alexandrina se constrói no cruzamento das intervenções de múltiplos atores. Os sacerdotes e os médicos surgem como personagens destacadas, mas o tecido social em que se inscreve a experiência de Alexandrina é dado pela comunidade local, em particular pelo núcleo familiar e pelos "vizinhos". Assistida pela mãe, por uma irmã, pela professora da escola, pelos vários párocos locais e por outros familiares e amigos, a doença de Alexandrina e suas experiências religiosas foram intensamente socializadas. Por outro lado, a sua personalidade espiritual construiu-se, em boa parte, pela mobilização da clínica médica e da imprensa. Como veremos, nos relatos da experiência mística os temas médicos entretecem-se com elementos sobrenaturais e espirituais. Em suma, longe de se poder ler como simples ativação patológica de uma religiosidade popular, a experiência religiosa de Alexandrina parece literalmente ganhar corpo na confluência de um conjunto de elementos heterogêneos.

Para efeitos de análise, estas mediações serão aqui situadas em três níveis diversos, segundo o seu grau de proximidade com a vida quotidiana de Alexandrina: a comunidade local, a mediação clerical e a mediação médica. Essa tripartição enferma obviamente de certa artificialidade, já que tais mediações existiram de forma imbricada. Por outro lado, não é analisado o papel da imprensa, que teve algum impacto na construção desta personalidade religiosa, nem as relações conhecidas entre Alexandrina e algumas instâncias do poder político. Sem pretender fornecer uma análise exaustiva do caso, o estudo que se segue deve ser entendido como uma tentativa de compreensão, consciente dos limites decorrentes da natureza dos documentos de que dispomos e da prudência epistemológica própria das ciências humanas.

[29] PASQUALE, Humberto, *Beata Alexandrina*, op. cit. p. 24.
[30] AZEVEDO, Manuel Dias de. O caso de Balazar. Palavras amigas e de verdade. *Diário do Norte*, 30 jun. 1953. Disponível em: <alexandrinabalasar.free.fr/a_beata_alexandrina_na_imprensa.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.

A integração social pela margem

O Minho rural do tempo de Alexandrina tinha por unidade de base a pequena propriedade agrícola, estruturando-se mediante relações familiares, de solidariedade comunitária agregando vizinhos, e através de formas religiosas de sociabilidade. Entre estas, salientem-se as várias dinâmicas da vida paroquial e o envolvimento em ordens terceiras, em movimentos devocionais e espirituais e a participação em peregrinações. Porém, no início do século XX, após um século de rápidas transformações políticas e socioeconômicas, uma forte emigração para o Brasil indiciava uma situação de crise na região. Alexandrina é, em boa medida, produto desse contexto: filha ilegítima de um pai emigrado no Brasil, e portanto carecendo de proteção paterna, ficou aos cuidados da mãe, do pároco local e dos vizinhos. A situação de Alexandrina e de sua família eram, segundo elementos recolhidos junto da população local, de extrema pobreza. Incapaz de se sustentar, de cooperar nas tarefas do quotidiano e de cumprir os deveres religiosos, a posição social de Alexandrina era frágil. A doença deixava-a à mercê da comunidade.

Outro aspecto merece atenção. Elemento recorrente na produção espiritual de Alexandrina, o tópico da morte tem um referente histórico e um enquadramento antropológico precisos. Em 1835 e 1845, foram promulgadas as chamadas Leis de Saúde Pública, proibindo os enterros nas igrejas e decretando a obrigatoriedade de construção de cemitérios fora das localidades. Essas leis vieram consagrar a política higienista e uma nova atitude perante a morte entre as classes dirigentes. No Minho, a reação popular e clerical contra a sua aplicação foi particularmente violenta, constituindo um dos fatores na origem dos motins da Maria da Fonte, em 1846, com forte expressão feminina. Note-se que a sublevação popular foi desencadeada pela repressão das autoridades policiais de uma tentativa de enterramento numa igreja (para a população local, fora da igreja o morto ficava "desprotegido"). O antropólogo João Pina Cabral atribui particular significado a este aspecto, observando que, em resultado da resistência popular, a construção de cemitérios na região teve início apenas nos finais do século XIX; porém, segundo ele próprio constatou, ainda nos anos 1970 existiam localidades sem cemitérios.[31]

Estes dois elementos são fundamentais para compreender a situação de Alexandrina e a sua história espiritual. A fragilidade da sua posição social manifesta-se num certo estado de passividade, de crescente incapacidade de agir, de sentimento de sujeição a um destino. A progressiva redução à cama exprime bem essa condição. Ao mesmo tempo, a crise moral provocada pelas mutações históricas, em particular no que respeita à relação com os mortos, criou novas necessidades de reparação e mediação simbólica. É nessa brecha entre uma situação sentida como fatalidade e as necessidades simbólicas da comunidade que Alexandrina viria a encontrar seu espaço. Os estudos etnográficos de João Pina Cabral, Giordana Charuty e Miguel de Montenegro sobre o Minho iluminam estes elementos.

Analisando os cultos da morte dos minhotos como formas análogas aos mitos,[32] Pina Cabral mostrou que a morte é, nesta região, um processo social densamente codificado, envolvendo não apenas a morte física mas também o enterro e o luto. Tal processo constitui-se de uma série de práticas, ritos e crenças, através dos quais se conduz o morto ao outro mundo e se protege a comunidade das más influências a que fica exposta durante este trânsito. A este processo corresponde, pois, um período de liminalidade, caracterizado pelo sentimento de vulnerabilidade às "forças da morte", e no qual os membros da comunidade se recordam que também eles estão destinados a morrer. Neste sentido, a morte, enquanto acontecimento simbolicamente investido, fornece a ocasião para uma "experiência da comunidade".[33]

Desta experiência, Pina Cabral infere um primeiro elemento característico do sistema de crenças da comunidade rural minhota, partilhado com outras culturas cristãs. Trata-se do tema da descendência

[31] CABRAL, João de Pina. *Sons of Adam, daughters of Eve*. Oxford: Clarendon Press, 1986. p. 215.
[32] Ibidem, p. 235.
[33] Ibidem, p. 218-224.

de Adão e Eva: em resultado do pecado original, todos os homens e mulheres foram condenados a viver num mundo corrompido onde, independentemente da posição social, a morte física é um fim inelutável. O antropólogo analisa, de seguida, três formas cultuais em que a mundividência dos camponeses do Minho se manifesta com particular intensidade, que reúne sob a designação de cultos de morte: o culto das almas do Purgatório, dos corpos incorruptos e das jejuadoras. Segundo Pina Cabral, esses três cultos reportam-se a posições de liminalidade (*i.e.*, entre dois mundos, neste caso o dos vivos e o dos mortos).[34] As almas do Purgatório são, por definição, seres em trânsito: pela sua condição, estão mais próximas das almas dos vivos do que aquelas que já se encontram no Paraíso. Assim, rezar pelas almas do Purgatório levará a que estas, uma vez no Paraíso, intercedam junto de Deus pela salvação de quem por elas rezou. Por seu turno, os corpos incorruptos encontram-se igualmente numa posição liminal: dado que estar vivo significa ter um corpo, metaforicamente os corpos incorruptos estão simultaneamente mortos e vivos. Por outro lado, no caso de corpos femininos, o corpo incorrupto sugere uma relação causal entre virgindade e a não corrupção física. Essa associação é, para o antropólogo, particularmente evidente no culto mariano, pela relação entre a pureza da Virgem e sua assunção ao Céu.[35]

No terceiro tipo de cultos de morte — o culto das jejuadoras —, Pina Cabral refere muito brevemente o caso de Alexandrina de Balasar, que observou, não sob o prisma da experiência subjetiva e dos significados espirituais nela investidos, mas precisamente enquanto objeto de culto. Detectando características semelhantes aos cultos de corpos incorruptos, Pina Cabral nota que nos outros dois casos de cultos de jejuadoras de que teve conhecimento se tratava de mulheres com reputação de "pureza" (i.e. virgindade). No caso de Alexandrina, a doença, causada por um ato visando proteger a pureza sexual, reforça e exprime, segundo o autor, o valor de pureza inerente ao carisma religioso.[36]

Numa recensão do livro de Pina Cabral, Caroline W. Bynum salienta as virtualidades interpretativas dessa abordagem antropológica (em contraponto às perspectivas psicologizantes), pela sua capacidade de inserir a "anorexia sagrada" no espaço simbólico do qual retira a sua significação religiosa. Para Bynum, é o jejum feminino, associado à comunhão periódica, que atualiza a natureza liminal do corpo da jejuadora: pela rejeição da comida terrena, ou profana, a jejuadora situa-se fora do campo das necessidades físicas e da fertilidade (impura) e torna-se mediadora do alimento divino (a eucaristia). O corpo da jejuadora eucarística torna-se veículo e símbolo de uma transposição de limites (*boundary crossing*).[37]

Analisando também os cultos de morte do Alto Minho, Giordana Charuty pôs igualmente em evidência a função terapêutica de que, em certos casos, se reveste o objeto de culto. Permitindo ritualizar, e assim socializar o mal de que se sofre, os cultos de morte fornecem uma ritualidade que serve igualmente de enquadramento terapêutico. Cultos de morte e rituais terapêuticos estão, pois, interligados, tanto mais que nesta região, segundo Charuty, as formas populares do tratamento, entretecendo-se de forma fragmentária no conjunto de gestos e práticas do quotidiano, não formam um sistema simbólico autônomo.[38] Os estudos mais recentes de Miguel de Montenegro sobre as práticas terapêuticas tradicionais no Norte de Portugal vêm acrescentar um elemento importante a este quadro, ao mostrarem o vigor do sistema de bruxaria. Com os seus mediadores qualificados — dos quais se diz serem "corpo aberto" —, a bruxaria existe nas margens do sistema simbólico hegemônico, de referência católica, aí funcionando como dispositivo terapêutico.[39]

[34] Na antropologia religiosa, foi um conceito desenvolvido por A. Van Gennep e Victor Turner.
[35] CABRAL, João de Pina, *Sons of Adam, daughters of Eve*, op. cit. p. 226-232.
[36] Ibidem, p. 233.
[37] BYNUM, Caroline Walker. *Holy feast and holy fast*, op. cit. p. 241.
[38] CHARUTY, Giordana. *Folie, mariage et mort*. Pratiques chrétiennes de la folie en Europe occidentale. Paris: Seuil, 1998. p. 13.
[39] MONTENEGRO, Miguel de. *Les bruxos*: des thérapeutes traditionnelles et leur clientèle au Portugal. Paris: L'Harmattan, 2005. p 81-85.

Ora, algumas passagens das hagiografias, assim como vários testemunhos de conterrâneos seus, recolhidos nas visitas a Balasar, revelam que Alexandrina foi, em vida como em morte, objeto de um culto mágico-terapêutico, não só por ser jejuadora, mas também por ser considerada um "corpo aberto": "Diziam que eu talhava o ar, fazendo de mim bruxa, que era corpo aberto; chegando várias pessoas a aproximar-se de mim para fazerem várias perguntas, como se eu adivinhasse", diz Alexandrina na *Autobiografia*.[40]

Como refere Montenegro, o "corpo aberto", característico do complexo cultural da bruxaria, designa um estado em que a pessoa se encontra particularmente vulnerável aos espíritos dos "maus mortos" e aos maus olhados. Se possuída, a vítima pode manifestar capacidades divinatórias, podendo ela própria tornar-se, como possível via de resolução da crise, bruxa ou bruxo. Neste caso, a possessão, antes selvagem, passa a ser controlada por um guia espiritual pessoal, frequentemente um santo, e a pessoa torna-se um agente terapêutico, sobretudo de doenças espirituais.[41] Considerada "corpo aberto", Alexandrina pertencia, pois, a um meio marcado pelo sistema da bruxaria. Neste ponto, os meus informantes em Balasar, contemporâneos de Alexandrina, relatam episódios significativos de pessoas que lhe levavam roupas de terceiros para que, através delas, Alexandrina efetuasse, por artes mágicas, uma "cura" sobre os seus proprietários. Alexandrina combateu estes comportamentos, que considerava humilhantes, e as interpretações de que era bruxa, classificando-as de boatos e mobilizando símbolos pertencentes ao universo católico.[42] No entanto, a sua posição de mediadora entre o mundo dos vivos e dos mortos, inscrevendo-se formalmente na sacralidade católica veiculada pelos sacerdotes do seu tempo, integrou plenamente a função e alguns significados do sistema do "corpo aberto". O seu estatuto de santa viva cristianizou, sem as abolir, as qualidades mediúnicas e mágico-terapêuticas desse sistema.

Esta pluralidade de sentidos associados a Alexandrina, figura piedosa convertível em mediadora mágico-terapêutica e vice-versa, não é uma singularidade deste caso. Trata-se, na realidade, de uma constante antropológica de vários universos cristãos.[43] Menos comum parece ser a tradução da sua posição simbólica numa linguagem espiritual na qual se condensam, com ressonâncias recíprocas, mas também com contradições, estes vários sentidos. A espiritualidade de Alexandrina pode, assim, compreender-se como a construção de uma interioridade e de formas de expressividade através de uma simbologia mística e devocional que sustenta socialmente tal ambivalência e pluralidade de significados. Por isso, a sua espiritualidade articula-se simultaneamente em termos de sofrimento místico de expiação e na forma de uma interiorização, ou subjetivação, da sua função de mediadora entre mundos:

> Sinto em mim as chagas de tal forma abertas que, apesar de serem em mim, parece-me, por dentro delas, passar de um lado para o outro. Mas não sou só eu; é o mundo inteiro que por elas atravessa, por elas passa, ora por uma ora por outra; são portas francas, pelas quais todos podem passar sem pedir autorização. Todas estas chagas dão passagem para um só caminho, que vai ter à chaga do coração, e da chaga dele, passam a

[40] BALASAR, Alexandrina de. *Autobiografia*. Ditada em 1943 ou 1944. Disponível em: <http://alexandrinabalasar.free.fr/autobiografia_2.htm>. Acesso em: 21 abr. 2011.
[41] MONTENEGRO, Miguel de. *Les bruxos*, op. cit. p. 50-58. MONTENEGRO, Miguel de. *Un culte thérapeutique au Portugal*. Entre Moise et Pharaon. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 8-9. José Pedro Paiva identifica a designação de "corpo aberto", com elementos muito similares aos dos "bruxos" estudados por Montenegro, em práticas terapêuticas populares reprimidas pela Inquisição no século XVII. Os "corpos abertos" dos séculos XVII e XVIII existem exlusivamente na zona entre o Minho e o Douro litoral, são sempre mulheres, comunicam com os mortos e podem ser possuídos pelos seus espíritos. PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997. passim.
[42] Caderno de notas. 4-3-2011.
[43] PORTERFIELD, Amanda. *Healing in the history of christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 16-19.

> outro Coração, que unido ao seu está. Oh! E com que ansiedade esse Coração recebe a todos quantos para Ele querem ir.[44]

Ecoando a simbólica do "corpo aberto", Alexandrina constrói metaforicamente o seu espaço interior como um canal entre o mundo terreno, contaminado pelo mal, e o mundo sagrado ou divino, simbolizado pelo Sagrado Coração de Jesus. A santa viva vê-se a si mesma como uma ponte entre duas dimensões que lhe parecem cada vez mais desunidas, a terrena e a celeste. Diríamos que, prolongando os ecos da cultura popular na sua espiritualidade, Alexandrina se reinventou através da linguagem da "mística" e das devoções propostas pelo clero. Essa linguagem permitiu-lhe manter o seu lugar de eleição: a margem entre o mundo terreno e o mundo celeste, entre o mundo dos vivos e o dos mortos. A linguagem da sua interioridade traduz a experiência dessa simbólica da margem.

Neste ponto, é importante olhar mais de perto ao papel da mediação clerical na construção da linguagem de interioridade.

A mediação clerical

A partir dos anos 1930, a mística de Alexandrina desenvolveu-se no contexto de uma espiritualidade vitimal, associada às devoções ao Sagrado Coração e da Eucaristia. Promovida pelos jesuítas e apoiada pelo Vaticano, a partir dos anos 1970, essa espiritualidade valorizava o sacrifício quotidiano pela redenção do mundo, identificado com o corpo místico de Cristo, sofredor pelos "males da modernidade". O sacrifício consubstanciava-se, por um lado, na dádiva penitencial, que podia ser uma dádiva caritativa aos necessitados ou uma expressão pública de "intenções"; e, por outro, na identificação com o Cristo sofredor, através da oração, da mortificação e da comunhão regular. Adaptando-se à capacidade de cada indivíduo, o sacrifício variava habitualmente entre o preenchimento de "bilhetes de intenções" e pequenas dádivas caritativas. Porém, no limite, poderia tomar a forma de uma dádiva de si próprio em expiação pelos pecados dos homens. Esta espiritualidade, sintetizada na divisa "orar, comungar e sofrer", foi levada às camadas populares, não só através dos párocos, como de congregações religiosas e de novas formas de organização criadas para a sua difusão: o Apostolado da Oração, a Cruzada Eucarística das Crianças e — associação especificamente feminina — as Marias dos Sacrários-Calvários.[45]

Ora, um dos principais dinamizadores destas organizações em Portugal foi o jesuíta Mariano Pinho, diretor espiritual de Alexandrina desde 1932, assim como de outras mulheres da região. Algumas eram também doentes e, como Alexandrina, associadas ao Apostolado da Oração e ao seu ramo infantil — a Cruzada Eucarística das Crianças —, havendo notícia de jovens dirigidas que, nos anos 1920 e 1930, morreram igualmente com aura de santidade.[46] Mediado pelo diretor espiritual, o Apostolado da Oração

[44] COSTA, Alexandrina Maria da. *Sentimentos da alma*. Entrada de 1º de outubro de 1947, cit. por PASQUALE, Humberto. *Beata Alexandrina*, op. cit. p. 302.

[45] MARQUES, Tiago Pires. O Apostolado da Oração e a socialização religiosa das camadas populares. In: António Matos Ferreira (Org.). *Religião e cidadania: motivações, dinâmicas sociais e protagonismos (séculos XIX e XX).* Uma perspectiva ibérica. Portugal e Espanha. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2011. p. 455-467.

[46] O movimento devocional a Alexandrina na internet refere os casos de Beatriz Marques Pinheiro e de Blandina Seara, ambas naturais da Póvoa de Varzim e acompanhadas pelo padre Pinho. A primeira, falecida em 1930, aos quinze anos, foi enterrada com o uniforme da Cruzada Eucarística. Disponível em: <http://causapadrepinho.home.sapo.pt/beatriz_marques_pinheiro_pt.htm>. Acesso em: 10 maio 2011. Blandina Seara morreu de doença crônica também em 1930, com 22 anos, sendo o seu caso apontado como uma prefiguração do de Alexandrina. Disponível em: <http://causapadrepinho.home.sapo.pt/blandina_seara.htm>. Acesso em: 10 maio 2011. Veja-se ainda o caso semelhante de Carminda, morta nos anos 1930. VIDEIRA, Benjamim. *Carminda*. Porto: s.n., 1939. Ou ainda o caso, mais conhecido, de Maria da Conceição Pinto da Rocha. ROSA, Maria de Lurdes, Hagiografia e santidade, op. cit. p. 331.

forneceu a Alexandrina um vocabulário e um conjunto de temas e imagens através dos quais a paciente exprimia, de uma forma inteligível no seu círculo local e noutros meios católicos, o seu sofrimento e as suas experiências. Atribuindo um significado religioso e moral à doença penitencial enquanto expiação, esse conjunto de formas dava um sentido religioso à doença. Redentora dos pecados do mundo, a doença de Alexandrina expiava, concretamente, os pecados contra a moralidade, a guerra e as fraquezas dos sacerdotes.[47]

O trabalho da direção espiritual operou a interiorização destes temas e imagens. Se tivermos em atenção os documentos biográficos de Alexandrina, tal trabalho consistiu na formalização de uma vida interior pontuada por elementos de ligação à tradição da santidade feminina e da mística cristã, susceptível de transformar a experiência da doença em processo de salvação e de santificação. Um exemplo evidente é o da "morte mística", comparada à de São João da Cruz.[48] A equiparação da sua experiência a uma situação de morte em vida —sentimento de estar morta, prenúncios de morte, a contemplação da própria morte, prescrições para a disposição dos seus restos mortais — pode, como vimos, ser compreendida à luz dos cultos de morte na região. Porém, reelaborado sob o prisma da espiritualidade vitimal, o tema da morte ganhou, em Alexandrina, este novo significado "místico". Alexandrina, identificando-se com Cristo, tornou-se numa figura eucarística — "imolada nos sacrários", como não se cansava de repetir — pela reparação dos pecados do mundo moderno.

Outro exemplo ilustrativo da tradução da linguagem de Alexandrina nas formas da tradição mística é o que nos dá o Padre Pinho ao comentar, na biografia *No calvário de Balasa*r, a utilização da imagem do "foguete". Afirmava o sacerdote: "Às vezes dava-se com a Alexandrina, como remate dessas ânsias, o que Santa Teresa de Jesus chama *o voo de espírito* e a Alexandrina chama-lhe *foguete*". Cita então a sua penitente:

> Quando sinto muitos desejos de amar a Nosso Senhor, parece-me subir para o Céu, *mais rápido do que um foguete* (11.7.38). Vou para os braços do meu querido Jesus e da minha querida Mãezinha, perco-me neles. Não tenho mais aflição; acabam-se-me as ânsias de amor: encontrei tudo o que podia encontrar.[49] (o itálico é do padre Pinho)

Se o idioma religioso local permitiu a Alexandrina socializar um mal sentido como fatalidade de um destino individual, a mediação clerical forneceu um suporte de expressão do mal moral, assim como o guião da sua conversão em salvação espiritual. As suas sombrias alusões à morte não devem, nesta perspectiva, ser interpretadas literalmente, isto é, enquanto expressão, no mesmo grau de intensidade, de um sofrimento moral. Integrando um suporte simbólico densamente codificado, elas constituem um dos elementos de uma *performance* mística através do qual o seu *páthos*, à partida socialmente inassimilável, encontrou um veículo de exteriorização e inscrição social. O sofrimento de Alexandrina tornou-se, pois, em certa medida, um sofrimento ritualizado com o qual se identificou — e continua a identificar-se — uma comunidade de devotos. Como nos diz a beata com talento poético, nela há, assim, uma alma que não sofre, mas que não é sua, e outra que sofre, mas de sofrimentos que não são seus:

> Sinto que tenho duas almas, uma que sofre e outra que não pode sofrer. A que não sofre não é a minha, e a que sofre não são os meus sofrimentos. A que não sofre é puríssima, parece que tudo vê e que em toda a parte habita e que nada se lhe pode ocultar; é dela a terra, é dela o Céu. A que sofre está em trevas, não é pura, está manchada. Mas não sei como; são duas almas e uma só alma.[50]

[47] O sentido que Alexandrina dá ao seu sofrimento manifesta-se nas suas palavras transcritas, nas biografias e nos testemunhos de pessoas próximas, que recolhi em Balasar.
[48] Disponível em: <alexandrinabalasar.free.fr/sangue_do_cordeiro_01.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.
[49] Disponível em: <http://alexandrina.balasar.free.fr/no_calvario_14.htm>. Acesso em: 19 maio 2011.
[50] *Sentimentos da alma*. 24 out. 1947. Disponível em: <http://alex-balasar.blogspot.com/2011/11/eu-sou-sempre-mesma.html>. Acesso em: 15 fev. 2012.

Em suma, as mediações comunitárias e clericais instalaram Alexandrina no que podemos designar de *posição patológica* (*i.e.*, a inscrição social de um *páthos* individual). Pela sua função liminal e significados partilhados de expiação reparadora, essa posição patológica foi, para esta mulher e para os seus devotos, uma experiência de salvação. Veremos, de seguida, que à medicina coube também um papel de relevo na construção desta posição patológica, com a simbólica da margem que lhe é própria, assim como na formulação dos conteúdos da sua experiência interior.

A santidade como fenômeno médico e psiquiátrico

Alexandrina viveu toda a sua vida adulta rodeada de médicos e sacerdotes. No início, as observações e terapêuticas médicas sucederam-se, sem conseguirem evitar a progressão da doença. No final dos anos 1930, após a manifestação dos êxtases, entraram em cena teólogos e psiquiatras. Alexandrina era conhecida das altas autoridades eclesiásticas pelo menos desde 1935, data em que escreveu ao papa a pedir a consagração do mundo ao Coração de Maria. Em 1937, a Santa Sé enviou uma comissão de teólogos para observar e emitir um parecer sobre a qualidade da sua experiência. Este exame repetiu-se no ano seguinte, seguindo-se-lhe, poucas semanas depois, a observação de um conhecido psiquiatra português, Elísio de Moura. Em 1942, uma primeira relação dos seus êxtases, assinada por um padre dos Missionários do Espírito Santo, veio dar certa amplitude ao caso. Na sequência deste artigo, surgiu uma polêmica teológica na qual foram mobilizadas autoridades da medicina.[51] Essa polêmica ecoa fortemente nas narrativas autobiográfica e hagiográficas de Alexandrina. Desde logo, os exames clínicos a que foi sujeita são importantes acontecimentos biográficos: precedidos de árduas e por vezes longas viagens, e corporizados em testes e observações penosas e humilhantes, os exames médicos pontuam a *Autobiografia*, assumindo a natureza de provas físicas e espirituais superadas, e, assim, integrando o calvário espiritual sobre o qual se funda o carisma religioso de Alexandrina.

É importante ter em conta alguns elementos do contexto psiquiátrico da época. Em Portugal, a psiquiatria do início do século XX foi intensamente politizada. Várias personalidades políticas de primeira linha do republicanismo eram psiquiatras ou neurologistas. Miguel Bombarda, Júlio de Matos e Egas Moniz são os mais conhecidos, mas não os únicos. Um dos elementos centrais do programa político do republicanismo era a laicização da sociedade portuguesa, sendo o clero católico e, em particular, as congregações religiosas, os seus adversários naturais. Particularmente significativo deste contexto foi o conhecido caso Calmon. Em 1900, Rosa Calmon, filha de um diplomata brasileiro em Portugal, viu a sua decisão de entrar na vida religiosa contrariada pelo pai. Dispondo de meios e influência junto da maçonaria, o cônsul mobilizou algumas das grandes personalidades da psiquiatria portuguesa da época, também destacados republicanos, e algumas sumidades internacionais, como Lombroso, com a intenção de que lhe fosse negada a capacidade de autodeterminação. A querela que este caso provocou opôs aqueles que viam em Rosa Calmon um exemplo de vocação religiosa, respondendo a um apelo místico, e os que justificavam a sua religiosidade com o conceito clínico de "histeria".[52] O caso teve grande repercussão midiática, provocou desordens públicas e esteve na origem do encerramento de algumas casas religiosas. Nesse período, surgiram vários trabalhos psiquiátricos patologizantes dos sentimentos e crenças religiosas. Por exemplo, em 1907, o médico e escritor Manuel Laranjeira defendeu,

[51] Artigo do padre José Alves Terças, na revista *Vida de Cristo, a Paixão dolorosa*, v. V, n. 10, 1942, ao que terá respondido o padre Pinho, com uma publicação no periódico que dirigia, *O Mensageiro de Maria*, em número de março de 1842. Disponível em: <causapadrepinho.home.sapo.pt/alex_veloso_1.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.

[52] GARNEL, Rita. O caso Rosa Calmon: gênero, discurso médico e opinião pública. In: STONE, E.; ABREU, I. S.; SOUSA, A. F. (Org.). *Falar de mulheres, história e historiografia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 71-87.

na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, uma tese intitulada sugestivamente *A doença da santidade*. E, antes e depois de Laranjeira, vários psiquiatras republicanos, de António Maria de Sena a Júlio de Matos e Miguel Bombarda, dissertaram também sobre o problema do "delírio religioso", dos estados místicos e da "loucura jesuítica".[53]

A partir dos anos 1920, a psiquiatria tornou-se mais institucional. Abandonando a sua sanha anticlerical e antirreligiosa, a psiquiatria despolitizou-se. Nos anos 1930, já sob o Estado Novo, alguns psiquiatras eminentes eram católicos. Era o caso de Elísio de Moura, primeiro bastonário da Ordem dos Médicos em 1939, professor em Coimbra e figura respeitada pelos seus pares. No entanto, muitos dos conceitos caros à psiquiatria republicana mantiveram-se em uso, ainda que alguns deles — por exemplo, o de "histeria" — sujeitos a críticas[54]. Este contexto médico e psiquiátrico reflete-se plenamente no caso de Alexandrina. Com efeito, os intervenientes do campo médico dividem-se entre crentes e céticos ou ateus, personalidades coadjuvantes e adversárias, destacando-se, entre os primeiros, a figura do médico providencial, Augusto Dias de Azevedo. Atentemos na entrada em cena deste ator decisivo no processo de santificação em vida de Alexandrina. Quando, em 1938, a doente de Balasar começou a viver a paixão de Cristo todas as sextas-feiras, instado pela comissão de teólogos, o seu diretor espiritual procurou médicos católicos que o ajudassem a discernir a natureza dos fenômenos. Teve então lugar o referido exame efetuado por Elísio de Moura, que Alexandrina relata como uma prova particularmente dolorosa e humilhante. Segundo a biografia do jesuíta, esta observação médica saldou-se na negação de um diagnóstico de histeria, cuja possibilidade parece ter sido considerada pelo próprio sacerdote. Porém, o psiquiatra declarou o caso como de "fraude e autossugestão".[55] O jesuíta concluía que Elísio de Moura — que, segundo nos informa o sacerdote, também não acreditava em fenômenos como a levitação ou a estigmatização — nada compreendia de teologia e de mística. Três anos mais tarde, encontrou-se então um médico que, ex-seminarista, tinha também formação em teologia e se interessava pela mística, Manuel Augusto Dias de Azevedo. Dias de Azevedo empenhou-se fortemente no caso de Alexandrina, dedicando-lhe, até a morte desta, uma atenção quotidiana.[56]

Após observar a doente, este médico emitiu um diagnóstico simultaneamente clínico, teológico e psicológico: na perspectiva da medicina, Alexandrina sofria de uma mielite lombar; do ponto de vista teológico e místico, tratava-se de um caso "admirável"; para mais, Alexandrina era inteligente e psiquicamente saudável. Acrescia que "nada, absolutamente nada do que se passa, quer sob o ponto de vista clínico, quer sob o ponto de vista teológico, nos poderá permitir que classifiquemos de naturais ou diabólicos os fenômenos que observamos".[57] Isto significava, para o médico, que os êxtases tinham uma origem divina. Desejoso de apresentar a prova do fenômeno extraordinário, Dias de Azevedo fez fotografar os êxtases. Aspecto típico da cultura científica positivista da viragem do século XIX para o século XX, a imagem é-nos dada como prova irrefutável de uma objetividade científica, neste caso para confirmar um fenômeno de santidade.

[53] Para uma análise desta questão, ver SILVA, Sebastião Nuno. *A doença da santidade*: concepções psicopatológicas do sentimento religioso na comunidade médica primo-republicana. Tese (mestrado em filosofia) — Universidade do Minho, Braga, 2003; e MARQUES, Tiago Pires. Mystique, politique et maladie mentale, op. cit.

[54] Foi o caso de um dos médicos que observou Alexandrina, Henrique Gomes de Araújo. ARAÚJO, Gomes de. *Histeria, pithiatismo. Dados teóricos e observações clínicas*. Estado actual da questão. Porto: Livraria Moreira, 1919.

[55] Disponível em: <http://causapadrepinho.home.sapo.pt/no_calvario_23.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.

[56] O padre Pasquale refere-se-lhe como "um médico enviado por Deus". PASQUALE, Humberto. *Beata Alexandrina*, op. cit. p. 163 e 166. A importância da acção quotidiana deste médico foi-nos confirmada em entrevista. Caderno de notas, 4-3-2011.

[57] Dias de Azevedo citado em: <alexandrinabalasar.free.fr/no_calvario_23.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.

Figura 1
Alexandrina fotografada durante um êxtase

Fonte: <http://alexandrinabalasar.free.fr/album_fotos.htm>. Acesso em: 10 maio 2012. Autor e data desconhecidos (provavelmente início dos anos 1940).

Figura 2
Alexandrina com o médico assistente Manuel Augusto Dias de Azevedo

Fonte: <http://alexandrinabalasar.free.fr/album_fotos.htm>. Acesso em: 10 maio 2012. Autor e data desconhecidos (provavelmente início dos anos 1940).

Foi o médico Dias de Azevedo que conseguiu o internamento hospitalar prolongado de Alexandrina, para comprovação científica do jejum e da *anúria*.[58] Entre 10 de junho e 20 de julho de 1943, Alexandrina foi internada no Refúgio da Paralisia Infantil da Foz do Douro, sob supervisão do seu diretor, o então conhecido neurologista Henrique Gomes de Araújo. Segundo Dias de Azevedo, o neurologista estaria convencido de que Alexandrina iludia os que a rodeavam. Mas mais do que desmascarar a falsa santa, Gomes de Araújo queria verificar se o que as hagiografias cristãs descreviam sob a designação de *inédia* — *i.e.*, a possibilidade de viver sem alimentos associada à vida mística e considerada pelos crentes como dom sobrenatural e sinal de santidade — era cientificamente aceitável. A estada no Refúgio assumia, pois, o caráter de uma experiência clínica, comparável às famosas experiências de Charcot, em Paris de finais do século anterior, com mulheres "histéricas" manifestando "êxtases religiosos".

O internamento fez-se mediante a aceitação de duas condições, impostas por Dias de Azevedo: primeiro, que se fizesse também um estudo das faculdades mentais de Alexandrina, declarando-se por escrito se eram ou não normais; segundo, que a doente não fosse obrigada a alimentar-se nem lhe fosse injetado nenhum medicamento, a não ser por sua vontade expressa. Na realidade, o internamento, privado de um objetivo terapêutico, visava uma certificação médica do jejum e da normalidade psíquica de Alexandrina.

A observação e a redação do relatório foram ocasião de movimentações e querelas. De acordo com Dias Azevedo, antes de redação do relatório, o padre Agostinho Veloso, também jesuíta, procurou convencer o médico, Gomes Araújo, que Alexandrina era uma "impostora" e o médico um "fanático".

Do internamento resultaram dois relatórios médicos. Um deles era assinado por Gomes de Araújo. Deste relatório, são conhecidos os seguintes excertos:

> Linha genealógica da enferma e outros antecedentes: não teve ascendentes alcoólicos nem loucos, mas há algures tuberculosos e cancerosos. (…)
> As impressões clínicas da observação acentuam: Aspecto perfeito à primeira vista, normal intelectiva, afetiva e volitivamente, mas depressa se revela portadora de um equipamento de ideias fixas, estereotipadas e sistematizadas, vivendo e sentindo intensa e sinceramente, sem sombra de mistificação ou impostura, ideias que determinam a abstinência.
> E quanto a sintomas fisionômicos e morais: expressão viva, perfeita, meiga, bondosa, acariciante; atitude sincera, despretensiosa, correntia. Nem exotismo nem melifluidades; nem timidez nem exaltamento de voz. Conversa natural, inteligente, subtil.

O relatório concluía:

> Concretamente — a observação e a vigilância permitiram verificar estes fatos excepcionais: a doente não comeu, não bebeu, não urinou, não defecou. Citando Charcot, anota-se que a falta de apetite (anorexia mental) é dos acidentes mais graves nos histéricos. Em parte é o caso da Alexandrina. Mas só em parte. É que nela a abstinência é total, acompanhada pela paralisação da função excretora dos rins; quer dizer, nenhumas micções, como também nenhumas defecções.
> (…)
> Trata-se duma neurópata. Verificou-se durante 40 dias completa abstinência de alimentos e bebidas, o que leva a crer que tal situação possa ter notável precedência. Durante esse período não defecou nem urinou, o que ultrapassa os casos de aneura (?) conhecidos. A despeito da normal perda de peso, conserva uma frescura e resistência impressionantes. Finalmente, oferece o aspecto dum caso que a Medicina sabe em

[58] Termo médico significando a ausência de eliminação de urina.

> grande parte explicar, mas não deixa contudo de patentear alguns pormenores que, pela sua importância de ordem biológica, tais a duração da abstinência de líquidos e anúria, impõem uma suspensão, aguardando que uma explicação clara faça a necessária luz.[59]

O relatório cumpria, pois, o desígnio pretendido pelo médico assistente: a declaração de que Alexandrina não tinha metabolismo.

O segundo relatório, datado de 26 de julho de 1943, assinado por Dias de Azevedo e por um terceiro médico que acompanhava o caso — Carlos Lima, professor de medicina na Universidade do Porto —, atestou o jejum de Alexandrina durante o internamento e confirmou a sua situação de *inédia*. O relatório certificava ainda das boas faculdades mentais da doente, remetendo para o território da mística a compreensão dos fenômenos verificados às sextas-feiras.[60]

Alexandrina incorporou os elementos clínicos na sua experiência religiosa. Mais do que isso, deu-lhes uma dimensão central: na *Autobiografia*, o exame clínico é apresentado como o momento culminante do difícil processo de reconhecimento público do caráter sobrenatural das manifestações extraordinárias da sua vida religiosa. Com efeito, o tempo de internamento, prolongado dos trinta dias iniciais estabelecidos para quarenta, adquire um significado religioso: são os mesmos quarenta dias e quarenta noites que Jesus passou em jejum no deserto. A viagem é descrita como uma peripécia iniciática, repleta de provas, e a entrada no Refúgio, durante a qual lhe cobriram o rosto, como uma morte: "Parecia-me estar num caixão", refere. A doente descreve as tentativas terapêuticas como tentações demoníacas: os médicos tentavam persuadi-la a alimentar-se, deixando pratos com "bifes" e outros "petiscos" tentadores na cabeceira da cama. Embora sentindo muitas "saudades da comida", Alexandrina não cedeu. E entretanto, continuou a viver a paixão todas as sextas-feiras, sendo os seus êxtases observados, registados e cronometrados. Como era costume, o médico assistente passava a escrito as "palavras do êxtase". O final dos quarenta dias de provação é relatado por Alexandrina como um momento de reconciliação com a equipe médica e de reconhecimento público. Então visitada "talvez por mil e quinhentas pessoas", terá sido necessária intervenção policial para manter a ordem. A saída do Refúgio é contada como um momento de glória: já na automaca, lançam-lhe flores e perfume. Recolhe em silêncio e meditação à casa materna, sublinhando que não sentiu "vaidade".[61]

A polêmica sobre a natureza mística ou patológica de Alexandrina prolongou-se, nomeadamente com uma nova publicação de Agostinho Veloso na *Brotéria*, em 1947, tendo como característica assinalável o fato de os sacerdotes mobilizarem categorias psiquiátricas, tais como os conceitos de "psicose do maravilhoso" e "histeria".[62] Porém, para Alexandrina, como para os médicos católicos que Dias de Azevedo conseguiu mobilizar, o internamento constituiu uma validação da sua experiência mística, fornecendo as provas necessárias da intervenção sobrenatural. Em 1948, Jesus teria dito a Alexandrina: "Sou o teu médico divino. Preparo-te para o martírio com a minha medicina".[63] O médico divino saía, pois, vitorioso.

---

[59] Relatório médico do internamento de Alexandrina no Refúgio da Foz do Douro, citado em: <jejumalexandrina.blogspot.com>. Acesso em: 10 maio 2011. E parcialmente reproduzido em: ARAÚJO, Gomes de. Um notável caso de abstinência e de anúria. In: PASQUALE, Humberto. *Beata Alexandrina*, op. cit. p. 164 e 196.

[60] Carlos Alberto de Lima e Manuel Augusto Dias de Azevedo. Relatório datado de 26-7-1943. In: PASQUALE, Humberto. *Beata Alexandrina*, op. cit. p. 196-197. Esta fonte cita ainda um terceiro relatório, assinado por um coletivo de médicos brasileiros, aos quais foram enviados, pelo padre Mariano Pinho, entretanto estabelecido no Brasil, os relatórios dos médicos portugueses. Ibidem, p. 199-200.

[61] *Autobiografia*. Disponível em: <http://alexandrinabalasar.free.fr/autobiografia_2.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.

[62] VELOSO, Agostinho. Mística e jornalismo. In: *Brotéria*, v. XLIV, p. 5-20, p. 5, jan. 1947.

[63] Colóquios entre Jesus e Alexandrina, citados por PASQUALE, Humberto, *Beata Alexandrina*, op. cit. p. 303.

Nesta polêmica cruzada entre médicos e homens da Igreja, nos anos 1940 e 1950 assistiu-se, assim, a uma singular inversão das posições do início do século: a autoridade médica sustentava o caráter religioso do fenômeno observado, enquanto algumas autoridades religiosas defendiam, com recurso a termos psiquiátricos, o seu caráter patológico. Aspecto assinalável, mas não uma singularidade absoluta deste caso,[64] a medicina e a linguagem médica participaram ativamente na *santificação* de Alexandrina.

Conclusão: um processo plural de estruturação da experiência religiosa

A experiência religiosa de Alexandrina formou-se no interior de uma configuração de elementos heterogêneos e manifestou-se num idioma plural, simultaneamente popular, clerical e médico. Figura liminal e agente mágico-terapêutico para a população local, Alexandrina construiu uma interpretação da sua doença no vocabulário místico da espiritualidade vitimal e de reparação da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Com uma coloração afetiva característica da oralidade feminina da sua região, esse vocabulário transporta também a marca do estatuto e da fragilidade sociais de Alexandrina.

Este caso místico é indissociável de uma história e de um contexto local. Porém, ele reflete, na mesma medida, elementos de um universo religioso que o ultrapassa largamente. Neste sentido, a história de Alexandrina contrasta não só com a sorte de personalidades religiosas recolhidas nos hospitais psiquiátricos das grandes cidades, mas também com personalidades místicas de vida claustral suas contemporâneas, onde se aplicava, de forma mais incisiva, a grelha teológica e psiquiátrica moderna, assente nas noções de "delírio", "histeria" e "psicastenia".[65] Observada juntamente com outros casos conhecidos comportando elementos idênticos — em Portugal, a Santinha da Arrifana, Maria da Conceição Mendes Horta (conhecida como "Santa da Ladeira");[66] fora de Portugal, Marthe Robin e Therese Neumann, entre muitos outros —, a história de Alexandrina permite formular a seguinte hipótese geral: disciplinando-se nos conventos, tornada mais simbólica ou mitigada numa "pequena via mística",[67] a tradição extática da mística feminina ressurgiu nos meios rurais e nas pequenas cidades de província numa forma vernacular,[68] isto é, integrando práticas e espiritualidades formadas na interação entre as camadas populares e os agentes clericais.

Podemos, enfim, desenvolver esta hipótese nos seguintes termos: pelo menos neste caso — mas possivelmente também noutros — a mística vernacular criou um dispositivo clínico *ad hoc* que, para além de exercer uma função de credibilização científica, se revelou estruturante da própria experiência religiosa. Com efeito, as condições do internamento de Alexandrina indiciam uma conjuntura psi-

[64] Sobre a colaboração entre autoridades eclesiásticas e médicos em ambientes devocionais no período contemporâneo, ver, por exemplo, PORTERFIELD, Amanda. *Healing in the history of Christianity*, op. cit. p. 180-184; e GUILLEMAIN, Hervé. *Diriger les consciences, guérir les âmes*. Une histoire comparée des pratiques thérapeutiques et religieuses (1830-1939). Paris: Éditions la Découverte, 2006. p. 230-236.

[65] CHARUTY, Giordana. *Le couvent des fous*. L'internement et ses usages en Languedoc aux XIXe et XXe siècles. Paris: Flammarion, 1985. p. 333.

[66] ROSA, Maria de Lurdes. Hagiografia e santidade, op. cit. p. 331-337.

[67] Expressão consagrada para referir a via mística claustral de Santa Teresa de Lisieux, no final do século XIX, assente numa espiritualidade devocional de pequenas ações reparadoras, em contraste com a mística expressiva e barroca popularizada por Santa Teresa de Ávila (século XVI) e Santa Maria Margarida Alacoque (século XVII). MAÎTRE, Jacques. *Thérèse de Lisieux. L'Orpheline de la Bérésina (1873-1897)*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1995. p. 67-68.

[68] Segundo Nathan Mitchell, a Igreja pós-tridentina procurou renovar a cristandade através de novas formas de integração comunitária e de solidariedade social construídas largamente sobre formas e símbolos vernaculares. MITCHELL, Nathan D. *The mystery of the Rosary*. Marian devotion and the reinvention of Catholicism. Nova York; Londres: New York University Press, 2009. p. 128-129.

quiátrica com elementos distintos daquela que observamos para as primeiras décadas do século XX, muito marcada pelas posições antirreligiosas e anticlericais. Porém, tal conjuntura incluiu também elementos caraterísticos da psiquiatria positivista *fin-de-siècle*. Tal como nas experiências de Charcot com as pacientes "histéricas", a intervenção da medicina, que se pretendia demonstrativa mais do que terapêutica, contribuiu para a manutenção da paciente na sua posição patológica. Neste caso, ao confirmar o jejum, a medicina reatualizou o tópico da inédia, central na tradição da mística feminina cristã. A observação da beata de Balasar ilustra, pois, um caso de sobreposição entre um tópico e uma prática religiosas — a inédia, ou anorexia sagrada — e um objeto de investigação científica, a anorexia nervosa. Tal observação deu a ver, qual revelador fotográfico — e mesmo através da imagem fotográfica e do registo de imagens em filme[69] —, uma forma particular do corpo místico: não o da estigmatização ou da visão beatífica, mas o do êxtase e do jejum, os significantes principais do carisma desta personalidade religiosa.

[69] Segundo testemunhos locais, os êxtases de Alexandrina foram filmados, sendo o filme regularmente exibido à população em dias de celebração da beata.

A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no rio da Prata do século XVIII*

Fabrício Prado
The College of William and Mary
Williamsburg, Virginia, EUA
fpprado@wm.edu

RESUMO
O presente artigo examina a trajetória e as redes sociais de um súdito português e espanhol, don Manuel Cipriano de Melo, que cruzou fronteiras e mudou sua lealdade política diversas vezes para explorar as relações entre redes transimperiais, comunidades regionais e dinâmicas imperiais no período colonial. A trajetória de Cipriano de Melo exemplifica como grupos regionais utilizaram redes transimperiais para incrementar seu *status* e poder dentro da conjuntura imperial, assim como oferece uma oportunidade para a análise do papel de dinâmicas transimperiais em áreas não privilegiadas dentro do sistema comercial espanhol. Para reconstruir a trajetória de vida de Cipriano de Melo esta pesquisa contou com fontes documentais depositadas em arquivos na Argentina, Uruguai, Brasil, Portugal, Espanha e Estados Unidos.
Palavras-chave: redes sociais; contrabando; mundo atlântico; rio da Prata colonial, comércio.

ABSTRACT
The present article examines the life story and social networks of a Portuguese-Spanish subject, don Manuel Cipriano de Melo, who crossed borders and switched allegiances multiple times in his life, to illuminate the interaction between trans-imperial networks, local groups and imperial dynamics in the late colonial period. Melo's life story shows how local groups manipulated trans-imperial networks to improve their *status* within the empire; moreover, it provides a unique opportunity for examining the role of trans-imperial dynamics in commercial peripheral areas of empire. In order to reconstruct Cipriano de Melo's trajectory, I cross-referenced sources deposited in archives in Argentina, Uruguay, Brazil, Portugal, Spain and the United States.
Keywords: social networks; contraband; commerce; Atlantic world; colonial Rio de la Plata.

* Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Emory University pelo financiamento dessa pesquisa. Agradeço também aos pareceristas anônimos, bem como à profa. dra. Lise Sedrez pelos comentários e sugestões editoriais que em muito enriqueceram o presente trabalho. Agradeço finalmente ao prof. dr. Arturo Ariel Bentancur pelas sugestões e o estímulo para o desenvolvimento da presente pesquisa. Tradução do inglês de Meggie Rosar Fornazari.
Artigo recebido em 20 de janeiro de 2012 e aceito em 10 de setembro de 2012.

No século XVIII, poderosas redes sociais, políticas e econômicas cruzaram fronteiras políticas que uniram sociedades em ambos os lados do oceano Atlântico. Essas redes serviram como avenidas pelas quais indivíduos circularam, estabelecendo ligações em diversas regiões a fim de mobilizar recursos, tanto de forma local quanto remota. Nascido em Lisboa por volta de 1742, don Manuel Cipriano de Melo cresceu em Buenos Aires e mais tarde conduziu negócios na costa da África, em Salvador, Colônia do Sacramento, Rio de Janeiro e Londres antes de se firmar em Montevidéu. Por toda a sua vida, Cipriano de Melo mudou de lealdades imperiais e mudou-se diversas vezes; apesar disto, suas redes comerciais, familiais e religiosas foram mantidas em estabilidade. Sua carreira dinâmica e intrincada não o impediu de tornar-se alto oficial na burocracia espanhola de Montevidéu, assim como tornar-se um dos membros mais notáveis dessa comunidade.

A vida de Cipriano de Melo representa as redes transimperiais fluidas características do mundo atlântico do século XVIII e oferece uma oportunidade de analisar a relação entre um indivíduo e tais redes. As redes transimperiais serviram como pontes nas quais indivíduos mobilizavam recursos econômicos, políticos e sociais. Além disso, o controle de tais redes permitia que grupos locais desenvolvessem um senso de comunidade dentro dos impérios espanhol e português. As redes transimperiais forneciam oportunidades econômicas, políticas e sociais para as comunidades periféricas, servindo como alternativa além daquelas oferecidas pelos centros de poder locais.

Ao observar o modo com o qual indivíduos manipulavam ou se envolviam com redes transimperiais, ligações importantes entre os impérios no mundo atlântico vêm à tona, com maior foco nas ligações entre agentes históricos em vez de processos econômicos e políticos formais. O estudo sobre esse assunto foi revitalizado nas últimas décadas por uma série de trabalhos que enfatizaram a inter-relação de processos econômicos e sociais que se desenrolaram nos três continentes da bacia do Atlântico.[1] Apesar disso, tais trabalhos pioneiros têm escopo limitado: primeiro, pela geografia (o Atlântico Norte), e, segundo, pelas fronteiras políticas dos impérios como o Atlântico britânico e espanhol. Consequentemente, tais estudos enfatizam processos que se desenrolaram entre unidades políticas que se assemelham a fronteiras nacionais contemporâneas. Desse modo, o estudo da interação entre impérios posicionou o Estado no centro da análise, favorecendo a pesquisa sobre aspectos militares ou diplomáticos da interação transimperial.

No início da década de 1990, historiadores do império português questionaram a significância e a eficácia de políticas mercantilistas que garantiam o papel privilegiado da metrópole em termos políticos e econômicos, enfatizando especificamente o papel das elites locais na construção do império e na governança do espaço colonial.[2] Analisar diversas fontes em conjunto (como registros públicos, registros religiosos e correspondência pessoal, assim como uma referência cruzada de evidências de diversos acervos) trouxe a dinâmica imperial à tona e reforçou o argumento pela importância da periferia nos desenvolvimentos de centros de poder imperial. Como resultado, uma série de trabalhos acadêmicos enfatizou a importância de redes baseadas no comércio, família, amizade e religião entre os impérios atlânticos.[3] Apesar disso, tais análises ficaram limitadas nas mesmas fronteiras políticas e geográficas dos impérios do Atlântico.

---

[1] Para maior discussão sobre a perspectiva Atlântica, ver a Introdução em MANCKE, Elizabeth; SHAMMAS, Carole (Ed.). *The creation of the British Atlantic world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005. p. 2-5. Sobre a interconectividade dos processos imperiais, ver LISS, Peggy K. *Atlantic empires: the network of trade and revolution, 1713-1826*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983; e ADELMAN, Jeremy. *Revolution and sovereignty in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

[2] FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria F.; BICALHO, Fernanda. *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[3] BOTTCHER, Nikolaus; HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio (Coord.). *Redes y negocios globales en el mundo ibérico*. Cidade do México: El Colegio de Mexico, 2011.

Em outras áreas do Atlântico, interações humanas ultrapassaram as fronteiras designadas pelas metrópoles políticas.[4] A região do rio da Prata, como local de interação transimperial, é um dos maiores exemplos de tal dinâmica. No século XVIII, essa região surgiu como palco de disputas coloniais entre Portugal e Espanha e como local de interesse para a Grã-Bretanha e a França.

Na região do rio da Prata, particularmente em Montevidéu, o controle de redes transimperiais, em conjunto com a manipulação de políticas reformistas imperiais, criou comunidades distintas que vieram à tona dentro do domínio do império espanhol. Mais especificamente, a clara diferença entre uma comunidade com interesses centrados em Montevidéu e a comunidade centrada em Buenos Aires. Tal processo de formação identitária colonial na região se situa dentro de um contexto que é anterior à criação das nações modernas.[5]

Como homem de negócios português que serviu a ambos os impérios ibéricos em momentos distintos de sua vida, Cipriano de Melo estendeu suas redes além dos limites imperiais a fim de melhor manipular recursos e melhorar sua posição dentro do império para o qual ele servia no momento. A história de vida de Cipriano de Melo é utilizada a fim de examinar o impacto destas ligações — as redes verticais e horizontais com as quais ele tinha ligações dentro e fora das fronteiras imperiais. A experiência de Cipriano de Melo foi um exemplo típico da experiência de muitos de seus contemporâneos; entretanto, devido ao seu papel central em diversas destas redes, ele pôde também concentrar vantagens advindas de tais redes. Mais do que apenas a biografia de um indivíduo, suas ações servem de pano de fundo para analisar a significância de redes na periferia do fim do período colonial.[6]

O século XVIII foi marcado por uma série de tratados entre os impérios atlânticos que se refletiram em mudanças significativas no equilíbrio de poder na Europa e em espaços coloniais. Portugal e Espanha, especialmente após a Guerra da Sucessão Espanhola (1705-1713), tornaram-se econômica e politicamente dependentes da Inglaterra e da França, respectivamente. Ao passo que os poderes ibéricos perceberam sua posição como potências secundárias entre os impérios atlânticos, a rivalidade entre eles cresceu enquanto as duas partes tentavam melhorar a posição de um em relação ao outro.[7] Após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), uma onda reformista varreu o Atlântico, o que levou a uma reorganização completa dos impérios coloniais. As monarquias ibéricas elaboraram novas políticas militares, administrativas, econômicas e sociais em suas colônias americanas. Tais políticas são conhecidas na historiografia como as reformas Bourbônicas e Pombalinas.[8] De acordo com o historiador Dauril Alden,

[4] Para a importância das redes transatlânticas nas dinâmicas imperiais, ver o pioneiro estudo de BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Nacional; Edusp, 1973.

[5] Para uma discussão sobre a questão de identidade regional em contextos coloniais, CANNY, Nicholas P.; PAGDEN, Anthony (Ed.). *Colonial identity in the Atlantic world, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1987; e FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-122, jan./dez. 2000.

[6] Para a importância, significado, e dinâmica sobre redes sociais: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; MOUTOUKIAS, Zacarias. Las formas complejas de la acción política: justicia corporativa, faccionalismo y redes sociales (Buenos Aires 1750-1760). *Jarbuch fur Geschichte Lateinamerikas,* v. 39, p. 69-102, 2002; IMÍZCOZ, José María (Ed.). *Casa, familia y sociedad*: País Vasco, España y América, siglos XV-XIX. Bilbao: Servicio Editorial, Universidad del País Vasco, 2004; BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidade. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, n. 2, p. 107-135, 1999.

[7] Acerca da progressiva importância das potências mediadoras para os impérios ibéricos, ou seja, França e Inglaterra: STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *Silver, trade and war*: Spain and America in the making of early modern Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000. p. 120-141; e FISHER, Harold Edward Stephen. *The Portugal trade*: a study of Anglo Portuguese commerce, 1700-1770. Londres: Methuen, 1971. p. 30-42.

[8] Para reformas nos impérios espanhol e britânico no século XVIII, ver ELLIOT, John. *Atlantic empires of the 18th century*. Cambridge: Oxford University Press. 2006. Para o império português: CURTO, Diogo; BETHENCOURT, Francisco (Ed.). *The Portuguese oceanic expansion 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

as décadas de 1760 e 1770 marcaram o clímax da rivalidade luso-espanhola nas Américas. A região do rio da Prata foi crucial na disputa entre os dois impérios ibéricos.[9]

A região do rio da Prata foi alvo de interesse e disputa entre Portugal e Espanha desde o século XVII. Apesar de periférica no sistema mercantil espanhol, a região atraiu constantemente mercadores estrangeiros interessados em seu mercado interior: peles e, em especial, a prata que fluía de Potosí para dentro da economia local. A fundação da cidade portuguesa de Colônia do Sacramento em 1680, em frente a Buenos Aires, foi a estratégia de Portugal para garantir expansão territorial e a navegação no estuário de La Plata, assim como a criação de uma central comercial a fim de utilizar a prata do império espanhol. A Colônia do Sacramento foi, por quase um século, um grande entreposto de contrabando que fornecia açúcar, tecidos, rum, escravos e outros produtos atlânticos para a região, tornando-se o epítome da criação e manutenção para redes sociais e comerciais estáveis que ligavam as Américas portuguesa e espanhola.[10] Apesar disso, a presença portuguesa na bacia do rio da Prata nunca foi aceita pela Coroa espanhola. Em diversas ocasiões, as forças espanholas conquistaram Sacramento (em 1680, 1705, 1762 e 1777), mas Portugal conseguiu recuperar a cidade diplomaticamente com forte apoio britânico, com exceção de 1777.[11] A Coroa espanhola também respondeu ao expansionismo português na margem norte do rio da Prata com a fundação de Montevidéu em 1726, controlando então o melhor porto natural do estuário.[12] Apesar de tornar-se a sede de uma governança militar na década de 1750, Montevidéu enfrentou crescimento demográfico e econômico lento até as últimas décadas do século XVIII.

Reformas iniciadas na metade da década de 1770 mudaram radicalmente a geografia do poder na região do rio da Prata. Destas reformas, as mais importantes foram a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, a expulsão dos portugueses da Colônia do Sacramento e o estabelecimento de Montevidéu como porto principal espanhol na região. Após a conquista da Colônia do Sacramento pelas forças espanholas em 1777, muitos portugueses se mudaram para Montevidéu e para o interior da Banda Oriental. Utilizando-se de redes anteriormente estabelecidas, os habitantes recém-chegados entraram em contato com grupos mercantis centralizados em Montevidéu, a fim de renovar ligações de contrabando com mercadores portugueses e britânicos. Além disso, devido ao seu excelente porto, as reformas de Bourbon estabeleceram Montevidéu como porto obrigatório e o único autorizado para desembarque de escravos no rio da Prata. Por fim, Montevidéu tornou-se a base naval da frota sul-americana e a sede das autoridades encarregadas de combater o contrabando, na terra e no mar.[13] O primeiro oficial nomeado pelo vice-rei Cevallos para a repressão do contrabando em Montevidéu foi don Manuel Cipriano de Melo.

[9] ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968. Especial atenção é dada às políticas luso-brasileiras no rio da Prata em "Debatable lands".

[10] PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento*: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002. p. 191-193.

[11] A despeito das repetidas demandas portuguesas por apoio militar inglês no rio da Prata em 1777, o Império Britânico evitou confrontos com a Espanha em virtude da guerra de independência das Treze Colônias anglo-americanas da América do Norte.

[12] A fundação de Montevidéu pelos espanhóis em 1726 foi uma reação à tentativa luso-brasileira de fortificar a baía de mesmo nome em 1824. A fundação espanhola de Montevidéu foi realizada pelo governador de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zavala; os soldados luso-brasileiros expulsos da área tomaram refúgio na Colônia do Sacramento.

[13] Para maiores detalhes sobre o impacto das reformas de Bourbon na burocracia imperial no rio da Prata: SOCOLOW, Susan. *The bureaucrats of Buenos Aires, 1769-1810*. Durham: Duke University Press, 1989; LYNCH, John. *Spanish colonial administration, 1782-1810*: the intendant system in the Viceroyalty of the Río de la Plata. Nova York: Greenwood Press, 1969.

Antecedentes luso-brasileiros

Nascido em uma família abastada de Lisboa em 1740, don Manuel Cipriano de Melo ficou órfão antes de completar 10 anos de idade. Devido a conhecidos da família, ele foi mandado para o Brasil, sob os cuidados do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade. Em 1749, o governador mandou o jovem Cipriano para o rio da Prata, passando seus cuidados para o governador da Colônia do Sacramento, don Garcia de Bivar. Apesar disso, pouco após chegar ao rio da Prata, Cipriano de Melo fugiu da Colônia do Sacramento para Buenos Aires, onde por fim ele foi apadrinhado pelo governador espanhol Joseph de Andonaegui.[14]

Entre 1754 e 1756, os guaranis tapes das Sete Missões Orientais do Rio Uruguay se rebelaram contra as cláusulas do Tratado de Madri (1750) que estipulavam a troca da Colônia do Sacramento pelo território das sete missões jesuíticas na Banda Oriental. Em 1754, Cipriano de Melo foi voluntário das forças espanholas durante a chamada Guerra Guaranítica (1754-1756). Em certa ocasião, inclusive, Cipriano de Melo viajou até o campo de batalha em uma canoa. Como protegido do governador de Buenos Aires, Cipriano de Melo provavelmente teve a oportunidade de interagir com outras autoridades regionais, como o governador da Colônia do Sacramento e, principalmente, com o governador de Montevidéu, José Joaquin de Viana. Na adolescência, o conflito deu a Cipriano de Melo a oportunidade de se familiarizar com a região e com as autoridades, com as quais ele compartilhou experiências de guerra.

Uma vez que a campanha conjunta dos ibéricos contra os guaranis revoltosos terminou, Cipriano de Melo foi a Cádiz, onde estudou ciências náuticas e foi apresentado à cultura teatral da cidade. Após a conclusão de seus estudos, Cipriano de Melo retornou a Lisboa a fim de receber sua herança. Em seguida, ele voltou ao rio da Prata, desembarcando na Colônia do Sacramento com bagagem pesada e quatro escravos.[15]

Na Colônia do Sacramento, Cipriano de Melo se estabeleceu como capitão de navios no estuário do rio da Prata.[16] Durante a campanha militar de 1762 contra a Colônia do Sacramento, liderada pelo novo governador de Buenos Aires (don Pedro de Cevallos), Cipriano de Melo trocou de lado e foi nomeado piloto da frota espanhola para o ataque à Colônia do Sacramento. Ele lutou contra portugueses e britânicos durante o bloqueio naval da Colônia do Sacramento, tomando 260 prisioneiros. De qualquer modo, Cipriano de Melo voltou a trabalhar sob bandeiras portuguesas em 1763, quando a Colônia do Sacramento foi devolvida para Portugal como parte de um acordo diplomático.[17]

Nas décadas seguintes, Cipriano de Melo cruzou o oceano Atlântico, fazendo negócios na Colônia do Sacramento, em Salvador da Bahia, Lisboa, Londres, no Rio de Janeiro e no oeste africano. Cipriano de Melo se viu novamente no rio da Prata em 1765. Ele se casou com Ana Joaquina da Silva, filha de um grande mercador local, na Colônia do Sacramento. O dote recebido foi de 30 mil pesos.[18] Além disso, Cipriano de Melo estabeleceu uma posição duradoura como comerciante e piloto devido a sua proximidade às autoridades, como o governador e negociantes de destaque da colônia portuguesa.[19] Por causa disso, ele cruzou fronteiras imperiais comercializando diversos bens como açúcar, tabaco, tecidos, madeiras, mobília, papel e escravos.

---

[14] CUTOLO, Vicente Osvaldo. *Nuevo diccionario biográfico argentino*. Buenos Aires: Editorial Elche, 1975. p. 520.
[15] BENTANCUR, Arturo Ariel. *Don Cipriano de Melo, señor de fronteras*. Montevidéu: Arca, 1985. p. 9-12; CUTOLO, Vicente Osvaldo. *Nuevo diccionario biográfico argentino*. Buenos Aires: Editorial Elche, 1975. p. 520-521.
[16] Termo de Assentada, Colônia do Sacramento, 19 fev. 1776. Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Manuscritos Pombalinos, cod. 10855.
[17] CUTOLO, Vicente Osvaldo. *Nuevo diccionario biográfico argentino*, op. cit. p. 520-521.
[18] Ibidem.
[19] Termo de Assentada, Colônia do Sacramento, 19 fev. 1776. BNL, Manuscritos Pombalinos, cod. 10855.

Alguns dos mercadores mais abastados da Colônia do Sacramento e do Rio de Janeiro se encontravam entre seus parceiros de negócios, além de autoridades governamentais. Cipriano de Melo fez negócios extensivos com o coronel João de Azevedo Souza, poderoso mercador residente da Colônia do Sacramento que emprestava dinheiro ao governo local com frequência e era do mesmo círculo social de don Brás Carneiro Leão, um mercador poderoso no Rio de Janeiro.[20] Outros parceiros de negócios na Colônia do Sacramento incluíam os mercadores don Mamede João e don Joseph da Costa Ferreira, e o famoso contrabandista João da Cunha Neves. Além disso, Cipriano de Melo foi nomeado pelo governador como um dos homens de maior distinção da Colônia do Sacramento a depor no Conselho Ultramarino sobre o estado da colônia.[21] Cipriano de Melo obteve acesso às redes do Rio de Janeiro por meio de parceiros de negócios da Colônia do Sacramento, o que o ligou diretamente a alguns dos mercadores mais abastados de lá que faziam negócios extensivos com o tráfico de escravos no Atlântico Sul.[22]

Em 1777, uma frota espanhola transportando mais de 10 mil soldados, liderados pelo recém-nomeado vice-rei espanhol don Pedro Antonio de Cevallos, aportou no rio da Prata. Cevallos tinha ordens para estabelecer um vice-reinado em Buenos Aires e para expulsar os portugueses da Colônia do Sacramento. Mais uma vez, Cevallos encarregou Cipriano de Melo de pilotar em um esquadrão para conquistar a Colônia do Sacramento. Em junho daquele ano, a Colônia do Sacramento caiu sob o jugo espanhol, sendo completamente destruída. Consequentemente, Cipriano de Melo e centenas de cidadãos portugueses juraram lealdade ao rei da Espanha. Mais tarde, Cipriano de Melo mudou-se para Montevidéu, e como recompensa pelos serviços prestados à Coroa espanhola foi nomeado para a Comandancia del Resguardo, uma nova secretaria encarregada de reprimir o contrabando.[23]

Após a mudança para Montevidéu, Cipriano de Melo encontrou-se em uma posição estratégica, não somente por sua posição na burocracia espanhola, mas também por suas ligações. Como segundo comandante del Resguardo, Cipriano de Melo foi encarregado de controlar portos e regular a navegação em lagos e lagoas, contando com 32 homens sob suas ordens. É importante notar que ele foi responsável tanto por determinar a legalidade de desembarques no porto, quanto pela inspeção dessas cargas. Além disso, Melo recebeu compensação da Coroa espanhola pelas propriedades possuídas por ele na Colônia do Sacramento, além de uma licença para importar o equivalente a 32 mil pesos de mercadoria do Brasil: escravos, tabaco, açúcar, cachaça e outros bens.[24] Todos estes fatores garantiram sua entrada privilegiada na sociedade de Montevidéu.

Restabelecido ali, Cipriano de Melo tinha todos os meios, recursos e conhecimento necessários para reconectar as rotas comerciais entre o Rio de Janeiro e o rio da Prata, cujo centro até então tinha sido a Colônia do Sacramento. Cipriano de Melo garantiu não somente a legalidade e a segurança das operações, mas também acumulou capital suficiente para financiar seus próprios negócios. Se o conhecimento sobre os mercados e produtos luso-brasileiros era importante, a entrada na comunidade local também

[20] Lista das Letras que se passaram sobre a Thezouraria Geral do Erario da Cap. do Rio de Janeiro (em diante Lista das Letras). Colônia do Sacramento, 8 jun. 1776. BNL, Manuscritos Pombalinos, cod. 10855, 1776.

[21] Cartas do governador Francisco José da Rocha. Colônia do Sacramento, 8 fev. 1776. BNL, Manuscritos Pombalinos, cod. 10855.

[22] Francisco Antonio Maciel a Francisco Jose de Luzena. Montevideo, 12 nov. 1783. Archivo General de Indias, Sevilla (AGI), Buenos Aires Gobierno, Leg. 333. Ver também FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 319-332.

[23] Representacion de Don Manuel Cipriano de Melo para que se declare se debe ser considerado extranjero o sudito de SMC y goce de los fueros apropriados (ou Representacion de Don Manuel Cipriano de Melo). AGI, Buenos Aires Gobierno. Leg 311, 1783.

[24] Representacion de Don Manuel Cipriano de Melo. AGI, Buenos Aires Gobierno. Leg 311, 1783. Expediente del Virrey Marques de Loreto con el Intendente de Buenos Aires Francisco Paula Sanz sobre el Arreglo de los Campos de Montevideo. AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 333, 1786.

era crucial; um grupo de mercadores importantes recebeu Cipriano de Melo de braços abertos em seu meio, ávido para lucrar com o novo estado de Montevidéu com o império espanhol. Tais acordos locais foram fundamentais para o crescimento do mercantilismo local e da comunidade política.

Montevidéu e as conexões luso-brasileiras

Em 1780, Francisco Maciel, mercador de Montevidéu e grande parceiro de negócios de Cipriano de Melo, partiu em viagem de negócios para o Rio de Janeiro. De acordo com o vice-rei luso-brasileiro, don Luis de Vasconcelos, Maciel agiu como delegado representando os interesses dos mercadores de Montevidéu. Ele se reuniu com mercadores e autoridades no Rio de Janeiro a fim de adquirir 90 escravos e comprar tabaco, açúcar, e tecidos. Apesar disto, a parte mais importante de sua viagem foi restabelecer a rota de comércio entre o Rio de Janeiro e o rio da Prata. Maciel garantiu que navios portugueses seriam bem-vindos a Montevidéu, especialmente alegando necessidade de aportar para reparos, sendo esta uma garantia apresentada pelo segundo comandante Cipriano de Melo.[25] Apesar da estratégia suspeita, o vice-rei recebeu garantia de don Brás Carneiro Leão, mercador de "boa reputação e grande crédito" no Rio de Janeiro, dando testemunho da confiabilidade das autoridades e dos mercadores de Montevidéu e garantindo a segurança dos navios.[26]

Entre os anos de 1781 e 1786, 74 navios portugueses aportaram em Montevidéu, 43 destes declarando seu destino para outros portos portugueses no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina no momento da partida. Entre os capitães que faziam essa rota frequentemente estavam pilotos portugueses encarregados de navios portugueses e espanhóis. Além disso, alguns dos capitães portugueses eram parceiros de negócios e de amigos de Cipriano de Melo que faziam a rota entre Montevidéu e o Rio de Janeiro carregando açúcar, tabaco e escravos. Em Montevidéu, eles eram hospedados na casa de Cipriano de Melo ou eram convidados para seus jantares.[27]

Cipriano de Melo também atuou como mercador na rota rio da Prata—América lusa. Em 1779, ele peticionou a Coroa espanhola pela permissão para cobrar dinheiro que mercadores luso-brasileiros lhe deviam. O débito dos mercadores da América portuguesa totalizava aproximadamente 32 mil pesos. A fim de dar fundamentação ao seu pedido, Cipriano de Melo coletou depoimentos de diversos homens de negócios situados na Colônia do Sacramento, em Buenos Aires e Montevidéu que confirmavam o fato de Cipriano de Melo ter crédito nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador da Bahia, bem como na ilha de Santa Catarina. Além disso, Cipriano de Melo também tinha diversos depoimentos de um oficial espanhol que lutou a seu lado em 1777, atestando os bons serviços prestados por Cipriano de Melo à Coroa espanhola. A Coroa deferiu a petição de Cipriano de Melo, autorizando o vice-rei Cevallos

[25] Francisco Antonio Maciel a Luis de Vasconcelos. Rio de Janeiro, 30 mar. 1780. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU), Rio de Janeiro, Doc. 9294. Para uma análise abrangente e detalhada do comércio de contrabando no Rio de Janeiro no final do século XVIII, e a importância das rotas para o rio da Prata, ver: PIJNIG, Ernst. *Controlling contraband*: mentality, economy and society in 18th century Rio de Janeiro. Tese (doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Johns Hopkins University, 1997. p. 148-182.

[26] Luís de Vasconcelos e Sousa ao Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro 12 jul. 1781. AHU, Rio de Janeiro, doc. 9561; e Representacion de Don Manuel Cipriano de Melo. AGI, Buenos Aires Gobierno. Leg 311, 1783. Brás Carneiro Leão declarou para autoridades espanholas que possuía dívidas com Cipriano de Melo oriundas de transações comerciais anteriores, da época da Colônia do Sacramento.

[27] Autos Seguidos entre Dn. Manuel Perez y Dn. Miguel Josef de Fleitas sobre anular la venta de unos esclavos que el segundo hizo al primero, 1794. Archivo General de la Nación, Uruguay (AGN, Uruguay), Escribanía de Gobierno y Hacienda (EGH), caja 22, exp. 38. Os pilotos eram Miguel de Fleitas, Antonio João da Cunha e Leonardo Perdigão. Miguel de Fleitas e Cipriano de Melo romperam uma parceria comercial no decorrer deste processo.

a compensá-lo não apenas por sua propriedade perdida na Colônia do Sacramento, mas também pela propriedade de seu sogro don Manuel Pereira Gonzáles, que fugira para o Rio de Janeiro em 1777.[28]

Cipriano de Melo encontrou aliados importantes entre os mercadores e autoridades de Montevidéu (ver figura 1). O grupo responsável pela maior parte da integração de Cipriano de Melo na sociedade de Montevidéu foi a família Viana e seus aliados, que também tencionavam lucrar com o novo estado da cidade como porto atlântico e de seus negócios no porto de Buenos Aires. O clã incluía o antigo governador de Montevidéu, José Joaquín de Viana; seu primo, Melchor de Viana; o mercador Don Francisco Maciel e, mais tarde, o próprio Cipriano de Melo. As redes familiais dos Viana os ligaram aos primeiros colonos da Banda Oriental, garantindo favores da Coroa para suas famílias devido a seus esforços na construção da cidade.[29]

O primeiro governador de Montevidéu, don José Joaquín de Viana, desposou doña Francisca de Alzaybar, irmã de don Francisco de Alzaybar — o primeiro latifundiário da Banda Oriental. Em dois mandatos separados, Viana governou Montevidéu por 15 anos: de 1751 a 1764 e de 1771 a 1773. Durante esse período, o governador pôde criar fortes redes na cidade. A ligação com a família Alzaybar não somente garantia acesso a amplos recursos econômicos e sociais na região, mas também garantia *mercedes* (favores) da Coroa e da família Alzaybar, que dava assistência aos habitantes espanhóis e patrulhava o rio da Prata.[30] Além disso, Viana liderou as tropas espanholas durante a Guerra Guaranítica, o que lhe deu direito a favores reais. Nas décadas seguintes, Joaquín de Viana foi responsável pela distribuição de terras, escolhendo os dois governadores de Montevidéu que o sucederam (Agustín de La Rosa e Joaquín Del Pino, respectivamente), garantindo no processo um papel de importância na região para si e para sua família.[31]

Don Joaquín de Viana construiu uma rede extensa de parentes biológicos e religiosos, além de parceiros de negócios importantes nas últimas décadas do século XVIII em Montevidéu. Por exemplo, Joaquín de Viana era primo de don Melchor de Viana, que comercializava escravos e todo tipo de bens da Europa e das Américas, o que fez dele um dos mercadores mais importantes de Montevidéu. Além disso, Joaquín de Viana nomeou a irmã de outro poderoso mercador, don Francisco Maciel, como sua inventariante. Maciel foi também um dos mercadores de escravos mais ativos de Montevidéu.

Apesar disso, as ligações de Viana se estendiam além da comunidade mercadora de Montevidéu. O governador era protegido político do vice-rei Juan José Vértiz, que atuou como governador de Buenos Aires entre 1770 e 1776, e como vice-rei de 1778 a 1784. Entre os mercadores de Buenos Aires, Martín de Altolaguirre tinha a reputação de ser um bom parceiro de negócios, além de aliado político.[32] Outro personagem importante deste grupo foi don Francisco de Medina, o comerciante abastado responsável pela criação do primeiro *saladero* da Banda Oriental.[33]

Após a queda da Colônia do Sacramento, esta rede de elites locais recebeu Cipriano de Melo em Montevidéu de braços abertos, incorporando-o como parceiro de negócios e também como amigo. Cipriano de Melo, Melchor de Viana e Francisco Maciel contratavam os mesmos navios e pilotos, e é

[28] Autos Formados por la Prision del Portugues Juan de Acuña. AGI Gobierno, Buenos Aires, Leg. 333, 1785. Francisco de Paula Sanz. Buenos Aires 06, oct. 1784. AGI Gobierno, Buenos Aires, Leg. 333.

[29] APOLANT, J. Alejandro. *Génesis de la familia uruguaya*: los habitantes de Montevideo en sus primeros 40 años, filiaciones, ascendencias, entronques, descendencias. Montevidéu: s.n., 1975. p. 931-940.

[30] Para maiores detalhes sobre a família Alzaybar e sua influência sobre Montevidéu, ver PRADO, Fabrício. *In the shadows of empires*: trans-imperial networks and colonial identity in Bourbon río de la Plata. Diss. (Ph.D.) — Emory University, 2009. Chapter 3.

[31] APOLANT, J. Alejandro. *Génesis de la familia uruguaya*, op. cit. p. 931-933.

[32] Ibidem, p. 935-937, 967.

[33] BENTANCUR, Arturo Ariel. *Don Cipriano de Melo, señor de fronteras*, op. cit. p. 20-25. No inventário de Medina, Cipriano de Melo aparece como credor de mais de 2 mil pesos.

importante ressaltar que também compartilhavam as mesmas redes no Rio de Janeiro e em Salvador da Bahia.[34] Esses mercadores utilizaram os mesmos agentes e fizeram pedidos de bens conjuntamente, com base nos contatos de Cipriano de Melo, para adquirirem produtos gerais e específicos, como cadeiras feitas de jacarandá e cozinheiros escravos da Bahia.[35] Tais operações dependiam diretamente de plena confiança. Devido à natureza do comércio transimperial, o nível de informalidade era muito maior do que nas tradicionais redes de comércio intraimperiais. O último era muito mais baseado em regulamentos legais do que em relações interpessoais.

As ligações transimperiais de Cipriano de Melo beneficiaram grupos situados em Montevidéu e mercadores de Buenos Aires que tinham comércio ativo com vendedores traficantes de escravos de colônias estrangeiras. Montevidéu tornou-se o porto preferido da região, não somente por causa das reformas bourbônicas, mas também devido a suas redes luso-platinas; O porto de Montevidéu preenchia o vazio deixado pela Colônia do Sacramento como centro das redes de comerciantes portugueses e espanhóis na região. Como resultado, Montevidéu tornou-se o porto de maior importância tanto para o comércio legalizado quanto para o ilegal.

Durante períodos de guerra entre a Espanha e a Grã-Bretanha, regulamentos menos severos sobre o comércio com nações amigas permitiram que as redes transimperiais funcionassem ainda mais ativamente e com maior nível de legalidade. O tráfego intenso no porto de Montevidéu nos anos seguintes à queda da Colônia do Sacramento foi de início bem-vindo pelos comerciantes de Buenos Aires. Entretanto, o crescente poder da comunidade mercadora de Montevidéu e os oficiais que detinham o controle do comércio transimperial começaram a incomodar facções importantes em Buenos Aires.

O crescimento de Montevidéu como um porto atlântico no rio da Prata

Em meados da década de 1780, alguns dos mercadores e autoridades em Buenos Aires estavam insatisfeitos com o fato de Montevidéu ser o único porto autorizado para entrada de transatlânticos no Prata. Como resultado dessa disposição, os mercadores de Buenos Aires dependiam de seus procuradores e parceiros de negócios em Montevidéu, o que criava meios para que a comunidade mercadora de Montevidéu aumentasse seu fluxo de negócios. Apesar disso, nem todo mercador de Buenos Aires era contrário ao novo papel desempenhado pela cidade de Montevidéu. Um grupo emergente de mercadores sem contratos de monopólio, que atuavam em empreitadas como o tráfico de escravos, comércio com colônias estrangeiras e no comércio livre com outros portos do império espanhol, não reclamava do novo papel da cidade de Montevidéu. Alguns dos membros de maior visibilidade neste grupo incluíam don Juan de Aguirre, Tomás Antonio Romero e seu filho don José de Maria.[36]

A nomeação de um novo vice-rei em Buenos Aires iniciou o conflito entre algumas facções das comunidades mercantis nas duas cidades portuárias. Segmentos importantes da comunidade mercantil de Buenos Aires receberam em Buenos Aires o vice-rei de braços abertos, o marquês de Loreto Cristóbal Del Campo, no ano de 1784. Determinado a encerrar o intenso tráfego transimperial que era canalizado por Montevidéu, o vice-rei implementou medidas desenvolvidas para restringir os "excessos" de autonomia e as atividades de contrabando das autoridades em Montevidéu.[37]

[34] Autos Formados por la Prision del Portugues Juan de Acuña. AGI Gobierno, Buenos Aires, Leg. 333, 1785.
[35] Ibidem.
[36] Para maiores informações acerca dos mercadores de Buenos Aires e as transformações da comunidade mercantil na segunda metade do século XVII, ver SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes de Buenos Aires vireinal*: familia y comercio. Trans. Alicia Steimberg. Buenos Aires: Editorial de la Flor, 1991; GRIECO, Viviana L. *Politics and public credit*: the limits of absolutism in late colonial Buenos Aires. Diss. (Ph.D.) — Emory University, 2005.
[37] Autos Formados por la Prision del Portugues Juan de Acuña. AGI Gobierno, Buenos Aires, Leg. 333, 1785.

Além da questão do contrabando, o conflito envolveu uma disputa entre o vice-rei Del Campo e o intendente do rio da Prata, don Francisco de Paula Sanz. No rio da Prata, o vice-rei e o intendente frequentemente viam suas jurisdições em sobreposição, ou com definições vagas.[38] Além disso, a chegada do marquês de Loreto gerou opiniões divergentes sobre as políticas de comércio com navios de nações amigas, e sobre como estimular a indústria local da melhor maneira possível. De um lado, o intendente Sanz buscava proteger o comércio, além de estaleiros e fábricas locais; por outro lado, o vice-rei Del Campo tinha o objetivo de proteger as políticas que privilegiavam o comércio com a Espanha. O conflito podia ser visto como pontos de vista diferentes sobre a política imperial, ou como um conflito entre a antiga e a nova estrutura de poder criada pelas reformas bourbônicas. Entretanto, ressentimentos pessoais entre os dois homens, juntamente com suas lealdades às diversas facções às quais eles serviam, também devem ser levados em consideração.

Um dos alvos de maior visibilidade da reação *porteña* foi Cipriano de Melo. O vice-rei e outras autoridades o acusaram de apoiar o contrabando ao permitir que navios portugueses aportassem em Montevidéu e, portanto, facilitando a introdução ilegal de bens e de escravos em domínios espanhóis.[39] Os eventos que culminaram em uma série de processos contra Cipriano de Melo começaram quando um de seus parceiros de negócios, o conhecido piloto e contrabandista português don Antonio Joseph de Acuña, foi preso após entrar ilegalmente em Montevidéu, onde ficou hospedado por dois dias na casa de Cipriano de Melo. Acuña havia entrado na cidade a bordo de um bergantim português que havia aportado em Montevidéu dois dias antes. De acordo com seu depoimento, ele foi até a casa de Cipriano de Melo devido a suas ligações com don Melchor de Viana. Acuña justificou sua presença na cidade ao alegar que precisava cobrar uma dívida desse mercador.

O episódio culminou em um longo processo, no qual autoridades de Buenos Aires acusavam a Cipriano de Melo e questionavam a habilidade das autoridades de Montevidéu para controlar o comércio transatlântico. A disputa centrou-se em quem tinha jurisdição para inspecionar os navios e autorizar o desembarque de bens. O caso complicou-se por dois motivos: primeiro, pois as infrações de Acuña estavam sob a jurisdição dos oficiais da alfândega, que na época estavam sob influência direta do novo vice-rei e das autoridades portenhas; e, segundo, pois dentre os pertences de Acuña que haviam sido confiscados foram encontrados cartas, recibos e livros de contabilidade de operações que envolviam Cipriano de Melo, sua esposa Ana Joaquina, Melchor de Viana, Francisco Maciel e outros mercadores importantes de Montevidéu.

Durante o processo, as autoridades expuseram uma rede intrincada de cooperação entre mercadores de Montevidéu. De acordo com provas citadas no caso, Cipriano de Melo e sua esposa operavam um negócio duradouro que enviava escravos importados ilegalmente para o Alto Peru. Alegava-se que o casal exportava entre 27 e 300 escravos em cada operação, utilizando um de seus próprios escravos para gerenciar as entregas.[40] O vice-rei também questionou a legitimidade da licença de Cipriano de Melo para trazer 32 mil *pesos fuertes* da América lusa. De acordo com o vice-rei Del Campo, Cipriano de Melo afirmara que havia transportado menos de 5 mil pesos até aquele momento. Entretanto, o vice-rei argumentou que Cipriano de Melo tinha cinco navios sob seu comando no Brasil; portanto, o vice-rei calculou que a quantidade carregada em cada navio seria cerca de mil pesos, o que não era suficiente para cobrir as custas da viagem do navio e de sua tripulação.

As provas expuseram redes clandestinas de contrabando ainda maiores, que envolviam o piloto português Juan de Acuña e os mercadores de Montevidéu Leonardo Pereyra, Melchor de Viana, Francisco

[38] Sobre a burocracia no rio da Prata, ver SOCOLOW, Susan M. *The bureaucrats of Buenos Aires, 1769-1810*. Durham: Duke University Press, 1987.
[39] Autos Formados por la Prision del Portugues Juan de Acuña. AGI Gobierno, Buenos Aires, Leg. 333, 1785.
[40] Ibidem.

Maciel e Francisco de Medina. Os documentos de Acuña revelaram que, por mais de quatro anos, esses mercadores haviam contrabandeado escravos, açúcar, tabaco e outros bens, e haviam também exportado peles ilegalmente para o Rio de Janeiro e para Salvador da Bahia. Essas operações somavam mais de 51.400 *pesos fuertes*.[41] No Rio de Janeiro, Cipriano de Melo contava com a parceria de don Antonio João da Costa, João da Costa Pinheiro, João Diniz Vieira e don Brás Carneiro Leão. O representante do grupo em Salvador da Bahia era don Francisco José de Lucena. O fato de os grupos terem mais ligações no Rio de Janeiro do que em Salvador da Bahia é algo revelador. Além do alto número de parceiros de negócios no porto fluminense, don Franciso Maciel reclamou de um antigo parceiro na Bahia, Manoel José Froes, que não havia pagado pelas 5.697 peles enviadas para ele. Os mercadores de Montevidéu divulgaram essa informação — não somente para seu parceiro em Salvador da Bahia encarregado de executar a dívida, mas também entre seus parceiros de negócios no Rio de Janeiro. Tal comportamento era característico de operações de negócios nas sociedades do Antigo Regime: redes estruturadas garantiam a confiança e a segurança das operações.[42]

Dentre os documentos confiscados, havia listas de bens pedidos por Cipriano de Melo — para sua família, para o governador de Montevidéu, e para o primer comandante del Resguardo, don Antonio Pereira — que incluía diversas peças de mobília de jacarandá, camisas, vestidos de veludo, partituras de saltério, um músico escravo e cozinheiros escravos. Todos esses itens e escravos eram para uso pessoal ou para as casas de suas famílias. Além disso, listas que especificavam itens à venda também foram encontradas.[43]

O vice-rei utilizou as provas encontradas dentre os pertences de Acuña para argumentar contra a primazia de Montevidéu como porto obrigatório da região. Ele reforçou seu argumento ao enfatizar a corrupção das autoridades de Montevidéu, a quem ele acusou de proteger o contrabando com os portugueses. Além disso, o vice-rei advogou contra as políticas liberais de comércio neutro e viu a necessidade de "fechar as portas aos comerciantes portugueses", assim como aos britânicos, "mesmo que isso signifique permitir que seus navios afundassem em frente ao porto". O marquês de Loreto também indiciou diretamente a Cipriano de Melo, definido pelo vice-rei como um "oficial corrupto, receptivo a subornos", "um estrangeiro" e "um português, cuja conduta e desempenho eram danosos ao Tesouro Real".[44]

Em sua defesa, Cipriano de Melo apresentou uma lista de todos os serviços que havia realizado para a Coroa espanhola: participação em ações militares durante a guerra em 1777, a conquista da Colônia do Sacramento e expedições para garantir o controle da Patagônia e das Malvinas (Ilhas Falkland). Além disso, ele forneceu uma lista de todo o contrabando confiscado por ele desde que assumiu o posto de segundo comandante del Resguardo. Cipriano de Melo também citou cânones de direito natural justificando as licenças para navios estrangeiros ancorarem em Montevidéu para reparos e revisou as ordenanças reais relacionadas ao comércio com navios de nações amigas.[45]

Em especial, Cipriano de Melo afirmou sua lealdade inquebrável à Coroa espanhola, como segue: "É fato público e bem conhecido que eu era residente (*vezino*) da Colônia do Sacramento; portanto, eu não devo ser considerado estrangeiro, e prefiro constar nos autos como espanhol, com todos os direitos e privilégios que gozam os súditos espanhóis". Cipriano de Melo argumentou que, de acordo com as leis de conquista, os residentes que desejassem jurar lealdade gozariam de direitos completos como vassalos da Coroa espanhola.[46]

[41] Ibidem. As operações envolveram a compra de escravos, açúcar, tabaco, mobília, tecidos e roupas. Os valores mencionados em recibos individuais eram de 30 mil, 1.400, 13 mil e 7 mil pesos.
[42] Ibidem.
[43] Ibidem.
[44] Ibidem.
[45] Representacion de Manuel Cipriano de Melo. AGI, Gobierno, Buenos Aires. Leg 311.
[46] Ibidem.

Cipriano de Melo também afirmou que a chegada dos comerciantes portugueses garantiu o fluxo contínuo de escravos durante os anos de guerra contra a Grã-Bretanha. Além disso, ele utilizou tal argumento para justificar seu envolvimento com Antonio Juan de Acuña que, de acordo com Cipriano de Melo, era um dos agentes envolvidos no comércio de escravos. As reformas bourbônicas tinham a intenção de estimular a entrada de escravos nas Américas a fim de explorar a produção na agricultura. Entretanto, as políticas dirigidas para encorajar a aquisição de escravos no império acabaram por reforçar a tradicional rota comercial entre o rio da Prata e o Rio de Janeiro. Após as guerras de 1777, o rei havia autorizado que certos súditos importassem seu capital da América portuguesa para a América espanhola. O intendente do rio da Prata, Francisco de Paula Sanz, afirmou que o comércio com os portugueses beneficiava o império, principalmente devido à entrada de escravos. O intendente Sanz também argumentou que tal fluxo de capital favorecia o império espanhol e, portanto, não deveria ser marcado como contrabando.[47]

O que iniciou como conflito local logo alcançou o Conselho das Índias, em Sevilha, como confronto entre o intendente (cuja jurisdição incluía a Comandancia del Resguardo) e o vice-rei (que tinha jurisdição sobre os oficiais alfandegários). Em suma, o conflito local transformou-se em imperial, entre a antiga estrutura de poder e os apoiadores das reformas recém-instituídas. Tal disputa é um exemplo claro de como elites locais e autoridades interpretavam e manipulavam a legislação colonial de acordo com os próprios interesses. Em 1788, Sanz foi enviado a Potosí como novo intendente do Alto Peru e o vice-rei foi substituído em Buenos Aires. Os oficiais de Montevidéu retiveram a jurisdição sobre todos os desembarques de transatlânticos no rio da Prata. Em detrimento do fato de que a atividade portuária de ambas as cidades complementavam-se, tal resultado não significou o fim do conflito entre as facções das comunidades mercantis de Montevidéu e Buenos Aires.

Os inimigos de Cipriano de Melo apresentavam queixas ao Conselho das Índias, acusando-o e don Manuel Diago, seu parceiro de negócios, de contribuições fraudulentas que haviam levado a Casa da Alfândega de Buenos Aires à falência, e de contrabandear bens para o Brasil e La Habana.[48] Em sua defesa, ele enfatizou a falta de provas conectando-o à corrupção na Casa da Alfândega de Buenos Aires, e por sua vez culpando a influência do vice-rei Loreto sobre o fiscal do Conselho das Índias. Cipriano de Melo denunciou o vice-rei pelas falsas acusações contra ele, e ao fiscal por falhar no processamento dos documentos que ele havia enviado para o conselho. Além disso, Cipriano de Melo acusou a ambos de perseguição, "já que ele havia jurado vassalagem ao Rei da Espanha e, portanto, havia negado seu estado de súdito português".[49]

Com relação às acusações de contrabando, Cipriano de Melo apresentou uma defesa de que todo o comércio com La Habana havia sido conduzido por sua esposa, Ana Joaquina da Silva e, portanto, não tinha relação alguma com ele. Após um processo longo e arrastado, ficou decidido que sua esposa havia obtido permissão dele para comercializar e Cipriano de Melo foi julgado culpado de contrabandear escravos e outros bens. Como resultado, Cipriano de Melo ficou preso por um curto período de tempo em Buenos Aires, em 1788. Entretanto, o rei reafirmou o estado de Cipriano de Melo como espanhol naturalizado e permitiu que ele retomasse seu posto, com a proibição de comercializar escravos e

[47] Parecer sobre pedido de Francisco Mendes Ribeyro para pasar al Rio de Geneiro. Buenos Aires, 24 mayo 1785. AGI, Buenos Aires Gobierno, leg. 333. Além do caso de Cipriano de Melo, Sanz mencionou o caso Francisco Mendez Ribeyro, outro português que vivia em Buenos Aires ao qual se lhe foi negado o pedido para a importação da herança recebida de um irmão falecido em terras fluminenses.

[48] Archivo General de la Nación, Argentina (AGN, Argentina), Sala IX, 33-4-5, Hacienda, exp. 41; e AGN, Argentina, Sala IX, 31-16-6, Justicia, 1791. As denúncias de contrabando envolviam também sua esposa Ana Joaquina Silva. As acusações envolviam o contrabando de charque, cera, sebo, velas e escravos.

[49] Rl. Orden que Remitan los Documentos relativos a la defensa de Dn. Man. Cipriano de Melo 2o. Comandte. De los Resguardos y de Dn. Manuel Diago. AGN, Argentina, Sala IX, 31-16-6, Justicia, 1791.

outros bens. O banimento não impediu que sua esposa conduzisse uma série de transações comerciais envolvendo escravos, açúcar e tabaco, bem como uma série de acordos transimperiais com a América portuguesa, a Europa, Potosí, Chile e La Habana.[50] Além disso, don Manuel Diago recuperou seu direito de atuar em atividades de comércio. Consequentemente, a parceria comercial entre Diago e Cipriano de Melo durou até a morte deste, em 1813.

Mesmo após os incidentes de 1788, don Cipriano de Melo continuou sendo membro ativo da elite de Montevidéu. Ele fundou o primeiro teatro na cidade, conhecido como Casa de Comédias, e serviu como gerente do Hospital de Caridade, instituição de posse e instrumentalização da Irmandade de São Francisco. Durante a década de 1790, ele teve envolvimento com a comunidade luso-brasileira residente em Montevidéu, patrocinando e dando assistência a imigrantes recém-chegados do Brasil, dando atenção especial a artesãos. Ele também manteve redes ativas com autoridades portuguesas, garantindo inclusive a passagem de navios portugueses em Montevidéu que transportassem missionários franciscanos.[51] Tais fatos demonstram a integração bem-sucedida de Cipriano de Melo na vida social e institucional da cidade, com destaque para a natureza transimperial da sociedade local e de instituições comunitárias.

A década de 1790 marcou o início de uma etapa na qual Cipriano de Melo não tinha mais a permissão de se envolver diretamente no comércio do Atlântico. Entretanto, ele continuou a reprimir o contrabando no porto de Montevidéu, na lagoa Merin, e na região de fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola. Em Montevidéu, Cipriano de Melo inspecionou pessoalmente muitos dos navios que chegavam de colônias estrangeiras.[52] Tais navios frequentemente carregavam antigos conhecidos ou parceiros de negócios e seus agentes como passageiros. Na região de fronteira com o Brasil, Cipriano de Melo conduziu diversas batidas, estabeleceu postos de guarda e enviou canoas para reprimir o contrabando nas águas da lagoa.[53] Em tais operações anticontrabando, Cipriano de Melo contava com o auxílio de Rafael Pinto Bandeira, mercador e oficial português. Bandeira havia sido acusado de monopolizar o contrabando na região, mas tais denúncias nunca chegaram a condenações.[54]

A última década do século XVIII viu a guerra entre a Espanha e outros impérios atlânticos. Os conflitos recorrentes encorajaram oficiais espanhóis a aprovar leis que autorizassem o comércio com navios de nações amigas. Entre os anos de 1795 e 1797, o porto de Montevidéu ficou oficialmente aberto para navios vindos de Portugal e outras nações amigas. Como ocorrido na década anterior, os mercadores de Montevidéu no rio da Prata, bem como algumas facções de Buenos Aires, viram anos de vasta oportunidade para o comércio transimperial. Entretanto, a década de 1790 marcou mais uma disputa entre grupos centralizados em Buenos Aires e em Montevidéu. Desta vez, os interesses comerciais colocaram antigos aliados em oposição: as autoridades e mercadores de Montevidéu contra o grupo de mercadores de Buenos Aires associados envolvidos no comércio com estrangeiros.[55]

Durante anos, em meados da década de 1790, sinais óbvios da quebra de aliança (entre comerciantes de Montevidéu e mercadores de Buenos Aires) e a disputa pela primazia do comércio transimperial

[50] Inventário de Ana Joaquina da Silva, 1821, Archivo Judicial, Uruguay, caja 203, Civil 1. Agradeço a Alex Borucki por proporcionar acesso a este documento.
[51] Declaração assinada pelo Marques de Aviles. AGI, Indiferente General Leg. 2466. 1799.
[52] Auto de Embarcacion. Montevideo, 20 feb. 1797. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 34; Auto de Embarcacion. Montevideo, 18 feb. 1797. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 34; Auto de Embarcacion. Montevideo, 14 dic. 1799. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 40; Auto de Embarcacion. Montevideo 23 nov. 1799. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 40; Auto de Embarcacion. Montevideo 19 dic. 1799. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 40; e Auto de Embarcacion. Montevideo, 13 mar. 1793. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 18.
[53] Auto de Embarcacion. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 18, 9 V, 1792.
[54] GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores*: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
[55] Juez de Arribadas. AGN, Uruguay. EGH Caja 25. Exp. 89. 1794.

apareceram pela primeira vez. Como chefe da agência encarregada de reprimir o contrabando, Cipriano de Melo realizou uma série de confiscos que tinha como alvo navios e tripulações de mercadores *porteños* envolvidos no comércio transimperial. Os processos, combinados com o contrabando confiscado na década de 1790, serviram de testemunho para a divisão entre a facção de Montevidéu, composta por don Francisco Manuel, Cipriano de Melo e Melchor de Viana, e a facção de Buenos Aires, composta por Tomás Antonio Romero, Pedro Duval e José de Maria, entre outros.[56]

O monopólio dos desembarques transatlânticos nos portos de Montevidéu era a base do conflito entre as facções mercantis envolvidas com o comércio com portugueses e anglo-americanos. Na década de 1790, a comunidade mercantil de Buenos Aires já estava claramente dividida internamente: entre os mercadores contrários ao comércio com navios de potências amigas e aqueles a favor de tais práticas.[57] Como resultado, facções mercantis de Buenos Aires iniciaram, com apoio do Consulado de Comércio, um processo nos quais os mercadores argumentavam contra a posição de Montevidéu como cidade portuária privilegiada no rio da Prata.[58] Entretanto, dessa vez os alvos de maior visibilidade entre as autoridades de Montevidéu eram Cipriano de Melo e o novo vice-rei do rio da Prata e antigo governador de Montevidéu, don Olaguer Feliú.

O principal incidente que solidificou a cisma entre os mercadores de Buenos Aires e Montevidéu, outrora aliados, envolveu a primazia de Montevidéu como porto obrigatório na região. O grupo *porteño* depreciou os excessos do vice-rei e do comandante del Resguardo Cipriano de Melo que, de acordo com seus argumentos, "ameaçavam a primazia da capital Buenos Aires" e impunham "perdas miseráveis" ao comércio livre.[59] O grupo de homens de negócios de Buenos Aires, representados por Juan de Aguírre, José de Maria e Pedro Duval, reclamava da imposição da política estipulando que o primeiro desembarque de todos os navios vindos de colônias estrangeiras fosse realizado no porto de Montevidéu.

O episódio pivô deste conflito foi quando dois navios, vindos das Ilhas Maurício e de Pernambuco, não obtiveram permissão de entrada no porto de Buenos Aires. Tais navios eram da posse de don Pedro Duval e don Juan de Aguirre, dois poderosos mercadores de Buenos Aires e membros do Consulado de Comércio. Os mercadores reclamaram que seus navios, carregados com bens perecíveis e escravos, tiveram seu desembarque em Buenos Aires negado devido ao decreto do vice-rei Olaguer Feliú requerendo que todo o comércio transatlântico fosse conduzido pelo porto de Montevidéu. Além disso, os mercadores peticionaram que o vice-rei designasse um oficial para inspecionar os navios sem ter de voltar para Montevidéu. O vice-rei Olaguer Feliú designou o comandante del Resguardo de Montevidéu, Cipriano de Melo, para realizar a tarefa. Entretanto, Cipriano de Melo não se encontrava em Buenos Aires e, consequentemente, os navios foram forçados a partir de lá.[60]

Em uma tentativa de contornar o retorno a Montevidéu, Duval e Aguirre levaram seus navios até a Colônia do Sacramento, porto sob jurisdição dos *porteños*, e mais tarde de volta ao porto de Buenos Aires sob o disfarce de navios recém-chegados de outro porto espanhol. Entretanto, tal manobra não produziu o resultado esperado e os navios eventualmente partiram para Montevidéu. Os mercadores reclamaram que tais regras não somente impediam o desembarque de sua carga, mas também causaram

[56] Dna. Maria del Carmen *vs.* Dn. Miguel de Fleytas. Montevideo, 19 set. 1794. AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 22. Neste caso, Cipriano de Melo testemunhou contra Miguel de Fleytas, que trabalhou para Tomás Antonio Romero. Decomiso de Pedro Duval, Casimiro Necochea, Miguel Josef Fleytas, et alii, Montevideo, 22 feb. 1800**.** AGN, Uruguay, Escribanía de Gobierno y Hacienda, caja 46.
[57] GRIECO, Viviana L. *Politics and public credit*, op. cit.
[58] Declaração firmada por Josef de Maria. Buenos Aires, 1798. AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346. O mercador defende o comécio com navios neutros, mas argumenta contra a primazia de Montevidéu.
[59] Representacion del Real Consulado contra el Comercio de Frutos de esta Provincia con las Colonias Estranjeras, AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346. 1797.
[60] Ibidem.

danos materiais e perda de escravos em grande número ao passarem por uma tempestade a caminho de Montevidéu.[61] Os mercadores também argumentaram que Buenos Aires deveria ter permissão de receber navios com escravos — não somente porque a cidade fornecia o capital necessário para financiar tais expedições, mas também porque o porto tinha melhor logística para o desembarque de escravos.

Os mercadores Pedro Duval e José de Maria chamaram os oficiais da Comandância del Resguardo de "burocratas ruins e infiéis", declarando que as autoridades de Montevidéu e o próprio vice-rei tencionavam manter monopólio sobre o comércio transimperial e o contrabando.[62] A acusação deixou implícita uma sugestão dos mercadores de que o comércio ilícito não ocorria em Buenos Aires. Além disso, os mercadores portenhos e seus aliados argumentavam que a extensão da autoridade de um oficial de Montevidéu até Buenos Aires, no caso Cipriano de Melo, constituía séria ofensa aos burocratas da capital do vice-reinado. Em suas estimativas, a mudança "representaria a influência de Montevidéu sobre Buenos Aires". Eles também alegavam que o vice-rei Olaguer Feliú passava mais tempo em Montevidéu, onde mantinha seu lar, do que em Buenos Aires.[63]

Além disso, José de Maria também alegava que o vice-rei Olaguer Feliú havia falhado em honrar as licenças para o comércio transimperial garantidas pelo vice-rei anterior, e que tais medidas faziam dos mercadores de Buenos Aires um alvo injusto.[64] Maria também afirmou que o vice-rei Olaguer Feliú era fortemente associado com certo "Melo", a quem ele dava mais autoridade do que era legalmente permitido.[65] José de Maria e Pedro Duval afirmaram que não queriam "mencionar os detalhes da presença de Feliú em Montevidéu, para evitar a reprodução de rumores e demonstrar falta de 'decoro'", e para evitar a provocação de maiores inquietações nas ruas de Buenos Aires.[66] Tais declarações deixavam clara a cisma entre as comunidades das duas cidades portuárias; embora o conflito tenha começado como um problema político e econômico, os mercadores puderam utilizar suas redes verticais e horizontais para mobilizar as pessoas fora dos confins da comunidade mercantil.[67]

A disputa culminou na tentativa da comunidade mercantil de Montevidéu de criar seu próprio Consulado de Comércio, enquanto os mercadores de Buenos Aires fizeram esforços para autorizar o porto da Ensenada de Barragán, uma baía ao sul de Buenos Aires, como porto transatlântico. A iniciativa dos mercadores de Buenos Aires foi bem-sucedida por algum tempo. De 1801 a 1802, o porto da Ensenada de Barragán foi declarado como extensão física do porto de Buenos Aires e foi aberto para navios espanhóis navegando em rotas transatlânticas. Entretanto, navios estrangeiros não tinham permissão de entrar. Apesar da rejeição do Conselho das Índias pela criação de um novo Consulado de Comércio em Montevidéu, os argumentos a favor do retorno da primazia ao porto de Montevidéu foram bem recebidos.[68] Após 1802, Montevidéu retomou seu papel como porto principal para viagens transatlânticas no estuário do rio da Prata. Assim, no início do século XIX, um novo equi-

[61] Ibidem.
[62] "malos y infieles servidores". Declaração assinada por Pedro Duval, Buenos Aires, 30 abr. 1798. AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346. AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346.
[63] Representacion del Real Consulado contra el Comercio de Frutos de esta Provincia con las Colonia Estranjeras, AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346. *Statement signed by* Pedro Duval, Buenos Aires, 30 abr. 1798. AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346.
[64] Ibidem.
[65] Ibidem.
[66] Ibidem.
[67] Hugo Raúl Galmarini também observa o conflito entre grupos mercantis em Buenos Aires. Distintos grupos, mais ou menos associados com o comércio transimperial e tráfico, e comerciantes previamente vinculados ao comércio peninsular conflitam no Consulado de Comércio, mas com reflexos até mesmo nas ruas de Buenos Aires. Tais conflitos ganhavam importância também nas ruas, tamanho o papel das facções em Buenos Aires no período. GALMARINI, Hugo Raúl. *Los negocios del poder*: reforma y crisis del estado, 1776-1826. Buenos Aires: Corregidor, 2000. p. 53.
[68] Representacion del Real Consulado contra el Comercio de Frutos de esta Provincia con las Colonia Estranjeras, AGI, Buenos Aires Gobierno, Leg. 346.

líbrio de poderes havia sido estabelecido no rio da Prata. Apesar de continuar a realizar negócios em conjunto, as comunidades de mercadores em Buenos Aires e Montevidéu tinham interesses claramente diferentes.

Cipriano de Melo havia protagonizado muitos dos conflitos gerados pela transformação de Montevidéu no centro do poder regional. Entretanto, na primeira década do século XIX as ações de Cipriano de Melo não tiveram os mesmos resultados das décadas anteriores. Ainda assim, ele manteve suas redes e influência na região. Em 1809, o governador do Rio Grande do Sul, capitania do extremo sul do Brasil, enviou a Cipriano de Melo caixas de doces como resposta a jornais portugueses que ele havia recebido anteriormente. O governador agradeceu a Cipriano de Melo, dizendo que não havia tido a oportunidade de abrir uma gazeta portuguesa há meses. Apesar de pequeno, este episódio ainda demonstra como Cipriano de Melo continuou a nutrir suas importantes ligações transimperiais.[69]

Quando a crise de legitimidade política que levou aos movimentos de independência teve início, Cipriano de Melo apoiou a Junta de Montevidéu e, subsequentemente, a invasão portuguesa da cidade. Entretanto, Cipriano de Melo faleceu em 1813, no conforto de seu lar, enquanto Montevidéu estava sob cerco militar pelas tropas enviadas de Buenos Aires.[70] No momento de sua morte, ainda havia mais de 37 mil pesos a serem cobrados de seus parceiros de negócios em Montevidéu e no Rio de Janeiro. Do total, 36 mil pesos eram de atividades comerciais e mil pesos eram relacionados a um empréstimo dado a um artesão português que Cipriano de Melo havia ajudado a estabelecer residência em Montevidéu. O capital total acumulado por Cipriano de Melo em sua vida ultrapassou a soma de 186 mil pesos.

Conclusão

A história de vida de don Cipriano de Melo e suas ligações que ultrapassaram os limites imperiais — passando pelo Alto Peru, Rio de Janeiro, África e Europa — expõem a fluidez das fronteiras políticas ao fim do século XVIII. Além disso, o caso de Cipriano de Melo ilumina a significância das redes transimperiais para as regiões periféricas, demonstrando como a manipulação de recursos transimperiais em conjunto com a legislação imperial permitiu que grupos locais melhorassem seu *status* dentro do sistema imperial. Tal *status* melhorado era, por sua vez, utilizado para obter autonomia em relação aos centros regionais de poder.

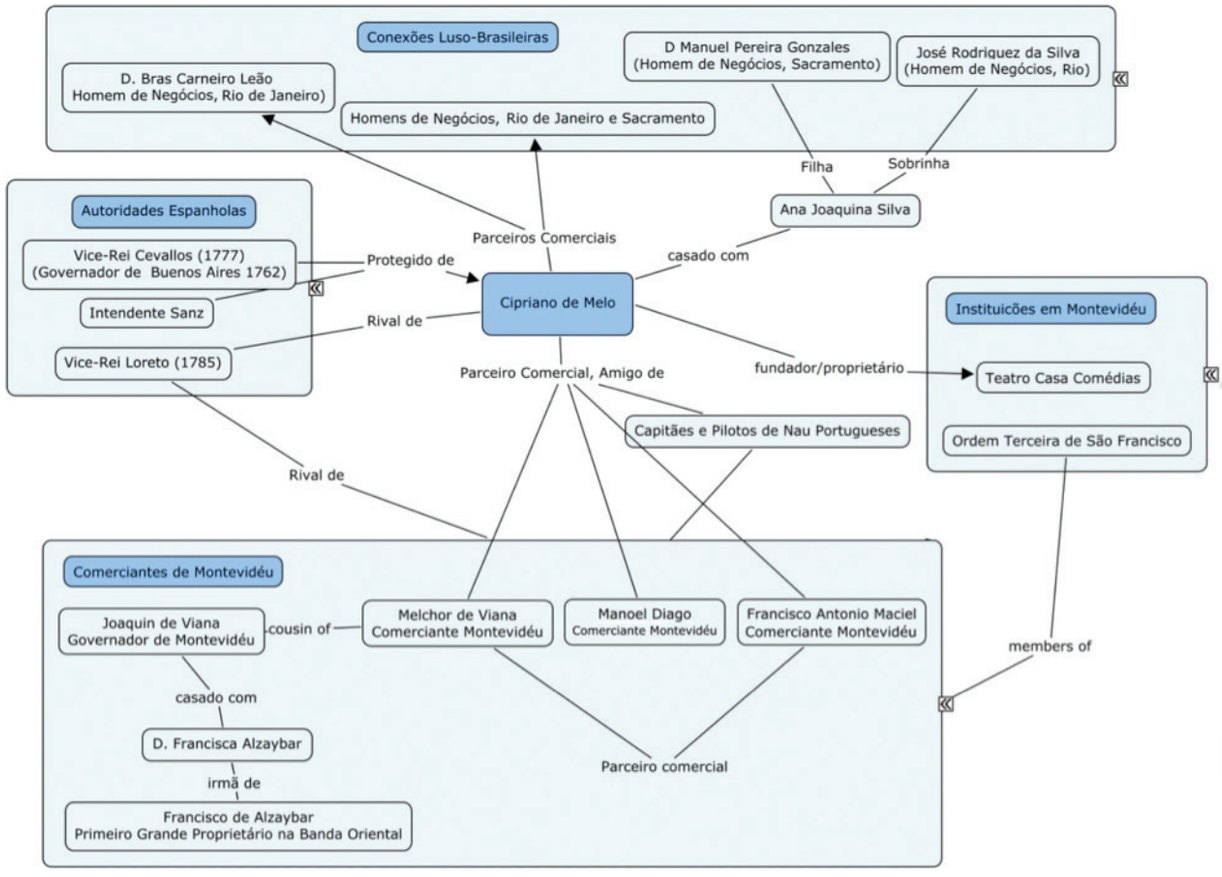
Os conflitos políticos e econômicos, dos quais don Cipriano de Melo participou, eram em grande parte disputas entre interesses políticos e comerciais conflitantes da capital do vice-reinado (Buenos Aires) e da capital da província em ascensão (Montevidéu). De fato, as reformas bourbonônicas e as redes transimperiais conectadas aos portugueses e anglo-americanos constituíram as raízes da emergência de Montevidéu como centro regional. A sociedade de Montevidéu desenvolveu maior noção de sua própria economia e política dentro do império espanhol ao manipular o discurso imperial e a nova legislação em seu favor, beneficiando-se ainda mais do capital social e econômico que havia sido transferido da Colônia do Sacramento.

A história de vida de Cipriano de Melo, cuja experiência foi também a de muitos de seus contemporâneos, traz mais um nível de entendimento acerca das mudanças ocorridas no Atlântico ao fim do período colonial. As redes sociais que transcendiam os limites políticos dos impérios atlânticos eram cruciais para a formação de processos econômicos, políticos e sociais que se desdobraram dentro de

[69] Diogo de Souza a Manuel Cipriano de Melo. Porto Alegre, 1810. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, A1.06. Diogo de Souza a Manuel Cipriano de Melo. Porto Alegre, 1810. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, A1.02.
[70] BENTANCUR, Arturo Ariel. *Don Cipriano de Melo, señor de fronteras*, op. cit. p. 126-127. A casa de Cipriano de Melo fica na Cidade Velha de Montevidéu e atualmente serve como o Museo Casa de Lavalleja.

espaços imperiais. A carreira de Cipriano de Melo revela a importância das redes que ligavam agentes históricos além dos limites políticos de impérios, em um Atlântico interligado. Além disso, em áreas periféricas, agentes históricos puderam encontrar em tais ligações transimperiais mais oportunidades alternativas para acumular lucros políticos e econômicos do que aquelas oferecidas pelos centros de poder imperial.

Figura 1
Redes de don Manuel Cipriano de Melo



História, crime e cultura de massa

Entrevista com Dominique Kalifa*

Em agosto de 2009, Dominique Kalifa, professor da Universidade de Paris 1 e diretor do Centre d'Histoire du XIXème Sciècle, esteve no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, a convite do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). O historiador francês concedeu, nesse mesmo momento, uma entrevista a professores do PPGHIS em torno das questões que marcam o seu trabalho sobre a história do crime e da cultura de massa.

Topoi: Como fazemos uma entrevista para um público que talvez não o conheça, que tal começarmos por um panorama de sua trajetória intelectual e de sua carreira acadêmica?

D. Kalifa: Penso que o mais importante é dizer que sempre procurei conciliar uma história social, que continua, na minha concepção, a ser o coração da história — o social como interação dos indivíduos e como produção que uma sociedade pode ter de si própria — com a história cultural, pensada como história das representações. Enquanto uma grande parte dos debates históricos atuais quer criar um fosso entre história cultural e história social, eu fiz e continuo fazendo de tudo para imaginar o cultural como um instrumento, uma entrada para fazer história social. Eu me recuso absolutamente a dissociar história social e história cultural. Digo isso para explicar por que fui procurar uma historiadora como Michelle Perrot, que vem da história social tradicional, para ser minha orientadora.[1] Sua tese tratava de operários em greve, em uma percepção bastante clássica da história social. Quando, há muito tempo, fui falar com ela para um trabalho sobre as representações do crime — mais precisamente o crime na literatura, que era minha primeira ideia —, eu não quis dizer-lhe que, se eu fazia história do crime, era para Arsène Lupin. Eu o adoro, ele era a minha motivação inicial. Mas, se fui falar com Michelle Perrot sobre um projeto acerca do crime na literatura, o crime nos jornais, o crime na cultura, foi também porque eu queria que minhas reflexões tivessem um sentido social e que essa interrogação sobre as representações pudesse desembocar em uma história social. Acredito que, desde então, sempre utilizei as representações sociais como instrumento de conhecimento de uma sociedade e das relações entre os homens. Na França, os dois historiadores que mais me marcaram foram, de um lado, Michelle Perrot, por seu trabalho sobre a história social, a história da prisão, da marginalidade, da criminalidade, que, na esteira de Foucault, ela inventou, como inventou também a cultura dessas questões na França; e, de outro lado, Alain Corbin, com quem eu trabalhei mais tarde, e que pediu que eu o sucedesse na Universidade de Paris I. Alain Corbin é visto antes como um historiador da cultura e das representações, mas também vem da história social tradicional — sua tese era uma história social de Limoges ou do Limousin no século XIX[2] — e sempre se preocupou em utilizar representações e sensibilidades

* Dominique Kalifa foi entrevistado em 1º de agosto de 2009 no Programa de Pós-graduação em História social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) por Marcos Luiz Bretas (mlbretas@gmail.com, PPGHIS/UFRJ) e Diego Galeano (dgaleano.ufrj@gmail.com, PPGHIS/UFRJ). Transcrição de Amaury Leibig van Huffel e tradução de Raquel Campos.

[1] A tese de doutorado em história na Universidade de Paris-VII, orientada por Michelle Perrot e defendida em 1994, foi publicada em: KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang*. Récits et société à la Belle Époque. Paris: Fayard, 1995.

[2] CORBIN, Alain. *Archaïsme et modernité en Limousin au XIXe siècle, 1845-1880*. Paris: Marcel Rivière, 1975. 2 v.

como uma entrada para a história social. Meus objetos — o crime, a justiça, a cultura de massa — são diferentes dos dele, mas, em minha trajetória acadêmica, muito influenciada por esses dois historiadores, sempre me preocupei em cruzar a história das representações e a história das produções sociais, das interações sociais, seguindo essa ideia de Marc Bloch e Lucien Febvre, os autores dos *Annales*, segundo a qual não há história senão social — mesmo que as vias ou os instrumentos para lê-la, ou para chegar até ela, sejam diferentes. Na história dos *faits divers*, na do romance policial, na da polícia privada, na dos criminosos, na da cultura de massa ou, mais recentemente, no trabalho sobre os presídios militares eu busquei sempre essa entrada. Outro tema que pode ser mencionado para responder a essa questão da trajetória intelectual é o do imaginário social. O que é um imaginário social? É o conjunto das produções, ficcionais ou não, que podem produzir uma concepção, uma representação da sociedade, e que será produtora de práticas sociais. A ideia de representação social, tal como concebida por Durkheim, consiste exatamente nisso: são representações constitutivas do social, matrizes da sociedade. O trabalho sobre os *faits divers*, sobre os romances, sobre a cultura de massa, está sempre em busca das representações constitutivas de práticas sociais.

Topoi: Você se referia a estes aportes dentro da história cultural. Parece-me que sua trajetória mostra como, em particular, a história cultural das representações do crime parece conduzir, inevitavelmente, a uma história da gênese da cultura de massa. Ainda temos o problema cronológico dos pensadores de Frankfurt que localizavam essa gênese no século XX. A pergunta é: em que medida a historiografia recente, que se ocupa das narrativas, das representações da questão criminal, trouxe novos elementos para os estudos sobre consumo maciço de bens culturais? Para reformular a pergunta: em que medida estes dois campos — a história das representações do crime e o campo mais geral da cultura de massa — se entrelaçam?

D. Kalifa: Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer algumas palavras sobre a primeira parte da questão, a respeito dos problemas de periodização da cultura de massa. É verdade que, nos últimos dez anos, assistimos na França a uma reconfiguração completa das periodizações e a uma rejeição das posições tradicionais de Adorno, Horkheimer ou Benjamin, ou ainda de Krakauer, sobre a datação da cultura de massa entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. O problema está no conceito — "massa" —, que, como o conceito de povo, é extremamente ideológico, funcionando segundo uma perspectiva ou alarmista — as massas como elemento de embrutecimento, de nivelamento, de demissão do pensamento crítico —, ou das massas como esperança, como esperança revolucionária, mas em ambos os casos associa-se o dispositivo cultural à existência de massas. Ora, em 1900, ou em 1880, ou em 1860, ou mesmo em 1836, as massas não existiam. Acredito que os trabalhos mais interessantes — e penso aqui em dois colegas literatos, Alain Vaillant e Marie-Ève Thérenty, que escreveram um belíssimo livro intitulado *1836, o ano I da era mediática*,[3] e também em vários outros sociólogos — sejam os que procuram pensar, não a cultura de massa, mas a cultura midiática ou as mídias culturais, segundo os termos de dois sociólogos, Eric Maigret e Eric Macé; quer dizer, que propõem dissociar o funcionamento de um aparelho de produção cultural e o público de massa. Alain Vaillant mostra que, entre 1825 e 1836, o funcionamento da imprensa na França subverte radicalmente a concepção tradicional do papel dos jornais — ao passo que, evidentemente, nessa época, não há público de massa. Ele demostra que se passa de um dispositivo argumentativo, retórico nos jornais — dispositivo, portanto, da imprensa doutrinária — a um dispositivo de representação, segundo o qual a imprensa deve deixar de ser argumentativa para se tornar representativa, isto é, representar a sociedade em suas

[3] VAILLANT, Alain; THÉRENTY, Marie-Éve. *1836: l'an I de l'ère médiatique, étude littéraire et historique du journal* La Presse*, d'Emile de Girardin*. Paris: Éditions du Nouveau Monde, 2001.

diversas componentes, utilizando, para isso, a narrativa; uma imprensa, portanto, representativa e narrativa. E, nessas condições, percebemos que as mudanças principais não ocorrem em 1930 ou mesmo em 1900, mas sim nas décadas de 1830, 1840, quando se estabelece um novo dispositivo, embora não haja público de massa. Em outras palavras, a oferta cultural é, em relação a isso, mais importante que a demanda, porque ela vai constituir uma mecânica que, progressivamente, carrega consigo também a própria demanda. Então, continuo pensando que as principais mudanças culturais que produzirão aquilo que chamamos de "cultura de massa" situam-se em meados do século XIX, embora o número de leitores, de consumidores ainda não seja maciço. "As massas" ainda não existem, mas o paradigma da representação social voltada para o maior número de pessoas é estabelecido fundamentalmente nessa época. Em relação ao lugar do crime nesse paradigma, eu gostaria de sublinhar duas coisas: em primeiro lugar, o crime era um motivo tradicional, de longa data, de representação popular, desde os jornais ocasionais do Antigo Regime, as folhas avulsas, os panfletos. Há na literatura de colportagem um interesse popular pela transgressão, pela ruptura social, que é extremamente importante e que reencontraremos quando os jornais de grande tiragem recuperarem esse imaginário. A segunda questão é que o crime é um acontecimento histórico popular; ele é esse fato que ocorre de repente na vida das pessoas ordinárias, suscitando nelas o inesperado, o extraordinário, o acontecimento — o histórico, portanto. Daí resulta que essas histórias de crime, que são tradicionais e que serão veiculadas por um dispositivo editorial cada vez mais maciço, são também histórias que contam às pessoas ordinárias, aos leitores ordinários, qualquer coisa de suas próprias vidas, de suas próprias histórias. Parece-me que uma das principais características da cultura de massa seja transformar, progressivamente, o leitor, o espectador, no objeto mesmo do consumo cultural. Trata-se de uma cultura autofágica, que faz do consumo de nós mesmos o coração de sua produção, sendo, por isso, uma cultura democrática no primeiro sentido do termo. Nós nos consumimos. Observem o cerne da televisão contemporânea, que, por meio do sistema dos *reality-shows*, estabeleceu o espetáculo banal, ordinário, medíocre, trivial… de nós mesmos. Alguma coisa da mesma natureza — autocentrada, autofágica — se passa com o crime. Essas histórias criminais são histórias ordinárias, que podem acontecer com gente ordinária, portanto, com os consumidores da cultura de massa, que são, ao mesmo tempo, os leitores e os objetos do consumo cultural. Eu acredito, então, que não sejam simplesmente duas histórias superpostas, penso que a questão do crime, ou, para dizer mais amplamente, a ruptura da norma banal — pois isso vale também para os acidentes e os acontecimentos extraordinários —, a constituição desse excepcional banal seja fundamentalmente constitutiva da cultura de massa porque conta às pessoas suas próprias histórias, transformando, portanto, em ator completo o consumidor passivo, segundo a Escola de Frankfurt, da cultura de massa. Ora, ele não somente não é passivo, como se tornou o objeto mesmo de seu próprio consumo. É também o que a historiadora americana Vanessa Schwartz, em um livro interessante intitulado *Spectacular realities: early masse culture in fin-de-siècle Paris*, havia demonstrado.[4] Aquilo que nós consumimos, o que a cultura de massa está consumindo e produzindo como acontecimento, é o espetáculo de nós mesmos: a loja de departamentos, a rua, o bulevar em cujo café nos instalamos para ver passar a nós mesmos… e o cinema também, no início, segue essa lógica. Mas, de certa maneira, é o *fait divers*, sem dúvida, e talvez principalmente o *fait divers* criminal que fazem do leitor ordinário, ao mesmo tempo, o objeto, o consumidor e o leitor de sua própria história transformada em história extraordinária. Então eu penso que é realmente consubstancial.

Topoi: E, nesse sentido, parece que sua leitura da imprensa popular não só dialoga com algumas teorias da cultura de massa, como também com algumas teorias literárias e concepções dentro da crítica

[4] SCHWARTZ, Vanessa. *Spectacular realities*: early mass culture in fin-de-siecle Paris. Berkeley: University of California Press, 1998.

literária. Penso, por exemplo, nas visões estruturalistas sobre os *faits divers*, ou inclusive as leituras sobre a figura do detetive. Você poderia desenvolver um pouco essas questões?

D. Kalifa: Sim. Bom, como eu disse no início, sempre procurei associar história social e história cultural, mas isso subentende também um uso da literatura e das teorias literárias. A relação com o estruturalismo é complexa, porque é efetivamente a relação entre o que alguns estruturalistas — penso sobretudo na antropologia estrutural — pensaram como invariante — e o crime é pensado como tal — e a dimensão histórica fundamental, que acredito que deva também ser recuperada. Então, tomo muito cuidado com certo número de literatos — Barthes, por exemplo, mas também com Lukács e com todas as teorias sobre as estruturas sociais da literatura —, porque é necessário considerar efetivamente o que os textos dizem e o que comportam, mas não só isso. Gosto do termo "cotexto", proposto por um historiador, um sociólogo da literatura francês que se chama Claude Duchet. "Cotexto", e não contexto, uma noção mais complexa e mais interessante, que diz respeito a tudo o que o texto literário implica, a tudo o que ele carrega consigo, a tudo o que se pode encontrar no texto, mas que não é o texto. Penso que essa seja uma noção importante. Eu fui bastante influenciado por essas teorias, ao mesmo tempo que permaneci fundamentalmente um historiador, quer dizer, alguém atento às variações sociais de temas que são, às vezes, de longa duração, mas que variam socialmente de maneiras muito diferentes. A inflexão 1900, que procurei evidenciar em relação à constituição de uma problemática moderna da segurança, é nesse sentido típica: trata-se de uma temática muito tradicional, com motivos tão antigos quanto o crime e que, no entanto, pode dar ensejo a uma problemática nova. Essa é, então, a distância que é preciso manter em relação à antropologia estrutural. Mas, por outro lado, guardo da literatura e das teorias literárias a ideia de que o texto não reflete nada. Sou muito hostil às teorias do reflexo, às teorias da mímesis. Um texto não reflete nada, ele exprime realidades que são, a cada vez, efetivamente diferentes e que colocam em relação, na maioria dos casos, níveis de representação — e não uma representação unívoca entre o que seria o texto literário e o que seria uma realidade. Um texto diz respeito a correspondências de níveis de representações diferentes — o que torna a coisa mais complicada, mas também mais interessante.

Topoi: Em geral, quando nós de países latino-americanos fazemos uma entrevista com um professor europeu, costuma-se pensar em termos da aplicabilidade dessas concepções, dessas teorias para pensar alguma problemática local. Procurando tomar esse campo, mas, de algum modo, contornando-o, recordo-me de um livro do Marc Bloch em que ele dizia que havia dois caminhos possíveis dentro da história comparada: primeiro, a possibilidade de trabalhar com fatos ocorridos em grupos, sociedades, culturas distantes no tempo e no espaço; e o segundo caminho consiste em trabalhar com experiências de influência mútua, de intercâmbios culturais, imanentes a essas sociedades que se está comparando. Digamos, para aqueles que trabalhamos, de alguma maneira, com a história cultural do crime, o que podemos fazer com isso, para além da mera constatação do caráter internacional destas narrativas? Como você crê que se possa orientar uma história transnacional do crime?

D. Kalifa: Pessoalmente, não sou favorável ao que chamo, para simplificar, de um "comparativismo de laboratório". Meu colega e amigo Christophe Charle, que é um dos principais historiadores a praticar o método comparativo, pensa — em uma perspectiva marcada mais pela sociologia, e sobretudo pela sociologia de Pierre Bourdieu — que relacionar situações muito diferentes produz, conceitualmente, ganhos de inteligibilidade, afastamentos de sentido que permitem dar conta de forma mais apropriada das especificidades ou das singularidades e que, portanto, pode-se imaginar um comparativismo experimental, de laboratório, de certo modo, podendo-se comparar realidades que, à época, não tiveram possibilidades efetivas de serem comparadas. É uma perspectiva muito interessante, mas a minha é preferencialmente uma concepção compreensiva da história; penso que a história deva restituir a maneira

segundo a qual os atores sociais percebiam, apreendiam e atribuíam sentido a seu próprio universo. Então, pessoalmente, não me reconheço nesse "comparativismo de laboratório". Por outro lado, acredito que seja extremamente interessante pensar as transferências culturais ou sociais; ver efetivamente como, quando os modelos circulam — isso é muito claro em matéria policial, mas também cultural e jornalística —, as proposições são trabalhadas, adaptadas, ajustadas às condições culturais locais. É como isso de que você falava, quer dizer, o modo como teremos Troppmann argentinos, ou Vidocqs brasileiros, ou modelos policiais pegos emprestados de Londres, de Paris. É isso o que é interessante. Em termos de história do crime e da polícia, pode-se esperar duas coisas de tais estudos de transferências. A primeira é ver aparecerem figuras bastante convergentes, bastante fortes e que teriam um sentido quase epistemológico. Penso, por exemplo, na figura do inquérito, que em vários livros procurei tornar evidente. Creio que na sociedade ocidental, em determinados momentos, surjam formas de questionamento do social, formas de produção de verdades sociais que eu denomino, para simplicar, o modelo do inquérito, os quais circulam extremamente rápido entre os países. Acredito, por exemplo, que é interessante revelar a existência do que podemos chamar de um paradigma do inquérito, nas sociedades ocidentais e para além delas, desde o final do século XVIII e no início do século XIX — uma perspectiva que é diferente da de Michel Foucault, porque, em suas análises em termos de *épistémè*, ele vê uma diferença muito grande entre o que ele denomina o paradigma da investigação, que teria terminado na passagem do século XVIII para o século XIX, e o do exame ou da vigilância, que seria próprio da sociedade disciplinar. Penso que o primeiro interesse dos trabalhos sobre transferências seja mostrar como convergências muito fortes de figuras, de pensamentos, de práticas ou de imaginários sociais constroem, em certos momentos, formas ou grades de leitura do mundo que podem ter sentido para além das sociedades que as produziram. E o outro interesse é, seguramente, avaliar a maneira segundo a qual as singularidades nacionais ou culturais vão variar. Acredito que o modelo do inquérito, por exemplo, que se desenvolve a partir do século XIX, seja muito característico de todo um imaginário ocidental, ao mesmo tempo que é atravessado por singularidades nacionais muito fortes, perceptíveis na maneira segundo a qual ele varia na imprensa, nas práticas policiais ou em outras circulações. É desse duplo interesse que eu acredito que se trata, mas penso realmente em termos de transferências, de histórias cruzadas, de ver como, quando se cruzam problemáticas comuns, pode-se, simultaneamente, generalizar figuras comuns, complexas, epistemológicas, e tornar as singularidades nacionais mais fortemente evidentes.

Topoi: Tratando das histórias transnacionais, outra das questões que circularam muito internacionalmente, entre os países da América Latina, foi a ideia de um modelo francês de polícia, que, felizmente, com a renovação dos estudos históricos sobre a polícia na França, nesses últimos anos, tem sido um pouco questionado, pelo menos em sua rigidez e seu caráter unívoco. Ao mesmo tempo, penso nos trabalhos de Vincent Milliot, nos quais ele disse que há uma nova história da polícia, uma história mais centrada nos atores, onde reconhecemos uma instituição mais complexa, com múltiplos personagens.[5] Então proliferam histórias dos chefes da polícia, das figuras do prefeito, dos policiais técnico-científicos, dos vigilantes de ruas e, em particular, desta figura central do delegado de polícia, o *commissaire*. Você editou um livro, uma coletânea de textos, sobre esta figura bastante opaca e tensionada entre diferentes poderes.[6] Você poderia comentar um pouco essas pesquisas sobre a figura do delegado?

[5] MILLIOT, Vincent (Dir.). *Les mémoires policiers, 1750-1850. Écritures et pratiques policières du Siècle des Lumières au Second Empire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006; e BERLIERE, Jean-Marc; DENYS, Catherine; KALIFA, Dominique; *MILLIOT,* Vincent (Dir.). *Métiers* de *police*. Être *policier* en Europe, XVIIIe-XXe siècle. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.
[6] KALIFA, Dominique; KARILA-COHEN, Pierre (Dir.). *Le commissaire de police au XIXe siècle.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2008.

D. Kalifa: Eu não sou realmente um historiador da polícia, Vincent Milliot ou Jean-Marc Berlière responderiam a essa pergunta melhor do que eu. Deparei-me frequentemente com a polícia, então me interesso por ela, mas tome minhas respostas com precaução, porque não sou um especialista dessa área. Parece-me muito importante o movimento que, principalmente sob a iniciativa de Vincent Milliot, se desenha já há algum tempo e que procurou quebrar construções muito unívocas de polícia, tanto em termos nacionais como de periodizações. Aceitou-se durante muito tempo, na França, uma espécie de grande corte, segundo o qual a polícia do Primeiro Império teria inventado, a partir de 1800, uma polícia moderna, em ruptura total com as práticas do Antigo Regime. Tem-se percebido, e o trabalho de Vincent Milliot é nesse aspecto muito interessante, que a ruptura não se encontra aí, que as filiações, os reajustamentos são muito importantes. E, quanto ao suposto modelo francês, sabe-se também que, de certa maneira, ele foi grandemente importado da Inglaterra, visto que a ideia fundamental do policial de uniforme foi em Robert Peel que o Segundo Império foi buscá-la, importando, a princípio em 1829 e depois em 1854, a imagem do *Bobby*, do policial britânico. Acredito, portanto, que é preciso ser muito prudente com essas histórias de "polícia francesa" e que, pelo contrário, se trata efetivamente da necessidade de pensar as experiências e as funções policiais. Em relação a isso, o termo que utilizamos no livro é muito importante, as *funções* policiais, que são funções extremamente flexíveis, nos quadros de uma sociedade em permanente adaptação. Como demonstrou Paolo Napoli em sua obra fundamental sobre a invenção da polícia,[7] é preciso pensá-la a partir de contextualizações dotadas de flexibilidade e de adaptabilidade irrestritas. A polícia é precisamente essa instituição que poderá vir a preencher os buracos, se adaptar, se ajustar a necessidades em permanente evolução, o que, portanto, quebra um pouco essa ideia de modelo — modelo francês, modelo inglês — para mostrar que efetivamente estamos em face de um tipo de instituição muito flexível, que responde a uma gama de necessidades muito diversas, muito complicadas, que vão da informação política à prisão cotidiana de criminosos, mas em função de situações que são sempre muito variáveis. O comissário de polícia é perfeitamente representativo dessa mobilidade, dessa flexibilidade de atividades, visto que, como procurei mostrar com Pierre Karila-Cohen, ele é de fato uma personagem intermediária, sempre preso entre diferentes tipos de poder: o poder da administração policial, o poder municipal, o poder e as demandas dos indivíduos, dos procuradores, das diferentes instituições — a justiça, as instituições políticas —, ao mesmo tempo que ele próprio encarna tipos de poderes diferentes, e que deve, a cada vez, adaptar, ajustar sua ação própria a demandas extremamente diferentes. Então, eu penso sim que saímos de uma leitura institucional, e também modelizadora, da polícia, para mostrar como ela funciona sempre no interior de tipos de ajustamento muito flexíveis a contextos, demandas e missões extremamente diferentes. Na França, essa questão se complica ainda mais, devido à existência de uma polícia que foi durante muito tempo esquecida, mas que é atualmente muito estudada por Jean-Noël Luc: a gendarmeria. Ela é uma força ainda mais singular, fundamental, porque é a principal força policial do país, ela acrescenta ainda uma instituição de referência, o exército, visto que a gendarmeria é uma força armada, com uma relação e todo um *habitus* profissional de militares.

Topoi: Ainda em relação a essas questões, chama a atenção o fato de os policiais sul-americanos que viajavam para Paris na Belle Époque, para analisar esse suposto modelo francês de que tanto se lhes falava, na verdade o acabavam criticando. Por exemplo, criticavam muitíssimo o *commissaire*, porque tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro a figura do delegado era central para a polícia e muito ativa. E eles viam o *commissaire* francês como um personagem fraco, sem poder na rua.

D. Kalifa: Em primeiro lugar, é preciso saber que na França há vários tipos de comissários, que se modificam ao longo do tempo. O tipo principal é, seguramente, o comissário municipal ou o co-

[7] NAPOLI, Paolo. *Naissance de la police moderne*: pouvoir, norme, société. Paris: La Découverte, 2003.

missário de bairro em Paris. Não sei se você leu o livro de John Merriman, *Police stories*.[8] Embora um pouco criticável em sua problemática geral, ele mostra bem, a partir de casos particulares muito claros, retirados dos arquivos, que, mesmo que esse comissário de polícia tenha sido efetivamente julgado inoperante, ineficiente, porque preso entre poderes diferentes, destituído de meios, e na maioria dos casos pouco eficaz na luta contra o crime, no plano local ele conseguia reduzir as tensões, apaziguar os conflitos e assegurar a paz social nas cidades. Ele permaneceu alguém que podia de fato ser uma figura de consenso entre a população e desempenhar um papel importante nessa aculturação à ordem pública e à ordem policial modernas. Mas na França também ele é muito criticado, considerado sobretudo uma figura arcaica, a do homem em seu escritório, sem condições efetivas de desempenhar suas funções. O olhar dos policiais argentinos ou sul-americanos é, portanto, em grande parte compartilhado pelos críticos franceses. Mas eu penso que seja preciso considerá-lo também em relação às expectativas da população; e acredito que, em várias cidades pequenas, o comissário tenha desempenhado perfeitamente o seu papel, porque o que interessava às pessoas era que ele fosse capaz de controlar os preços no mercado local, de fazer circular os imigrantes ou os nômades ou os vagabundos; que ele fosse capaz de aparecer um pouco como essa figura da autoridade familiar, que ia repreender o jovem que tinha roubado ou o alcóolatra que tinha bebido demais. Foi esse caráter, de certo modo, de uma autoridade familiar e a capacidade de apaziguar os conflitos ordinários, em uma escala local, que ele pôde desempenhar. Mas isso não impediu que ele fosse muito criticado também na França.

Topoi: Para terminar, eu lhe perguntaria em que direção suas reflexões o conduzem atualmente, quais são os seus temas de pesquisa no momento?

D. Kalifa: Entre os motivos da minha imensa admiração por Alain Corbin, que foi meu segundo mestre, está a sua inacreditável capacidade de renovar. Ele inventou o que podemos chamar de história das sensibilidades e uma antropologia histórica das sensibilidades, uma história sensível, mas, ao mesmo tempo, sempre soube renovar, revigorar, redescobrir objetos novos, inesperados. Admiro muito essa capacidade, que está longe de ser a minha; tento, por minha parte, encontrar novas formas de pensar objetos que me são caros. Acabo de fazer um trabalho bem diferente sobre os presídios militares franceses, sobre como o exército francês inventou um espantoso sistema de repressão e de disciplina no império colonial, essencialmente na África do Norte, e como, também na França, se constituiu toda uma cultura muito tenebrosa do império e do exército, a partir dessa experiência. O que significou conservar objetos que me eram próprios, como a transgressão, a penalidade, a cultura popular, mas também tentar pensá-los em outro campo.[9] Atualmente procuro refletir a respeito da noção de imaginário social, que me instiga muito — o que é um imaginário social? —, e, no cerne dessa noção, tenho tentado pensar a imagem do *bas-fonds*, que defino como sendo, ao mesmo tempo, um estado topográfico — trata-se de um lugar —, um estado social e um estado moral, no qual se conjugariam a extrema pobreza, o "vício" e a transgressão, a criminalidade. Procuro sobretudo compreender como, a partir do final da Idade Média, se constituiu um imaginário muito potente desses *bas-fonds*, às vezes em relação com realidades econômicas e sociais, às vezes não, mas que não deixou, nas sociedades ocidentais, de constituir um motivo maior, em progressão permanente. E assim eu retomo a questão das transferências que discutíamos há pouco, porque é considerável a circulação do imaginário do *bas-fonds*, entre Paris e Londres, mas também entre Paris, Nova York e Chicago, e em seguida entre Paris, Marselha, Argel e entre Paris, Marselha, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Em outras palavras, trata-se de analisar a constituição e as circulações desses imaginários. E, sobretudo, de tentar — não sei se o conseguirei — responder a esta

[8] MERRIMAN, John M. *Police stories*: making the French State, 1815-1851. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2006.
[9] KALIFA, Dominique. *Biribi*. *Les bagnes coloniaux de l'armée française.* Paris: Perrin, 2009.

questão ambiciosa, que nos afasta um pouco da história, conduzindo de volta ao caminho das estruturas antropológicas evocadas há pouco e que é a seguinte: por que nossas sociedades consomem, em grande quantidade, essas representações do *bas-fonds*? Por que precisamos atualmente dessas representações, às vezes aterrorizantes, do baixo de nossa sociedade, para pensá-la? Que funções desempenham essas representações do baixo em uma sociedade que visa, apesar de tudo, à integração e à representação do excluído? Trata-se de um trabalho, então, muito distinto e muito mais amplo do que aqueles que já fiz sobre a história de um imaginário social, a respeito do qual eu gostaria de conseguir responder a essa questão — muito antropológica — da nossa necessidade de consumo do avesso da sociedade.[10]

[10] KALIFA, Dominique. *Les bas-fonds: histoire* d'un *imaginaire.* Paris: Seuil, 2013.

Quentin Skinner: a história da política e a política da história*

J. G. A. Pocock
Johns Hopkins University

Não se trata de tarefa ligeira — intencionalmente, adoto o registro erudito — discutir o trabalho de um historiador profissional, como é Quentin Skinner, em periódico com as características de *Common Knowledge*. Os historiadores habitam a academia sem grande desconforto e estão profissionalizados como um conjunto de praticantes de várias disciplinas altamente especializadas de pesquisa. Cada uma delas não tem muito em comum com as demais, e a conversação de segunda ordem gerada em cada uma diz respeito ao que seus praticantes já sabem que ocorre entre eles. Eles escolheram suas temáticas e, até certo ponto, formalizaram-nas; assim, embora seus métodos de investigação possam ser veementemente debatidos e mudar muito rapidamente, permanece no ambiente uma expectativa de que esses métodos vão avançar a partir de seu estado anterior. Em suma, esses profissionais acreditam que podem contestar uns aos outros sem sentir necessidade de revelar todos os seus pressupostos. *Common Knowledge*, por sua vez, parece dirigir-se a (e até ser escrito por) intelectuais que não se identificam necessariamente com a academia — alguns dos quais desconfiam do conceito de áreas acadêmicas, questionando não apenas a possibilidade, mas a vantagem da investigação universitária metódica.

Os intelectuais desse último tipo, mesmo quando trabalham no que chamam de projetos históricos, assemelham-se mais a filósofos e a filósofos da história do que a historiadores. O interesse deles pela história identifica menos uma multiplicidade de experiências, algumas das quais podem ser reconstruídas, do que uma situação incômoda; eles perguntam o que significa viver na história, e se algo pode ser dito, ou feito, ou dito existir, nessa condição. Eles estão interessados em si próprios, questionam a si próprios — e isto é filosofia. Por sua vez, com obstinação, o historiador declara que há maneiras de basear o seu conhecimento específico no mundo em que vive, de tal forma que se transforme em instrumento para dizer o que outros têm sido, feito, sofrido e dito — uma declaração que, em última análise, traz consigo, ainda que atenuadamente, a implicação conservadora de que experiência e ação persistem por tempo suficiente para que não deixem de ser objeto de conversas.

* Texto traduzido a partir de: Quentin Skinner: the history of politics and the politics of history. In: POCOCK, J. G. A. *Political thought and history*: essays on theory and method. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 123-142. Originalmente publicado em *Common Knowledge*, Durham (NC), Duke University Press, v. 10, n. 3, p. 532-550, 2004. Disponível em: <www.dukeupress.edu/Catalog/ViewProduct.php?productid=45603>. Acesso em: 16 ago. 2011. A tradução deste texto, realizada por Patrick Wuillaume e Guilherme Pereira das Neves, destinava-se a integrar o dossiê "Linguagens políticas e história dos conceitos: propostas e aplicações", organizado por Pereira das Neves para o número 31 da *Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF, de dezembro de 2011 (www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=848). Contudo, dificuldades técnicas inesperadas inviabilizaram sua inclusão na publicação do dossiê. Por isso, a editora responsável gentilmente liberou a divulgação do artigo para a *Topoi*. Revista de História.

(I)

Sócrates e Tucídides eram contemporâneos. Não sabemos se eles se conheciam ou sabiam da respectiva existência do outro, mas, se isso ocorreu, pode-se imaginar que eles sabiamente escolheram caminhos que não se cruzavam. Não há razões para supor, mas há boas razões para negar, que os filósofos tenham se interessado o suficiente pela questão que é central para os historiadores — *O que aconteceu? O que efetivamente aconteceu?* — ou pela descoberta que os historiadores realizaram de que essa questão pode ser respondida narrando e voltando a narrar o acontecimento, até que se discuta a diversidade de seus significados (acabei de usar uma palavra especialmente perigosa). A história da historiografia pode ser concebida como uma arqueologia cada vez mais profunda. À medida que os eventos recuam no tempo, ficamos conhecendo as circunstâncias nas quais eles ocorreram, de tal forma que a narração de eventos torna-se mais e mais a narração dos contextos capazes de lhes atribuir significados (observem o plural). Essa busca nunca interessou muito ao filósofo, que deseja que o significado de qualquer coisa seja fornecido sob a forma de resposta a uma pergunta levantada por ele próprio. Inevitavelmente, porém, há ocasiões em que as duas investigações se sobrepõem.

Quentin Skinner, o objeto deste artigo, cita o medievalista inglês F. W. Maitland ao dizer que, até trinta anos de idade, lia muito pouca história, "exceto histórias de filosofia, que não contam".[1] O trabalho da vida de Skinner — embora a afirmação esteja incompleta — tem-se dedicado à tarefa de fazer com que essas histórias voltem a contar outra vez. Para tanto, procurou apresentar opções filosóficas como sequências de atos que ocorreram na história, o que levanta necessariamente a questão se tais narrativas importam como história ou como filosofia; e, se valerem para os dois casos, como ambas as disciplinas se relacionam entre si. Nas duas, tratou-se de uma investigação muito tipicamente britânica, suspeitando o presente autor que, embora a temática de Skinner tenha sido anglo-europeia, sua prática revelou-se anglo-americana. É igualmente importante lembrar que, quando Skinner escreveu história da filosofia, ele a abordou por meio de uma história dos argumentos políticos, da qual a filosofia tem sido um componente tão importante que chega a reivindicar, por vezes, completa identidade com ela. Na realidade, ele passou a vida tentando desfazer tal pretensão, ainda que nada impeça que venha a ser reafirmada.

(II)

A história da vida de Skinner mostrou-se profundamente inglesa porque as normas que transgrediu foram aquelas da academia inglesa. Nesse âmbito, uma vez que filosofia significa quase sempre teoria política — atividade que depende da filosofia, contribui para ela e dela se avizinha em termos de *status* —, nada parece mais improvável do que o *Regius Professor* de história moderna em Cambridge ser um historiador da filosofia e que ele próprio constitua um teórico capaz de despertar o interesse dos filósofos. Contudo, foi esse o papel que Skinner desempenhou desde que assumiu a posição, após um período como professor de ciência política (um encargo que pertence, nessa universidade, ao corpo docente de história). Em ambas as funções, ele escreveu história do pensamento político, argumentando que a teoria política e a filosofia devem ser compreendidas como atos de fala políticos proferidos na história. Ele é o mestre reconhecido dessa historicização tal como foi realizada na academia de língua inglesa, embora isso não signifique que ele tenha feito da história e da filosofia uma só disciplina ou que tenha reduzido uma a aspectos da outra. Estará mais próximo da verdade dizer que houve um contínuo

[1] Quentin Skinner, epígrafe inicial de *Liberty before liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Traduzido por Raul Fiker como *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

Fakultätenstreit,[2] no qual os filósofos reagiram à proposição segundo a qual a filosofia deve ser entendida historicamente, passando a tratá-la como uma proposição filosófica a ser explorada, criticada e defendida pela prática da filosofia, mas não através da construção de histórias.

Duas obras foram até agora escritas e dedicadas à análise do trabalho de Skinner e à recepção que alcançou. Na primeira, o editor, James Tully, um canadense, é, de fato, ao mesmo tempo historiador e filósofo político, mas o conteúdo do livro consiste de exames analíticos das posições metodológicas adotadas por Skinner.[3] O autor da segunda, o acadêmico finlandês Kari Palonen, embora declare pouco conhecer da história do período que define os marcos cronológicos entre os quais Skinner trabalhou (1300-1700), não tem problemas em descrevê-lo como filósofo político, filósofo da história e ator tanto na política quanto na história.[4] Se assim for, parece que as disciplinas permaneceram distintas, ao fazer indagações e procurar respostas para diferentes tipos de questões, enquanto a escrita da história — a busca daquele *o que ocorreu?* — não impediu a filosofia de pretender esquadrinhar todas as questões, até mesmo aquela que trata de si própria. O que se pode dizer então do que Skinner conseguiu realizar?

(III)

Como isso veio a acontecer pode ser esclarecido por meio de uma narrativa histórica — uma narrativa na qual, contudo, este autor não pode deixar de incluir-se entre as personagens. O protagonista é um homem extraordinário. Como historiador da Universidade de Cambridge na década de 1940, o já falecido Peter Laslett realizou a edição das obras de sir Robert Filmer, famoso por ter sido alvo das invectivas de Locke. Por causa disso, desenvolveu uma pesquisa sobre os *Two treatises of government*, que o último escrevera, provocando uma revolução na história do pensamento político do século XVII.[5] Desse trabalho evidenciou-se que o livro *Patriarcha* de Filmer havia sido escrito muito antes de seus demais trabalhos (vindos à luz entre 1648 e 1652, ano da morte de Filmer), permanecendo inédito até a publicação por um grupo de atores políticos em 1679-1680, embora circulasse em manuscrito no intervalo. O que Filmer *estava fazendo* — para antecipar uma expressão de Skinner — quando escreveu *Patriarcha*, talvez em 1630, deve diferir bastante, por conseguinte, do que aqueles que tornaram a publicá-lo estavam fazendo em 1679; pois os significados que o texto tinha pretendido transmitir na origem não eram mais necessariamente — ainda que continuassem significativamente — aqueles que se extraíram de sua leitura meio século depois. No caso de Locke, o lapso de tempo mostrou-se muito menor, mas a mudança de interpretação, mais dramática. Laslett demonstrou que os *Os dois tratados sobre o governo*, publicados após a Revolução Inglesa de 1688-1689, não tinham sido escritos para justificar esse evento, mas redigidos desde 1681, momento em que o grupo *Whig*, ao qual Locke estava associado, premeditava recorrer à violência política, procedimento cujas consequências teriam resultado em algo bem diferente da mudança incruenta de poder por que passou a Inglaterra alguns anos depois. Não havia apenas a diferença entre a intenção de escrever e a intenção de publicar, como no caso de Filmer. Na realidade, toda a relação entre Locke filósofo político e Locke ator na história de seu tempo tinha

[2] Conflito (*Streit*) entre faculdades (*Fakultäten*). Nota dos tradutores (doravante, NT).
[3] TULLY, James (Ed.). *Meaning and context*: Quentin Skinner and his critics. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1988.
[4] PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: history, politics, rhetoric*. Cambridge: Polity, 2003. [Ver: BRETT, Annabel; TULLY, James (Ed.). *Rethinking the foundations of modern political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. A obra examina o primeiro volume publicado a partir de um ponto de vista histórico].
[5] FILMER, Robert. *Patriarcha and other political works*. Ed. Peter Laslett. Oxford: Blackwell, 1949; e LOCKE, John. *Two treatises of government*. Ed. e intr. Peter Laslett (1960). Cambridge: Cambridge University Press, 1988. NT: este último volume encontra-se hoje traduzido: LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer; ed. e intr. Peter Laslett. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

de ser reexaminada. Laslett realizou uma revolução pontual, cujos efeitos, no entanto, continuaram a reverberar durante muitos anos.

A essa altura, o presente autor intromete-se na história.[6] Ciente do que Laslett tinha feito e estava fazendo entre 1949 e 1952, minhas próprias pesquisas me levaram a perceber que a nova publicação de Filmer em 1679 apontava na direção de dois corpos de textos controversos: o primeiro, do qual Locke participou, dizia respeito ao campo da jurisprudência, da teoria do governo e daquilo que se chama filosofia política; o segundo, de que ele se manteve alheio, ao da história inglesa, da antiguidade da *common law* e do parlamento, como da interpretação da conquista normanda. Pude mostrar então que, pelo menos desde o reinado de Jaime I (1603-1625), as discussões em torno desse último assunto se sucederam, constituindo o que vim a chamar de uma *linguagem* do pensamento político, na qual questões inglesas e até mesmo europeias foram discutidas em quantidade e profundidade iguais àquelas da *teoria política* e da *filosofia*, que tinham recebido tanta e tão justificada atenção. Diante das revelações de Laslett quanto à importância dos *momentos* de redação, publicação e recepção da obra, eu fui levado a acrescentar, por conseguinte, a importância de uma pluralidade de *linguagens* através das quais o *pensamento político* processou-se, entre as quais, por maior que fosse seu alcance intelectual, a linguagem canonicamente aceita da *teoria política* ou *filosofia* não era a única.

The ancient constitution and the feudal law, meu trabalho sobre o tema, foi publicado em 1957.[7] A essa altura, os interesses de Laslett se tinham voltado para outras direções. Embora seu trabalho sobre Locke ainda não tivesse terminado, ele tinha começado a editar uma série de volumes intitulados *Philosophy, politics, and society*.[8] Eram estudos muito tipicamente ingleses do período. Informados pela análise linguística e pelo positivismo lógico, indagavam com tal rigor a capacidade de proposições para significar, caso houvesse, que chegavam a colocar em dúvida se algo digno de chamar-se *filosofia política* podia existir. Em 1956, Laslett declarou retumbantemente que, *pelo menos por agora, de qualquer forma*, ela estava morta, ainda que, logo em 1962, na mesma série, Isaiah Berlin argumentasse que a filosofia política devia perdurar, em especial quando surgiam questões políticas prementes, que não podiam ser abordadas somente por meio daquelas proposições que analistas rigorosos admitiam como dotadas de significado.[9] Não sendo o primeiro, este foi um dos momentos em que Berlin ele mesmo começou a deslocar-se da filosofia analítica rumo ao que denominou de *história das ideias*.[10] Embora meu próprio envolvimento com filosofia tenha sido no máximo ocasional e embora *história das ideias* não seja uma expressão satisfatória para o que faço, menciono o fato acima porque, no mesmo volume, fui capaz de pretender expor minha própria metodologia baseada na distância que adotei em relação ao conteúdo muito pouco histórico daquela série.[11] Se havia tantos modos de validar uma afirmação e tantos tipos de afirmações quanto havia meios de validar cada uma delas, fiquei pensando, deve ser porque cada tipo de afirmação tinha uma história própria; talvez, como uma daquelas *linguagens do pensamento político* que eu já tinha sido levado a postular. Se os filósofos consideravam a maioria ou todas elas desprovidas

[6] Ver também POCOCK, J. G. A. Present at the creation: with Laslett to the lost worlds. *International Journal of Public Affairs*, Chiba University, Japan, v. 2, p. 7-17, 2006.
[7] POCOCK, J. G. A. *The ancient constitution and the feudal law*: a study of English historical thought in the seventeenth century (1957). Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
[8] LASLETT, Peter (Ed.). *Philosophy, politics, and society*. Oxford: Blackwell, 1956; LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. (Ed.). *Philosophy, politics, and society*. 2nd series. Oxford: Blackwell, 1962; LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. (Ed.). *Philosophy, politics, and society*. 3rd series. Oxford: Blackwell, 1967; LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G.; SKINNER, Quentin (Ed.). *Philosophy, politics, and society*. 4th series. Oxford: Blackwell, 1972.
[9] BERLIN, Isaiah. Does political theory still exist?. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. (Ed.). *Philosophy, politics, and society*, 2nd series, op. cit. p. 1-33.
[10] IGNATIEFF, Michael. *Isaiah Berlin: a life*. Nova York: Metropolitan, 1998. p. 81-91, 94-95, 130-131, 125-131.
[11] Trata-se do Capítulo I, "The history of political thought: a methodological inquiry" (1962), do volume de que foi extraído este texto.

de sentido — quando terá sido mesmo que percebi pela primeira vez o ataque de Thomas Hobbes contra *a frequência do discurso insignificante*? —, isso simplesmente levantava questões, do maior interesse para um historiador, de por que a inteligência no passado atribuiu-lhes sentido, e do que fora feito com os sentidos que lhes tinham sido atribuídos. Quarenta anos depois aprendi com Donald Kelley: os primeiros historiadores da filosofia foram aqueles homens da Antiguidade tardia e de princípios dos Tempos Modernos que se intitulavam *ecléticos*.[12]

Proeminentes no volume de 1956 de *Philosophy, politics, and society*, figuravam os filósofos ingleses analíticos T. D. Weldon e A. J. Ayer, que procuravam reduzir a linguagem àquilo, se existisse, que podia ser dito com ela de forma dotada de significado. Na época, porém, em que Skinner iniciou sua atividade teórica, a atenção dele se tinha voltado para os filósofos J. L. Austin e sobretudo para Ludwig Wittgenstein, que apresentavam a linguagem como performance, como atos de fala; e é em larga medida na qualidade de filósofo dessa orientação que Palonen o apresenta. Desde 1964, as publicações de Skinner começaram a surgir em Cambridge e tratavam em especial de controvérsias inglesas ocorridas no século XVII. Em particular, envolviam a obra de Hobbes, que não tinha sido um autor central em meu trabalho, já que sua importância — grande, sem dúvida — não residia no tipo de discursos que eu estava buscando.[13] Juntamente com Maquiavel, Hobbes permaneceu no centro das preocupações de Skinner em torno da história da política, mas, de certa forma, essa elaboração viu-se precedida por seus escritos sobre a metodologia e a filosofia dos atos de fala.

Em 1969, Skinner publicou um artigo, "Meaning and understanding in the history of ideas", que acabou transformando-se no manifesto de um novo método de interpretação da história do pensamento político.[14] Ele demonstrou que grande parte da história concernente a essa atividade padecia de uma confusão radical entre teoria sistemática (ou *filosofia*) e história. Tanto os mais quanto os menos importantes textos do passado viam-se interpretados como tentativas para formular corpos teóricos cujo conteúdo havia sido previamente determinado por uma compreensão não histórica do que eram e deviam ser não só *teoria política* como *história*. Essa confusão levou a enganos, que incluíam anacronismos (a atribuição a um autor do passado de conceitos que não lhe podiam estar disponíveis naquele momento) e prolepses (o tratamento de um autor como capaz de antecipar argumentos em cuja posterior formação o papel de seus escritos, se existisse, ainda devia ser historicamente demonstrado). Depois de tratar dessas falácias com o ridículo que bem mereciam, Skinner sustentou que a publicação de um texto e a emissão do argumento que continha deviam ser tratadas como um ato executado na história e especificamente no contexto de algum discurso que estivesse em curso. Era necessário, Skinner dizia, saber o que o autor *estava fazendo*: o que ele pretendia fazer (o significado para si) e o que ele tinha conseguido fazer (o significado para os outros). O ato e seu resultado haviam ocorrido em um contexto histórico, constituído em primeiro lugar pela linguagem do discurso em que o autor escrevera e fora lido. E, embora o ato de fala pudesse renovar e redirecionar essa linguagem, modificando-a, ela não deixava de estabelecer limites àquilo que o autor podia dizer, queria dizer e podia ser entendido como dizendo. Além disso, a linguagem tinha sido um meio através do qual o autor havia adquirido e processado informações sobre a situação histórica, política e até material na qual vivia e estava agindo. Dessa maneira, ainda que boa parte do *pensamento político* tivesse sido linguagem de segunda ordem — o pensamento sobre a linguagem na qual a política era pensada —, era possível ampliar o *contexto* (daí por

[12] KELLEY, Donald R. *The descent of ideas*: the history of intellectual history. Aldershot: Ashgate, 2002.
[13] Uma bibliografia das obras de Skinner poderá ser encontrada em PALONEN, Kari. *Quentin Skinner*, op. cit. p. 181-190.
[14] SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969. Esse ensaio foi republicado em TULLY, James (Ed.). *Meaning and context*, op. cit., e revisto no livro de SKINNER, Quentin. *Visions of politics*, I: Regarding method. Cambridge, Cambridge University Press, 2002. NT: este último hoje encontra-se disponível como *Visões da política*: questões metodológicas. Trad. de J. P. George. Algés: Difel, 2005.

diante, um termo-chave para Skinner e seus leitores) para além da linguagem em direção a seus referentes (a despeito do fato de que o perigo da prolepse, talvez sua necessidade, retornasse obrigatoriamente logo que o historiador começasse a usar referentes que não estavam totalmente contidos na linguagem).

(IV)

Esse artigo de 1969 teve um efeito imediato, muito especialmente entre os estudiosos do pensamento político de fala inglesa, ainda que sem limitar-se a eles.[15] Como resultado, surgiu a noção de uma *escola de Cambridge* constituída por praticantes dessa disciplina, compreendendo Laslett, Skinner, eu mesmo e John Dunn (que acabou seguindo uma trajetória própria). Embora eu tenha trabalhado em outros lugares, uma forte ligação a Cambridge manteve-se entre nós quatro, nossos associados e antigos alunos de diversas culturas anglofônicas (tendo sido as obras de Skinner traduzidas para muitas línguas, enquanto as minhas, para algumas). O que temos todos feito é insistir que determinado ramo do estudo da política seja percebido como a história de uma atividade e que seja realizado como uma tarefa da disciplina histórica. Tal programa pode tomar duas direções. De um lado, é preciso refletir sobre a especulação política na sua historicidade e sobre o que significa pensar a especulação política dessa maneira. Sob esse ângulo, o que se chama de *filosofia* continua relevante. Muitos dos escritos de Skinner consistiram em embates com a filosofia analítica, suscitando questões que ele trata de responder em seguida sobre o que é falar de ações e intenções, significados e contextos, em contexto filosófico dominado por Austin, Wittgenstein e por aqueles que reagiram a eles. Skinner reuniu e revisou esses escritos no primeiro volume da trilogia com a qual esta resenha estará daqui em diante cada vez mais envolvida.[16] Meus próprios trabalhos de caráter metodológico foram menos ambiciosos (embora talvez mais drásticos), porque não reivindico uma inserção na filosofia (se Sócrates me permitir evitá-la), tendo me limitado a procurar dispor de meios linguísticos para apresentar um ato de teorização política como uma ação executada na história.[17]

Por outro lado, embora a historicidade possa ser considerada de maneira abstrata, mostra-se igualmente necessária a redação de histórias nas quais eventos e processos do passado sejam reconstruídos e narrados. Palonen disse muito francamente que não pretende examinar a história do pensamento político na Europa Ocidental entre os séculos XIII e XVII, com a qual Skinner tem se ocupado desde seu primeiro artigo sobre Hobbes. Em 1978, Skinner publicou uma obra intitulada *The foundations of modern political thought*, cujo jubileu de prata foi recentemente celebrado. Os dois volumes que a compõem trazem, respectivamente, as denominações *The renaissance* e *The age of reformation*, ainda que o título principal implique a existência de um processo: de algum modo, o pensamento político se tornou *moderno*, assim como as fundações desse processo foram estabelecidas de alguma maneira. Desde que o ponto nodal no que toca ao método continua a residir na busca da compreensão do que autores *estavam fazendo*, é preciso delimitar, por conseguinte, até onde esses autores se envolveram no processo de se tornarem modernos e até onde o tornar-se moderno deve ser considerado o resultado do processo. Nem em 1978, nem em qualquer momento subsequente terá Skinner descuidadamente incorrido na prolepse contra a qual alertou em 1969. Não obstante, o volume *The age of reformation* encerra-se com

[15] Para uma comparação entre os anglofônicos e outros, ver CASTIGLIONE, Dario; HAMPSHER-MONK, Iain J. (Ed.). *The history of political thought in national context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
[16] SKINNER, Quentin. *Visions of politics*, I: Regarding method, op. cit.
[17] Para comentários, ver HAMPSHER-MONK, Iain J. Political languages in time: the work of J. G. A. Pocock. *British Journal of Political Science*, v. 14, n. 1, p. 89-116, Jan. 1984; HAMPSHER-MONK, Iain J. The history of political thought and the political history of thought. In: CASTIGLIONE, Dario; HAMPSHER-MONK, Iain J. (Ed.). *The history of political thought in national context*, op. cit. p. 159-174. [Também, DELUNA, D. N. (Ed.) *The political imagination in history*: essays concerning J. G. A. Pocock. Baltimore: Owlworks, 2006].

a generalização de que o pensamento político se tornou *moderno* através de um processo pelo qual *o Estado* veio a ser visto como uma estrutura impessoal, em vez de mero atributo do governante, enquanto um processo paralelo fazia com que a *filosofia* viesse a preocupar-se primordialmente com *o Estado* e os problemas que ele traz.[18] Não se trata de exagero dizer que tais processos e a generalização que neles se baseia continuaram a preocupar Skinner nos seus escritos posteriores.

Vital, porém, é salientar que o volume denominado *The renaissance* aborda algo descontínuo: o *pensamento político* das repúblicas citadinas italianas entre 1250 e 1550 aproximadamente, nas quais a associação política fundamental não era *o Estado* e, sim, *a República*, um conjunto de cidadãos praticando virtudes políticas. Nesse ponto, cabe uma cronologia dos trabalhos acadêmicos. Três anos antes da publicação das *Foundations* de Skinner, eu próprio havia publicado *The Machiavellian moment*, uma obra que tratava do mesmo fenômeno e de sua história subsequente.[19] Mantínhamos, Skinner e eu, correspondência regular, e o título de meu livro foi na verdade sugerido por ele. Em 2003, enquanto celebrávamos o jubileu de *Foundations*, apareceu uma nova edição de *The Machiavellian moment*, e, além disso, publiquei uma obra sobre muitos dos mesmos temas, chamada *The first decline and fall*.[20] Para completar a sequência, em 2002, Skinner havia publicado os três volumes de *Visions of politics*, seus artigos reunidos e revistos. Diante desse panorama, levanto então a questão de qual a história do pensamento político que Skinner tem escrito, diferentemente de indagar o que ele tem feito quando apresenta o pensamento político como ação na história.

(V)

O primeiro tomo de *Foundations* de Skinner, vários de seus trabalhos posteriores[21] e o segundo volume de seus artigos reunidos, como também minhas publicações de 1975 e 2003, tratam daquele período da história da Europa Ocidental compreendido entre os séculos XIII e XVI quando tanto a queda dos Hohenstaufen quanto a retirada do papado de Roma permitiram que várias repúblicas citadinas ficassem livres para desenvolver uma visão específica da política, em meio às suas próprias crises internas. Processo que culminou com a conquista da Itália, presenciada por Maquiavel, pela monarquia espanhola, em aliança com o papado e o império. O episódio tem sido considerado um momento do surgimento da *modernidade* — conceito pelo qual não tenho maior interesse — porque Maquiavel foi tomado durante certo tempo como o mentor intelectual do Estado moderno (o que ele não foi). Mais recentemente, Hans Baron concebeu o republicanismo florentino como *moderno* em virtude de ter rompido com a preocupação *medieval* em torno do império e do papado, do *imperium* e do *sacerdotium*.[22] Skinner e eu estamos de acordo em olhar para a teoria republicana italiana sob outra luz. Como disse, ele associa *modernidade* com o crescimento do estado territorial impessoal ao qual devem associar-se, por sua vez, os fenômenos extraitalianos das guerras de religião e de sua superação em fins do século XVII. Estamos ainda de acordo, além

[18] SKINNER, Quentin. *The foundations of modern political thought*, II: The age of reformation. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 358.
[19] POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment*: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1975. O livro foi republicado em 2003.
[20] POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment*, op. cit.; POCOCK, J. G. A. *Barbarism and religion*, III: The first decline and fall. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
[21] SKINNER, Quentin. *Machiavelli* (1981). Ed. rev. Oxford: Oxford University Press, 2000; SKINNER, Quentin. Machiavelli on the maintenance of liberty. In: PETTIT, Philip (Ed.). *Contemporary political theory*. Nova York: Macmillan, 1983. Esse ensaio foi revisto em SKINNER, Quentin. *Visions of politics*, II: Renaissance virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
[22] BARON, Hans. *The crisis of the early Italian renaissance*: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1955. 2 v.

disso, que os italianos chegaram a elaborar uma concepção da vida urbana como algo natural ao homem; e do homem, como naturalmente cidadão — uma perspectiva que precisa ser relacionada de alguma forma à ampliação do Estado e às concepções da política e da humanidade que a acompanharam.

O segundo volume das *Foundations* de Skinner ocupa-se com a ruptura religiosa e com o problema cada vez mais grave da resistência à autoridade em nome da verdade religiosa, questões com as quais nem as teorias da cidadania *antigas* nem as *renascentistas* estavam familiarizadas. Não é demais dizer que *o Estado* constitui uma consequência dessa questão. O tomo não alcança o advento de Hobbes, autor que serviu de tema para os primeiros escritos de Skinner, ainda que, a partir de 1978, ele tenha publicado uma obra importante a seu respeito[23] e que o terceiro volume de *Visions of politics* reúna ensaios revistos cuja figura central é Hobbes. Nessa última obra, aliás, diversamente dos tomos I e II de *Foundations*, os volumes II e III argumentam que Hobbes foi o primeiro a atacar as concepções *republicanas* da política e da liberdade de modo a favorecer outra visão dos mesmos conceitos que a necessidade de resistir à Guerra Civil Inglesa — em certa medida, uma guerra de religião — tornara proeminente.

Essa narrativa histórica, na qual se encontra uma forma de viajar *de* Maquiavel *até* Hobbes (embora houvesse, no século XVII, quem visse uma oposição entre os dois), precisa agora ser conectada a um debate vigente na segunda metade do século XX entre filósofos políticos defendendo conceitos opostos de liberdade — conceitos que podem ser remetidos àqueles expostos pelos italianos no século XVI e pelos ingleses no XVII. A problemática relação entre filosofia política e história do pensamento político, que a elaboração teórica inicial de Skinner pretendeu superar, parece assim ter renascido. Que Skinner conheça a diferença entre escrita normativa e histórica não pode ser posto em dúvida. O problema que passo agora a discutir consiste na maneira que cabe narrar o empreendimento da narrativa tal como efetivado na história e até que ponto ele foi efetivado por uma sucessão de atores.

O principal *filósofo* na narrativa do século XX foi Isaiah Berlin, cuja palestra "Two concepts of liberty" distinguia entre uma liberdade *positiva* de fazer ou ser alguma coisa — a definição daquilo que pode restringir a liberdade de alguém de fazer ou ser algo diferente — e uma liberdade *negativa*, consistindo na simples ausência de restrições ou proibições para efetuar ações que alguém possa querer ou escolher fazer.[24] Essa distinção levantou sérios problemas filosóficos — o que ser livre tem a ver com o fato de ser humano? —, distinção pela qual Skinner se interessou na qualidade tanto de filósofo quanto de historiador (Skinner menciona Berlin não só na preleção inaugural como *Regius Professor*, como também em sua Conferência Isaiah Berlin para a Academia Britânica).[25] Skinner não tentou resolver os problemas suscitados por "Dois conceitos de liberdade", mas preocupou-se em indagar se pode-se encontrar na história — particularmente no período anterior ou correspondente ao início dos Tempos Modernos — uma continuidade ou um processo de debate entre conceitos históricos opostos que mantivessem relação com a liberdade *positiva* e *negativa* de Berlin; e se uma tal oposição desempenhou um papel na história do pensamento político tomada em sua duração [*durée*]. O mesmo interesse pode ser encontrado em meus textos, pois Skinner e eu professamos certa simpatia pela posição *positiva* ou, como será chamada adiante, *republicana*.

O problema metodológico posto diante de nós dois é aquele assinalado em "Meaning and understanding". É possível afirmar a continuidade de um debate estendendo-se por séculos e gerações sem a imposição de um padrão falso e sem o recurso a uma prolepse falsa? Para afirmar que é possível, deve-se

[23] SKINNER, Quentin. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
[24] BERLIN, Isaiah. *Four essays on liberty*. Londres: Oxford University Press, 1969. NT: traduzido por W. H. Ferreira como "Dois conceitos de liberdade". In: BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981. p. 133-175.
[25] SKINNER, Quentin. *Liberty before liberalism*, op. cit.; SKINNER, Quentin. A third concept of liberty. *Proceedings of the British Academy*, p. 237-268, 2002.

ser capaz de demonstrar: (1) a continuidade das linguagens nas quais o debate foi conduzido; e (2) as conexões entre os atos de fala cuja elocução assegurou esse desempenho. Em princípio, isso parece possível. No entanto, a questão diz respeito à maneira pela qual Skinner e eu buscamos suprir essa narrativa, pois há diferenças entre o problema crítico de se ter alcançado sucesso ou não e o problema histórico de como tentamos fazê-lo.

Skinner se interessa por um momento histórico composto de atos de fala cuja elocução tornou-se visível quando Hobbes afirmou que os cidadãos de Lucca não estavam livres *das* decisões de uma autoridade soberana da qual podiam participar. Enquanto isso, James Harrington respondeu que os cidadãos de Lucca eram livres *para* tomar parte nas decisões, para governar e serem governados, pois a cidadania fazia dos homens imagens de Deus.[26] Em relação a esse momento específico, quais as continuidades de discursos, de pensamentos e de ações que se devem considerar como anteriores e posteriores? Sob esse aspecto, Skinner empregou em 1982 e reiterou em 2002 uma linguagem que pode surpreender seus leitores. Ele distingue entre a concepção *romana* de liberdade como atributo do cidadão envolvido na decisão e na ação, e a concepção *gótica* de liberdade como atributo de um proprietário cujos direitos são protegidos por lei à qual ele pode apelar, na feitura da qual, porém, não participou necessariamente. Segundo Skinner, Harrington detectou em Hobbes o primeiro a opor, à lei *romana*, a *gótica*, acrescentando que o falecido John Rawls constituiu o principal teórico da última em nossos dias.[27] É para o leitor ficar atônito. Como afirmar tanta coisa sem cometer prolepse? Como estabelecer a narrativa das linguagens *romana* e *gótica* da liberdade persistindo de forma contínua desde os inícios dos Tempos Modernos até o mundo contemporâneo? Como podem os diversos atos de fala (cada um realizado em seu próprio contexto e desencadeando suas próprias consequências) — que devem ter constituído o modo de transmissão dessas linguagens — formar uma narrativa capaz de conectá-los uns aos outros? Há muito tempo, ao fazer a resenha da primeira edição de *Foundations*, escrevi que Skinner usava primeiro o microscópio e, depois, o telescópio. Apesar disso, como ele pode colocar um instrumento a serviço do outro?[28]

(VI)

Eu mesmo já procurei adotar procedimento desse tipo e, por isso, afirmo que pode ser viável. Em *The Machiavellian moment* e em escritos posteriores, propus que Harrington reafirmou a versão de Maquiavel da liberdade romana como o atributo de cidadãos cuja posse de armas constituía a precondição do seu direito de agir e demonstrar *virtude* cívica; e também que Harrington inseriu essa versão na narrativa histórica da perda e recuperação de tal precondição na história europeia.[29] (Nessa releitura, Harrington não empregava a palavra *gótica* para designar a teoria de Hobbes sobre a liberdade, mas para assinalar certo desequilíbrio entre um rei e seus barões em termos de terras, armas e direitos). De Harrington, contemporâneo de Hobbes, avancei até o período, iniciado por volta de 1700, quando o surgimento

[26] HOBBES, Thomas. *Leviathan* (1651). Ed. Richard Tuck. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. cap. 21; HARRINGTON, James. *The political works of James Harrington*. Ed. e intr. J. G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 170-171; FUKUDA, Arihiro. *Sovereignty and the sword*: Harrington, Hobbes and mixed government in the English Civil Wars. Oxford: Clarendon, 1977.
[27] SKINNER, Quentin. *Visions of politics*, II: *Renaissance virtues*, op. cit. p. 160-162, 178-180.
[28] POCOCK, J. G. A. Reconstructing the traditions: Quentin Skinner's historian's history of political thought. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, v. 3, p. 95-113, 1979, aqui p. 101; PALONEN, Kari. *Quentin Skinner*, op. cit. p. 67.
[29] POCOCK, J. G. A. *Virtue, commerce, and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; POCOCK, J. G. A. Standing army and public credit: the institutions of Leviathan. In: HOAK, Dale; FEINGOLD, Mordechai (Ed.). *The world of William and Mary*: Anglo-Dutch perspectives on the revolution of 1688-1689. Stanford (CA): Stanford University Press, 1996. p. 87-103.

de sistemas de finanças públicas, capazes de permitir ao Estado a manutenção de um exército profissional, possibilitou não só um grande aumento do poder soberano como uma concepção totalmente nova da liberdade, considerada agora como o direito de envolver-se nas mais variadas atividades sociais possíveis, em sociedade rica o bastante para admitir uma cultura de consumo. Ao mesmo tempo, isso implicava que a participação dos cidadãos em seu autogoverno passava a limitar-se tão somente à delegação de poderes a representantes, a fim de que controlassem o Estado por intermédio de seu financiamento. Formou-se assim um *humanismo comercial*, que bebeu em fontes conceituais tanto *romanas* quanto *góticas*.

A deficiência desse humanismo comercial decorre de não ter alcançado e de ter, talvez, até mesmo desencorajado qualquer perspectiva do indivíduo como uma personalidade definida pela participação no processo cívico de decidir e agir. Hannah Arendt afirma que, no século XVIII, a sociedade tornou-se mais importante do que a política, e também que os seres humanos foram considerados mais pelo comportamento do que pela atuação.[30] Dessa maneira, surgiu um *republicanismo* que, ao celebrar as *virtudes antigas* em oposição à *polidez moderna*, procurou revalorizar o cidadão que agia em defesa própria, recorrendo às suas próprias armas, com base na propriedade que detinha (terra ou riqueza verdadeiras em vez das ficções do crédito) e que sabia quem ele era e qual sua virtude. Já que, pelo menos em parte, o guerreiro *gótico* podia ser identificado ao cidadão *romano*, a autêntica oposição veio a aparecer entre a liberdade *antiga* e a *moderna*. Se a primeira podia ser facilmente rejeitada como arcaica e até mesmo bárbara, a segunda podia ser contestada como um passo em direção a um futuro de *corrupção*, ao depender de uma multiplicidade de forças sociais que ninguém havia criado nem podia controlar. Das tensões entre propriedades móveis e imóveis desenvolveu-se um historicismo pessimista; à medida que a sociedade passava de antiga a moderna, a multiplicação dos bens diversificou a personalidade a tal ponto que ela deixou de ser real para si própria. Processo que prossegue através da *modernidade* e ingressa na *pós-modernidade*.

Esse constitui território que Skinner ainda não explorou, embora haja indicações que ele possa estender suas interpretações para além da era de Hobbes. Ao explorar novos territórios, procurei prestar atenção em linguagem que lidasse menos com o Estado do que com a sociedade civil e que não assumisse a forma de teoria política formal, mas de história da sociedade e da economia política.[31] O advento de tal linguagem, tenho sustentado, revela-se decisivo para a *história do pensamento político* da Europa Ocidental setecentista, momento em que a diversidade das *linguagens* e sua história precisam ser consideradas. Não recorri à generalização que Skinner fez em 1978 de que o pensamento político *moderno* interessa-se pelo caráter crescentemente impessoal do Estado. Será que ele ainda opera de acordo com esse paradigma? Se assim for, ele pode não chegar a conclusões diferentes das minhas, mas ele pode narrar histórias diferentes, coexistindo e interagindo com aquelas que tenho relatado. Encontramo-nos em uma história onde, até mesmo no interior dos mesmos textos, muitos aspectos não necessariamente compatíveis podem se desenvolver de maneira concorrente. Dificilmente haverá necessidade de uma narrativa principal da história dos últimos séculos que exclua ou absorva todas as demais interpretações.

Skinner pode voltar a se debruçar sobre o Estado por força de sua própria preocupação com a interação entre os conceitos *gótico* e *romano* de liberdade ao aparecerem na história iluminados pela distinção analítica entre liberdade *positiva* e *negativa*. No pensamento *republicano*, liberdade consiste no direito dos cidadãos para exercer e expandir as *virtudes* que lhes são inerentes; no pensamento *negativo* ou *gótico*, liberdade resulta da imunidade contra a interferência na capacidade dos cidadãos para fazer ou ser o que desejam. No último caso, a liberdade pode vir expressa sob a forma de *direitos* protegidos pelo Estado, mas que também podem precisar de proteção diante dele. Aqui está o célebre dilema do pensa-

[30] ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1959. cap. 6.
[31] POCOCK, J. G. A. *Barbarism and religion*, II: Narratives of civil government. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

mento *liberal*, embora uma questão seja a de saber se a enumeração de direitos constitui uma descrição suficiente da personalidade humana quando envolvida na política. Tais problemas têm histórias e aparecem na história. Skinner e eu vimos escrevendo histórias nas quais os debates entre concepções opostas de liberdade têm sido uma constante, porque essas concepções importavam aos atores da história. Ao rastrear o debate no século XVIII sobre *liberdade* nas sociedades *comerciais*, ampliou-se meu horizonte de modo a incluir tanto a sociedade quanto o Estado; e fui levado assim a examinar também uma discussão de natureza histórica, na qual *romano* e *gótico* tinham sido, em grande parte, subsumidos a *antigo* e *moderno*. Uma vez que as tensões no pensamento anglo-britânico entre propriedade imóvel e móvel mostraram-se bastante agudas em algumas ocasiões, apareceram também tensões entre as concepções *antiga* e *moderna* tanto de cidadania quanto de liberdade.[32] Alcancei considerável notoriedade defendendo, em *The Machiavellian moment*, que tais tensões transferiram-se para a fundação da República americana.[33] Como em outras oportunidades, muitos desses meus críticos me parecem motivados não só pela intenção de celebrar o triunfo da liberdade *moderna* sobre a *antiga*, mas igualmente pelo desejo de negar que jamais tenha existido uma opção *antiga* a ser contestada. A essa altura, se estou certo, o debate entre nós passa a ser normativo e contemporâneo, até mesmo ideológico.

Skinner não é certamente um dos críticos dos quais me queixe. Pelo contrário, ele evidenciou e exprimiu interesse permanente pela importância tanto normativa quanto histórica do pensamento *romano* e *republicano*, e ainda pelas interações entre os dois. Sob o aspecto normativo, ele se juntou a Philip Pettit e a Maurizio Viroli para explorar a ideia de um *republicanismo* que afirme um *terceiro conceito de liberdade* como independência do indivíduo em relação à dominação por outros, resolvendo assim alguns dos impasses linguísticos criados por Berlin, e servindo, ao mesmo tempo, de pré-requisito para o conceito de liberdade não só *romano* como também *liberal*.[34] De minha parte, tenho dúvidas se o *terceiro conceito de liberdade* pode vir a ser formalizado com o mesmo grau de detalhamento dos outros dois aos quais está ligado, pois, ainda que livre de dominação, o indivíduo deve decidir como conceber e desenvolver essa liberdade, para o que várias escolhas estarão disponíveis. Sob o aspecto histórico, o estudo de Skinner sobre as posições de Hobbes quanto à retórica (que Hobbes não rejeitou definitivamente) trata dessa última como uma linguagem da cidadania *romana*.[35] Skinner continuou a escrever sobre Maquiavel e reuniu esses artigos no segundo tomo de *Visions of politics*. Juntamente com Martin van Gelderen e a European Science Foundation, também contribuiu para a realização de um simpósio em dois volumes, *Republicanism: a shared European heritage*.[36] Esses trabalhos apontaram em direção diferente da tese de *The Machiavellian moment*, identificando *republicanismos* distintos daquele anglo-americano ao implicarem tensões menores entre *antigo* e *moderno*. O célebre trabalho de Benjamin Constant constituiu uma resposta ao jacobinismo, e não à comercialização do Estado cem anos antes.[37] Skinner e Van Gelderen incluem muitos artigos que tratam do encontro entre república e comércio de maneira proveitosa, mas talvez caiba ao subtítulo que escolheram a explicação pela não inclusão de qualquer tratamento sistemático a respeito da fundação da República americana, sem dúvida alguma, um episódio central nessa história.

---

[32] A utilização da expressão *anglo-britânica* indica que os problemas que se originaram na Inglaterra foram debatidos na Escócia, onde ajudaram a criar o que se conhece sob o nome de *ilustração escocesa*.

[33] Essa controvérsia deu origem a um debate prolongado, hoje considerado encerrado, mas cujos efeitos não desapareceram.

[34] PETTIT, Philip. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford: Oxford University Press, 1997; VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Nova York: Hill and Wang, 2002; SKINNER, Quentin. A third concept of liberty, op. cit. Ver também BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin; VIROLI, Maurizio (Ed.). *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

[35] SKINNER, Quentin. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*, op. cit.

[36] GELDEREN, Martin van; SKINNER, Quentin (Ed.). *Republicanism: a shared European heritage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 2 v.

[37] CONSTANT, Benjamin. *Political writings*. Ed. e trad. Biancamaria Fontana. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Em seus trabalhos mais recentes — alguns ainda não publicados, e alguns, quem sabe, ainda não escritos —, Skinner talvez esteja voltando à história inglesa dos inícios dos Tempos Modernos. Ele começou por enfatizar o papel de um *terceiro conceito* na Guerra Civil Inglesa e no Interregno, aquele cuja linguagem insistia, de forma até paranoica, que deixar de estar protegido pela lei ou pelos mecanismos de representação e consentimento através do Parlamento equivalia à condição de um escravo.[38] Essa linguagem, naturalmente, pode encontrar-se outra vez — cada vez mais considerada uma linguagem do movimento *Whigg* radical — em 1688 e 1776, embora, nessa última data, seja bem possível — e isto já foi mencionado — que os americanos estavam de tal forma informados sobre a escravidão que era a retórica neles subjacentes que seus atos de fala revelavam. A pergunta se o *terceiro conceito* de liberdade como não dominação pode ser a chave para as relações entre as suas variedades *romana* e *gótica* depende, em última análise, da possibilidade de mostrar o *terceiro conceito* atuando como uma força distinta; e o leitor já terá certamente percebido minha suspeita de que não é possível. Na realidade, o conceito de não dominação aparece envolvido de forma profunda demais no debate pós-Harrington sobre a história da propriedade na Europa que converteu *romano* e *gótico* em *antigo* e *moderno*. Em outra perspectiva — até agora não examinada na presente análise crítica —, é fato bastante curioso que, há muito tempo, desde o segundo volume de *Foundations*, Skinner pouco escreveu sobre o confronto entre autoridade civil e autoridade espiritual, tão importante para Hobbes e Harrington quanto aquele entre os conceitos *romano* e *gótico* de liberdade. Skinner tampouco se situou no contexto da revelação revolucionária — ou melhor, contrarrevolucionária — de J. C. D. Clark de que as nações que compunham a Grã-Bretanha da dinastia dos reis de Hanover constituíam unidades políticas eclesiásticas, nas quais a filosofia estava tão preocupada com o Estado, a sociedade e religião quanto com o Estado, a sociedade e o indivíduo.[39] É para a diversidade de linguagens, reflexo da diversidade de problemas envolvidos, que o historiador do discurso político permanece voltado.

(VII)

Este estudo dos escritos de Skinner até 2003 focalizou mais a história do que a filosofia; ou seja, de maneira mais precisa, concentrou-se menos nos atos de fala pelos quais ele afirmou a cognoscibilidade de atos de fala, de seus significados e contextos, do que na reconstrução que realizou dos eventos e processos na história por ele estudada. Eu concedi à narrativa histórica prioridade diante da história-enquanto-filosofia. A teoria política (que se funde à filosofia) não desapareceu da investigação. No entanto, fico me perguntando se a preocupação com distinções como a de Berlin entre liberdade *positiva* e *negativa* não dirigiu a atenção de Skinner para processos na história do pensamento político nos quais distinções semelhantes, continuadamente discutidas, acabaram por moldá-la. Minha indagação não é uma crítica. É perfeitamente possível que uma rigorosa investigação histórica venha a revelar o curso de tais processos (quem sabe, até um presente histórico). Eu mesmo me dispus a rastreá-los, mas a partir de um ângulo que não teve, tanto quanto posso lembrar, a memorável palestra de Berlin como ponto de partida. Pode-se talvez argumentar que a metodologia de Skinner destacou a elocução de atos de fala em certo contexto e que ainda há muito mais a ser feito quanto ao método para estudar as consequências de tais atos: (a) à medida que o contexto muda e suas linguagens coexistem com outras; posto

[38] SKINNER, Quentin. *Liberty before liberalism*, op. cit.; SKINNER, Quentin. A third concept of liberty, op. cit. Ver também suas contribuições ao *Republicanism* de van Gelderen e Skinner.

[39] CLARK, J. C. D. *The language of liberty, 1660-1832*: political discourse and social dynamics in the Anglo-American world. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; CLARK, J. C. D. *English society, 1660-1832*: religion, ideology, and politics during the Ancien Régime. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

que (b) os atos são recebidos, compreendidos e contestados por novos atores, cujas intenções e contextos são decrescentemente idênticos aos do autor. Ao enfatizar as narrativas que Skinner elaborou de processos, tenho a sensação de explorar território desconhecido, mas nada aqui pretende modificar ou invalidar sua insistência no sentido de que o discurso político tem de ser estudado como ação na história.

Chegou a hora de voltar a atenção para aqueles que advogam outras abordagens, sustentadas diante do que consideram reptos por parte de Skinner e outros. Ainda há aqueles que querem utilizar textos antigos e o pensamento sistematizado de teóricos e filósofos do passado para a construção e a solução de problemas que abordam no presente. Não deixa de ser interessante indagar exatamente por que necessitam usar textos que precisam interpretar para satisfazer suas próprias necessidades e suposições, mas, na realidade, a validade dos jogos de linguagem que fazem depende da operação à qual recorrem e não da compreensão de sua própria historicidade. Os filósofos se envolveram na elaboração de ficção histórica desde os primeiros diálogos de Platão (e talvez de Confúcio); e, caso Sócrates, Protágoras e Trasímaco alguma vez tenham dito as coisas que se alega terem falado, isto se mostra irrelevante diante das finalidades para as quais dizem que falaram daquela forma. Todavia, à medida que a história se torna melhor documentada e adensa-se sob a forma de problemas, essa distinção fica mais difícil de manter; e o filósofo tanto deve ser lembrado de que está escrevendo ficção histórica, quanto que vive e age em uma história que não foram suas intenções que definiram. Nos Estados Unidos, infestados pelos discípulos de Leo Strauss, as reivindicações dos filósofos de saber o que é história ainda exigem impugnação.

As ficções históricas elaboradas pelos filósofos podem constituir um ramo legítimo daquilo que se pode denominar *historiosofia*, ou seja, a tentativa de tornar a história uma fonte de conhecimento ou sabedoria. Os historiadores resistem a essa investida, com base na ideia de que a história consiste naquilo que pode ser evidenciado ou afirmado ter acontecido, não trazendo em si qualquer outra mensagem. A procura pela sabedoria incita o filósofo a reescrever a história como a busca daquilo que ele ou ela pensa que é sabedoria. Entretanto, há aqueles que querem resumir ou reescrever a história como o relato de como algo aconteceu ou veio a constituir a situação humana — uma situação que eles perceberam por si mesmos, sem a contribuição dos historiadores. Esse tipo de sumário ou revisão da história não é de todo ilegítimo. Como no caso de Berlin, pode ocorrer que tais resumos ou interpretações da história atraiam a atenção dos historiadores para processos e resultados até então despercebidos. É igualmente possível que a formação dessas visões da história tenha ela própria uma história, seja parte do material que o historiador estuda. A história do pensamento político deve consistir, em grande e larga medida, de atores assumindo atitudes que os historiadores do pensamento político insistem que *eles* não deviam tomar. O trabalho dos segundos consiste em escrever a história dos primeiros em termos diversos daqueles com os quais eles próprios a teriam escrito; é bom que cada um seja lembrado da presença do outro.

Se o termo puder ser aceito, *historiografia* diz respeito a um patamar em que a própria *história* se torna objeto de atenção: o nome de uma situação abstrata ou formalmente descrita, na qual seres humanos podem encontrar-se tentando existir e que serve de motivo para considerações tanto filosóficas quanto práticas. Daqui brota a distinção entre historiografia e historicismo. Para a primeira — praticada por historiadores —, *história* é uma designação para eventos e processos que podem ser tomados como tendo acontecidos e que, até possivelmente ainda em curso, podem ser narrados e interpretados. Para o segundo — o domínio dos filósofos da história —, *história* indica uma condição em que processos se desenrolam, a qual pode ser discutida independentemente da narrativa do que esses processos foram. Além disso, nas condições revolucionária e pós-revolucionária, colonial e pós-colonial que caracterizaram boa parte da história dos últimos cem anos aproximadamente, *história* pode converter-se no nome para a condição em que seres humanos não conhecem os processos a que estão submetidos e nem se mostram capazes de geri-los ou controlá-los, fazendo com que grande parte do que dizem sobre *história* indique a alienação que experimentam em relação a ela. Quando isso acontece, o argumento de que

existe uma historiografia na qual processos podem ser narrados em termos inteligíveis torna-se tendencioso; pois desafia e é questionado; pode incomodar e deixar ressentimento.

Sem dúvida, é significativo que a maior parte do trabalho desenvolvido em Cambridge e por aqueles ligados a esse grupo tenha versado sobre história do período inicial dos Tempos Modernos, entre os séculos XV e XVIII, assim como sobre uma história do pensamento político predominantemente anglofônica. Já indiquei que Skinner não se aventurou muito no século XVIII adentro; eu mesmo deixei de investigar o período posterior a 1790. Coube aos historiadores da 'escola de Sussex' prosseguir com a narrativa através do século XIX até a primeira metade do XX.[40] Pode-se argumentar que a técnica de situar o ato de fala em seu contexto linguístico e de indagar o que resulta ali de sua ação é particularmente adequada a uma cultura neolatina, na qual o discurso constituía o domínio de conjuntos de clérigos, lidando com linguagens estáveis e contínuas, mas que ainda não foi verificada nas situações diversas que progressivamente se estabeleceram, quando clérigos viram-se substituídos por intelectuais, e quando o discurso político tornou-se cada vez mais demótico e alienado. Nesse sentido, a abordagem skinneriana da época contemporânea e pós-moderna ainda não foi experimentada.

Apesar de tudo, há algo mais a dizer sobre (e por meio) da política da profissão histórica; e até mesmo sobre o caráter descaradamente anglofônico — espero que os europeus tenham abandonado o termo *anglo-saxão* — da maior parte da historiografia aqui estudada. É tarefa dos historiadores profissionais condensar a história em formas de narrabilidade, embora insistindo nos limites dentro dos quais isso pode ser feito. Muitos dos que estão fora da profissão, especialmente aqueles que perderam não só a fé como o interesse na atividade acadêmica metódica, encaram, com compreensível suspeição, tanto tal condensação quanto tais limites. É mesmo possível que toda narrativa histórica, que toda historiografia escrita, por sua própria natureza, seja conservadora-liberal em suas intenções e efeitos. Afinal, ela insiste que existem sempre situações mais ou menos duradouras na vida humana; que existe sempre alguma possibilidade de mudá-las; que existem sempre limitações ao grau com que isso pode ser feito; e que existem sempre resultados inesperados decorrentes das tentativas de fazê-lo. Também é possível que *história*, nesse sentido, só possa ser escrita em sociedades políticas com capacidade para administrar sua própria história no presente e, corolário necessário, para revê-la e renová-la no passado que percebem. Esses pré-requisitos são talvez a razão pela qual a *história do pensamento político*, tanto como fenômeno quanto como prática, tenha sido esmagadoramente neolatina, europeia-ocidental e norte-americana, enquanto a *filosofia da história* tenha sido ora alemã, ora centro-europeia, ora russa e ora (talvez) não europeia. De acordo com essa formulação — para reduzir o foco ainda mais —, uma recente tentativa de levantar a *história do pensamento político em contextos nacionais* revelou que as relações entre história, política, jurisprudência e filosofia diferem tanto de uma academia e cultura euro-americana para outra que somente as unidades mais vastas subsistem.[41] Em resumo, nosso mundo é dividido entre aqueles que acreditam ter, saber, escrever e mudar histórias que eles próprios fazem, e aqueles que dizem não ser esta a sua situação, mas que duvidam até que ponto se diferenciam dos primeiros. Se *história*, no sentido inicial, não pode ser imposta àqueles que não a têm, estes tampouco podem exigir que aqueles com condições de reivindicá-la venham a abrir mão dela. Um debate entre participação e alienação parece fadado a prosseguir.

[40] COLLINI, Stefan; WINCH, Donald; BURROW, John. *That noble science of politics*: a study in nineteenth-century intellectual history. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; COLLINI, Stefan; WHATMORE, Richard; YOUNG, Brian (Ed.). *History, religion and culture*: British intellectual history, 1750-1950. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Ver também a bibliografia que essas obras oferecem.

[41] CASTIGLIONE, Dario; HAMPSHER-MONK, Iain J. (Ed.). *The history of political thought in national context*, op. cit. Deve ser levada em consideração aqui a relação entre o contextualismo de Cambridge e a *Begriffsgeschichte* [NT: história dos conceitos]; ver RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts*: a critical introduction. Nova York: Oxford University Press, 1995.

As capitais no palco: teatro e sociedade na Europa oitocentista

Fernando Santos Berçot
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
fbercot@hotmail.com

Charle, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo*: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O barão de Gondremarck, nobre sueco que visita a capital francesa em *La vie parisienne*, traz consigo a expectativa de um deleite impossível de se consumar em outro lugar. Ele sonha com um mundo dominado pelos prazeres da carne, e deseja ardentemente um *rendez-vous* com uma bela anfitriã, mas acaba ludibriado por um homem sedutor, o visconde de Gardefeu, que o expõe a situações ridículas para livrar-se dele e aproveitar alguns momentos de intimidade com a bela esposa do estrangeiro. Com um enredo repleto de situações inusitadas, a opereta de Henri Meilhac e Ludovic Havévy, musicada por Jacques Offenbach e estreada no Palais Royal em 1866, obteve um estrondoso sucesso desde a primeira representação. Aos olhos de um público ávido por divertimento, esse retrato jocoso da sociedade francesa, povoada de personagens matreiros e tipos libertinos, podia tornar-se mais picante quando contrastado com os costumes estrangeiros ou provincianos. Para os turistas que chegavam à cidade para a Exposição Universal, evento que reunia as últimas novidades de arte e ciência sob os auspícios de Napoleão III, a peça se convertia em uma das grandes atrações do momento, um divertido apanhado de *plaisanteries* digno dos padrões franceses, numa época em que a "moderna Babilônia" exportava seus modelos para todo o continente.

La vie parisienne está entre as obras mais representativas de um teatro zombeteiro e pouco comedido, mas muito apreciado pela plateia heterogênea das capitais europeias na década de 1860, que testemunhava o advento de uma primeira sociedade do espetáculo, objeto de análise de Christophe Charle em *A gênese da sociedade do espetáculo*. Nesse estudo de história social comparada, o autor investiga a trajetória teatral de quatro capitais europeias (Londres, Paris, Viena e Berlim), buscando os fundamentos da transformação que afetou as estruturas do universo teatral, com seus cânones e normas, permitindo o surgimento de gêneros mistos que, tal como a opereta, eram criados sob medida para um público mais amplo. As quatro cidades selecionadas por Charle, que estavam entre os centros urbanos mais populosos da Europa ocidental durante o Oitocentos, contavam com uma tradição teatral já bastante estabelecida e desempenhavam um papel de difusão cultural em escala regional, ou mesmo continental.

O processo descrito pelo autor pode ser sintetizado em poucas palavras: o crescimento das cidades e a diversificação do público ao longo do Oitocentos geram uma maior demanda por espetáculos. A consequente ampliação do parque teatral das capitais, por sua vez, faz crescer o número dos artistas empregados, e a maior oferta de gêneros torna necessária a adoção de estratégias comerciais e simbólicas por parte das companhias, além de criar um mercado bastante lucrativo para os autores mais dispostos a produzir dramas e comédias voltados para o público médio. Esse processo é acompanhado por uma lenta e paulatina liberalização da atividade teatral nas quatro cidades. As barreiras que limi-

tavam a abertura de novos teatros e a formação de companhias de atores desaparecem ao longo da segunda metade do século XIX, cedendo espaço ao regime de livre empresa. As consequências dessas transformações, contudo, serão sentidas de modos diferentes em cada uma das capitais elencadas por Charle.

Não chega a admirar que essa proposta teórica implique um estudo comparativo da geografia social de cada cidade, capaz de identificar a localização dos principais teatros e o público a que estavam destinados, e que as transformações desse mesmo público e das companhias não passem despercebidas numa abordagem que se pretende abrangente. Com efeito, o autor faz um verdadeiro inventário do universo teatral das quatro capitais, e os dados levantados mostram a capacidade das salas, o número de artistas empregados em cada cidade, o salário e a instrução média dos atores em atividade ao longo do século. Assim, em toda a primeira parte da obra, o leitor se vê diante de uma argumentação crivada de estatísticas e de quadros comparativos, resultados de um minucioso trabalho de compilação arquivística que serve de suporte para a análise socio-histórica que se realiza em seguida. Essa, por sua vez, está calcada em uma amostragem variada das peças que mais impactaram o público, tornando possível um juízo seguro sobre as condições de possibilidade desses sucessos e as diferentes estratégias adotadas pelos autores que disputavam os aplausos da plateia e os louros de um sucesso quase sempre efêmero.

Na raiz desse método de análise está a crítica a muitos trabalhos consagrados no campo da história literária, que se limitam ao estudo do texto teatral e dos dramaturgos mais célebres, sem atentar para a dinâmica multifacetada das práticas teatrais que unem autores, atores e público num coletivo tripartite e indivisível, e que se reinventa a cada apresentação, em cada teatro, em cada contexto político ou social. Charle quer contornar o anedótico, evitando as generalizações e a parcialidade de que padecem, segundo ele, a maioria das obras já publicadas sobre o tema. Daí o uso de estatísticas e o estudo atento dos casos mais representativos. Mas é também em nome da qualidade de sua própria análise que o autor confessa os limites deste mesmo projeto. Ao priorizar o exame dos autores parisienses, que lhe são mais familiares, Charle abdica em grande parte do viés comparativo que havia proposto, limitando-se a apresentar como contraste um panorama apenas esboçado do repertório encenado nas outras três capitais.

Em Paris, esse teatro dos bulevares encena a comédia de um equilíbrio social em constante transformação nas últimas décadas do século. Variando conforme as posições políticas de seus autores e sua inserção no campo literário, as obras que sobem ao palco ora escarnecem dos novos ricos e de suas tolas pretensões, ora denunciam a ambição dos homens de negócio; ora enveredam pelos caminhos oblíquos do drama social, ora enaltecem as virtudes burguesas que se levantam contra o ranço aristocrático do Romantismo e da Restauração. Essa primeira sociedade do espetáculo, explica-nos Charle, se consolida em meio a disputas de toda espécie, que coexistem no hiato entre a sociedade imaginária dos palcos e a sociedade real da plateia, e ainda opõem os interesses dos atores aos dos dramaturgos; as perspectivas de realização desses últimos à cupidez dos empresários; os preconceitos do *parterre* às transgressões dos autores mais polêmicos em matéria de moral, política e religião. A representação teatral transforma o texto escrito ao confrontá-lo com os pudores do coletivo, como adverte Jules Claretie. Nem sempre o que pode ser lido e publicado livremente é autorizado a subir à cena.

A liberalização transformou o teatro em indústria e reduziu o papel do financiamento estatal das salas, sem o qual os empreendimentos mais antigos não eram capazes de prosperar. Charle demonstra que o negócio teatral ganhava em dinamismo à medida que se tornavam complexas as redes de contato e as amizades literárias dos salões, cada vez mais imprescindíveis para o êxito de uma peça. Era o tempo das grandes parcerias entre comediógrafos, das traduções de sucessos estrangeiros, dos plágios e adaptações livres que precederam a consolidação dos direitos do autor.

Pouco a pouco, as restrições à atividade teatral tornavam-se mais brandas, e uma aplicação mais flexível das normas concernentes aos espetáculos começava a tornar possíveis certas ousadias até então vetadas pelas autoridades.

É interessante notar, porém, que o movimento que conduziu a essa maior liberdade não foi um processo contínuo, sem retrocessos. Foi mais precoce em Paris do que nos estados alemães, mas mesmo na capital francesa teve de ceder reiteradas vezes ao conservadorismo de parte do público, às diretivas de uma censura mais ou menos severa, que só desaparece por completo no século XX, e ao receio constante dos proprietários de salas e dos diretores de companhias, preocupados com o retorno de seus investimentos e com os possíveis prejuízos advindos de um escândalo público. Temor que se intensifica quando o teatro se transforma em tribuna, num palanque onde se alternam, sob o manto do desprezo ou do enaltecimento, personagens que encarnam as tendências políticas dominantes ou minoritárias do momento. E, no plano social, o juízo do palco e seu veredito recaem sobre os mais diversos personagens do cenário urbano: feministas e operários, monarquistas e líderes sindicais, judeus e negociantes ricos invadem a cena com seus discursos conflitantes.

Se as disparidades entre as classes e o embate entre as gerações permanecem temas delicados, querelas de toda espécie estão agora na ordem do dia, quer nas *comic operas* de Gilbert e Sullivan, quer nas *pièces bien faites* de Victorien Sardou e seus imitadores, ainda que o grau de ferocidade das contendas representadas tenha de ser diluído em favor do divertimento do público, que quase sempre se satisfaz com a reconciliação das partes em conflito. Assim, a autocensura dos dramaturgos e dos diretores poupa ao censor uma parte de seu trabalho preventivo, e os experimentos mais radicais de contestação política e social ficam reservados aos palcos marginais, refúgios da vanguarda, e às sociedades de encenação privada, que escapam à legislação reguladora dos espetáculos públicos.

Os números apresentados por Charle mostram ao leitor um público em franco crescimento, que incorpora ao longo do século parcelas um pouco menos privilegiadas da população, as quais se somam à antiga nobreza e aos homens de negócio, aos literatos bem nascidos e aos frequentadores dos salões. Em suma, a toda essa boa sociedade que habita os bairros nobres da Londres vitoriana ou da Viena dos Strauss, e que às margens do Sena ganha o tom mais mundano do *Tout-Paris* dos jornalistas. Se a audiência das salas é bastante heterogênea, e inclui burgueses e funcionários públicos, nobres e estudantes, o objetivo de agradar a todos se torna uma tarefa das mais complexas, que exige medidas exatas de cautela e de ousadia por parte dos protagonistas desse meio teatral transformado, sejam eles artistas, empresários ou autores.

Em que pesem as reservas feitas ao pudor do público, as controvérsias morais e políticas são muito frequentes nesses "templos do divertimento", de maneira que o panorama do repertório teatral proposto por Charle não pode prescindir de uma análise dos grandes escândalos, que não poupam nem mesmo os autores mais caros ao público. Se o antissemitismo faz suas vítimas nos palcos vienenses, são as referências à política e à situação do operariado que despertam a sanha dos censores em Berlim, mas as proibições são feitas em nome do decoro público. Temas como o adultério e a prostituição tornam-se cada vez mais costumeiros, ainda que encontrem a resistência de uma parte da plateia, predisposta a considerar vulgares as alusões eróticas e os diálogos picantes. Charle explora as reações de um público dividido entre o entusiasmo e a indignação, e parece reforçar a cada página as impressões de Émile Bayard, que retrata o misto de repulsa, aprovação e euforia na audiência dos Bouffes-Parisiens em uma de suas caricaturas da década de 1860.

Análises de grande abrangência, como a empreendida em *A gênese da sociedade do espetáculo*, tornaram-se marcas da produção de Christophe Charle em seus mais de trinta anos de carreira. Professor de história contemporânea na Universidade de Paris I, o historiador já se dispôs a traçar em poucas páginas os principais aspectos da sociedade francesa do Oitocentos, dedicando-se ainda

à cultura parisiense no *fin de siècle* e à história da imprensa na França entre a monarquia de Julho e o período entreguerras, em obras ainda inéditas no Brasil (CHARLE, Christophe. *Histoire sociale de la France au XIXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1991; *Paris fin de siècle*: culture et politique. Paris: Éditions du Seuil, 1998; *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Éditions du Seuil, 2004). Ao abordar o teatro e o seu público, o autor revisita um tema que já habita o seu horizonte investigativo desde o doutorado, na década de 1970. Sua adesão ao vocabulário sociológico de Pierre Bourdieu, de quem foi aluno, e às categorias da nova história social leva-o a rejeitar o famoso estudo de Guy Debord (*A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997) como um "engenhoso patchwork ideológico", mas não o impede de incorporar as análises quantitativas e os aportes da história econômica à metodologia que dá suporte a seu próprio texto.

Charle está ciente, porém, do alcance limitado de sua análise comparativa. Mesmo para o caso parisiense, o autor não parece ter a pretensão de esgotar o tema proposto, nem poderia fazê-lo. O leitor, por sua vez, depois de seguir por várias páginas os sucessos e fracassos das estreias mais importantes nos palcos parisienses da Terceira República, depara-se com um pós-escrito pouco conclusivo, uma espécie de epílogo que aponta os paralelismos entre a primeira sociedade do espetáculo e sua sucessora no século XX. O cinema, com efeito, também se transforma em indústria, cativando um público ainda mais numeroso que o dos teatros. Como nos lembra o autor, os primeiros cineastas adaptam para as telas de projeção os mesmos tipos de melodramas e *vaudevilles* que já haviam feito a fortuna dos empresários teatrais. Ao fazê-lo, apropriam-se de fórmulas já testadas nos palcos desde o século anterior, época em que as salas de espetáculos logravam atrair um numeroso concurso de espectadores que se deleitavam com o riso fácil das farsas, com as intrigas familiares de final feliz ou com os corpos voluptuosos das "atrizinhas" em seus números de dança, que seduziam o barão de Gondremarck em sua cômica e desastrosa aventura parisiense:

> Quanto a mim, quero ver os teatros,
> Não esses onde se aborrece, mas
> Esses onde atrizes ligeiras
> Oferecem aos olhares mil atrativos.

Os difíceis caminhos percorridos pela Lei de Anistia no Brasil, do estudo de caso ao contexto nacional

Isabel Bilhão
Universidade de Passo Fundo
Passo Fundo, RS, Brasil
isabelbilhao@upf.br

Rodeghero, Carla Simone; dienstmann, Gabriel; trindade, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita*: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

A obra aqui resenhada é fruto de uma empreitada coletiva, iniciada em 2007 e concluída em 2009, na qual se envolveram uma professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Carla Simone Rodeghero, e os alunos Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade, ambos bolsistas, além de vários outros estudantes de história que atuaram como colaboradores voluntários.

Essa peculiaridade da feitura coletiva, não apenas da coleta de informações empíricas, mas também da análise e interpretação das fontes e da escrita do livro, em meu entendimento merece destaque por se tratar de um raro e elogiável exemplo de conjugação das atividades de ensino e pesquisa, extrapolando as hierarquias acadêmicas tradicionais e permitindo a conjugação de esforços e inteligências de todos os atores envolvidos, evitando, no entanto, a armadilha da dispersão analítica, que em muito poderia prejudicar a compreensão da obra.

Em relação ao título, os autores explicam que sua escolha deveu-se à intenção de destacar, na primeira parte, o *slogan* que, nos anos de 1978 e 1979, marcou a campanha, esclarecendo que nem sempre se lutou por uma anistia nesses termos, e também que nem todos os envolvidos em sua defesa a entendiam dessa maneira. A obra, portanto, examina as diferentes visões de anistia que então conviveram e concorreram: de um lado, uma concepção mais radical (ampla, geral e irrestrita), que propunha o desmonte do estado de segurança nacional e, do outro, aquela que via a anistia como esquecimento. Em relação ao subtítulo, esclarecem que a caracterização dessa luta como "inconclusa" deveu-se à constatação de que seus objetivos não foram alcançados em 1979, fazendo com que uma parte dos militantes seguisse em campanha, enfatizando a necessidade de esclarecimento das mortes e desaparecimentos e a responsabilização dos agentes do Estado pelas violações de direitos humanos, questões ainda candentes nos dias que correm.

A pesquisa analisou, inicialmente, os documentos do acervo privado de Lícia Peres e Mila Cauduro, doados ao Acervo da Luta contra a Ditadura, com sede na cidade de Porto Alegre. Ambas dirigiram o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e tiveram o cuidado de preservar os registros tanto dessa entidade quanto de outras com as quais ela se relacionava. Tal zelo, ainda pouco disseminado em nossas instituições e entidades, permitiu aos historiadores acessar correspondências, livros de atas, recortes da cobertura jornalística sobre a campanha e sobre a atuação do MFPA, além de documentos sobre o núcleo gaúcho do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), relatórios das reuniões e encontros nacionais, cartazes, panfletos e fotos. O contato com esse material, que foi digitalizado e organizado cronologicamente pelos autores, possibilitou conhecer as ações e as concepções do Movimento no Rio Grande do Sul, bem como seu relacionamento com núcleos de outros estados, especialmente São Paulo e Brasília.

Além dessas fontes, os pesquisadores também contaram com entrevistas concedidas por pessoas

envolvidas na campanha pela anistia. Com base nesses relatos, puderam alargar suas visões iniciais sobre o tema, confrontar e aprofundar as informações encontradas nos outros acervos e conhecer as percepções e vivências daqueles que se envolveram diretamente com o movimento. Entre eles estavam estudantes, ou militantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da CBA-RS, do MFPA. Entretanto, é preciso ressalvar que tais entrevistas aparecem na forma de excertos, pois, conforme os autores, o uso mais exaustivo desse material excederia os limites do trabalho atual. Aos leitores fica a promessa de que tais entrevistas serão oportunamente tratadas em um novo livro.

Na busca de indícios de como a campanha chegou à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, foram analisados os argumentos pró e contra a anistia, presentes nos discursos dos parlamentares. Além disso, a pesquisa revelou o importante apoio fornecido por deputados ou funcionários do MDB ligados ao movimento, especialmente no quesito infraestrutura: o uso de espaços para reuniões, telefones e máquinas de escrever. Ainda no âmbito parlamentar, o livro destaca apoios de deputados federais e senadores, por meio de apresentação de emendas e de substitutivos ao projeto de anistia encaminhado pelo governo Figueiredo, que tramitou no Congresso Nacional, no período de junho a agosto de 1979.

Também serviram como fontes à investigação, charges e reportagens, publicados na imprensa alternativa, em veículos como o *Coojornal*, *O Rio Grande*, *Movimento*, *Em Tempo*; panfletos e outros materiais guardados pelos entrevistados e fotos da campanha, encontradas tanto no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, quanto em outros acervos.

O cruzamento das informações, opiniões e impressões obtidas a partir da análise de todas essas fontes permite à obra enfocar tanto o desenrolar do movimento no Rio Grande do Sul, quanto em outros locais do país. Para a elaboração das análises, os pesquisadores optaram por confrontar as fontes com perguntas que foram surgindo no desenrolar da investigação. Entre elas, se destacam as que refletem sobre o significado que a anistia foi ganhando ao longo do movimento, de meados da década de 1970 até 1979, permitindo ao leitor compreender como os usos políticos da anistia foram plurais e mudaram de acordo com o contexto e com as perspectivas e compromissos dos atores envolvidos.

A opção por uma metodologia que privilegiou a análise das contradições e conflitos, apresentada com base na cronologia dos acontecimentos, acabou por marcar a própria organização do livro.

Assim, o primeiro capítulo, que compreende o período de 1975 a 1977, trata dos "primeiros tempos da luta", ou seja, da criação do MFPA e de suas formas iniciais de ação, entre outras, a coleta de assinaturas, a divulgação da causa e o contato com políticos e autoridades, além da busca do apoio da Igreja Católica, por meio de apelo ao pouco receptivo cardeal arcebispo de Porto Alegre, d. Vicente Scherer. Nesta parte do livro também são analisados o contexto e os limites da "política de distensão" do período Geisel e suas implicações no desenrolar da campanha pela anistia, especialmente a aproximação entre o MFPA e o MDB, que, por meio de seus deputados, começava a manifestar apoio público ao movimento.

O segundo capítulo trata da "consolidação da luta", entendida como o momento de criação e ampliação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, enfatizando a realização do I Congresso Nacional pela Anistia, em 1978. Nessa parte também são analisadas as reciprocidades entre as ditaduras do Cone Sul e a prisão de militantes brasileiros em cárceres uruguaios e argentinos, as quais ensejaram a realização das campanhas pela libertação de Flávia Schilling, presa em Montevidéu, e de Flávio Koutzii, em La Plata, na Argentina. Ambos os casos atingiram repercussão internacional.

Flávia Schilling foi solta e pôde retornar ao Brasil, em abril de 1980. Koutzii foi expulso da Argentina e retornou à França em junho de 1979, naquele país graduou-se em sociologia, apresentando, como trabalho de conclusão de curso, o relato de sua experiência nos cárceres argentinos. Quando retornou definitivamente ao Brasil, em 1984, esse trabalho foi publicado no livro *Pedaços de morte no coração*.

O terceiro capítulo, intitulado "O enfrentamento (1979...)", analisa os limites do projeto da Lei de Anistia, apresentado pelo governo, bem como o desenrolar de sua tramitação e aprovação no Congresso Nacional. Entre as principais críticas da oposição ao projeto estavam as limitações no alcance da anistia e a defesa da reciprocidade, que, uma vez aprovada, indultaria tanto opositores quanto agentes do regime; tal proposta vinha sendo repudiada desde a realização do I Congresso Nacional pela Anistia. Os autores advertem que "parte dos que empunharam a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita, no entanto, silenciou a respeito da punição dos torturadores" (p. 191). Nessa parte do livro são analisadas ainda as manifestações de entidades dos atingidos por atos institucionais, caso, entre outros, dos servidores da Petrobras e do Banco do Brasil e dos militares expurgados, bem como o contexto de efervescência sindical e grevista daqueles anos, fatores que, se entrelaçando à campanha pela anistia, desnudavam a precária situação do regime.

A última parte do livro, denominada "(In) conclusões", trata das repercussões e das modificações pelas quais passou a Lei 6.683/79 nos anos posteriores à sua aprovação, bem como da continuidade do movimento tanto em âmbito estadual quanto nacional, e apresenta ainda uma reflexão sobre os processos de anistia no Chile, Argentina e Uruguai, apontando os distintos caminhos políticos, jurídicos e administrativos percorridos por esses países, o que permite ao leitor a ampliação do conhecimento sobre as diferenças do processo de redemocratização brasileiro em relação ao contexto sul-americano.

Além de vasta bibliografia, ensejando o aprofundamento do assunto por parte de estudantes e demais interessados, a obra contém um índice onomástico, que permite a consulta dinâmica e imediata aos personagens de interesse do leitor e ainda, em anexo, a íntegra da Lei de Anistia, com as anotações das mudanças e subtrações realizadas no texto nos anos subsequentes, possibilitando a observação da continuidade e da contundência dos embates em torno da Lei após sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Um dos grandes méritos da obra é pautar-se pelo rigor da pesquisa histórica, em uma análise que, partindo do âmbito local, entrecruza fontes de diversos acervos para, na contextualização mais ampla, permitir a compreensão dos limites, contradições e significados da campanha pela anistia no Rio Grande do Sul em suas correlações e implicações com os demais estados brasileiros, fugindo assim das generalizações explicativas e das fórmulas simplistas.

Tal cuidado, aliado a uma narrativa agradável e de fácil compreensão, torna a obra muito proveitosa tanto para o público acadêmico especializado quanto para todos aqueles que se interessam pela história e pelo aprofundamento da democracia e da cidadania em nosso país.

Costurar o passado

Carlos Ziller Camenietzki
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
ziller@historia.ufrj.br

Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de fé*: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2011.

Curiosamente, um descompasso acompanha a historiografia da Companhia de Jesus. Os estudos produzidos sobre o Novo Mundo preocupam-se, sobretudo, com a economia dos jesuítas, suas fazendas, sua inserção no comércio, suas relações com os naturais da terra etc. Aqueles feitos sobre o Velho Mundo primam por examinar suas realizações intelectuais, seu papel nos debates filosóficos e políticos, sua ação política e educativa. É claro, há exceções.

Essa lógica aparece nos estudos produzidos desde o século XIX e se confirma naqueles realizados até bem recentemente. Poderíamos pensar que se trata de uma predileção dos historiadores das Américas pela economia, pela geração e distribuição da riqueza; ou, por outro lado, de uma preferência europeia pela erudição, pela reflexão filosófica.

Essa curiosa partição empenha historiadores das três Américas e do Velho Mundo, laicos e clérigos, ateus e crentes, anticlericais e religiosos. Às vezes essa lógica aparece integrada numa perspectiva mundial, centrada numa terra europeia em que os "homens de preto" obtiveram um extraordinário poder político, um prestígio incomum, como o fez Dauril Alden, em seu estudo sobre a Assistência de Portugal, publicado em 1996 (*The making of an enterprise*). Em outras ocasiões ela aparece presa a uma cidade ou fazenda, um colégio, uma corte, um acontecimento singular; ou ainda nos inúmeros estudos biográficos ou analíticos da trajetória de um ou outro jesuíta destacado por suas realizações.

Com isso, praticamente reproduzimos em nossa interpretação da história dos padres da Companhia os mais cansados e antigos estereótipos das relações transatlânticas. Não deixa de ser interessante caminhar por essa trilha, confirmaríamos o que nossos avós disseram sobre o lugar da América Latina na economia e na cultura ocidental e ainda poderíamos certificar, pela interpretação historiográfica, as teses da dependência política e cultural, do atraso intelectual em que está mergulhada a região. Ideias de vasto passado entre nós.

No que respeita à América portuguesa, no interior dessa lógica, a grande obra do padre António Serafim Leite marcou mais profundamente do que gostaríamos a historiografia dos jesuítas. Na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* tomamos contato com toda uma pauta de estudos e de referências dos arquivos da Ordem que acabaram por consolidar um modo próprio de se analisar o empreendimento jesuítico no Brasil. O seu incontornável estudo confirma a ideia de que é o próprio sucesso de uma interpretação que faz sua obsolescência.

Serafim foi o jesuíta que se ocupou do Brasil na iniciativa da própria Companhia, em meados do século XX, de contar sua história e interpretar seu passado segundo a partição de sua organização em Províncias e Assistências. Ainda que o estudo fosse bastante inovador quando saiu publicado pela primeira vez, o fluxo da reflexão historiográfica que se seguiu acelerou a identificação de sua fragilidade como obra apologética e ainda

presa aos confrontos intelectuais de finais do século XIX. A cuidadosa seleção dos temas e dos documentos tratados, sua obsessiva preocupação em relatar os progressos da Ordem sobre as pretensões dos moradores e sua inegável admiração pela monarquia portuguesa dos primeiros tempos das descobertas e da ocupação aliaram-se sobremaneira à distinção que expomos.

Neste quadro, profundamente marcado pela obra de Serafim Leite e pela tensão registrada acima, Carlos Alberto Zeron publica sua *Linha de fé* pela prestigiada Editora da Universidade de São Paulo — trata-se de uma versão ampliada e modificada de sua tese doutoral publicada em Paris há dois anos. Nessa obra, constatamos uma sensível diferença no modo de interrogar o passado dos jesuítas no Brasil. O autor não se desdobra em argumentos relativos aos sucessos dos padres numa presumida proteção dos indígenas. Não há aqui nenhuma análise das realizações dos jesuítas na América Portuguesa que não se apresente integrada e acoplada ao debate intelectual, e mesmo universitário, acerca da natureza de sua ação apostólica. Não se vê a antiga e gasta oposição, registrada há pouco, entre a economia dos padres e suas realizações intelectuais; inclusive, não se encontra uma já proverbial passividade indígena diante dos europeus, moradores ou religiosos.

A opção de conversão dos índios, registrada e estudada, mostra que a forma encontrada pelos primeiros padres para iniciar seus esforços baseava-se na ideia de que seria necessário disciplinar pelo trabalho os homens do Novo Mundo, para se poder fazer deles bons cristãos e, assim, torná-los aptos a receber rei e lei. Afinal, os naturais daqui eram nômades ou seminômades, ágrafos, e viviam suas vidas em condições incomparáveis àquelas com as quais os jesuítas já se haviam habituado na Índia. No Oriente, abria-se um mundo de civilizações complexas, antiquíssimas, governadas com modos já bastante bem assentados, o que contrastava sobremaneira com os tupinambás e os outros.

Da ocupação do Novo Mundo, o que os padres puderam aprender depois de sua inserção tardia na Nova Espanha, ou no Peru, de pouco valia para o trato com os índios da América Portuguesa; ao menos os da América Central e dos Andes eram sedentários e conheciam forma escrita. Além do que o ingresso dos jesuítas na América de Castela foi posterior à definição da política para a conversão dos índios do Brasil e lá eles já encontraram o terreno pavimentado pelos franciscanos e por outras ordens religiosas. O problema da conversão se colocava então de forma bastante diferente, e as relações entre os novos ocupantes e os nativos incidiam de modo particularmente distinto para o padre Manuel da Nóbrega e para os missionários que vieram ao Brasil nos primeiros tempos. Problema diferente, solução diferente.

Mas a Ordem era uma instituição da Época Moderna, centralizada, governada por prerrogativas claras e explicitamente assumidas pelos seus integrantes e dirigentes. Não seria obra simples assumir uma política com relação aos nativos em Goa, e outra, oposta, em São Vicente ou em Salvador. Não seria isento de controvérsias internas, converter os naturais do Brasil pelo trabalho, leia-se trabalho forçado, e os chineses pela persuasão. Nada mais difícil que convencer o alto comando da Companhia em Roma de que os índios não se converteriam pelos esforços da catequese, pela exposição da palavra de Deus escrita num objeto que sequer lhes seria compreensível: o livro.

Somem-se a isso os meios de financiamento do empreendimento missionário. Uma lógica de mercês não poderia funcionar numa região em que a riqueza era pouca e extraída ainda com a simples coleta de bens que só tinham valor de troca para os novos ocupantes. As tradicionais dotações régias, somadas às doações privadas, também não poderiam resolver as necessidades numa terra enorme e povoada por uma gente fugidia e muito frágil aos achaques virais e bacteriológicos dos europeus.

A solução encontrada pelos padres e analisada na *Linha de fé* era algo que "desjesuitava", se me for permitido o neologismo, a missão do Brasil: aldear os índios possíveis, convertê-los pelo trabalho em bons cristãos e sustentar a Província jesuíta do Brasil com os frutos do suor indígena combinado às opções tradicionais, num primeiro momento, opondo a "liberdade" do aldeamento à escravidão e ao trabalho compulsório realizado pelos novos

moradores. Isso era efetivamente muito distinto daquilo que os inacianos praticavam no Velho Mundo, ou em Goa.

A novidade do estudo está na análise do percurso pelo qual passou esta opção no interior da Companhia e nos corredores do Paço em Lisboa. Afinal, não seria isento de escândalo propor uma coisa dessas aos padres de Roma, muito mais tensionados com a evolução dos atos de reforma ao norte dos Alpes, com o andamento do Concílio de Trento e com sua implementação que com o destino de uma missão que ainda não se convertera sequer em ente de propaganda consistente nos anos 1550-1580. Ver esse conjunto, valorizando a ação daqueles que formularam esta opção missionária e a resistência ou indiferença dos demais, não é tarefa simples após décadas de culto à *História da Companhia de Jesus no Brasil* do padre Serafim Leite.

O próprio envolvimento dos juristas portugueses, das Universidades de Évora e de Coimbra na questão, permite perceber que a tensão entre a história econômica e aquela intelectual da Companhia se colocou mais como um feito historiográfico que como uma discussão do passado. Uma e outra coisa andaram juntas — o debate e a economia —, inseparáveis, é o que nos mostra a *Linha de fé*, ao menos no que respeita ao problema jurídico sobre a escravidão. Desse modo, a realidade incomum da América portuguesa colocou problemas intelectuais severos que acabaram por enredar a missão e os juristas da Companhia numa longa querela interna por mais de cem anos! Afinal, acompanhar um debate filosófico ou jurídico implica também ver o terreno de seu surgimento como questão; a base material ou simbólica em que os problemas se colocaram e se converteram em assunto; caso contrário, andamos a passos largos em direção ao avanço do conhecimento desinteressado, já abandonado até mesmo pelas tradições mais embrutecidas da história intelectual.

E o mais instigante, a questão evolui, se acopla ao problema da escravidão em geral, incorpora temas e conclusões do debate jurídico castelhano, se torna cada vez mais complexa, conforme os jesuítas e os moradores vão conseguindo fazer valer suas alternativas em Lisboa ou em Madri. Não se trata aqui de bons padres defendendo uma inocência indígena diante de ávidos moradores que a atacavam movidos pela cobiça. A linha que se torna explícita dá sentido à intervenção dos padres, torna compreensível a enorme diferença entre a ação dos moradores com relação aos padres e aos índios das zonas de expansão da América portuguesa (São Paulo e mais tarde Maranhão e Belém) e aqueles das zonas já consolidadas (Salvador e mais tarde Rio de Janeiro e Olinda).

De fato, a linha que se nos apresenta com a leitura desta obra conduz ao seu esfacelamento progressivo conforme o aportuguesamento da América avança; as questões que se colocam vão se deslocando para o norte amazônico e para o sul guarani e castelhano conforme o século permite a progressão da ocupação. Em finais do século XVII, quando António Vieira já retornara a Salvador, a cidade já não mais vive intensamente o conflito entre os padres e os moradores, e o mesmo se pode verificar para o Rio de Janeiro. Os jesuítas vão conformando suas opções às sociedades em que estão inseridos; e essas se transformam com o próprio sucesso das realizações anteriores. Por esse mesmo motivo, suas alternativas iniciais se tornam obsoletas naqueles espaços geográficos em que foram formuladas. O problema se desloca para a distante Amazônia e para suas portas de entrada: São Luís e Belém.

Os aldeamentos ao redor de Salvador foram importantíssimos até meados do século XVII, como reserva de mão de obra e militar. Mas, já em 1680-1690, o enriquecimento da cidade e a concorrência da mão de obra africana — com o que os jesuítas nunca se incomodaram — permitem a derrota maior da política dos padres da Companhia. E o problema que era típico do litoral sudeste e nordeste escapa para a grande floresta e para o sul, onde as opções iniciais dos padres ainda faziam sentido. Na capital, os padres se dedicavam mais à assistência religiosa à população, ao ensino e ao estudo do que à preparação dos missionários que iriam entrar na floresta virgem, para desgosto dos últimos dias do grande pregador.

"Escovar a História a contrapelo", como o autor proclama ter feito ao final de seu livro, nos ajuda a recompor o que não mais consegue subsistir nas formas do passado intelectual recente. Assim, a *Linha de fé* nos permite ver o que antes não víamos: aquilo que até então ficava obscurecido por exigências intelectuais sedimentadas, embora pouco atuais, ou pela insistência em opor a economia à vida intelectual e religiosa. Ela costura uma nova forma de ver o passado da Companhia de Jesus, mais própria do tempo em que vivemos, mais apta a compreender o que a sociedade brasileira herdou.

Trajetória individual, imaginação e narrativa — três questões provocadoras e sugestivas em *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*

Henrique Buarque de Gusmão
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
henrique_gusmao@yahoo.com.br

Greenblatt, Stephen. *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*. Tradução de Donaldson M. Garschagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Como Shakespeare se tornou Shakespeare, de Stephen Greenblatt, pode ser uma leitura ao mesmo tempo provocadora e sugestiva para historiadores. Proponho, nesta resenha, uma apresentação de três eixos de questões — ou três elementos da análise de Greenblatt — que percorrem todo o livro e que me parecem inquietantes e propositivos para a produção historiográfica contemporânea.

O primeiro deles é a forma como Greenblatt aborda a trajetória individual do célebre dramaturgo inglês. No prefácio do livro, o autor apresenta seus objetivos gerais. O principal deles é percorrer os caminhos que levam da vida de Shakespeare à sua obra. Tal objetivo busca superar uma sensação recorrente de leitores e analistas da obra shakespeariana: a de que suas peças e sonetos resistem a explicações, tendo sido escritas por uma espécie de deus a-histórico e absolutamente genial.

Para escapar dessa imagem mitológica de Shakespeare e de sua produção, Greenblatt reconstrói múltiplas relações que o dramaturgo teria estabelecido em seu espaço social, sendo ele percebido como um escritor extremamente aberto para o mundo — dimensão esta que está presente no título original em inglês: *Will in the world*. São levados em conta, neste trabalho de reconstrução de uma trajetória individual, os livros que o dramaturgo teria lido; ordinárias questões de seu dia a dia; o preço do papel em sua época; o ambiente das reformas religiosas, que não poderia ter escapado a Shakespeare; encontros possíveis do autor com rebeldes católicos, como Edmund Campion. Lançando mão desses tão distintos elementos de análise, Greenblatt realiza um dinâmico jogo em que se entrelaçam ações de Estado ou da Igreja e sutis estratégias individuais.

Esta reconstrução das múltiplas relações estabelecidas por Shakespeare é realizada, principalmente, para a compreensão de uma dimensão bastante delicada na análise da vida de um artista: o momento de sua criação. Greenblatt analisa as condições em que Shakespeare escreve suas peças percebendo como funcionava o mundo das diversões e do teatro no qual ele se insere. Logo nos primeiros capítulos do livro são discutidas as moralidades (gênero teatral medieval didático que apresentava de maneira alegórica virtudes e vícios) que o dramaturgo teria assistido em sua adolescência e que alicerçam suas primeiras referências teatrais. Também são estudados testamentos de pessoas ligadas a teatro e orçamentos de companhias como forma de se compreender as condições financeiras a partir das quais as peças eram encenadas. No capítulo 6 (A vida nos subúrbios), Greenblatt aprofunda-se na compreensão do ambiente teatral a partir do qual Shakespeare cria suas peças, analisando mais detidamente o mundo das diversões nos subúrbios londrinos. Estes primeiros anos de Shakespeare em Londres são abordados como momentos de profundas transformações no mundo teatral: com o crescimento urbano e com a sedentarização dos teatros, muitos escritores passam a produzir em torno de vinte peças por ano. Ficam postas, então, circunstâncias institucionais que criam um mercado de teatro e de escritores

de teatro analisados mais de perto no capítulo 7 (Shakespeare sacode a cena).

O círculo de escritores de Londres do final do século XVI é analisado com muita minúcia por Greenblatt nesse capítulo 7, e a produção de Shakespeare é pensada a partir das relações que ele estabelece dentro desse círculo. A começar por suas primeiras peças, como *Henrique VI*, que é analisada a partir de sua relação com um texto de um dos escritores mais marcantes para Shakespeare: o *Tamerlão*, de Christopher Marlowe. Greenblatt busca entender tanto a identidade deste círculo de escritores, marcada pela valorização da escolaridade e do perigo, como a forma como Shakespeare nele se insere — certamente de uma maneira muito específica, podendo trabalhar com um estilo mais livre, fugindo do exibicionismo acadêmico e muitas vezes sendo malvisto por isso.

Chama a atenção, na análise de Greenblatt, a constante preocupação em se pensar a produção dramatúrgica a partir dos modelos teatrais que circulavam naquele ambiente. Escritores, obras, espaço teatral, público são colocados em complexas redes de relações que possuem lógicas próprias, a partir das quais se pode entender uma produção como a de Shakespeare. Essa compreensão relacional da produção e da recepção também se dá na análise de seus sonetos, realizada no capítulo 8 (Senhor-senhora).

É a partir destas lógicas e deste emaranhado de relações que Greenblatt pensa a criação de alguns personagens shakespearianos. Falstaff é um dos personagens aos quais Greenblatt dedica algumas páginas de seu livro. Ele é o resultado dos duros embates entre Shakespeare e o escritor Robert Greene. Falstaff representa o tipo bufão, empolado, bêbado, como diversos dos "gênios universitários" que conviveram com Shakespeare. Greenblatt, entretanto, toma o cuidado de não tratar este personagem como um reflexo direto de pessoas que Shakespeare conheceu. Se Falstaff incorpora diversos traços da personalidade de Greene, ele é também um antigo personagem de uma peça anônima. Desta forma, a criação dos personagens é pensada a partir do uso de múltiplas fontes, tendo o dramaturgo a capacidade de reimaginar seu mundo, invertê-lo muitas vezes, embaralhá-lo, disfarçá-lo e, de maneira inesperada, criar personagens com tal princípio interior que geram a sensação de existirem fora das páginas da peça.

Há aí uma dimensão da análise de Greenblatt que merece ser destacada: a valorização que ele confere à habilidade específica de Shakespeare. Se seu livro, por um lado, vai na direção de historicizar a produção shakespeariana e reconstruir redes de relações nas quais ela se inseria, por outro lado ele não negligencia um dado misterioso da produção estética: a capacidade individual do artista. E a maior habilidade de Shakespeare parece ter sido a de criar personagens com fortes e complexos princípios individuais. Já no contato que ele teve com as moralidades medievais na adolescência, teria percebido que aquelas tramas funcionariam melhor com personagens específicos do que com suas abstrações personificadas e alegorias. O capítulo 10 (Falando com os mortos) apresenta o caso mais emblemático deste tipo de personagem criado por Shakespeare: Hamlet. Greenblatt analisa as diversas operações que Shakespeare realizou na antiga e conhecida história do príncipe Hamlet para atingir seu objetivo, como a criação do fantasma do pai, que não existia na história original e que adéqua a trama para a vivência que ele quis criar para o protagonista, carregada de introspecção e nebulosidade. Da mesma forma, também são analisadas as criações dos personagens Iago, Lear e Macbeth.

Ainda em relação à análise da trajetória individual de Shakespeare, outra operação analítica levada adiante por Greenblatt — e esta, certamente, mais controversa — deve ser destacada. Trata-se da busca de elementos da vida do dramaturgo e de seus posicionamentos a partir de suas peças. Diversos exemplos podem ser citados. Já no início do livro, Greenblatt busca, a partir das primeiras peças de Shakespeare, entender como teria se dado sua alfabetização. Ou, a partir das inúmeras e precisas referências que as peças trazem sobre o couro, busca comprovar que seu autor trabalhou com o pai no fabrico de luvas. Mais adiante, busca encontrar, nas peças, indícios de deboche ao homem

que o teria expulsado de sua cidade natal. Encontra poucos, refuta tantos outros. Aborda com mais segurança um jogo de palavras presente em um de seus sonetos que pode ser encarado como uma ironia em relação à sua mulher. Finalmente, nos capítulos finais, ao analisar as peças *A tempestade* e *Rei Lear*, Greenblatt faz um longo levantamento de diferentes representações da aposentadoria utilizadas por seus personagens e especula sobre qual seria a visão de velhice e recolhimento com a qual Shakespeare compartilhava. Desta forma, ao longo de todo o livro, está presente um tipo de análise que busca elencar e entender representações dos mais diferentes posicionamentos em relação a variados temas, e procura encontrar aquela que teria sido defendida pelo dramaturgo. É como se o analista buscasse encontrar, nas tantas falas dos personagens, aquelas que poderiam ter sido pronunciadas pelo próprio Shakespeare em diferentes momentos de sua vida.

Esta operação é realizada, entretanto, com o cuidado de quem percebe as armadilhas intelectuais nas quais se pode cair. Em diferentes momentos, Greenblatt lembra a seus leitores que a arte não é algo que emerge diretamente da vida e que sua análise não parte desse pressuposto. Para confirmar isso, ele atenta para o fato de que, em diferentes peças de Shakespeare, há ácidos deboches voltados para algumas atitudes que, certamente, eram muito valorizadas pelo dramaturgo — como a sua vontade de atingir a condição de cavalheiro. Se suas peças, por um lado, expressam opiniões e pontos de vista que foram defendidos por ele em algum momento de sua vida, por outro lado, elas também ironizam atividades que ele levava muito a sério. Elas portam expectativas estranhas àquelas que ele nutria, são fruto de uma imaginação certamente muito rica, que se distanciava, em alguns momentos, de seu cotidiano. Greenblatt percebe neste procedimento literário uma atitude estratégica de Shakespeare, que preferia adotar uma postura discreta em seus textos num momento em que as cabeças de rebeldes mortos eram expostas em plena cidade de Londres. O livro refuta, então, uma série de relações diretas que poderiam ser apontadas entre os textos shakespearianos e a personalidade do dramaturgo. O fato de *Hamlet* apresentar um personagem fantasmático, que parece viver no purgatório, não necessariamente revela um dado das convicções religiosas do autor. Como sugere Greenblatt, a peça não busca ser uma aula de teologia. Ao longo da análise, fica sempre apontado que não há vínculos óbvios entre os textos e a vida de Shakespeare.

No entanto, isso não impede que Greenblatt busque vínculos mais sutis entre a obra do dramaturgo e suas vivências. Chamo a atenção para duas de suas análises. A primeira diz respeito à análise da temática do casamento. Quando trata do casamento de Shakespeare, Greenblatt busca entender a forma como o amor era representado no teatro elisabetano — comparando essa representação, inclusive, com posteriores representações românticas. A partir dessa análise, ele constata que, em Shakespeare, há um tom mais ácido sobre o casamento do que o gênero ou mesmo suas peças demandavam. Levando em conta o contexto dramático das falas e das cenas citadas, o autor percebe que há, nos casais shakespearianos, uma incapacidade de felicidade no casamento que, em função dessa recorrência, poderia se relacionar com sua malsucedida experiência conjugal. Naquilo que extravasa o estilo e o gênero, é possível pensar a existência de uma marca da experiência pessoal e, até mesmo, uma denúncia contra o casamento. Uma segunda análise diz respeito aos diversos anacronismos presentes nas peças históricas. Ao tratar da Antiguidade — especialmente a romana —, Shakespeare constrói muito mais um quadro do seu mundo do que do antigo. Diversas das situações criadas na Roma Antiga parecem se adequar muito mais à Londres do início do século XVII do que a cidades da Antiguidade. Aí, nestes anacronismos, Greenblatt encontra indícios da maneira como o autor se relacionava com o seu tempo presente.

Um segundo eixo de questões e operações analíticas que destaco de *Como Shakespeare se tornou Shakespeare* diz respeito ao uso da imaginação. No prefácio do livro, Greenblatt convida seus leitores a utilizarem a imaginação para conseguirem acompanhar os objetivos de seu livro. Uma vez

que a documentação que poderia oferecer dados para uma análise da produção da obra em questão e da vida de seu produtor é escassa, caberia ao historiador imaginar ligações e vínculos perdidos. Dessa maneira, Greenblatt idealiza diversas cenas da vida de Shakespeare: imagina, a partir de uma canção utilizada em *Rei Lear*, a mãe do dramaturgo sussurrando esta mesma canção em seu ouvido e criando no menino um fascínio pela língua; imagina sua mãe guardando, aos olhos do filho e de maneira apressada, símbolos católicos logo após as novas regras religiosas impostas pelo Estado inglês; imagina, a partir de cenas de namoro das peças, Shakespeare namorando sua futura esposa.

Este uso da imaginação tem por objetivo, em diferentes momentos do livro, traçar as supostas motivações que teriam levado o autor a escrever suas peças — mais uma vez vem à tona o esforço de historicizar e humanizar essa obra tantas vezes sacralizada. No capítulo 9 (Riso ao pé do cadafalso), Greenblatt trata de uma situação verídica que poderia ter levado Shakespeare a escrever *O mercador de Veneza*: o momento da execução do dr. Lopez, um médico da rainha, conspirador e judeu no íntimo. A poucos momentos de sua execução em praça pública, ele teria declarado que amava a rainha da mesma forma que amava Jesus, o que levou as pessoas presentes a rirem imensamente. Greenblatt se pergunta, então, se Shakespeare não poderia estar presente naquela cena. Ele teria observado e pensado sobre estes risos, que se assemelhavam aos risos provocados por Marlowe em sua peça *O judeu de Malta*. A partir disso, em *O mercador de Veneza*, Shakespeare teria reproduzido estes risos e feito o público olhar para si mesmo, criando um efeito distinto daquele produzido pelo judeu de Marlowe. Uma cena verídica da execução de um traidor, uma peça de Marlowe, a reação do público, a criação de *O mercador de Veneza* são elementos utilizados por Greenblatt para tentar reconstruir o funcionamento da imaginação do dramaturgo, identificando o que a alimentava e como ele a trabalhava.

Como se percebe, a imaginação do analista tem um lugar de importância em *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*: ela é explicitamente assumida como um elemento de análise e busca uma cumplicidade com a imaginação do leitor. Cabe ressaltar, entretanto, que essa imaginação parte da evidente erudição do autor, especialmente em relação ao momento histórico trabalhado. Greenblatt, em diferentes momentos do livro, apresenta hábitos, locais, personagens, situações dos ambientes frequentados por Shakespeare e, a partir daí, concebe cenas, diálogos, encontros, sempre controlados por este desenho mais amplo apresentado. Ou seja, a imaginação e a suposição se dão a partir de detalhadas reconstruções de um ambiente, o que cria legitimidade para elas e impedem-nas de cair em anacronismos óbvios, sempre refutados pelo autor.

O uso da imaginação em *Como Shakespeare se tornou Shakespeare* evidencia uma necessária relação entre o historiador e a perda. Na "Nota ao leitor" do livro, Greenblatt adverte para as inúmeras ligações que não podem ser feitas a partir do uso da documentação da época. Dessa forma, o livro é repleto de expressões como "quase com certeza", "certamente", "provavelmente", "poderia ter visto", "Shakespeare provavelmente conheceu", "talvez", "ele provavelmente deu um riso amarelo", "a história que provavelmente Will contou ao rei de armas", "ele com certeza deve ter se interessado pelo assunto", fazendo com que o autor se coloque — muito à vontade, é importante frisar — neste lugar de quem, apesar de toda a erudição, não pode pronunciar verdades absolutas.

De todo modo, o trabalho de Greenblatt acaba nos lembrando de que, mesmo sem deixar vestígios diretos na documentação, a trajetória de um escritor e a produção de sua obra se dão a partir dos encontros e relações que ele estabelece, de pequenas situações que ele vive, de pensamentos, impressões, intuições. No livro, são sugeridas cenas como a de Shakespeare aprendendo esgrima com algum vizinho, recitando textos na frente do espelho ou entrando num salão londrino e sendo olhado por seus colegas escritores. Mesmo que essas cenas tenham um formato muito distinto do que efetivamente ocorreu no passado, mesmo que Shakespeare não tenha aprendido esgrima com um vizinho, elas

nos lembram que uma vida como esta se constitui a partir destes encontros, destas conversas que não deixam registros documentais e que podem ser controladamente imaginadas a partir de um tipo de trabalho como o feito por Greenblatt.

Finalmente, um terceiro aspecto que ressalto é a forma como sua narrativa é constituída. Chama a atenção a ausência de notas do autor ao longo de todo o livro. Mesmo quando cita algum documento específico, Greenblatt não interrompe sua narrativa com notas. No final do texto, ele apresenta um longo comentário sobre a documentação utilizada nas "Notas bibliográficas", onde fica evidente a amplitude do material trabalhado para a produção do livro. Dessa forma, o autor opta por uma narrativa fluida em que diferentes tipos de documentos articulam-se de maneira dinâmica. O livro vai analisando e contrapondo recibos, testamentos, relatos de clérigos, relatos de viajantes, assim como trechos das peças de Shakespeare, cenas imaginadas por Greenblatt, sempre construindo ligações — muitas vezes inesperadas, mas sempre muito coerentes e embasadas — que dão conta de reconstituir a trajetória de Shakespeare e o mundo no qual ele se insere.

Outro aspecto notável ligado à narrativa é a articulação realizada entre a reconstrução de vida de Shakespeare e os textos de suas peças. Ao longo de todo o livro, o autor recorre às peças do dramaturgo para descrever momentos de sua vida, o que cria um tom ficcional para a biografia — cabe destacar que Shakespeare é chamado, ao longo de quase todo o livro, de Will, o que gera uma intimidade com o leitor própria dos personagens literários — ou, visto por outro lado, cria um tom verídico para os personagens teatrais. Cria-se um tipo vertigem que faz com que as falas dos personagens shakespearianos dialoguem, a todo momento, com a construção de sua biografia. Até mesmo pequenos recursos narrativos contribuem com esse movimento de quebra de fronteiras entre a análise biográfica e as peças, como o uso de pequenas expressões utilizadas por personagens para começar uma frase. Uma expressão usada pelo personagem Horácio, por exemplo, dá início a toda uma discussão sobre um momento específico da vida de seu criador.

Ao final da leitura, é interessante retornar ao prefácio do livro, onde Greenblatt lembra que, desde o século XIX, já existiam boas biografias de Shakespeare muito bem documentadas. Surge, então, a questão: por que se produzir uma nova biografia? Uma resposta pode ser sugerida: para se construir esta forma de narrar específica. O livro parece lançar uma série de questões inéditas à trajetória individual do dramaturgo, mas também utiliza, para escrever essa trajetória, uma dinâmica narrativa, um jogo entre vida e obra, documento e cena imaginada que certamente não está presente nesses tantos outros trabalhos sobre a vida do bardo. Shakespeare, como se sabe, reescrevia antigas histórias para dar-lhes novos sentidos a partir de seu extremo domínio da linguagem. Fica a impressão de que Greenblatt inspirou-se nessa atitude de Shakespeare para reescrever sua biografia.

Uma sombra sobre o discurso ocidental

Jean Hébrard
École des Hautes Études en Sciences Sociales
Paris, França
jean.hebrard@ehess.fr

Daher, Andrea. *A oralidade perdida*: ensaios de história das práticas letradas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Quando os exploradores europeus chegaram pela primeira vez no Novo Mundo, trouxeram com eles uma sutil contradição: a maioria dos membros da tripulação era analfabeta, mas todos sabem que a sua religião — seja católica ou reformada — baseia-se na escrita e que a administração dos reinos de que são súditos encontra-se nas mãos de escribas. Como Colombo havia feito nas Antilhas, alguns anos antes, Cabral pisou na Terra de Vera Cruz acompanhado de seu escrivão. E nenhum deles ignorava o fato de que a tomada de posse requer algumas gesticulações simbólicas, que só têm valor se alguém atesta por escrito que aconteceram. Os marujos estavam habituados a isso e deviam assistir a essa agitação pacientemente à espera de que seus capitães lhes dessem o direito de exercer seus talentos babélicos com homens e mulheres que eles não entendiam — e que não os entendiam —, mas que sabiam perfeitamente trocar com eles o seus exotismos respectivos: chapéus de lã em troca de flechas de penas.

É da perspectiva da linguagem que Andrea Daher escolheu analisar a economia do encontro dos dois Mundos, que ela inscreve na estrita intrincação da negociação e da conversão (jesuíta ou capuchinha — os protestantes não se arriscaram nisso). Prova disso é a proliferação dos escritos em língua tupi que circulam desde meados do século XVI e passam incessantemente de um registo a outro do "encontro" entre o Velho e o Novo Mundo.

No entanto, essa linguagem assim exibida — e este é o ponto crucial da reflexão de Andrea Daher — é imediatamente aniquilada pelo próprio gesto que a desvela. Não é irrisório que ela se situe sob os auspícios de Montaigne e das manipulações sutis desse duplo movimento de que é especialista. Quando de seu suposto encontro com os tupis que vieram visitar a cidade de Ruão, em 1555, Montaigne se queixa da rusticidade dos intérpretes que se interpõem entre ele e os índios e que impedem qualquer possibilidade de verdadeiro intercâmbio. Além disso, ele se esqueceu — diz ele — uma boa parte do que os tupis lhe disseram, mas isso, creio, para melhor sugerir o que a censura poderia provavelmente apagar de seu próprio texto.

Os missionários europeus que chegaram ao Brasil com as autoridades administrativas encarregadas de transformar algumas feitorias numa verdadeira colônia portuguesa (ou algumas paragens em verdadeiras feitorias francesas) "trabalham" a língua com a finalidade de torná-la o instrumento da conversão das almas e dos corpos que vieram conquistar. Os jesuítas, por sua vez, "reduzem". Reduzem as línguas que ouvem em torno deles, e que muito rapidamente se tornam familiares, numa escrita e numa gramática compatíveis com as estruturas do latim para que pudessem ensiná-la em seus colégios, de acordo com as técnicas, agora comprovadamente, do "método parisiense" em que o próprio Inácio foi formado. Instalar-se na língua do outro é o "bê-á-bá" da conversão, sob uma condição: que a língua seja "desenselvajada" pelo duplo movimento de sua escrita e de sua descrição gramatical. O primeiro

processo civiliza os "sons" tornando-os predizíveis e, portanto, ensináveis; mas também domestica as palavras, dando-lhes um sentido transmissível que o léxico (ou o dicionário) fixa de forma definitiva, relacionando-o à matriz latina (ou portuguesa) do mundo dito. O segundo passo abre caminho para a possível geração de enunciados vindos de fora da palavra tupi, enunciados novos, inauditos, passíveis de transformar radicalmente a cultura de que aquela língua provém, de "reduzi-la". Ao mesmo tempo que trabalham a língua dessa forma, os jesuítas operam de modo idêntico no espaço tupi e nas sociabilidades por ele estruturadas: eles "reduzem" a vida tupi à aldeia, esse lugar de vida centrado em torno da igreja, cujo sino dá o ritmo das horas do dia em que trabalho e oração se alternam, cerradamente, de modo a eliminar (ou tentar eliminar, ao menos) todo e qualquer traço do modo de fazer, de sentir e de pensar que não estejam ajustados à ordem europeia e cristã.

Os franceses, sejam eles protestantes como Jean de Léry ou católicos como os capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, têm outras maneiras de fazer. É verdade que o primeiro pensa pouco em converter e que os segundos chegam mais tarde num terreno já amplamente semeado pela missão jesuíta. Além disso, ao contrário dos companheiros de Loyola, o ensino não é a principal preocupação de nenhum deles, até mesmo por não ser o instrumento principal de sua atividade. Vindos com os comerciantes normandos que, acima de tudo, buscam assegurar o monopólio das relações com as tribos que aceitam os sistemas de escambo que propõem, os franceses estão mais interessados na possibilidade de sua ação do que em sua ação em si. E, desse ponto de vista, observam e descrevem mais do que agem. Como Lévi-Strauss observou sobre Jean de Léry, eles inscrevem o mundo tupi numa espécie de curiosidade antropológica. Andrea Daher diz mais que isso, e com razão, que esse olhar distante concentra-se, primeiro, nos signos da convertibilidade econômica ou religiosa dessas populações, sua convertibilidade diplomática, quando se trata de tomar os tupis aos portugueses. No entanto, para os franceses, é a palavra tupi que é o seu receptáculo e, portanto, o signo. A prova do sucesso da missão, como o da colonização, encontra-se nessa palavra relatada, transcrita e interpretada. Ora, o próprio ato que a torna inteligível, mais uma vez, e através de instrumentos outros do que aqueles utilizados pelos jesuítas, apaga irremediavelmente o que ele pretende testemunhar.

Em ambos os casos, trata-se, de fato, de "práticas letradas" — como o subtítulo do livro indica — que permitem "perder" essa oralidade e, com isso, o instrumento que produz essa erradicação é precisamente o mesmo que mantém sua memória e permite que o historiador rastreie a sombra que dele se projeta sobre o discurso ocidental.

Após uma introdução que trata da tensão entre escrita e oralidade nas práticas letradas abordadas no livro — breve, porém incisiva —, a segunda e a terceira partes inscrevem-se nessa lógica: redução das línguas indígenas à "língua geral" inventada pelos jesuítas, inscrição dos discursos proferidos em língua geral no *corpus* de relatos franceses que, dos canibais ao bom selvagem, fundam — em parte, porém de modo eficaz — o discurso ocidental sobre a alteridade colonial. A quarta parte consiste num estudo inesperado, mas muito bem-vindo, dos "usos do tupi em projetos político-culturais e programas literários oitocentistas" (p. 36). O livro se fecha, na quinta parte, com uma reflexão sobre "a monumentalização das narrativas 'antigas', que faz com que sejam tomadas, anacronicamente, como testemunhos objetivos de uma realidade subjetivamente observada no passado, para fins expressamente críticos e de forma inevitavelmente nostálgica" (idem).

Como se pode ler nos primeiros "ensaios", nos quais se concentra esta resenha, a hagiografia jesuíta afirma que o padre Anchieta — que secretariou Nóbrega, superior da missão jesuíta que chegou em 1549 no mesmo barco que o governador Tomé de Souza — tinha um dom de línguas tal, que em poucos meses aprendeu o tupi e escreveu a sua gramática. A partir de 1560, ela foi ensinada no Colégio da Bahia. A teologia do Pentecostes é inseparável do espírito da missão: o Espírito Santo oferece àquele que por ele é santificado a sutil arte de fazer existir a Palavra em todos os idiomas.

No entanto, a experiência brasileira nos ajuda a compreender que todas as línguas não são passíveis, no mesmo grau, de permitir esse transporte ou, mais precisamente, que elas devem passar por várias transformações antes de ser possível fazê-lo. O prefácio do Catecismo de Trento permite entender o porquê. Os padres conciliares explicam que o conhecimento dogmático contido no texto catequético e nas principais orações (a "ciência da Salvação") obviamente não é acessível de imediato ao catecúmeno, mas que ele terá tempo, domingo após domingo, para penetrar um pouco mais em sua significação, à medida que o padre, em sua homilia, a expuser. O que se espera de um cristão é, simplesmente, que grave o texto em sua memória. Para fazê-lo, ainda é preciso que a língua que carrega esse texto seja suficientemente estável para que, com o tempo, a significação não seja alterada. Encerrá-la numa gramática e num dicionário e, em seguida, num *corpus* exemplar de textos validados pelas censuras civis e eclesiásticas deveria ser suficiente para garantir essa estabilidade. Ao optar por fazer com que as línguas vernáculas ocupem um lugar ao lado do latim (como fez a Reforma que, de algum modo, impôs o modelo), a Igreja assumiu um risco. Como mostra perfeitamente Andrea Daher, a continuidade das operações linguísticas que gramaticalizam as línguas vernáculas se estende às línguas do império colonial: Nebrija e Anchieta fazem parte da mesma lógica. Agir sobre a língua é, de alguma forma, certificar-se de que a palavra será submetida. A inconstância dos tupis, tantas vezes invocada para justificar a pouca eficácia da catequese realizada pelos incansáveis "operários de uma vinha estéril", poderia ser curada com a substituição de uma "língua geral" à sua língua materna. É o que propõe Anchieta, educando as crianças dos tupis conversos ao idioma que ele inventou. Andrea Daher, baseada em Jack Goody, sugere que a língua geral opera uma descontextualização das línguas vernaculares e, como tal, é instrumento de uma aculturação violenta. Certamente, dos anjos aos pastores e suas flautas, essa descontextualização faz com que alguns personagens muito estranhos ingressem no mundo tupi. No entanto, mais ainda, ela submeteu a palavra viva ao jugo do léxico, das formas sintáticas e dos tropos com que o jesuíta fabricou essa quimera.

Do lado francês, o procedimento não é idêntico. Por um lado, os franceses não têm essa ampla continuidade que sustenta o trabalho dos jesuítas estabelecidos no âmbito português. Por outro lado, as duas tentativas de colonização francesas, a França Antártica (Jean de Léry e Villegaignon, na baía de Guanabara, em 1555) e a França Equinocial (Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, na ilha do Maranhão, em 1612), não têm os mesmos objetivos. De Lévi-Strauss a Frank Lestringant, passando por Michel de Certeau, o texto de Léry foi abundantemente comentado. Inscrevendo-se plenamente nos debates então suscitados, Andrea Daher chama a atenção para um ponto, *a priori* menor, porém esclarecedor. Léry preferiu o método erasmiano de encenação da língua num "colóquio", uma conversa, ao método jesuíta de gramaticalização da língua. O gênero textual consiste tanto num manual de ensino de uma língua falada quanto num breviário do viajante que chega num país de que não conhece a língua (os comerciantes europeus produzem muitos, desde o século XIV), e no clichê ilustrativo que, ao lado das xilogravuras, acompanha o relato de viagem. Nesse caso, sua brevidade permite situá-lo melhor do lado do exotismo linguístico. No entanto, como observou habilmente Andrea Daher, Léry acrescenta uma nota inesperada. Ele se coloca na cena do colóquio em que transcreve seu próprio nome em língua tupi através da homonímia que lhe atribui o lugar de grande-ostra (Léry-Oussou). Os viajantes que chegaram à China e ao Japão, na mesma época, adoravam, do mesmo modo, se atribuir um ideograma que associasse o seu patrônimo a um ser estranho do mundo para o qual tinham viajado. A língua do outro se torna o pano de fundo da identidade daquele que a estabelece ao transcrevê-la. A operação da ostra-Léry lembra aquela de que Hans Staden lança mão, no mesmo momento, para relatar a seus contemporâneos a aventura extraordinária que viveu no Brasil. Tendo embarcado para essas partes para fazer negócio e sido capturado pelos tupinambás, Staden es-

capa ao festim antropófago, porém descreve todas as suas etapas e pede a um gravador alemão para representá-lo em meio àqueles com os quais compartilhou, meses a fio, os ritos e a linguagem. Nu como eles, enfeitado como eles, inserido na mesma paisagem e nas mesmas ações, perdido em sua alteridade, distingue-se apenas pela barba que aparece desenhada. Como Léry, ele não conseguiu resistir ao fascínio da identificação. Mas também como Léry, foi para melhor dizer a sua incomensurabilidade em relação a seu próprio mundo. Para Léry, a antropofagia dos tupis é o sinal de sua danação; para Staden, é o sinal da inconvertibilidade dos produtos brasileiros, dentro das regras de um comércio ordenado.

A proximidade das duas modalidades de convertibilidade de valores (religiosos e econômicos) também está no centro do olhar lançado, um século mais tarde, pelos capuchinhos franceses sobre os tupis do Maranhão. Na sua *Suitte de l'histoire des choses les plus mémorables* [*Continuação da história das coisas mais memoráveis*], de 1615, por exemplo, Yves d'Evreux encena diálogos (bilíngues) que mantêm um francês recém-chegado e um tupi, citados no livro. Ele atribui ao francês alguns termos tupis que expressam a confiança adquirida: "*Erei potar touroumi*? (...) Queres dormir?" (citação, p. 114). Mas ele se instala na "palavra interior" do índio para fazê-lo pensar, em francês, o que o europeu espera dele: "Eis que chegam os navios de França (...), hei de ser bom compadre: ele me dará machadinhas, foices, facas, espadas e vestimenta; eu lhe darei minha filha, caçarei e pescarei para ele, farei muito algodão, procurarei plumas de garça e âmbar para dar-lhe (...)" (idem). Os termos do escambo são franceses. A palavra tupi encontra-se em seu melhor estado quando está adormecida. O escambo religioso é encenado de acordo com os mesmos tropos. Numa passagem magnífica da *Histoire de la mission des pères Capucins* [*História da missão dos padres Capuchinhos*], de 1614 — que narra a viagem à França de índios trazidos ao rei, em 1614, e que evoca o seu batismo seguido da morte de três deles —, Claude d'Abbeville dá a palavra ao índio Carypyra, em sua língua, para dizer os milagres produzidos pela sua conversão. No entanto, para introduzir esses termos tupis, reproduzidos com muito cuidado pelo impressor parisiense, ele escreveu em francês: "Tão logo batizado, ele virou o rosto para a parede, permanecendo num grande e longuíssimo repouso: e como despertado deste profundo silêncio, largou num suspiro as seguintes palavras (...)" (citação, p. 126). A opacidade da transcrição ortográfica, cujas regras de pronúncia permanecem um mistério, faz desse enunciado uma espécie de quadro sem vida, que o silêncio subsume melhor do que a tradução que segue a transcrição da fala em tupi. Se os jesuítas "reduziram" as línguas tupis para torná-las ensináveis, os capuchinhos exibem suas palavras como ex-votos das conversões supostamente bem-sucedidas. Eles entenderam que a língua geral não tinha outro interesse que não fosse o de produzir ou de constatar o afrancesamento econômico ou religioso do mundo tupi.

Esse instrumento importante da colonização europeia das Américas que foi a transcrição e a redução gramatical das línguas autóctones não desapareceu quando os imperialismos linguísticos ibéricos impuseram o castelhano ou o português a suas colônias. Ele simplesmente mudou de cena. O século XVIII tornou-o uma das curiosidades expostas nos "quadros" das línguas do mundo suscetíveis de medir o grau de degradação introduzido nas línguas vulgares pós-babélicas em relação à matriz hebraica. O romantismo constatou sua morte, a fim de mostrar melhor a eficácia retórica de uma língua literária nova que viera se recarregar na costa ocidental do Atlântico. Ferdinand Denis — este extraordinário apaixonado pelo Brasil, que após uma curta viagem (1816-1820), nunca deixou de narrar, de seu observatório na *Bibliothèque Sainte-Geneviève*, as suas maravilhas — escreveu, no entanto, mais de um século antes de Lévi-Strauss, em outros termos, evidentemente, em *Scènes de la nature sous les tropiques*: "Vi os restos dessas tribos infelizes a errarem pela terra de seus antepassados. Elas se debilitam dia a dia e logo terão desaparecido dos lugares onde eram temidas, e seus gritos de guerra não mais farão ressoar as imensas florestas do São Francisco e do Belmonte que, por sua vez, começam a cair sob o machado do infeliz africa-

no" (citação, p. 200-201). Entretanto, no mesmo movimento, pede aos poetas dos dois Mundos que tomem os tropos dessas línguas para torná-los os materiais da revolução romântica: "Se, como disse o Sr. Humboldt, a influência da natureza é tanto mais sensível quanto mais o homem se encontrar afastado da civilização, não se pode deixar de ver que este pensamento encontra aqui nova aplicação e que vem apoiar o que ouso avançar. Os povos situados nas zonas mais ardentes são aqueles aos quais a natureza reservou inspirações poéticas" (citação, p. 199). Andrea Daher faz com que se reviva sob nossos olhos essa guerra das línguas conduzida sem trégua nas missões das Américas. Como mostra com grande elegância, o duplo movimento de transcrição e de apagamento deixa como uma sombra vestigial em que a oralidade perdida continua hoje a se fazer ouvir.

O uso político dos cadáveres na França da primeira metade do século XIX

Isabel Lustosa
Fundação Casa de Rui Barbosa
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
isabellustosa@uol.com.br

Fureix, Emmanuel. *La France des larmes*: deuils politiques à l'âge romantique, 1814-1840. Preface d'Alain Corbin. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2009. (Époques)

Se há muitas maneiras de se contar a mesma história, Emmanuel Fureix achou a mais completa possível para apresentar o espírito que marcou a Restauração (1814-1830) e o reinado de Luis Felipe na França (1830-1848), ou para usar um conceito que unifica politicamente o período: o tempo da monarquia censitária. Diz o autor que "a emoção do luto participa inegavelmente da socialização política dos indivíduos" e, de fato, ao investigar formatos, paixões e interesses que orientaram as cerimônias fúnebres durante aqueles 26 anos, Fureix revelou o panorama mais completo das tensões e das mudanças que caracterizariam aquela fase da história francesa. Ao mesmo tempo, ele nos apresenta a Paris do início do século XIX como uma metrópole popular e guerreira, onde a rua, através das cerimônias fúnebres, foi, gradativamente, se tornando o teatro de todas as agitações: cortejos de estudantes, manifestações de operários e de desempregados, desfiles patrióticos e militares, solenidades civis de natureza política etc.

Efeito ainda da Grande Revolução, o período que sucedeu à queda de Bonaparte foi marcado pela falta de uma base sólida sobre a qual se estabilizasse a vida política da nação. O restabelecimento dos Bourbon no trono, afastados dele há mais de 22 anos, passou pela retomada dos antigos ritos da monarquia já esquecidos e em desuso. O ritual pretendia confirmar o triunfo do estado social aristocrático. Feito de distinções e baseado na ideia de uma estabilidade e de uma eternidade fictícias, o ritual estabelecia os espaços de partilha e de exclusão de uma sociedade "anacrônica, organicista, de hierarquias exacerbadas e centrada sobre o corpo do rei". Foi preciso um grande esforço para recriar a pompa dos funerais monárquicos, com todos os degraus da nobreza e suas convenções e, inclusive, colocar o povo de novo em seu lugar: como mero espectador, não mais ator.

O ano de 1814 marca a emergência de uma onda de espiritualização patrocinada pelo ressurgimento de uma Igreja Católica militante. Desse cenário fazem parte as cerimônias de sepultamento de Luis XVI e de Maria Antonieta. Retirar da cova quase anônima em que foram depositados o rei e a rainha agora exaltados como mártires foi uma missão a que se dedicou Luis XVIII. Tratava-se de corrigir o pecado da nação francesa contra os Bourbon, dando aos reis decapitados o enterro merecido que lhes fora interdito pela Revolução. Mas tratava-se também de não se referir às circunstâncias em que se deram a queda e a morte do rei. A Revolução era um assunto proibido em um ambiente em que os Bourbon voltavam com a promessa de obedecer à Carta e de reinar para todos, produzindo a reconciliação da França. Assim, para os que se ocupavam desses rituais, tratava-se de escolher "que tradições reativar sem ultrajar a história contemporânea, quais concessões fazer à modernidade, sem destruir os fundamentos duma monarquia sagrada". Ao analisar os funerais da Restauração, Fureix demonstra como eles foram um combinado "de arranjos sutis, capazes de integrar discretamente as mudanças institucionais".

A arte da morte, o "morrer como um Bourbon" — na santidade, no martírio —, se torna formidável instrumento de legitimação, que tem a possibilidade de se reatualizar por ocasião do assassinato do duque de Berry (1821). Os relatos de suas últimas palavras, amplamente divulgadas, perdoando o assassino e pedindo, antes do médico, um padre, realçavam a relação estreita entre o trono e o altar. Nessa representação, a imagem da dor é encarnada pela filha de Luis XVI, a duquesa de Angoulême, utilizada como uma espécie de alegoria dinástica em todas as cerimônias fúnebres. A família real era a primeira família católica da França e com sua obediência aos ritos religiosos confirmava o papel político e estratégico da Igreja Católica, detentora da autoridade sobre as cerimônias mortuárias.

A morte de Luis XVIII, em 1824, seria outra ocasião para o uso do rigoroso e anacrônico cerimonial que, com adaptações, remetia a tempos mais gloriosos da história monárquica francesa. Os elementos que compunham os cortejos, a decoração das igrejas e dos altares onde se depositava o caixão, minuciosamente descritos, dão conta do esforço da monarquia no sentido de reavivar os recursos simbólicos que a legitimavam. A tentativa de sacralizar a realeza através da lembrança do martírio de Luis XVI, no entanto, esbarrava na incapacidade do regime de provocar a emoção popular, contaminada pelos ideais da "soberania da razão". Era impossível, em um sistema representativo, despertar novamente os sentimentos contrastantes de sedução e de medo que sustentavam a monarquia no passado. Assim, a tentativa da fazer de Luis XVI um São Luis II não prosperou.

Mesmo que, durante a Restauração, a cerimônia fúnebre pública fosse um privilégio dos reis, os enterros liberais, beneficiando-se das fímbrias da lei, teriam no período um importante papel político. Regrados pela Prefeitura de Polícia, com um roteiro previamente autorizado, com interdição de coroas e de discursos, tendo os textos das lápides que serem anteriormente aprovados pelas autoridades, mesmo assim esses enterros se constituiriam em espaço de expressão política. Significativamente, foi o enterro de um estudante morto durante uma manifestação de rua em 1821 que deu início à prática do desfile do cortejo fúnebre, dos discursos exaltados à beira do túmulo e das palavras de ordem gritadas à saída do cemitério. Ao longo da década de 1820, os enterros liberais se rotinizariam e se converteriam numa nova modalidade de participação política, prefigurando um novo repertório de formas de participação.

A própria escolha de alguns pelo enterro anticlerical, isto é, sem a bênção da Igreja Católica, era uma forma de protesto contra a aliança entre o trono e o altar. Por outro lado, a recusa dos sacramentos a mortos que pelo direito canônico estavam proibidos de os receber — comediantes, pecadores notórios que morreram sem terem mostrado arrependimento, pagãos, suicidas e duelistas — provocaria reações que teriam igualmente um caráter político, na medida em que se voltavam contra o poder da Igreja.

Nesse campo o cenário mudaria consideravelmente depois da revolução de 1830, com a subida de Luis Felipe de Orléans ao trono. A chamada Monarquia de Julho inventou o ritual dos funerais nacionais do homem de Estado e promoveu uma razoável democratização das honras póstumas. Os defuntos celebrados naquele novo contexto respondiam a normas de grandeza ecléticas, por vezes contraditórias, dos insurgidos de 1830 ao homem de Estado, passando pelos grandes generais napoleônicos, os príncipes de sangue e as forças da ordem.

A reaparição ostensiva dos republicanos na cena pública encontraria nos enterros também um espaço de visibilidade. A apresentação de bandeiras tricolores e mesmo vermelhas nos cortejos, a presença de representantes do nascente movimento operário e de exilados estrangeiros de tendência republicana dariam a essas cerimônias um caráter cada vez mais próximo de manifestações políticas quentes. Os enterros franceses, com seus desfiles, suas bandeiras, seus discursos incendiários e seus slogans eram, segundo Fureix, o equivalente dos *meetings* ingleses e irlandeses. Carregar o caixão no braço, gritar, desafiar o poder e honrar um defunto se tornaram gestos políticos cada vez mais radicais.

Outra manifestação inédita é a participação cada vez mais ampla de pessoas de diversos estratos sociais nas listas de subscrição pública para fazer construir monumentos fúnebres. Análoga à petição, por promover o cruzamento do individual e do coletivo, do informal e do organizado, do local e do nacional, essa prática se integra, ao longo dos anos 1820, a uma cultura de protesto. A subscrição contorna o monopólio real da homenagem pública e, pela publicação regular dos nomes dos assinantes nos jornais liberais, consagra cada subscritor como um sujeito político.

Nada será mais representativo do emaranhado simbólico do período do que os esforços que a Monarquia de Julho fará para se apropriar do mito de Napoleão. A morte de Bonaparte, em 1821, inicialmente não provocou na França a reação temida pelos Bourbon. No entanto, ao longo daquela década, um verdadeiro culto a Napoleão foi sendo fomentado através de estampas relativas à sua morte que, sendo proibidas pela censura, se valiam de alusões que acabavam tendo maior poder evocativo até do que a própria imagem do morto. Ao lado das estampas, as canções populares, sobretudo as de Béranger, ganharam as ruas na boca do povo, contribuindo para a sedimentação do mito.

A Monarquia de Julho viveria sua primeira década sob a sombra desse gigante. Em 1840, ao trazer de Santa Helena as cinzas de Napoleão, o regime tentava integrar as referências e os emblemas daquela dinastia rival à história para assim neutralizar seu poder mobilizador. Mas o que deveria ser a festa da soberania tornou-se lugar da manifestação involuntária da pluralidade de opiniões. O bonapartismo se dividia, naquele contexto, entre as diversas *personas* de Napoleão que competiam entre si: o imperador, o general, o legislador e o conquistador que ampliara as fronteiras e os horizontes da nação francesa conviviam com o liberal dos Cem Dias e com o filósofo e o mártir de Santa Helena. Todas essas legendas tinham seus cultores e a elas foram se associando novas, como a republicana e, a partir da releitura que se começava a fazer de 1793, a do soldado da Revolução. "O luto nacional se tornou um luto plural onde se confrontavam grupos de memória. A despeito do retorno das cinzas, o Napoleão do povo apelava a uma glória nacional eclipsada pelo pacifismo dominante das elites orleanistas."

Ao produzir essa obra fundadora, Emmanuel Fureix, tal como diz Alain Corbain em seu prefácio, adotou uma forma até agora inédita de escrever história política. Em vez de se deter nos tradicionais estudos sobre as instituições, os mecanismos de decisão e a repartição geográfica e social das decisões, o autor buscou recuperar uma gama de afetos esquecidos. Deles fez objeto da história, promovendo um mergulho profundo sobre as sensibilidades prevalentes naquele período, revelando como essas se converteram em elementos constitutivos essenciais da ação política. Ao revelar a força mobilizadora dos mortos, Fureix conseguiu "recuperar o momento esquecido em que a morte pública invadiu os desvãos da cena pública, onde o luto exprimiu conflitos políticos, onde os cadáveres simbolizavam com força os engajamentos e os combates de cada um".

Sobre os autores

Adriano Comissoli é doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor do Departamento de Geografia e História da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e membro dos grupos de pesquisa "Antigo Regime nos Trópicos" e "Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul". Entre suas publicações, podemos destacar: *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)* (EdUFRGS, 2008) e *Homens e armas. Recrutamento militar no Brasil — século XIX* (Oikos, 2011), organizado com o professor Miquéias Mugge, do qual participa com o capítulo intitulado "Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade".

Álvaro Antunes possui doutorado em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Cursou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). É autor do livro *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista* (Annablume, 2004), além de diversos artigos, entre os quais: "Administração da Justiça em Minas Gerais", no livro *Minas setecentistas*, organizado por Luiz Carlos Villalta e Maria Efigênia Lage Rezende (Autêntica, 2007), e "Pelo rei, com razão: comentários sobre as reformas pombalinas no campo jurídico", na *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro* (v. 11, 2011).

Carlos Ziller Camenietzki é doutor em filosofia pela Université de Paris IV (Paris-Sorbonne), mestre em filosofia pela mesma instituição e mestre em educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (IEA). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Sistema físico-matemático dos cometas de José Monteiro da Rocha*, em coautoria com Fábio Mendonça Pedrosa (Mast, 2000), "Baroque Science between the Old and the New World: Father Kircher and his Colleague Valentin Stansel (1621-1705)", em *Athanasius Kircher: The Last Man Who Knew Everything*, organizado por Paula Findlen (Routledge, 2004), e "Jesuits and Alchemy in the Early seventeenth Century: Father Johannes Roberti and the Weapon-salve Controversy", em *Ambix (Cambridge)* (Cambridge, 2001), são exemplos que se destacam em sua produção acadêmica.

Diego Antonio Galeano é mestre em pesquisa histórica pela Universidad de San Andrés, Argentina, e doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência nas áreas de história e sociologia, com ênfase na história da polícia, história latino-americana e história transnacional. Recebeu em 2012 o prêmio Manuel Luis Salgado Guimarães de melhor tese do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Organizou, com Gregorio Kaminsky, o livro *Mirada (de)uniforme. Historia y crítica de la razón policial* (Teseo, 2011) e publicou *Escritores, detectives y archivistas. La cultura policial en Buenos Aires, 1821-1910*. (Biblioteca Nacional/Teseo, 2009).

Dominique Kalifa doutorou-se em história pela University of Paris 1 Pantheon-Sorbonne, local onde atualmente leciona. Suas pesquisas se concentram basicamente sobre os temas: delinquência e repressão na França entre os séculos XIX e XX e imprensa e cultura de massa na França do século XIX. É autor de diversos artigos e livros, como: *L'encre et le sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque* (Fayard, 1995); *La culture de masse en France. 1860-1930* (Editions La Découverte, "Coll. Repères", 2001); *Histoire des détectives privés en France, 1832-1942* (Nouveau Monde, 2007); *Biribi: les bagnes coloniaux de l'armée française* (Librairie Académique Perrin, 2009).

Douglas Attila Marcelino é doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente desenvolve atividades de pesquisa e docência na área de teoria da história/historiografia junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É autor de *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970* (Arquivo Nacional, 2012), "Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas", em *Revista Brasileira de História*, (v. 31, 2011), e "O passado recente em disputa: memória, historiografia e a(s) censura(s) da ditadura militar", publicado no livro *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, organizado por Cecília MacDowell Santos, Edson Luís de Almeida Teles e Janaína de Almeida Teles (Hucitec, 2009).

Edneila Rodrigues Chaves é doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Laboratório de História Econômico-Social (UFF/CNPq). Seus estudos se inserem nas temáticas de sociedade e relações econômicas; classes sociais e poder local: câmara municipal (Brasil, século XIX). É autora de vários artigos, entre os quais podemos ressaltar: "Classes dominantes na formação do Estado imperial: a instrumentalização do aparelho estatal (Brasil, século XIX)", publicado nos *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, (2009, v. 25), "Tendências da demografia mineira no século XIX: a estrutura populacional da vila de Rio Pardo", publicado nos *Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira* (2008, v. 13), e "Administração camarária no Brasil (séculos XVII-XIX), publicado nos *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia* (2008, v. 2).

Emmanuel Blanchard é pesquisador do Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales (Cesdip, CNRS-Ministère de la Justice-UVSQ) e professor de ciência política na Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines (UVSQ). Suas pesquisas versam sobre as polícias em situação colonial e sobre a história da imigração. Entre suas publicações recentes estão o livro *La police parisienne et les Algériens* (Nouveau Monde éditions, 2011) e os artigos "La professionnalisation policière en situation coloniale: détour conceptuel et explorations historiographiques", com Quentin Deluermoz e Joël Glasman, em *Crime, histoire & sociétés* (2011), e "Les policiers manifestants, l'arène parlementaire et la transition de régime", em *Genèses* (2011).

Fabrício Prado é professor de história da América Latina colonial no College of William & Mary, Virgínia, nos Estados Unidos da América. É doutor pela Emory University (Estados Unidos). Entre suas publicações mais relevantes encontram-se: "The Fringes of Empires: Recent Scholarship on Colonial Frontiers and Borderlands in Latin America", em *The History Compass* (10, 2011), "A presença luso-brasileira no rio da Prata e o Período Cisplatino", no livro *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil* (Apicuri, 2010), organizado por Eduardo Neumann e Luiz Grijo, e o livro *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa* (Fumproarte, 2002).

Fernando Santos Berçot é mestrando em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde desenvolve a pesquisa *As funções do palco: ópera, ballet e crítica de espetáculos no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado*. É autor de "O L'Indépendant e a crítica de espetáculos no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado", no *Caderno Caminhos da História* (v. 7, 2011) e de "As representações em benefício dos artistas no Imperial Teatro São Pedro de Alcântara (1826-1831)", publicado nos *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH* (2011).

Fernando Lobo Lemes é doutor em história pela Université Sorbonne Nouvelle — Paris III, associado ao Institute de Hautes Études de l'Amérique Latine (Iheal) e ao Centre de Recherche et Documentation des Amériques (Creda), França. Atualmente é coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos do Centro Universitário de Anápolis (Uni-Evangélica) e professor titular do Instituto Brasil de Ciência e Tecnologia

(Fibra). É autor, entre outros trabalhos, dos seguintes artigos: "Poder local e rede urbana nas minas de Goiás", em *História* (v. 28, 2009), e "Pouvoir colonial et réseau urbain: Vila Boa de Goiás au XVIIIe siècle", no livro *Les Villes et le monde. Du Moyen Âge au XXe siècle,* organizado por Martine Acerra, Guy Martinière, Guy Saupin e Laurent Vidal (Press Universitaires de Rennes, 2011).

Francisco José Calazans Falcon possui livre-docência pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de um dos criadores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre sua vasta produção, podemos destacar: *Tempos modernos* (Civilização Brasileira, 2000); e *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada* (Ática, 1993).

Henrique Buarque de Gusmão possui doutorado em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atualmente é professor substituto. Com Carlos Fico e Maria Paula Araújo, organizou o livro *1968 40 anos depois: história e memória* (7 Letras, 2009). Entre seus artigos, destaca-se "Nelson Rodrigues leitor de Gilberto Freyre: o projeto teatral rodriguiano em aliança com a sociologia freyreana", na revista *Sociedade e Estado* (v. 23, 2008).

Isabel Aparecida Bilhão é doutora em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atualmente é professora da Universidade de Passo Fundo (UPF). Recentemente publicou os trabalhos "'Trabalhadores do Brasil!': as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista", na *Revista Brasileira de História* (v. 31, 2011), "A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica", na *Revista Mundos do Trabalho* (v. 2, 2010), e "La importancia del Primero de Mayo en la construcción de la identidad obrera: estudio centrado en Porto Alegre/Brasil (1896-1920)", na *Latin American Research Review* (v. 44, 2009).

Isabel Lustosa é doutora em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisadora titular da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Especialista em história da imprensa e da caricatura brasileira, temas sobre os quais publicou diversos livros e artigos em jornais e em revistas acadêmicas nacionais e estrangeiras. Entre outubro de 2010 e janeiro de 2011 ocupou a Cátedra Simon Bolívar (Iheal) da Université Sorbonne Nouvelle — Paris III, na França. Entre suas publicações, estão: *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter* (Companhia das Letras, 2006), *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, em organização conjunta com Alberto Dines (Imprensa Oficial do Estado/Correio Brasiliense, 2001), e *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)* (Companhia das Letras, 2000).

J.G.A. Pocock é professor emérito na Johns Hopkins University (Estados Unidos). Dedica-se ao estudo da história política e intelectual. Um dos fundadores da assim chamada "Cambridge School" de história do pensamento político, é autor de *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (Cambridge, 1957), *Politics, Language and Time* (Nova York, 1971), *The Machiavellian Moment* (Princeton, 1975) e "The Politics of Historiography", em *Historical Research* (v. 78, 1999).

Jean Hébrard é professor titular da École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e da Michigan University (EUA). Entre seus trabalhos, podemos citar: *Discursos sobre a leitura 1880-1980* (Ática, 1995), em parceria com Anne-Marie Chartier; "Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural", no livro *Leitura, história e história da leitura*, organizado por Marcia Abreu (Mercado

de Letras, 1999); "Les papiers de la liberté. Une mère africaine et ses enfants à l'époque de la révolution haïtienne", *Genèses* (n. 66, 2007), em parceria com Rebecca J. Scott.

José Murilo de Carvalho possui doutorado em ciência política (Stanford University) e pós-doutorado em história da América Latina na University of London. É professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Basileira de Letras. Foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e professor visitante em diversas universidades no exterior. Suas pesquisas e sua produção concentram-se na história do Brasil Império e Primeira República, com ênfase nos temas da cidadania, republicanismo e história intelectual. Publicou dez livros, entre eles: *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (Civilização Brasileira, 2001), *A construção da ordem: a elite política imperial* (Campus, 1980); *A formação das almas. O imaginário da República* (Companhia das Letras, 1990).

Marco Antonio Silveira é mestre e doutor pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidade de Lisboa e na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Entre suas publicações, estão: *O universo do indistinto* (Hucitec, 1997), "Guerra e doutrina: a historiografia brasileira e o problema da autoridade colonial", em *História da historiografia* (v. 4, 2009), "Nativismo por adoção: letras e percurso do doutor Marcelino Pereira Cleto (1778-1794)", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 452, 2011).

Marcos Bretas possui doutorado em história pela The Open University e pós-doutorado pela Université Lille 1 — Sciences et Technologies, França. Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em história do Brasil, desenvolve pesquisas principalmente sobre ordem pública e polícia no Rio de Janeiro. Entre suas publicações, destacamos "A polícia carioca no Império", na *Revista de Estudos Históricos* (v. 12, 1998), e *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930* (Rocco, 1997).

Marieta de Moraes Ferreira é doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales (EHSS), (Paris). Foi diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autora de *Em busca da Idade do Ouro* (Editora da UFRJ, 1994) e organizadora de diversos livros, como *Usos & abusos da história oral*, em parceria com Janaína Amado (Editora FGV, 1996), *João Goulart: entre a memória e a história* (Editora FGV, 2006), além de inúmeros trabalhos nas áreas de história contemporânea do Brasil, história oral e memória e história do Rio de Janeiro.

Roberto Abdala Junior doutorou-se pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto de história moderna e contemporânea da Universidade Federal de Goiás (UFG), é autor dos seguintes artigos: "Cinema e história: elementos para um diálogo", na revista *O olho da história* (n. 10, 2008), "O cinema na conquista da América: um filme e seus diálogos com a história", na *Revista Brasileira de Educação* (v. 13, 2008), e "Memória, imagem e outras histórias", na revista *Olhar: Imagem/Memória* (2008).

Tiago Pires Marques tem doutorado pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, com a tese *Mussolini's Nose. A Transnational History of the Penal Code of Fascism*. Coordena o grupo de pesquisa "Antropologia religiosa nos séculos XIX e XX", no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Entre

suas principais publicações estão o artigo "Michel de Certeau et l'anthropologie historique de la modernité", em *Dossier da Revue d'Histoire des Sciences Humaines* (v. 23, 2010), o livro *Crime e castigo no liberalismo em Portugal* (Livros Horizonte, 2005) e a organização, com Pedro Tavares de Almeida, de *Lei e ordem. Justiça penal, criminalidade e polícia. Séculos XIX-XX* (Livros Horizonte, 2006).

Nominata de pareceristas *ad hoc* 2012

Adriana Barreto de Souza — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Adriana Fraga da Silva — Universidade Federal do Pampa
Afonso de Alencastro Graça Filho — Universidade Federal de São João del-Rei
Álvaro Antunes — Universidade Federal de Ouro Preto
Amilcar A. Pereira — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ana Maria Mauad — Universidade Federal Fluminense
Anderson José Machado de Oliveira — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Andrea Daher — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Andrea Doré — Universidade Federal do Paraná
Angela Maria de Castro Gomes — Cpdoc/Fundação Getulio Vargas
Antonio Carlos Jucá de Sampaio — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Antonio César Almeida Santos — Universidade Federal do Paraná
Beatriz Catão Cruz Santos — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir — Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro
Bernardo Ferreira — Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Breno Battistin Sebastiani — Universidade de São Paulo
Cacilda da Silva Machado — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Carla Maria Carvalho de Almeida — Universidade Federal de Juiz de Fora
Carlinda Maria Fischer Mattos — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Carlos Gabriel Guimarães — Universidade Federal Fluminense
Célia Cristina da Silva Tavares — Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Celso Castro — Cpdoc/Fundação Getulio Vargas
Claudia Cristina Azeredo Atallah — Universidade Severino Sombra
Cláudia Rodrigues — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Claudio Bertolli Filho — Universidade Estadual Paulista
Daniel Melo — Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Danielle Corpas — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dilene Raimundo do Nascimento — Fundação Osvaldo Cruz
Durval Muniz de Albuquerque Júnior — Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Estevão Chaves de Rezende Martins — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Eunícia Barros Barcelos Fernandes — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Fabio Franzini — Universidade Federal de São Paulo
Fábio Kühn — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Fabrício Prado — College of William & Mary
Felipe Charbel — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Felipe Santos Magalhães — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Fernando da Silva Camargo — Universidade Federal de Pelotas
Francisco José Silva Gomes — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro — Universidade Federal Fluminense
Heloisa Meireles Gesteira — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Helton Adverse — Universidade Federal de Minas Gerais
Jessie Jane Vieira de Sousa — Universidade Federal do Rio de Janeiro
João Luís Ribeiro Fragoso — Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Augusto Leitão Drummond — Universidade de Brasília
José Carlos dos Santos — Universidade Estadual do Oeste do Paraná
José Murilo de Carvalho — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Júlio César Pimentel Pinto Filho — Universidade de São Paulo
Júnia Ferreira Furtado — Universidade Federal de Minas Gerais
Leila Rodrigues da Silva — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves — Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Lucia Maria Paschoal Guimarães — Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luciano Raposo de A. Figueiredo — Universidade Federal Fluminense
Luiz Carlos Soares — Universidade Federal Fluminense
Magnus Roberto de Mello Pereira — Universidade Estadual de Ponta Grossa
Manolo Garcia Florentino — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Marcelo de Souza Neto — Universidade Estadual do Piauí
Marcos Guedes Veneu — Universidade Federal de Pernambuco
Marcos Napolitano — Universidade de São Paulo
Margareth de Almeida Gonçalves — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Maria Fernanda B. Bicalho — Universidade Federal Fluminense
Mariana Muaze — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Marta Mega de Andrade — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Martha Abreu — Universidade Federal Fluminense
Martha Daisson Hameister — Universidade Federal do Paraná
Miriam Goldenberg — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Monica Grin — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nuno Gonçalo Monteiro — Universidade de Nova Lisboa
Patrícia de Souza Farias — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Renato Lemos — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Renato Venancio — Universidade Federal de Minas Gerais
Ricardo de Aguiar Pacheco — Universidade Federal
Ricardo Pinto de Medeiros — Universidade Federal Rural de Pernambuco
Roderick J. Barman — University of British Columbia
Rodrigo Bentes Monteiro — Universidade Federal Fluminense
Rodrigo Turin — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rosângela Patriota Ramos — Universidade Federal de Uberlândia
Sérgio Ricardo da Mata — Universidade Federal de Ouro Preto
Sheila Siqueira de Castro Faria — Universidade Federal Fluminense
Silvia Hunold Lara — Universidade Estadual de Campinas
Tarcísio Rodrigues Botelho — Universidade Federal de Minas Gerais
Teresa Malatian — Universidade Estadual Paulista
Tiago Luís Gil — Universidade de Brasília
Zephyr Frank — Stanford University

Informações editoriais relativas ao ano de 2012

Textos publicados no volume 13 (nºs 24 e 25)

Total de artigos	21
* de autores de instituições nacionais	14
* de autores de instituições internacionais	5
* traduções	2
Documento	1
Resenhas bibliográficas	10
Entrevistas	2

Demanda de publicação*

Artigos submetidos	59
Artigos rejeitados	22
Artigos retirados	1
Artigos aceitos	19
Tempo médio de avaliação	5 meses

* Período de 1º de dezembro de 2011 a 1º de dezembro de 2012. Excluídos os artigos traduzidos e incluídos os artigos ainda em processo de avaliação neste período.